

47

2º

semestre

2024

INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades



INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades

47
2º
semestre
2024

3 PREFÁCIO/PREFACE

ARTIGOS/ARTICLES

- 11 A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho
The Journey of Travestis and Transgender Women in Constituting Themselves and Entering in Formal Work Positions
Rafael Fernandes de Mesquita, Fátima Regina Ney Matos, Rafael Martins de Meneses, Adriana Kirley Santiago Monteiro
- 38 O Trabalho nos Mares: Vivências de Prazer e Sofrimento de Pescadores Artesanais
The Work at the Seas: Experiences of Pleasure and Suffering of Artisanal Fishermen
Ana Zenilce Moreira, Ana Cristina Batista dos Santos
- 64 Análise de Narrativas como Método para Investigar Tensões na Identidade Profissional de Professor: Conceitos e Aplicação
Narrative Analysis as a Method to Investigate Professors Professional Identity Tensions: Concepts and Application
Johnnata Cavalcante, Márcia Zabdiele Moreira
- 95 Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten
Food Well-Being and Consumer Vulnerability of Allergic and/or Intolerant to Lactose and/or Gluten
Nathiane Mayra Marques Magalhães, Elielson Oliveira Damascena
- 130 Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação
Work Satisfaction and Organizational Commitment: A Study with Technical-Administrative Education Staff
Ágata Martins Avelino, Evangelina da Silva Sousa, Luis Eduardo Brandão Paiva
- 163 A Recepção de O Capital no Século XXI, de Thomas Piketty: O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa
The Reception of Capital in the Twenty-First Century by Thomas Piketty: The Impact of Ideas on Portuguese Media
Francisco Fontes
- 196 Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano
Communication and Decoloniality: The Role of Digital Activism in Building a Pan-African Imaginary
Disakala Ventura
- 218 A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects
Compilação das Transformações Institucionais Sociais Decorrentes da Pandemia de COVID-19: Desafios e Perspetivas
Delali A. Dovie, Ama Esirifi Aidoo, Ophelia Anarfi, Reginald Arthur-Mensah, Emelia Awude, Cecilia Eliason, Francis Normanyo, Anna Gyaban-Mensah, Louisa Twumasi
- 256 Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing
Caindo em Tentação: O Papel da Regulação Emocional na Relação entre Ansiedade, Determinantes da Impulsividade e Compra de Alimentos
José Eduardo de Melo Barros, Rita de Cássia de Faria Pereira, Marcelo da Costa Borba

Prefácio

O primeiro artigo do presente número da revista *Interações* aborda os desafios enfrentados por travestis e mulheres transgênero no acesso ao mercado formal de trabalho. Os autores, Rafael Fernandes de Mesquita, Fátima Regina Ney Matos, Rafael Martins de Meneses e Adriana Kirley Santiago Monteiro, exploram a forma como a constituição discursiva dessas identidades influencia a inclusão profissional. A investigação analisa a influência das práticas discursivas no ambiente organizacional e revela como barreiras sociais, preconceitos e processos históricos ainda limitam a empregabilidade dessa população. São também analisadas as dinâmicas de poder subjacentes à construção de identidades transgênero, sendo evidenciados os desafios e as possibilidades de emancipação. A pesquisa destaca a importância da linguagem e das representações sociais no processo de constituição identitária, apontando caminhos para uma maior diversidade e inclusão. Este estudo contribui para repensar as práticas de gestão e as políticas públicas que visem a equidade no mercado de trabalho e na sociedade como um todo.

O estudo de Ana Zenilce e Ana Batista tem como objetivo investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos pescadores artesanais, utilizando a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. A pesquisa qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas com treze pescadores artesanais do litoral nordestino brasileiro, explora as complexidades e a particularidades dessa profissão historicamente estigmatizada. As autoras analisam as principais fontes de prazer e sofrimento no trabalho desses profissionais, destacando a identificação com o trabalho, a realização pessoal e a coletividade como elementos positivos, enquanto os fatores de risco, a falta de reconhecimento e a ausência de políticas públicas adequadas emergem como fontes significativas de sofrimento. O estudo oferece uma nova visão sobre as vivências de prazer e de sofrimento dos pescadores, alertando para a urgência de se reforçar a segurança no trabalho e se implementarem políticas públicas que assegurem reconhecimento e valorização profissional neste setor.

No artigo seguinte, Johnnata Cavalcante e Márcia Zabdiele Moreira propõem um modelo metodológico de análise de narrativas para investigar as tensões na identi-

Prefácio

dade profissional dos professores. Através de uma abordagem qualitativa, o estudo utiliza um diário reflexivo aplicado a uma professora universitária brasileira, revelando como os fatores institucionais, sociais e pessoais moldam o exercício docente. A investigação explora elementos da narratologia para identificar e interpretar os desafios enfrentados, destacando a reflexividade como ferramenta de compreensão e transformação das práticas profissionais. Os resultados apontam para a influência do contexto acadêmico na construção da identidade docente e sugerem novas possibilidades de investigação nas profissões marcadas pela desvalorização e condições adversas. Desta forma, as autoras procuram expandir os horizontes metodológicos da pesquisa educacional, de forma a compreender as dinâmicas complexas da profissão docente.

O artigo de Nathiane Mayra Marques Magalhães e Elielson Oliveira Damasce-na aborda o bem-estar alimentar e a vulnerabilidade dos consumidores alérgicos e/ou intolerantes à lactose e/ou ao glúten. Baseado num estudo qualitativo na região agreste de Pernambuco, Brasil, exploram-se os desafios enfrentados por esses consumidores em restaurantes e supermercados. A pesquisa evidencia a complexidade das escolhas alimentares diante de restrições severas, destacando fatores como o preço, a qualidade e a rotulagem inadequada. O artigo propõe políticas inclusivas e práticas alimentares seguras, fundamentais para o bem-estar deste grupo vulnerável, e sugere mudanças que tornem os estabelecimentos mais inclusivos. Destaca-se ainda a urgência de regulamentações nacionais sobre a rotulagem e a importância de estratégias como educação para o consumo consciente e promoção de políticas públicas para a equidade no acesso à alimentação segura.

Ágata Martins Avelino, Evangelina da Silva Sousa e Luis Eduardo Brandão Paiva analisam a satisfação no trabalho e o comprometimento organizacional entre servidores técnico-administrativos de uma universidade federal no nordeste brasileiro. O estudo quantitativo utiliza escalas validadas para medir esses constructos e examina a sua relação. Os resultados apontam um comprometimento organizacional moderado e uma satisfação no trabalho marcada pela indiferença, influenciada positivamente por relações interpessoais e negativamente por fatores como o salário e as promoções. O estudo destaca a necessidade de políticas institucionais para melhorar o ambiente no trabalho e fortalecer o comprometimento organizacional. A pesquisa sugere estratégias de gestão que atendam às necessidades dos servidores, promovendo um clima mais positivo e produtivo e a implementação de políticas públicas eficazes no setor, visando serviços de maior qualidade e satisfação profissional.

Francisco Fontes tem como principal objetivo analisar a recepção mediática da obra *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty, em Portugal. Utilizando o conceito goffmaniano de enquadramento, o estudo examina como os jornais *Observador*, *Público* e *Jornal de Negócios* moldaram a cobertura das ideias de Piketty entre 2014 e 2020. Através de metodologias qualitativas e quantitativas, a investigação identifica como os diferentes perfis editoriais influenciaram o número de peças publicadas, o teor das abordagens e os temas destacados. O estudo revela divergências ideológicas na cobertura jornalística e demonstra a importância dos media na construção de narrativas sobre desigualdade e capitalismo. Além de explorar os enquadramentos temáticos, a análise também evidencia como os fatores organizacionais e políticos afetam a seleção e a apresentação das notícias. O seu estudo visa, assim, compreender as dinâmicas entre economia, comunicação e sociedade no contexto português, promovendo uma reflexão crítica sobre o papel dos media no debate público contemporâneo.

O papel do ativismo digital na construção de uma identidade pan-africana decolonial é o tema do artigo de Disakala Ventura. O autor analisa como as plataformas digitais desafiam narrativas hegemónicas e eurocéntricas sobre África e suas diásporas, através de um quadro teórico que integra decolonialidade e pan-africanismo. O ativismo promove novas identidades africanas e afrodescendentes, fomentando a solidariedade transnacional que transcende fronteiras geográficas e culturais. Disakala Ventura revisita autores como Stuart Hall, Achille Mbembe e Ngũgĩ wa Thiong’o para demonstrar como a comunicação digital serve de ferramenta para desconstruir imaginários coloniais e valorizar a diversidade das experiências africanas. Hashtags como #BlackLivesMatter, #EndSARS e #RhodesMustFall ilustram como o ativismo digital conecta lutas locais e globais, fortalecendo identidades coletivas e resistências contemporâneas. Ao desafiar a lógica colonial, o ativismo digital contribui para a promoção de uma visão mais inclusiva e representativa do continente africano e da sua diáspora.

O artigo intitulado “Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects” de Delali Dove e colegas oferece uma análise detalhada dos impactos multidimensionais da pandemia de COVID-19 nas instituições sociais no Gana. Utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória, o estudo abrange os desafios, as transformações e as perspectivas associadas à crise pandémica. A pesquisa revelou impactos significativos nas esferas política, económica, religiosa, educacional e cultural. Entre os principais resultados, destacam-se

Prefácio

a adaptações ao novo contexto, como o uso de dispositivos tecnológicos para ensino e atividades religiosas, a produção local de equipamentos de proteção individual e a adoção de novas dinâmicas familiares. Por outro lado, desafios como a instabilidade financeira, a interrupção de serviços essenciais e o aumento da violência doméstica emergiram como questões críticas. O estudo também aponta perspectivas promissoras, como a aceleração da digitalização e o fortalecimento de iniciativas humanitárias.

No artigo que encerra o volume, José Eduardo de Melo Barros, Rita de Cássia de Faria Pereira e Marcelo da Costa Borba analisam a influência de traços de impulsividade, ansiedade e motivações alimentares na impulsividade nas compras de bens alimentares, considerando o papel da autorregulação emocional. Após destacarem que esse comportamento está frequentemente ligado a respostas a emoções negativas, são identificados como fatores determinantes a ansiedade, a dificuldade na regulação emocional e a ausência de metas funcionais. A investigação, com uma amostra principalmente de mulheres brasileiras de rendimento elevado, mostra que a tendência para compras impulsivas e as dificuldades na autorregulação emocional estão positivamente relacionadas com a impulsividade, enquanto as metas funcionais ajudam a atenuar esse comportamento. O estudo sublinha a importância de promover hábitos alimentares saudáveis, através da adoção de objetivos funcionais relacionados com a alimentação e de estratégias que melhorem o auto-controlo emocional, como a prática de *mindfulness*, que permitem reduzir comportamentos impulsivos nas decisões de consumo.

Vasco Almeida

Maria João Barata

Preface

The first article in this issue of *Interações* journal addresses the challenges faced by transgender women and transvestites in accessing the formal labor market. The authors, Rafael Fernandes de Mesquita, Fátima Regina Ney Matos, Rafael Martins de Meneses, and Adriana Kirley Santiago Monteiro, explore how the discursive constitution of these identities influences professional inclusion. The study analyzes the influence of discursive practices within organizational environments and reveals how social barriers, prejudices, and historical processes still limit the employability of this population. It also examines the underlying power dynamics in the construction of transgender identities, highlighting challenges and possibilities for emancipation. The research underscores the importance of language and social representations in the process of identity constitution, suggesting paths toward greater diversity and inclusion. This study contributes to rethinking management practices and public policies aimed at equity in the labor market and society as a whole.

The study by Ana Zenilce and Ana Batista investigates the experiences of pleasure and suffering in the work of artisanal fishermen, using the perspective of Psychodynamics of Work. Based on qualitative research with semi-structured interviews conducted with thirteen artisanal fishermen from Brazil's northeastern coast, the study explores the complexities and specificities of this historically stigmatized profession. The authors analyze the main sources of pleasure and suffering in their work, highlighting identification with the work, personal fulfillment, and community as positive elements, while risks, lack of recognition, and inadequate public policies emerge as significant sources of suffering. The study provides a new perspective on the experiences of pleasure and suffering among fishermen, stressing the urgency of reinforcing workplace safety and implementing public policies that ensure recognition and professional development in this sector.

In the following article, Johnnata Cavalcante and Márcia Zabdielle Moreira propose a methodological model for narrative analysis to investigate tensions in the professional identity of teachers. Through a qualitative approach, the study uses a reflective diary applied to a Brazilian university professor, revealing how institutional, social, and personal factors shape teaching practice. The investigation explores elements of

narratology to identify and interpret challenges faced, emphasizing reflexivity as a tool for understanding and transforming professional practices. The findings point to the influence of the academic context on the construction of teaching identity and suggest new possibilities for research in professions marked by devaluation and adverse conditions. The authors thus aim to expand the methodological horizons of educational research to understand the complex dynamics of the teaching profession.

The article by Nathiane Mayra Marques Magalhães and Elielson Oliveira Damascena discusses food well-being and the vulnerability of consumers with food allergies and/or intolerant to lactose and/or gluten. Based on qualitative research in the agreste region of Pernambuco, Brazil, the study explores the challenges faced by these consumers in restaurants and supermarkets. The research highlights the complexity of food choices under severe restrictions, emphasizing factors such as price, quality, and inadequate labeling. The article advocates for inclusive policies and safe food practices essential for the well-being of this vulnerable group and suggests changes to make establishments more inclusive. The urgency of national regulations on labeling and the importance of strategies such as education for conscious consumption and public policies promoting equity in access to safe food are also emphasized.

Ágata Martins Avelino, Evangelina da Silva Sousa, and Luis Eduardo Brandão Paiva analyze job satisfaction and organizational commitment among technical-administrative staff at a federal university in northeastern Brazil. The quantitative study uses validated scales to measure those constructs and examine their relationship. The results reveal moderate organizational commitment and job satisfaction marked by indifference, positively influenced by interpersonal relationships and negatively affected by factors such as salary and promotions. The study highlights the need for institutional policies to improve the work environment and strengthen organizational commitment. It suggests management strategies that address the needs of staff, fostering a more positive and productive climate and the implementation of effective public policies in the sector, aiming for higher quality services and professional satisfaction.

Francisco Fontes aims to analyze the media reception in Portugal of the book *Capital in the Twenty-First Century* by Thomas Piketty. Using Goffman's framing concept, the study examines how the newspapers *Observador*, *Público*, and *Jornal de Negócios* shaped their coverage of Piketty's ideas between 2014 and 2020. Through qualitative and quantitative methodologies, the research identifies how different editorial profiles influenced the number of published pieces, the nature of the approaches,

and the highlighted themes. The study reveals ideological divergences in journalistic coverage and demonstrates the importance of media in constructing narratives about inequality and capitalism. In addition to exploring thematic framings, the analysis shows how organizational and political factors affect the selection and presentation of news. The study seeks to understand the dynamics between economics, communication, and society in the Portuguese context, fostering critical reflection on the role of media in contemporary public debate.

The role of digital activism in constructing a decolonial Pan-African identity is the theme of Disakala Ventura's article. The author analyzes how digital platforms challenge hegemonic and Eurocentric narratives about Africa and its diasporas through a theoretical framework integrating decoloniality and Pan-Africanism. Activism promotes new African and Afro-descendant identities, fostering transnational solidarity that transcends geographical and cultural boundaries. Disakala Ventura revisits authors like Stuart Hall, Achille Mbembe, and Ngũgĩ wa Thiong'o to demonstrate how digital communication serves as a tool for deconstructing colonial imaginaries and valuing the diversity of African experiences. Hashtags such as #BlackLivesMatter, #EndSARS, and #RhodesMustFall illustrate how digital activism connects local and global struggles, strengthening collective identities and contemporary resistances. By challenging colonial logic, digital activism contributes to promoting a more inclusive and representative vision of the African continent and its diaspora.

The article entitled "Compilation of COVID-19 Pandemic-Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects", by Delali Dove and colleagues, offers a detailed analysis of the multidimensional impacts of the COVID-19 pandemic on social institutions in Ghana. Using a qualitative and exploratory approach, the study covers the challenges, transformations, and prospects associated with the pandemic crisis. The research revealed significant impacts in the political, economic, religious, educational, and cultural spheres. Key findings include adaptations to the new context, such as the use of technological devices for teaching and religious activities, local production of personal protective equipment, and adoption of new family dynamics. On the other hand, challenges like financial instability, interruption of essential services, and increased domestic violence emerged as critical issues. The study also highlights promising prospects, such as the acceleration of digitalization and strengthening of humanitarian initiatives.

In the final article of the volume, José Eduardo de Melo Barros, Rita de Cássia de Faria Pereira, and Marcelo da Costa Borba analyze the influence of impulsivity

Preface

traits, anxiety, and eating motivations on impulsive food purchases, considering the role of emotional self-regulation. Highlighting that this behavior is often linked to responses to negative emotions, the study identifies anxiety, difficulty in emotional regulation, and the absence of functional goals as determining factors. The research, with a predominantly female sample of high-income Brazilian participants, shows that the tendency toward impulsive purchases and difficulties in emotional self-regulation are positively related to impulsivity, while functional goals help mitigate this behavior. The study underscores the importance of promoting healthy eating habits by adopting functional goals related to food and strategies that improve emotional self-control, such as mindfulness practices, to reduce impulsive consumer behavior.

Vasco Almeida

Maria João Barata

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Rafael Fernandes de Mesquita

Instituto Federal do Piauí (IFPI) – rafael.fernandes@ifpi.edu.br

Fátima Regina Ney Matos

Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) - fneymatos@ismt.pt

Rafael Martins de Meneses

Instituto Federal do Piauí (IFPI) – rafaelmartins@ufpi.edu.br

Adriana Kirley Santiago Monteiro

Hospital Universitário do Piauí (UFPI) - adrianakirley@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar como a constituição discursiva das identidades transgênero femininas influencia na sua entrada no mercado de trabalho. A pesquisa qualitativa crítica foi desenvolvida a partir de entrevistas com travestis e mulheres transgênero (auto-identificadas) que trabalham ou já trabalharam em serviços de telemarketing, localizadas a partir de uma informante-chave e da técnica de bola de neve. Os dados foram analisados a partir das relações entre texto, prática discursiva e prática social, tomando por base definições da Análise Crítica do Discurso (ACD). Como resultados do trabalho, foi possível perceber que a atividade laboral no telema-

rketing possibilita que a voz se desprenda do corpo, que se apaga e, assim, também são apagadas – momentâneo e circunstancialmente – as práticas sociais discriminatórias. Nesta direção, a proposta emancipatória de reivindicar a voz fora desses espaços auxiliaria na eliminação da condição de latência da discriminação. A análise também permitiu a reflexão de como a constituição das identidades transgênero – na crítica do que hierarquiza seus corpos e vidas como inferiores – também tem transformado o social. A dialética desta relação aponta a fluidez das identidades transgênero e os aspectos que as inferiorizavam têm sido reinterpretados.

Palavras-chave: Travestis, Mulheres Transgênero, Identidades, Diversidade, Trabalho.

The Journey of Travestis and Transgender Women in Constituting Themselves and Entering in Formal Work Positions

Abstract

The objective of this work was to analyze how the discursive constitution of female transgender identities influences their entry into

the formal job market. Critical qualitative research was developed based on interviews with transvestites and transgender women

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

(self-identified) who work or have worked in telemarketing services, located using a key informant and the snowball technique. The data were analyzed based on the relationships between text, discursive practice and social practice, based on definitions from Critical Discourse Analysis (CDA). As a result of the work, it was possible to perceive that the work activity in telemarketing allows the voice to be detached from the body, which is erased and, thus, discriminatory social practices are also erased – momentarily and circumstan-

tially. In this sense, the emancipatory proposal of claiming a voice outside these spaces would help eliminate the condition of latency of discrimination. The analysis also allowed reflection on how the constitution of transgender identities – in the criticism of what hierarchizes their bodies and lives as inferior – has also transformed society. The dialectic of this relationship highlights the fluidity of transgender identities and the aspects that made them inferior have been reinterpreted.

Keywords: Transvestites, Transgender Women, Identities, Diversity, Work.

INTRODUÇÃO

Em 2013, quando duas grandes empresas de *call center* se instalam em Teresina, Piauí, novas possibilidades de emprego são vislumbradas por pessoas transgênero no mercado formal de trabalho, mesmo que o atendimento às pessoas-clientes seja intermediado por uma linha telefônica, invisibilizando a agente-contratada do outro lado da linha. Nesta interação externa parece não importar a feminilização do corpo, mas os obstáculos de convivência social permanecem nas interações dentro do ambiente empresarial, além de limitar a expansão de alcance de novos e diferentes trabalhos. Wolfe (2018) fundamenta a percepção do contexto de mudanças nestas observações quando afirma que, a partir de 2010, a cena transgênera feminina brasileira começa a se alterar de diversas formas, principalmente quando percebe uma tendência de afastamento de travestis e transexuais da prostituição e, dentre aquelas que continuavam no comércio de serviços sexuais, havia maior independência de trabalho individual e menor exploração de cafetões. Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018) corroboram que a maioria das travestis e transexuais, 90%, ainda se utiliza da prostituição como fonte de renda.

Este argumento é situado no pressuposto de uma mudança cultural vigente em direção a um maior suporte e aceitação às identidades transgênero no mercado formal de trabalho e na sociedade. Apesar da proposição que indica um sentido de transformação social, o caráter marginal das identidades transgênero femininas e a discriminação associada ainda são observados e influenciam no acesso ao emprego e na dinâmica da convivência em sociedade (Yavorsky, 2016; Baggio, 2017; Beauregard *et al.*, 2018). Esta mudança discursiva concorre com o ainda muito presente discurso conservador - ortodoxia de um pensamento que minimiza, ridiculariza e discrimina, excluindo-as da participação social – e, apesar das recentes conquistas sociais, travestis e mulheres transgênero ainda enfrentam óbices de convivência que dificultam sua entrada e permanência no mercado de trabalho. Aqui usa-se “transgênera” como um termo guarda-chuva identidades femininas que não são cisgêneras (i.e. aqui utilizado, para descrever travestis e mulheres transgênero).

O objetivo deste trabalho foi analisar como a constituição discursiva das identidades transgênero femininas influencia na sua entrada no mercado de trabalho. Ao assumir que tornar-se travesti ou mulher transgênera e empregada formal é um processo de identificação discursiva, a ênfase desta pesquisa é direcionada ao discurso e à linguagem que o possibilita. A linguagem exerce um papel na manutenção hegemônica de grupos sociais, na reprodução de práticas e ideologias e na transformação social (Fairclough, 2016). O enfoque é o contexto organizacional que envolve as práticas discursivas e como estas constituem as identidades transgênero femininas no trabalho.

As justificativas gerenciais e acadêmicas para a realização deste estudo estão bastante conectadas e próximas, pois a compreensão do processo que implica impedimentos ao desenvolvimento da empregabilidade de identidades transgênero femininas reflete na possibilidade de diminuição destes obstáculos sociais e na contribuição à Academia que, quando estuda o trabalho de travestis e mulheres transgênero, opta pela prostituição como foco principal (Pizzi, Pereira, & Rodrigues, 2017; Zucchi *et al.*, 2019). Esta lacuna pode ser preenchida com pesquisas que evidenciem a formalidade de trabalho possível e, mesmo que ainda rara, existente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Discurso, identidades e problemas de gênero

É com Foucault que a noção de sujeito é compreendida como historicizada a partir de formações discursivas emergentes de períodos históricos singulares (Hall, 2014), como na intersecção entre a sexualidade e os discursos médicos e legais que estabeleceram a categorização identitária social de homossexuais (Ainsworth & Hardy, 2004). O discurso situa a identidade, enquanto define grupos com seus respectivos interesses, posições e relações sociais, e os indivíduos a tomam como identificação, sujeitando-se aos seus efeitos disciplinadores derivados de relações de poder e estruturas de desigualdades que advêm da interação entre atores sociais com interesses conflitantes (Ainsworth & Hardy, 2004).

Esta argumentação vai ao encontro do que Foucault (2012) caracteriza como ordem do discurso, que pode ser compreendida pela tese que argumenta na sua aula inaugural no Collège de France, quando discorre sobre o controle na produção dos discursos. O problema da ordem do discurso não é o conteúdo, o dito que se toma por verdade e que cristaliza, mesmo que em uma relação paradoxal de temporalidade desta cristalização, como a identidade representativa de pessoas transgênero, ou a resposta social a esta performance específica de gênero. O problema está em quem diz, em como se diz e em que período histórico se localiza este dito (Foucault, 2012). Assim, supõe que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2012, p.8-9). Foucault apóia esta preocupação mais direcionada à forma do discurso, à prática discursiva, no sentido do regime de verdade, que é processual, um acordo sobre o sentido das coisas que se fortalece à medida que se legitima, tornando-se público.

Para Souza *et al.* (2013, p. 209) a “identidade sempre será precária, instável e contingente, sendo necessário para sua existência incluir o outro pelo qual se delimita”, ou diferenciar-se excluindo-se o que seria o outro (Ainsworth & Hardy, 2004). Nesta direção, também se inserem os problemas de gênero (Butler, 2016).

A perspectiva adotada na argumentação desenvolvida neste texto é que o sexo e o gênero diferem entre si e ambos são construções (Butler, 2016). O feminino pode ser registrado como uma produção subjetiva que abre possibilidades para escapar de

dicotomias ou dualismos sexuais (Ferreira & Nogueira, 2013). Neste sentido, a expectativa da pluralidade do feminino advém do gênero como “uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (Butler, 2016, p. 42). A gestão, neste contexto de discussão sobre gêneros, quando é vista apenas “como uma atividade técnica, uma cegueira é colocada sobre as diversas relações sociais da quais o próprio trabalho dos gestores depende” (Souza, Souza, & Silva, 2013, p. 201), configura-se como uma tentativa ilusória de criar uma neutralidade de elementos subjetivos e desprovida de relações de poder.

Esta breve reflexão sobre gênero situa que a investigação neste campo tem caráter social e político. É neste sentido que Butler (2016) questiona que configurações de poder constroem o sujeito e como essa constituição, pensada no binarismo do gênero, também constrói o outro. A partir do exemplo da performance de uma drag queen, Butler (2016) discute a possibilidade de compreensão do gênero como uma imitação, um ato. A personagem da drag queen, que seria uma personificação de mulher, uma expressão artística que, em performance, corresponde ao que se destaca sobre ser mulher. Esta performance, artística, seria composta de atos performativos, uma produção interpretada do que seria o gênero. E ser mulher, nesta reflexão, seria uma composição social, atos performativos constantes, persistentes, contínuos. Uma repetição: a performatividade do gênero. A autora interroga: “ser mulher constituiria um ‘fato natural’ ou uma performance cultural, ou seria a ‘naturalidade’ constituída mediante atos performativos discursivamente compelidos, que produzem o corpo no interior das categorias de sexo e por meio delas”? (Butler, 2016, p. 9). “A performatividade é uma citação das convenções de autoridade, pois o efeito performativo depende destas contingências normativas para que seja eficaz” (Barbosa, 2013, p. 356) e seria uma ingenuidade atribuir voluntariedade do sujeito neste ato, pois há dependência normativa para a sua prática. A palavra citação, em destaque, faz referência a citar algo já produzido, como em um trabalho acadêmico, quando se citam fontes já publicadas, textos que já teriam passado pelo crivo de especialistas, autoridades em determinada área.

A naturalidade seria a consideração do que é verdadeiro, original, inevitável: uma “mulher real”. Esta perspectiva da ontologia do ser baseia-se em um regime hegemônico, que a legitimaria, o que implica uma investigação crítica das próprias configurações do poder que a produzem. Outras categorias de identidade também podem ser pensadas a partir desta perspectiva, não como quando se busca uma origem, um

único ponto de partida, mas na historicidade dos efeitos. “Designando como origem e causa categorias de identidade que, na verdade, são efeitos de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos” (Butler, 2016, p. 10, grifos da autora).

Presumir uma definição de mulher, ou mulheres, mesmo no plural não seria suficiente, mesmo que no feminismo se acreditasse a necessidade desta delimitação para fins de representação política e de interesses, pois em ambos os casos há uma presunção assumida do que seria esta mulher. O sujeito do feminismo, se pensado a partir da unidade categórica, produz e reprime, ao denotar uma identidade comum que não considere as intersecções que o gênero estabelece com outros marcadores sociais, como a raça, a classe, a etnia, a sexualidade e a regionalidade. Estes marcadores, conforme Butler (2016), também são discursivamente constituídos, intersecções políticas e culturais que também produzem e sustentam o gênero.

Identities transgênero e trabalho

A crítica da representação não é o foco central, mas suas consequências limitantes, pensar a categoria mulher sem problematizá-la. É no caminho de representar que as práticas discursivas colaboram na constituição de um sujeito que, definido, tem na ficção de universalidade de sua categoria uma legitimação usada em favor das estruturas de poder, como os sistemas jurídicos, que “engendram, naturalizam e imobilizam” (Butler, 2016, p. 24). Assim, fadada ao fracasso, a política de representação de base única, estável e permanente poderia reificar-se em contrariedade aos objetivos feministas. “Talvez um novo tipo de política feminista seja agora desejável para contestar as próprias reificações do gênero e da identidade – isto é, uma política feminista que tome a construção variável da identidade como pré-requisito” (Butler, 2016, p. 24-25).

Além disso, e em adição, “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (Butler, 2016, p. 56, grifos da autora). “Esse efeito é produzido, mantido, recusado e eventualmente modificado nos atos de fala disponíveis em nossa sociedade” (Pinto, 2007, p. 4). O sujeito se conhece na ação, no discurso, pois discurso também pode ser entendido como prática (Fairclough, 2016). E, para Butler (2016), o sujeito se conhece na alteridade. Assim, a interpelação do outro torna ambos cognoscíveis. A relação social é necessária para o autoconhecimento e o

conhecimento do outro. A interpelação está inscrita na produção de materialidades, como na definição de identidades e na diferenciação.

As interações sociais acontecem por interpelação, de sempre questionar-se quem é o outro, o lugar que ocupa e a identidade que o define. Butler (2016) distancia o conceito de gênero de identidade, pois o primeiro seria um conceito em ação, persistente enquanto identidade teria uma rigidez presumida. Não havendo uma fixidez da identidade, o queer seria a ação de se fazer, um devir, uma ação contínua, uma construção performativa do que seria o “original” e “verdadeiro”. Esta verdade seria o acesso subjetivo a que se percebe assim, como legítimo, legitimado no social. Deste modo, a identidade não é anterior ao processo de interpelação. Ela se dá na ação, na identificação. O que supõe uma fluidez contínua (Martinez, 2019).

Historicamente, a dissidência de gênero, em especial na transexualidade, era tratada como uma doença mental, ou uma identidade efêmera associada a um fetiche sexual, em que os homens se vestiam de mulheres (O’Shea, 2018). A decisão contrária a esta classificação de transtorno mental foi oficializada em 2019, em Genebra/Suíça, na 72ª Assembléia Mundial da Saúde.

A construção da travesti como um sujeito social passa por um percurso histórico reverberado por estigmas e preconceitos acumulados nas representações do convívio social em que estavam inseridas (Veras & Guasch, 2015). Além disso, a patologização da identidade travesti, advinda do que Barbosa (2013) expõe, ecoa nas demais identidades transgênero femininas. Há registros históricos/acadêmicos de tal construção datados da década de 1980, conforme Veras e Guasch (2015) destacam, em que a travesti era tratada como uma identidade sexual masculina. A priori, sublinhava-se que jornais de circulação nacional, como ‘O Diário do Nordeste’, ocuparam-se em retratar corriqueiramente a prostituição travesti nos grandes centros urbanos. Ainda segundo os autores, os discursos empregados por jornalistas tiveram sua base no comportamento cisheteronormativo e suas regras aplicadas na análise comportamental da travesti, constituição discursiva que se apresentou à sociedade como um ser marginal e típico da prostituição que ‘poluía’ ambientes públicos e privados nas noites das grandes cidades.

Na discussão, emerge algo que pode ser conceituado como abjeto, o que “designa aquelas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do inabitável é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (Veras & Guasch, 2015, p. 42). A definição de “abjeto” parte de Judith Butler (2015) e é essencial para a com-

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

preensão de como os sujeitos normal/anormal são produzidos, como diz: “como tais restrições produzem não somente o terreno dos corpos inteligíveis, senão também um domínio de corpos impensáveis, abjetos, invivíveis e não dotados de vida” (Butler, 2015, p. 15). Corpos que, como afirma, não importam do mesmo modo.

Este debate adentra outra dimensão mais específica do convívio social: o trabalho. Em face à relevância e atualidade do tema, Pizzi, Pereira e Rodrigues (2017) constataram que a literatura apresenta discussões sobre mulheres travestis e transgênero com o foco em suas narrativas no trabalho sexual, levantando discussões sobre as construções de suas identidades, violência, renda e a construção do corpo como instrumento de trabalho. Em outra direção, os autores consideram que os trabalhos mais recentes fazem uma ligação entre a transgeneridade e mercado de trabalho, refletindo a atualidade da abordagem. O trabalho de Doan (2010) destaca-se na literatura ao apresentar, por meio de autoetnografia, a vivência e olhar da autora, uma mulher transgênera. O percurso argumentativo de Doan (2010) é norteado pela teoria queer, à luz da qual a autora descreve situações de repressão que vivenciou em uma multiplicidade de espaços de convívio (e.g. banheiros públicos, elevadores, shopping malls, ambiente de trabalho etc.). O’Shea (2018), também em uma autoetnografia, relata o percurso em que discute como uma matriz heterossexual dominante em uma sociedade heteronormativa organiza, marginaliza e rejeita determinadas identidades, como a transgênera.

Martins e Mesquita (2024) concluem na sua pesquisa que o mercado de trabalho ainda apresenta barreiras significativas à inclusão e à valorização de pessoas Trans. Para os autores, é essencial fortalecer o apoio às vidas de pessoas transgênero, combatendo as vulnerabilidades decorrentes das violências no ambiente laboral, da precarização do trabalho (como a prostituição sendo a única opção e a informalidade), do desemprego, da pobreza e da exclusão social. Há, desse modo, necessidade de transformar os paradigmas cisnormativos, promovendo práticas mais inclusivas para essa comunidade, abrangendo as atividades dentro das organizações.

Especialmente no que tange à experiência no ambiente de trabalho, Doan (2010) descreve o seu primeiro dia no emprego como uma mulher transgênera. Ela destaca situações de estranhamento por parte dos colegas de trabalho, caracterizadas por conversas interrompidas para deter-se a observar a presença da autora e por comentários como: “você realmente parece mulher”; e “a primeira transexual nesta empresa”. Doan (2010) relata a sensação de estar no “olho do furacão” e de sentir-se como um espetáculo à parte daquele ambiente. Uma pessoa estranha. O’Shea (2018, p. 1,

tradução nossa) chama sua vida de uma “vida invivível” (unliveable life). Guiada pelo argumento de que os espaços de convivência social são constituídos sob a heteronormatividade, Doan (2010) discursa em torno da “tirania de gênero”, que representa a experiência de opressão vivenciada por indivíduos transgênero em espaços nos quais se manifesta qualquer segregação pautada em gênero.

Beauregard *et al.* (2018) argumentam que, ao se identificar como parte de um determinado grupo social, principalmente no caso de pessoas transgênero, em que, constantemente, há rejeição por parte dos outros membros da organização, gera-se nesse indivíduo uma sensação de isolamento. McFadden e Crowley-Henry (2018) corroboram o argumento ao afirmar que nas organizações em que transgêneros trabalham, essas pessoas se sentem diferentes, com percepções de “isolamento, estigmatização e discriminação”, por sentirem-se como não pertencentes à organização ou, como Baggio (2017) destaca, até mesmo são demitidos após exporem publicamente suas identidades.

Contudo, é antes de entrar nas organizações e no mercado formal de trabalho que este processo começa, sendo o ingresso e a permanência no emprego uma extensão das práticas sociais e discursivas em que se constroem como uma identidade. Baggio (2017) destaca que há razões que dificultam o acesso de pessoas trans a empregos: a primeira delas, já apresentada quando se discutia o processo de formação das categorias trans no social, é o preconceito e a discriminação constantes; a outra sua baixa qualificação e níveis educacionais, justificados pela dificuldade de manterem-se em escolas e universidades, principalmente pelas violências que sofrem; e, em adição, poucas empresas retornam contatos ou respondem às entregas de currículos.

As mudanças no pensamento e a pressão externa de políticas de Estado através da legislação, estão ocorrendo ao longo do tempo em contexto internacional, o que conduz os profissionais de recursos humanos a repensarem suas práticas pensando nestas novas realidades e cenários diversificados (Everly & Schwarz, 2015; Mcfadden, 2015). Nesse contexto, os departamentos de recursos humanos (RH) das organizações enfrentam o desafio de adotar políticas pró pessoas trans e estabelecer apoio à comunidade LGBTQIA+, transmitindo o tipo de comportamento aceitável na empresa e que todos os funcionários devam ter (Webster *et al.*, 2018). Assim, muitas empresas começam a adotar práticas com o intuito de promover a diversidade, educando e treinando seus funcionários para atender a demanda de grupos sociais ditos minoritários (Madera, 2013).

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Deste modo, é perceptível que os funcionários transgêneros ainda disputam por um espaço a sua própria “voz” e, sem a presença de colegas de trabalho semelhantes – representatividade –, essa voz, já fraca, perde força (Mcfadden & Crowley-Henry, 2018). Na pressuposição do assédio discriminatório, indivíduos que ainda estão em transição e que desejam evitar uma maior atenção negativa abdicam de sua “voz” para reduzir interações negativas (Beauregard *et al.*, 2018). Ao enfrentar obstáculos e desafios relacionados à sua identidade de gênero no ambiente de trabalho, estas pessoas podem sentir-se direcionadas a inibir seus pensamentos na organização (Mcfadden & Crowley-Henry, 2018).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Qual é o papel da pesquisa qualitativa crítica em um presente histórico quando a necessidade de justiça social nunca foi tão grande? Este é um presente histórico que clama por visões emancipatórias, por visões que inspirem investigações transformadoras e por investigações que possam fornecer autoridade moral para mover as pessoas a lutar e resistir à opressão (Denzin, 2018, p. 106).

O percurso e escolhas metodológicas empregadas são descritas e explicadas nesta seção. Daqui depreende-se a intenção emancipatória que este tipo de pesquisa acarreta: seu caráter crítico. A criticidade está associada à intenção de desvelar como o discurso, que possui efeitos constitutivos, é moldado por relações de poder, especialmente derivadas de hegemonias sociais e ideologias e, nesta direção, compreender o processo de constituição das identidades transgênero e como este processo apresenta interferências no acesso ao emprego formal. Assim, dado o caráter subjetivo da investigação, este estudo se alinha às características basilares da abordagem qualitativa da pesquisa em estudos organizacionais.

A crítica, para Denzin e Lincoln (2006, p. 16), é considerada um dos momentos contemporâneos da pesquisa qualitativa, em que as ciências sociais e as humanidades tornam-se loci de debates em torno “da democracia, da raça, do gênero, da classe, dos Estados-nações, da globalização, da liberdade e da comunidade”, relacionando-a às “esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 17).

A pesquisa de campo foi iniciada em um primeiro contato com uma informante-chave que auxiliou no estabelecimento de estratégias de aproximação com as travestis e mulheres transgênero que, somadas a ela, são participantes do estudo. Com isso, pretendem-se garantir a sensibilidade na abordagem, no uso de palavras e categorias, bem como superar a desconfiança pressuposta que é fundamentada na discriminação que pessoas transgênero sofrem no seu convívio social diário. Apesar da dificuldade presumida na literatura e no contexto da inserção no campo em relação a tópicos sensíveis de abordagem (Dundon & Ryan, 2009), as participantes se mostraram abertas aos questionamentos e ao compartilhamento de suas experiências. Isto pode ser devido à indicação da informante-chave, que conversava com as entrevistadas potenciais antes de um primeiro contato com o pesquisador e com o conteúdo da pesquisa, fornecendo boas referências da atividade a ser desenvolvida. Somada a este fator, a pequena e bem conectada rede social da qual fazem parte, unidas por grupos de apoio e contato próximo, e as experiências de participação em outras pesquisas que algumas respondentes relataram também podem ter contribuído para um ambiente mais favorável ao relato mais aberto e livre.

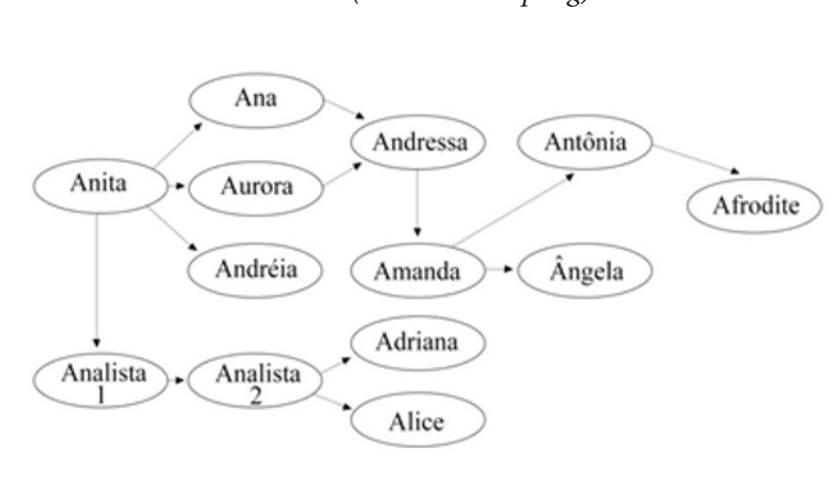
Foram incluídas no estudo travestis e mulheres transgênero (autoidentificadas) que trabalham ou já trabalharam em serviços de telemarketing, com experiência no serviço de no mínimo seis meses e de idade igual ou superior a 18 anos. O tempo mínimo de seis meses de trabalho foi definido por ser um período em que se espera que ela já tenha se inserido no ambiente, com a possibilidade de acumular experiências relevantes para esta investigação, além da expectativa de já ter estabelecido relações com colegas de trabalho.

Para ter acesso às participantes utilizou-se a técnica de bola de neve (snowball sampling). Em sua definição, a técnica busca sanar problemas de abordagem a populações escondidas ou de difícil acesso (hidden and hard-to-reach populations), tais como aquelas que sofrem com estigmatização social e/ou que pertencem a grupos sociais vulneráveis ou impenetráveis (Atkinson & Flint, 2001). A Figura 1 apresenta o resultado da rede de participantes formada a partir da técnica de bola de neve, iniciando com a informante-chave, nomeada aqui de Anita que, além de ter indicado três mulheres para a entrevista, também indicou o contato do analista da empresa em que trabalhava que, por sua vez facilitou o contato com uma analista de outra empresa. Todos os nomes apresentados na figura são fictícios escolhidos e atribuídos a partir de uma lista de nomes femininos iniciados com a letra “A”.

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Figura 1

Resultado da técnica de bola de neve (snowball sampling).



Fonte: Elaboração própria (2023).

Encerrando com Afrodite, os analistas e as entrevistadas afirmaram que não havia na cidade mais travestis ou mulheres transgênero, além das já indicadas, com as características definidas para a escolha das participantes. No universo definido, a quantidade de participantes se encerrava nela. O corpus deste estudo foi formado pelo material coletado em entrevistas tratadas como uma construção discursiva, não como uma nota de observação, transcrição ou evidência. O que traz uniformidade a esse corpus é a centralidade temática do percurso semântico de tornar-se travesti ou mulher transgênera e empregada. A construção do corpus deriva dos estudos linguísticos e, nesse campo, há a premissa de que “não podemos esperar uma lista de todas as frases das quais se poderá selecionar aleatoriamente” (Bauer & Arrts, 2002, p. 44) e o mesmo vale para os estudos de enfoque qualitativo cujo objeto se afasta dos modos de seleção quantitativa e, por isso, deve seguir algumas etapas: “selecionar preliminarmente; analisar essa variedade; e ampliar o corpus de dados até que não se descubra mais variedade” (Bauer & Arrts, 2002, p. 55), uma saturação que o pesquisador percebe e que não é determinante da quantidade de sujeitos, como num cálculo amostral, mas na qualidade das informações recebidas.

As entrevistas duraram um tempo médio aproximado de uma hora cada e foram gravadas em aparelho que capturava o áudio. A etapa de entrevistas não teve um prazo limite para encerrar. A pesquisa se situa geograficamente em uma capital nordestina, Teresina – PI, cidade que contava, no momento do estudo, com três grandes empresas de telemarketing. Durante a abordagem de campo, foi possível contato com todas as organizações.

A análise foi desenvolvida seguindo conceitos discutidos por Fairclough (2016) na Análise Crítica do Discurso (ACD) e a recomendação de que deve haver uma ideia inicial da prática social em que o discurso está inserido, aqui o contexto organizacional e social do acesso ao mercado formal de trabalho que envolve o processo constituinte das identidades transgênero, um problema parcialmente discursivo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta as análises dos materiais empíricos coletados em entrevistas com as participantes. A Tabela 1 reúne informações sociodemográficas das entrevistadas. Entretanto, considerando que as histórias particulares, especialmente neste contexto de subjetividades individuais que conflitam com práticas sociais discriminatórias, são importantes para o conhecimento da morfologia da dialética do constituir/constituir-se pessoa transgênera, o resumo das características sociodemográficas não é suficiente. Este panorama inicial é fundamental, traz consigo um mapa comum, pouco diferente do que a literatura acadêmica informa (Zucchi *et al.*, 2019).

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

Tabela 1

Descrição das entrevistadas

Nome	Idade	Escolaridade	Cargo / Ocupação*	Tempo de trabalho no call Center
Anita	24	Superior em andamento	Monitora de operações	5 anos
Ana	21	Superior em andamento	Desempregada	2 anos
Aurora	19	Ensino médio completo	Operadora de telemarketing	1 ano
Andréia	29	Superior interrompido	Trabalho informal	3 anos
Andressa	28	Superior completo	Operadora de telemarketing / Trabalhadora do sexo	4 anos
Amanda	25	Ensino médio completo	Trabalho informal	2 anos
Adriana	26	Ensino médio completo	Operadora de telemarketing / Trabalhadora do sexo	3 meses
Alice	26	Superior em andamento	Operadora de telemarketing	4 anos
Antônia	26	Ensino médio completo	Maquiadora	2 anos
Ângela	29	Ensino médio completo	Trabalhadora do sexo	2 anos
Afrodite	24	Ensino médio completo	Trabalhadora do sexo	3 anos

*As informações desta coluna na tabela representam o cargo/ocupação atual das entrevistadas.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para complementar as informações da Tabela 1, trechos das histórias individuais de cada uma são contadas. Assim, são detalhadas as práticas sociais que molduram o retrato de identidades em formação que, individualizadas em suas subjetividades particulares, também são coletivas, por compartilharem cenários e eventos que influenciam/influenciaram na sua configuração. Também é possível verificar a influência de suas atuações na constituição do social que, lócus de sua existência, é também terreno empírico desta análise.

Olha, seja viado, mas não seja travesti pelo amor de Deus. Ou não seja trans. Na época o termo era travesti. Trans veio mais pra incluir socialmente. (Trecho da entrevista com Anita.)

Anita inaugura esta apresentação e sua história, à medida que contada, é intercalada com as demais, quando convergente em paralelo com as diversas histórias que se desenvolvem nas entrevistas e que confluem de formas similares. Ou quando divergente, pois a pluralidade é presente e já era esperada. Neste primeiro trecho de sua fala, há um indicativo de um problema comum de sentido quando há referência às categorias identitárias que são englobadas aqui no termo geral “trans”gênero. A polissemia deste termo ainda provoca diversas interpretações e, no guarda-chuva de significados está inserida a identidade travesti, comumente associada à prostituição, à marginalidade e à criminalidade (Paniza & Moresco, 2022). York, Oliveira e Benevides (2020) denunciam o uso depreciativo da palavra travesti enquanto verbo, vinculado a uma significação torpe, que associa o ato de ‘travestir’ a uma estratégia de disfarce e dissimulação. O sentido é um componente emocional da significação e, neste trecho, para escapar do estigma, ser “trans” seria amenizador.

Anita é a informante-chave. As conversas com ela foram iniciadas antes das demais. Com 24 anos, é monitora de operações e supervisiona o trabalho de outras pessoas no *call center* em funções de operação de telemarketing que eram desempenhadas por ela nos seus primeiros meses de trabalho. Anita iniciou um curso de graduação de bacharelado em serviço social, por vontade do pai e para “*não dar brechas a falarem coisas de mim*” (trecho de fala, grifo nosso). Entretanto, não se identificou com o curso logo no primeiro período de aulas e decidiu procurar um emprego, ainda para evitar a cobrança social de sua posição em casa.

Ah, as bichas vão já me julgar, então eu tenho que mostrar que é diferente. Com tudo. Até quando eu vou espirrar, eu calculo até aonde o espirro vai, o barulho de como vai sair... (Trecho da entrevista com Anita.)

A preocupação de sua mãe com a investida na busca por emprego foi uma das considerações do relato desta época, conforme descreve. A mãe demonstrava uma apreensão sobre como as empresas a receberiam, por sua aparência efeminada, roupas que não correspondiam à concepção binária de gênero, mas a um espectro andrógino entre o masculino e feminino. Como em Butler (2016, p. 43), “espectros de descontinuidade e incoerência”, na configuração do sujeito que, pelo gênero, vê sua inteligibilidade cultural suspensa, ou mesmo ameaçada enquanto pessoa, por óbices de conformidade às normas sociais fundamentadas na matriz heterossexual, na incoerência com essa normativa quando se toma em consideração o sexo, o gênero e o

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

desejo. Se não é desvelado, este processo é tomado por verdadeiro, natural ou único e fixam modos de sociabilidade, especialmente por meio de instituições determinadas a produção de representações e ideias pelas quais se explicam a ordem social, ou mesmo um ideal desta. Desta forma, as relações de dominação e exploração são legitimadas e mantêm-se hegemônicas (Fairclough, 2016).

Os sentidos a serviço da dominação podem estar presentes nas formas simbólicas próprias da atividade social particular ou podem se fazer presentes nas autoconstruções reflexivas, caso a ideologia seja internalizada e naturalizada pelas pessoas. No entanto, a busca pela autoidentidade, que deve ser criada e sustentada rotineiramente nas atividades reflexivas do indivíduo, também pode sinalizar possibilidade de mudança social. São os indivíduos inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – uma visão dialética da relação entre estrutura e ação (Resende & Ramalho, 2016).

Sua transição ainda não havia iniciado e Anita não se identificava como mulher, mas como um adolescente gay.

Eu vivia como gay, até então, me identificava mais com o estilo andrógino. Já tinha franja, um cabelão. Usava uma vestimenta mais diferente e já usava maquiagem. (Trecho de fala.)

É nessa incoerência, constantemente percebida a partir da interpelação social do “quem seria eu”, que surge a necessidade da identificação com uma categoria já mais conhecida, mais próxima de si, a identidade sexual de homem gay (Butler, 2016). Estas categorias percebidas mais ou menos como estáveis, de conhecimento público que se tomam por aproximação, pois “ser gay” já era acessível para a entrevistada e na sua ação era perceptível esta subjetividade. Butler (2016, p. 43) argumenta que, por ser a identidade assegurada em conceitos estáveis de sexo, gênero e sexualidade, a noção identitária de pessoa seria desestabilizada com a emergência de sujeitos não conformes. Essa ininteligibilidade também pode ter sua descontinuidade, quando aqueles que se situam na incoerência passam a compor um quadro cognoscível, como uma forma que agora pode ser representativa. Para Resende e Ramalho (2016) é também crer no percurso inverso, se sua existência se materializa, estas formas materiais podem ser identificadas e ter seu caráter ideológico esclarecido. Este processo de esclarecimento é o contributo da crítica que visa uma mudança emancipatória, porque ideologias naturalizadas, que se tomam por senso comum, por vontades di-

vinas ou crenças particulares são mecanismos de preservação das hegemonias, não distantes daquelas discriminatórias pressuposto da argumentação desenvolvida neste estudo.

Alice também fala de sua androgenia no início de sua transição de gênero, que relata ter sido tardia, aos 22 anos. Lembra que, nesta época, tentou suicídio: “Teve uma época aí que eu fui bem reprimida: “fala grosso, corta o cabelo’. Era horrível”! Ela ocupava um cargo de gerência em uma rede de fast food e atribui a sua demissão à transição.

Ele disse: “olha, eu acho que tu é travesti”. Aí me mandou falar com uma travesti e eu não sabia nem o que era travesti. [...] Ela já veio falando que eu tinha que colocar peito, que eu tinha que colocar bunda, que eu tinha que me prostituir. Eu me assustei com aquilo. Não, eu não sou isso e aí eu fui pesquisar na internet o que era o conceito de travesti. Até então todo mundo dizia que era coisa ruim, era prostituição, enfim, era uma coisa que não era certa. Como eu te falei ser gay tudo bem, mas ser travesti não. (Trecho da entrevista com Ana.)

Após descobrir-se transgênero, como explica, Ana iniciou uma terapia hormonal, automedicando-se. Ela narra que usava o dinheiro obtido em uma mesada que recebia da avó para comprar pílulas com hormônios femininos aos quinze anos. As mudanças corporais que surgiram com a hormonização geraram o que ela relata como “pressões sociais” da família sobre como a vida dela em sociedade poderia ser prejudicada se ela continuasse o tratamento e a transição.

Aí eu fiquei como um homossexual, mas sem ser aquilo ali. Entendeu? Aí comecei a ficar só eu. Eu não tinha muito contato com muitas pessoas não. (Trecho da entrevista com Ana.)

Ana cedeu às pressões e parou sua transição por dois anos. Ela diz que neste período sentia-se em um isolamento e que só após um período de consultas recorrentes a um psicólogo assumiu novamente sua identidade feminina e continuou com o processo de transicionar-se.

Cessar a transição como um meio de defesa pode ser a forma que Ana encontrou de buscar uma forma de mascarar sua identidade. Contudo, como Butler (2016, p. 98) comenta, “chama a si uma retaliação inconsciente, desejando e temendo as

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

consequências da castração”. O contexto da afirmação de Butler (2016) está situado na discussão do exagero de características que correspondem à heterossexualidade masculina utilizadas por homossexuais masculinos que buscam uma passabilidade heterossexual e, com isso, evitar os marcadores comportamentais e/ou estéticos que impliquem consequências retaliadoras. No entanto, esta mesma interpretação pode ser guiada a um erro de perspectiva, pois se assume que o homossexual masculino carregaria o perfil estereotipado que o difere do seu correspondente heterossexual, quando isto não é inevitável, mas uma construção cultural que gera uma resposta social. Yavorsky (2016) descreve que, na transição, a mulher transgênera sai de uma posição privilegiada, a de ser homem em uma sociedade que “premia masculinidades em detrimento de mulheres e feminilidades” (Yavorsky, 2016, p. 1, tradução nossa), para uma posição subalterna. Contudo, não seria possível corroborar este argumento, se, para algumas, esta posição de privilégio não é percebida, pois suas masculinidades não são hegemônicas, são associadas com outra identidade sexual socialmente em desvantagem, a gay.

Estas histórias podem ser interpretadas à luz de um conceito já apresentado que, discutido por Butler (2015), tem sido aplicado em pesquisas brasileiras sobre sexualidade: a noção de “abjeto” (Veras & Guasch, 2015). Essas histórias convergem no sentido de formação de uma interpretação social das identidades transgênero femininas a partir desta separação constitutiva entre sujeitos normais e anormais, na abjeção. A formação da identidade que, desde cedo, no início da adolescência, é marcada por interações sociais diversas sobre serem estranhas, acompanha a trajetória de serem gays, para algumas, até identificarem como transgênero.

O sujeito não é livre para decidir e agir fora das próprias relações de poder e discursos que o constituem como sujeito. Pelo contrário, são os processos de nomeação e categorização que operam pelo discurso que produzem alguém como um sujeito viável (Souza, 2017, p. 314)

Sua força motriz está ligada à relação entre raça e sexualidade, uma vez que é dentro dessa relação que se cria o processo de normalização, o qual faz com que alguns indivíduos sejam vistos como menos humanos ou abjetos (Santos & Carrieri, 2015, p. 14)

Além disso, essas considerações reforçam o caráter performativo das identidades, pois são “reiteraões pragmáticas de convenções” (Barbosa, 2013, p. 356). É no caminho de representar que as práticas discursivas colaboram na constituição de um sujeito que, definido, tem na ficção de universalidade de sua categoria uma legitimação usada em favor das estruturas de poder, como os sistemas jurídicos, que “engendram, naturalizam e imobilizam” (Butler, 2016, p. 24). Neste sistema de crenças, a pessoa transgênera é representada e também autorrepresentada como ser desviante. Esta autorrepresentação de desvio, interpretada como negativa, pode se estender por um período limitado de tempo enquanto se busca autoconhecimento e identificações, pois é na interpretação do outro – este outro como um elemento bom de representatividade – como próximo que se estabelece um conceito mais positivo de si. A categoria identitária, que não é a causa do problema, mas efeito do que se tornam no social (Butler, 2016), continua seu curso de ação, como uma reconfiguração constante do gênero.

Como um momento importante das entrevistas, o debate sobre o que seria “ser mulher” para as participantes, tornou-se também uma importante ocasião de autorreflexão. “*Pra mim, ser mulher... Assim, mulher trans ou mulher mesmo (cisgênero)?*” (Trecho da entrevista com Afrodite.). Este trecho foi recorrente em algumas entrevistas, mesmo que em outras palavras. A separação de categorias gerou uma dúvida na questão, quando compararam mulheres cis com mulheres transgênero, apesar do questionamento não ter direcionado esta divisão. Na interpelação do “eu”, a dúvida latente sobre ser ou não mulher, ainda implica suspeita sobre o que seria uma resposta válida.

O ser “mulher” poderia sê-lo em substantivo, em relação à substância, a configuração de corpo e mente. Entretanto, é também no corpo que se torna adjetivo, como na definição gramática, aquilo que modifica o substantivo, “ser mulher” pode ser uma qualificação, uma indicação de passabilidade – representada na linguagem trans como aquele(a) que “passa por”. Segundo Baggio (2017, p. 365, tradução nossa), a passabilidade, ou seja, “o grau em que os outros tomam uma pessoa transgênero como cisgênero”, é um fator determinante para o seu ingresso em organizações. A leitura social, como uma interpretação da sociedade em relação à imagem de corpo e performance que se passa, adjetiva o corpo, a substância em transição e, assim, ser mulher é qualidade. Nesta qualificação, é o “outro” quem julga. Como em Butler (2016, p. 51), “considera-se a experiência de uma disposição psíquica ou identidade cultural de gênero como uma realização ou conquista”, cujo triunfo está no outro

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

que define e na definição do que é a partir da negação do outro gênero, o masculino, dentro da lógica binária deste arranjo.

‘Você é uma mulher trans porque você quer imitar uma mulher’. [...] Mas a gente não quer ser uma mulher, a gente já nasceu sendo uma mulher. Desde a barriga, do útero da mãe da gente, já era uma menina. Já tinha uma flor dentro da gente. Eu digo que a mulher trans... A mulher [cis] já nasce com a flor desabrochada. A mulher trans não. A mulher trans nasce primeiro com os espinhos, com toda a fase de por quês, de dúvida, de incerteza. A flor só vai desabrochar realmente quando você tem o pensamento certo. (Trecho da entrevista com Amanda.)

A metáfora que Amanda apresenta pode ser compreendida a partir do uso do verbo “desabrochar” e dos elementos que compõem a imagem do desenvolvimento da flor que ela compara ao conceito que elabora sobre ser mulher. O gênero como devir, percebido neste relato, pode ser apreendido a partir das duas perspectivas concorrentes na narrativa, a da mulher cis e a da mulher trans. A primeira seria a flor que já nasceu desabrochada e, nesta qualidade, é também no outro que julga que a definição se torna válida, pois é na resposta social que a mulher cis já nasceria nesta suposição do ser mulher, no corpo sexuado. A flor que vai desabrochar em um futuro que, ainda incerto, é definido após o período de transformação, imbricado em sofrimentos diversos, representa uma mudança de pensamento, como uma maturidade psicológica de reconhecer-se e aceitar-se. A metáfora corresponde, assim, em partes, ao pensamento de Butler (2016, p. 195), “se o gênero é algo que a pessoa se torna – mas nunca pode ser –, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo [...] mas antes como uma ação incessante e repetida”. O que não corresponde na citação está implícito na leitura interpretativa, logo que a mulher cis não seria o gênero real, pois não pode sê-lo, mas é vista desta forma porque seu gênero foi naturalizado, atribuído desde seu nascimento.

Pois é, eu entrei como Francisco porque eu tinha medo. (Trecho da entrevista com Andressa.)

Avançando na discussão sobre o processo de constituir-se e o ingresso no mercado de trabalho, Andressa relata o que se apresenta como um medo da expressão da autoidentificação. Esta é prática comum que busca evitar represálias, assédios que

peças trans sofrem. Como um disfarce de si, não assumir na organização que se é trans é uma estratégia de defesa social, tanto para o ingresso como para a permanência no emprego. Baggio (2017) caracteriza este como um dos primeiros obstáculos que essas pessoas enfrentam. Neste sentido, o telemarketing, como uma opção conhecida por elas e viável neste processo, torna-se a “primeira” ou a “única” para muitas, como descrevem.

Ah, eu procurei trabalho lá no telemarketing [...] pelo fato deles aceitarem a gente nesse ramo, não tem, assim, muito, uma restrição. (Trecho da entrevista com Afrodite.)

Foi a última das últimas opções [...] o call center estava muito forte aqui em Teresina. (Trecho da entrevista com Amanda.)

Porque somos pessoas mais desenroladas, mais divertidas. Isso foi o que me falaram. (Trecho da entrevista com Andréia.)

A empresa acabou sendo minha primeira e única opção pro mercado de trabalho. (Trecho da entrevista com Aurora.)

Discorrer sobre a inserção de travestis e mulheres transgênero no mercado de trabalho no atual contexto histórico e econômico do Brasil requer ressalvas quanto à disponibilidade de empregos de uma forma geral. Entretanto, a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho não perpassa somente o contexto de crise econômica e qualificação profissional, pois a discussão não se situa nestes âmbitos. O não enquadramento delas no perfil desejado pelo mercado/população afasta elas da empregabilidade e tal distanciamento do emprego formal, reforçado ao longo do tempo, perpetua a representação da função da pessoa transgênera na sociedade.

O relato de um caso sob supervisão de Anita é retratado a seguir em suas palavras.

Ela era bem retraída, né. Eu trabalho como monitora de qualidade lá e, geralmente, me colocam em grupos que estão em situação crítica. Quando eu cheguei lá eu fui questionar primeiramente os supervisores [...] e logo de cara já foi dito que tinha um viado que usava batom, que ia bem maquiado pra lá. Aí eu já estranhei, né. Eu disse: “Ele tá falando isso pra mim mesmo?” Enfim. Aí ela já me chamou

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

né, na época se chamava [nome masculino]. Ela ficou muito curiosa. Leu no meu crachá e perguntou como é que fazia pra ter o crachá. (Trecho da entrevista com Anita sobre outra participante da pesquisa, Aurora.)

A gente tem que, primeiro, falar quem a gente é e era muito estranho falar meu nome antigo. Eu não tenho problema de falar [o nome masculino de registro]... é relevante isso? A Anita me ajudou muito nisso. Foi graças a ela que eu soube que eu poderia conversar com o gerente e saber se eu poderia ou não estar falando “a Aurora”. (Trecho da entrevista com Aurora.)

A introspecção de Aurora, notada por Anita, poderia ser interpretada como uma defesa, como já abordado em outros momentos da análise, um recolhimento como um modo de evitar a retaliação (Butler, 2016). Apesar disso, as marcas que caracterizavam sua transição, ou em termos gerais, sua diferença, eram perceptíveis e destacadas no discurso que a produzia como desviante naquele ambiente. Porém, na identificação com o outro, como Anita, ela vê a possibilidade de ‘ser’. Este trecho da entrevista de Anita, quando ela menciona o momento em que teve o primeiro contato com Aurora, é o relato de um momento pertinente à compreensão de como o processo de identificação no outro pode ser relevante a uma maior liberdade de ‘ser’ dentro do ambiente de trabalho. Como ilustrativo do que Butler (2016) considera ser o reconhecimento, o autoconhecimento e o conhecimento do outro na relação social, elas se conhecem na alteridade, em uma interpelação que trouxe à Aurora a possibilidade de atender os clientes a partir de sua identificação como uma mulher. A dificuldade anterior, sentida e relatada por ela, a impedia de acessar sua própria subjetividade no discurso, a partir de sua fala e de suas ações (Foucault, 2012).

Corroborando o que Peixoto e Ferreira (2018) argumentam sobre como a significação pode atuar em serviço da manutenção da assimetria de poder nas relações sociais, na produção de significados que constituíam Aurora como “um viado que usava batom”, sua identificação, percebida pelo outro e, na mesma direção por ela, limitava sua atuação como um obstáculo que também a impedia de perceber-se como mulher transgênera no trabalho. Nesta interpelação, a introspecção de sua atuação nas relações sociais se tornou um problema, que deveria ser resolvido pela monitora de qualidade. Beauregard *et al.* (2018) discutem como situações similares implicam silenciamentos em indivíduos que ainda estão em transição, mas que preferem não tornar pública sua identidade ou sua transição para evitar interações negativas. Além

disso, McFadden e Crowley-Henry (2018) argumentam que enfrentar estes óbices de permanência no ambiente de trabalho pode ser uma atividade difícil e a expectativa do processo acabar por inibir as pessoas transgênero de iniciá-lo (Mcfadden & Crowley-Henry, 2018).

Entre alguns lugares comuns, no trabalho, de estabelecimento de narrativas discriminatórias que apareceram nas entrevistas, o banheiro parece ser o principal. Seja pela difícil autopercepção de quando o corpo estaria modificado o suficiente, adequado a uma resposta social, para que houvesse o conforto do convívio comum com outras pessoas do mesmo gênero identificado nas portas dos banheiros. Seja pela dificuldade de aceite dos outros que julgam, quando o obstáculo da autopercepção já foi vencido, e que não se tornam receptivos. O caminho encontrado por algumas, ou mesmo indicado – como Anita relatou em sua entrevista –, foi o banheiro destinado às pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco tomado neste artigo foi o percurso de travestis e mulheres transgênero no seu ingresso no mercado formal de trabalho, envolvidos pelo seu contexto de transição de gênero. A atividade laboral no telemarketing, o atendimento intermediado pela linha telefônica, possibilita que a voz se desprenda do corpo, que se apaga. Também são apagadas – momentâneo e circunstancialmente – as práticas sociais discriminatórias. No texto da interpelação do atendimento os sujeitos se conhecem. As marcas culturais que caracterizam o corpo e que, a olho nu, poderiam desconstruir a ontologia presumida que facilita esta conexão, ainda permanecem quando a realidade está fora dela. Nesta direção, a proposta emancipatória de reivindicar a voz fora desses espaços auxiliaria na eliminação da condição de latência da discriminação.

Essa negociação permanente da visibilidade de seus corpos advém de uma construção destes na abjeção, na margem e na manutenção deste status quo. Compreender como as identidades transgênero femininas são discursivamente construídas no percurso semântico que abrange seu ingresso no mercado formal de trabalho, ambos envolvidos pelo seu contexto de transição de gênero, permitiu a reflexão de como esta constituição – na crítica do que hierarquiza seus corpos e vidas como inferiores – também tem transformado o social. A dialética desta relação aponta a fluidez das identidades transgênero e, sejam nos discursos médico, jornalístico, jurídico, orga-

nizacional ou popular, os aspectos que as inferiorizavam têm sido reinterpretados. A representatividade tem seu papel nesta transformação.

Para encerrar esta seção, dentre as limitações do estudo, está a dificuldade de expor, em espaço limitado o resultado de um material denso e carregado de elementos que auxiliam na compreensão de como as participantes descrevem o processo de constituir-se e como este processo é associado ao seu ingresso no mercado de trabalho formal. Outra limitação é a localização do estudo, o que abre espaço para o seu desenvolvimento em outras regiões do Brasil e em outros contextos de trabalho.

REFERÊNCIAS

- Ainsworth, S., & Hardy, C. (2004). Critical discourse analysis and identity: Why bother? *Critical Discourse Studies*, 1(2), 225-259.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2018). *Dossiê Mapa dos Assassínatos 2017 ANTRA*. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapad-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>
- Atkinson, R., & Flint, J. (2001). Accessing hidden and hard-to-reach populations: Snowball research strategies. *Social Research Update*, 33(1), 1-4.
- Baggio, M. C. (2017). About the relation between transgender people and the organizations: New subjects for studies on organizational diversity. *REGE-Revista de Gestão*, 24(4), 360-370.
- Barbosa, B. C. (2013). “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, (14), 352-379.
- Bauer, M., & Aarts, B. (2012). A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (pp. 39-63). Petrópolis: Vozes.
- Beauregard, T. A., Arevshatian, L., Booth, J. E., & Whittle, S. (2018). Listen carefully: transgender voices in the workplace. *The International Journal of Human Resource Management*, 29(5), 857-884.
- Butler, J. (2015). *Corpos que importam/Bodies that matter*. Sapere Aude, 6(11), 12-16.

- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (11th ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Denzin, N. K. (2018). Investigação qualitativa crítica. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 13(1).
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens* (2nd ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Doan, P. L. (2010). The tyranny of gendered spaces—reflections from beyond the gender dichotomy. *Gender, Place & Culture*, 17(5), 635-654.
- Dundon, T., & Ryan, P. (2009). Interviewing reluctant respondents: Strikes, henchmen, and Gaelic games. *Organizational Research Methods*, 13(3), 562–581.
- Everly, B. A., & Schwarz, J. L. (2015). Predictors of the adoption of LGBT-friendly HR policies. *Human Resource Management*, 54(2), 367-384.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social* (2nd ed.). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Ferreira, J. M., & Nogueira, E. E. S. (2013). Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. *Revista de Administração Contemporânea*, 17(4), 398-417.
- Foucault, M. (2012). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Hall, S. (2014). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Madera, J. M. (2013). Best practices in diversity management in customer service organizations: an investigation of top companies cited by Diversity Inc. *Cornell Hospitality Quarterly*, 54(2), 124-135.
- Martinez, A. (2019). Queer, Teoría. In A. M. Colling & L. A. Tedeschi (Eds.), *Dicionário crítico de gênero* (2nd ed., pp. 625-629). Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados.
- Martins, R. M. de, & Mesquita, R. F. de. (2024). Las personas Trans y la educación profesional y tecnológica: una revisión narrativa de la literatura. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 18(54), 272–298. <https://doi.org/10.5281/zenodo.13161584>

A Jornada de Travestis e Mulheres Transgênero em Constituir-se e Entrar no Mercado Formal de Trabalho

- McFadden, C. (2015). Lesbian, gay, bisexual, and transgender careers and human resource development: A systematic literature review. *Human Resource Development Review*, 14(2), 125-162.
- McFadden, C., & Crowley-Henry, M. (2018). 'My People': the potential of LGBT employee networks in reducing stigmatization and providing voice. *The International Journal of Human Resource Management*, 29(5), 1056-1081.
- O'Shea, S. C. (2018). This girl's life: an autoethnography. *Organization*, 25(1), 3-20.
- Paniza, M. D. R., & Moresco, M. C. (2022). À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho. *Revista de Administração de Empresas*, 62.
- Peixoto, M. E. G., & Ferreira, R. (2018). Texto e ideologia: a análise de discurso textualmente orientada. *Fórum Linguístico*, 15(1), 2875-2890.
- Pinto, J. P. (2007). Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. *Delta*, 23(1), 1-26.
- Pizzi, R. C., Pereira, C. Z., & Rodrigues, M. S. (2017). Portas Entreabertas: o mercado de trabalho sob a perspectiva de travestis e mulheres transexuais. *Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, 4(1), 352.
- Resende, V. M., & Ramalho, V. C. V. S. (2016). *Análise do discurso crítica* (2nd ed.). São Paulo: Contexto.
- Santos, J. V. P., & Carrieri, A. P. (2015). A desconstrução do sujeito na relação entre o pós-estruturalismo e a analítica queer. *Revista Sociais e Humanas*, 28(3), 08-22.
- Souza, E. M. (2017). A Teoria Queer e os Estudos Organizacionais: Revisando Conceitos sobre Identidade. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(3), 308.
- Souza, E. M., Souza, S. P., & Silva, A. R. L. da. (2013). O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 17(2), 198-217.
- Veras, E. F., & Guasch, Ò. (2015). A invenção do estigma do travesti no Brasil (1970-1980). *História, histórias*, 1(5), 39-51.

- Webster, J. R., Adams, G. A., Maranto, C. L., Sawyer, K., & Thoroughgood, C. (2018). Workplace contextual supports for LGBT employees: A review, meta-analysis, and agenda for future research. *Human Resource Management*, 57(1), 193-210.
- Wolfe, B. M. (2018). The Changing Landscape of Transgender. Sex Work, Pimping, and Trafficking in Brazil. In L. Nuttbrock (Ed.), *Sex Work and Society* (pp. 264-286). New York: Harrington Park Press.
- Yavorsky, J. E. (2016). Cisgendered Organizations: Trans Women and Inequality in the Workplace. *Sociological Forum*, 31(4), 948-969.
- York, S. W., Oliveira, M. R. G., & Benevides, B. (2020). Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, 28.
- Zucchi, E. M., Barros, C. R. dos S., Redoschi, B. R. L., Deus, L. F. A. de, & Veras, M. A. de S. M. (2019). Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35, e00064618.

O Trabalho nos Mares: Vivências de Prazer e Sofrimento de Pescadores Artesanais

Ana Zenilce Moreira

Universidade Estadual do Ceará, Brasil - anazenilce@gmail.com

Ana Cristina Batista dos Santos

Universidade Estadual do Ceará, Brasil - ana.batista@uece.br

Resumo

O estudo investiga as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de pescadores artesanais na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho (PDT). Trata-se de pesquisa qualitativa, com coleta de dados por meio de treze entrevistas semiestruturadas com pescadores artesanais que atuam no litoral de um estado do Nordeste do Brasil. Os treze sujeitos foram definidos por método de conveniência, desde que atendessem ao critério de serem trabalhadores do mar. Os dados foram tratados por meio da Análise dos Núcleos de Sentido (a ANS). Os resultados revelaram que as principais fontes de prazer no trabalho dos pescadores artesanais surgem da identificação com o trabalho, da realização e da coletivida-

de. Os principais sofrimentos enfrentados por eles, no trabalho, são oriundos de um grupo de fatores de risco, da falta de reconhecimento e da ausência de medidas organizacionais e políticas públicas. Por fim, a relação com o mar é fonte tanto de prazer como de sofrimento. Contribui-se com uma nova visão acerca das vivências de prazer e sofrimento no trabalho de uma categoria profissional historicamente estigmatizada e esquecida pelo poder público e pela sociedade, alertando quanto à necessidade de reforçar a segurança no trabalho desses indivíduos e a urgência de políticas públicas que os assegurem reconhecimento e valorização profissional.

Palavras-chave: Prazer, sofrimento, pescador artesanal, trabalho.

The Work at the Seas: Experiences of Pleasure and Suffering of Artisanal Fishermen

Abstract

The study investigates the experiences of pleasure and suffering in the work of artisanal fishermen from the perspective of Psychodynamics of Work (POW). It is a qualitative research, with the data collection supported by thirteen

semi-structured interviews conducted with artisanal fishermen who work on the coast of a northeastern Brazilian state. The thirteen subjects were defined by convenience method, as long as they met the criterion of being

sea workers. A core meaning-based analysis, ANS, was used to treat the data collected. The main sources of pleasure in the artisanal fishermen's work come from the identification with work, realization and collectivity. The main sufferings faced by them in work come from a group of risk factors, from the lack of recognition, and from the absence of organizational measures and public policies. Lastly, the relationship with the sea results

in both pleasure and suffering in work. The contribution is a newer conception about the experiences of pleasure and suffering in the work of a historically stigmatized and forgotten professional category by public power and society, making an alert about the need to reinforce work safety for this group and the urge for public policies that can assure them recognition and professional valorization.

Keywords: Pleasure, suffering, artisanal fishermen, work.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI é o século dos mares e dos oceanos. Com exploração em grande escala e utilização dos recursos terrestres, têm surgido conflitos entre as pessoas e o uso dos recursos da Terra (Liu, Xu, Wang, & Xie, 2017). O oceano desempenha papel importante na sobrevivência e no desenvolvimento dos seres humanos, assim como os seres humanos estão cada vez mais envolvidos em atividades relacionadas à exploração do oceano (Yang, Geng, Fu, & Zhu, 2022).

A China é um grande produtor de peixes, com 35% da produção global em 2018. Nesse mesmo ano, parte significativa da produção foi oriunda da Ásia (34%), seguida pelas Américas (14%), Europa (10%), África (7%) e Oceania (1%). O Brasil, contudo, não informa os dados de produção oficial inerentes à captura e aquicultura desde 2014, à exceção dos dados sobre atuns e espécies congêneres que são obtidas por meio das organizações regionais de gestão de pescas (RFMOs), que são organizações internacionais formadas por países com interesses pesqueiros em uma área (Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO, 2020).

A classificação das categorias da Pesca Comercial Artesanal no Brasil ocorre de acordo com a Lei nº 11.959/09, na qual a pesca profissional se divide em pesca industrial e artesanal. Para efeitos de aplicação da instrução normativa nº 06/2012, pescador profissional na pesca artesanal é aquele que desempenha a atividade de pesca profissional em regime de economia familiar ou de modo autônomo, utiliza meios de produção próprios ou atende a contrato de parceria, pode atuar de forma desembarcada ou usar embarcação de pesca com arqueação bruta (AB) menor ou igual a

20 (vinte); enquanto o pescador industrial é aquele que, na condição de empregado, exerce a atividade de pesca profissional em embarcação de pesca com qualquer arqueação bruta (Brasil, 2021).

Para Santos e Almeida (2016), a pesca é uma das atividades ocupacionais mais perigosas, principalmente por conta da alta ocorrência de acidentes, frequentemente, fatais. As condições de trabalho dos pescadores são distintas das situações vivenciadas pelos trabalhadores de outros setores. Isto porque na pesca não há uma notória separação entre o tempo de trabalho e de lazer ou atividades particulares, como é perceptível em muitos trabalhos.

Face às singularidades desse contexto laboral e à escassez de pesquisas que abordem as condições laborais objetivas, subjetivas e intersubjetivas desses trabalhadores, o presente artigo procurou investigar as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de pescadores artesanais na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho (PDT). Para tanto, foram conduzidas treze entrevistas semiestruturadas com pescadores artesanais de diferentes espaços geográficos do litoral de um estado do Nordeste brasileiro. A Análise dos Núcleos de Sentido (ANS) foi utilizada nas etapas de tratamento dos dados narrativos obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia do Mar e o Trabalho dos Pescadores

A pesca é uma atividade essencial à segurança alimentar e nutricional global e oferece meios de desenvolvimento a fim de contribuir para a prosperidade, a pacificidade e a justiça mundiais. Os recursos pesqueiros e de aquicultura, nos ecossistemas marítimos e de água doce, constituem uma das maiores fontes mundiais de proteína animal. De acordo com o relatório *The State of World Fisheries and Aquaculture* (SOFIA) de 2022, publicado pela Food and Agriculture Organization of the United Nations (2022), em 2018 a produção global de peixes foi estimada em cerca de 179 milhões de toneladas. A aquicultura foi responsável por 46% da produção total e 52% do pescado foi utilizado para consumo humano. Em 2019 a produção global foi de 177,4 milhões de toneladas e em 2020 foram 177,8 milhões de toneladas.

O termo “pescador” designa toda pessoa engajada ou empregada a qualquer título e que exerce uma atividade profissional a bordo de uma embarcação de pesca, com

a inclusão de pessoas que trabalham a bordo e com remuneração baseada em participação da captura. Estão excluídos dessa classificação demais pessoas a serviço permanente de um governo, pessoas em terra encarregadas de realizar trabalhos a bordo de uma embarcação de pesca, observadores de peixes e o pessoal naval (Organização Internacional do Trabalho, 2020).

A atividade pesqueira no Brasil é regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Essa lei dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Destaca-se que a pesca nacional se classifica nas seguintes categorias: i) artesanal; ii) industrial; iii) científica; iv) amadora; e v) de subsistência.

Entre os anos de 2014 e 2019, a produção aquícola no Brasil cresceu 1,25% ao ano, devido ao desempenho superior de duas regiões, Sul e Sudeste, que detiveram, praticamente, 50% da produção nacional, com 282 mil toneladas (Ximenes, 2021). Entre as principais dificuldades para o desenvolvimento deste setor, em paralelo com os demais setores marinhos e marítimos, aponta-se a falta de coleta, sistematização e divulgação de estatísticas a respeito da atividade pesqueira no país (Embrapa Pesca e Aquicultura, 2020; FAO, 2020).

Em acréscimo, mesmo havendo uma tendência de crescimento no número de empregos nesse setor no Brasil, especialmente naquelas atividades de caráter adjacente, como o comércio, especialistas e organizações sinalizam a ausência de dados oficiais sobre a geração de renda e a quantificação das atividades pesqueiras no país, o que dificulta uma mensuração precisa dos números desse setor, sendo o aperfeiçoamento das bases de dados e dos métodos de aferição, portanto, um dos principais desafios e necessidades para o levantamento das informações sobre o setor pesqueiro brasileiro (Andrade, Hillebrand, Santos, Mont'Alverne, & Carvalho, 2022).

Apesar de o Brasil ter muito potencial na produção de pescado, o país ainda possui uma contribuição pequena na produção mundial. É preciso destacar que o Brasil foi explicitamente mencionado de forma negativa no Relatório 2020 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) sobre o estado mundial da pesca e da aquicultura, por não disponibilizar seus dados oficiais de produção desde 2014 (FAO, 2020).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2009), frequentemente, a remuneração dos trabalhadores é baseada na divisão das capturas de um barco ao invés de um salário fixo, peculiaridade essa que diferencia o setor pesqueiro. Isso contribui para a existência de pescadores que não são trabalhadores no sentido convencional, haja vista que muitos são proprietários-armadores ou são considera-

dos trabalhadores autônomos. Portanto, as tipologias e salvaguardas estabelecidas para as pessoas que trabalham em ocupações e indústrias em terra certamente não são adequadas ou eficazes para o setor pesqueiro.

Dos fatores de risco no trabalho do pescador, destacam-se os riscos físicos, sobretudo o frio e os fatores ergonômicos, particularmente as lesões músculo-esqueléticas, em decorrência das cargas excessivas, de posturas forçadas, de movimentos com repetição, do estresse, inadequada organização e tensão para a manutenção do equilíbrio frente às instabilidades da embarcação. Além desses, há relatos de teor patológico, como o enfrentamento de doenças imunoalérgicas e oncológicas (Santos & Almeida, 2016).

Por fim, muitos pescadores vivem e trabalham a bordo de seus barcos em condições de aglomeração ou de confinamento. Podem ser submetidos a extensos períodos distantes de suas residências, em jornadas de trabalho bastante exaustivas. O acesso a alimentos adequados e a água potável, assim como às instalações de lazer durante as suas horas de descanso, podem representar um contratempo. A fadiga juntamente a extensas jornadas de trabalho consiste em um grave problema para esses profissionais (Organização Internacional do Trabalho, 2009).

2.2 Prazer e Sofrimento do Trabalhador na Perspectiva da PDT

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT) pode ser definida como uma análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos que são mobilizados pela situação do trabalho (Sznalwar, Uchida, & Lancman, 2011). Para Dejours, Abdoucheli e Jayet (2007, p. 18), a Psicodinâmica do Trabalho “designa o estudo dos movimentos psicoafetivos gerados pelo aprimoramento dos conflitos intersubjetivos e intrasubjetivos” existentes no trabalho. Segundo a teoria dejouriana, prazer e sofrimento são vivências que integram os movimentos psicoafetivos de qualquer trabalho, pois os conflitos intersubjetivos e intrasubjetivos são inerentes ao trabalhar.

Assim, o presente artigo parte do pressuposto de que o trabalho dos pescadores tem uma psicodinâmica permeada por prazeres e sofrimentos peculiares, próprios desse tipo específico de trabalhar. A PDT estabelecida por Dejours relaciona sofrimento e prazer no trabalho, além de fornecer evidências para o envolvimento subjetivo do trabalhador, sua mobilização, estratégias, perspectivas de criação, bem como adoecimento no desempenho de sua atividade (Cavanellas & Brito, 2019).

Desde a sua formação, a PDT se relaciona com a psicanálise, a psicologia e a ergonomia, além da sociologia e da medicina do trabalho, entre outras áreas (Dejours, 2004). Cabe destacar a diversidade de atividades profissionais, ou profissões, que são o escopo dos estudos da teoria da Psicodinâmica do Trabalho. Esse aspecto demonstra a teoria em pauta como um conjunto de concepções teóricas e procedimentos metodológicos relevantes, coesos e atualizados, que são aplicados em estudos e pesquisas com uma abrangência de situações laborais, pertencentes a processos de sofrimento e adoecimento no trabalho (Conde, Cardoso, & Klipan, 2019).

O escopo de investigação da “Psicopatologia do Trabalho” foi ampliado pela PDT (Gemelli & Oltramari, 2020). A averiguação sobre a patologia manteve-se em posição de notoriedade, contudo a sua compreensão foi amplificada, pois são utilizados conceitos que consideram tanto sofrimento quanto prazer e o adoecimento mental, assim como a normalidade, sendo essa última definida como o equilíbrio psíquico encontrado entre as defesas psíquicas e o destabilizante ou patogênico constrangimento do trabalho (Soldara, 2016).

Acerca do sofrimento, Conde et al. (2019) afirmam que este é uma patologia quando as aspirações individuais são inadequadas ao trabalho, de modo que o indivíduo atua somente em prol da produtividade, mas ele também pode ser remodelado em “criatividade” e age de forma positiva para a identidade e para a mobilização da saúde. Assim, por intermédio da modificação do sofrimento, é possível que ele seja convertido em criatividade e contribua de modo positivo com o sujeito, assim como no favorecimento da saúde. Dessa forma, a PDT passa a ter um novo questionamento sobre o que se pode fazer para alterar o destino do sofrimento, bem como a sua transformação em prazer.

O sofrimento no trabalho tem início quando, apesar do zelo do trabalhador com o seu trabalho, ele não consegue realizar a tarefa a contento. Em contraste, o prazer começa quando o trabalhador consegue criar soluções convenientes, por conta do seu zelo, para concretizar o seu trabalho e evitar ou transformar os sofrimentos. Assim, prazer e sofrimento no trabalho não são um suplemento de alma, são estritamente indissociáveis do trabalhar. O zelo no trabalho é, irredutivelmente, associado ao engajamento afetivo da subjetividade em conflito com o real do trabalho, aquele que se apresenta por sua resistência ao domínio das prescrições (Dejours, 2012).

Ao analisar a constituição do “medo” no ambiente de trabalho, Bedoya-Dorado (2019) constatou que os participantes de seu estudo destacaram a coletividade ao se referirem sobre o sentimento, pois em seus relatos reconheceram-se como membros

de um grupo social que pode ser atingido pela ação de outros sujeitos. Sobressaiu-se também a discussão sobre a vivência do medo de ser demitido ou de perder o emprego, que envolve não somente o desempenho do trabalhador em sua organização, mas o relacionamento com seus chefes e colegas, assim como as decisões gerenciais.

Sob outra visão, as implicações psicológicas estabelecidas pela violência no trabalho, nem sempre explícitas por meio de transtornos psíquicos, foram verificadas em circunstâncias de acentuado sofrimento. Conforme constatado no estudo realizado por Lancman et al. (2009), os sujeitos investigados desenvolveram estratégias para reduzir esse sofrimento, defenderam-se de modo psíquico e continuaram a trabalhar; buscaram compor redes de solidariedade e de proteção com a população no intuito de diminuir a vulnerabilidade. Em resumo, aprenderam, a partir da experiência acumulada, a identificar situações de risco com a finalidade de evitar aquelas situações ameaçadoras.

Para Dejours (1987), o sofrimento é um estado de luta experimentado por trabalhadores para não adoecerem. Nessa perspectiva, sofrimento é uma lacuna entre a saúde e a doença. Com a intenção de se proteger do sofrimento mental no trabalho, o indivíduo desenvolve estratégias defensivas. Apesar de a maioria dos estudos sobre o estresse ocupacional estarem interessados nos mecanismos que os indivíduos utilizam para se adaptarem, a PDT analisa os processos intersubjetivos para compreender as estratégias defensivas coletivas relacionadas à mobilização de vários indivíduos que foram expostos às mesmas situações constrangedoras e estressoras no ambiente organizacional (Vézina, 1996).

Dejours (1993) descobriu que os trabalhadores não são passivos diante das restrições organizacionais e são capazes de se protegerem de seus efeitos nocivos à saúde mental. Ou seja, os trabalhadores sofrem, mas sua liberdade frente ao sofrimento se manifesta na construção de estratégias defensivas. Disso, as oito estratégias de adaptação são: confronto, distanciamento, autocontrole, fuga-evitação, reavaliação positiva, resolução de problemas, busca de apoio social e aceitação de responsabilidade (Alderson, 2004).

As organizações também podem promover um ambiente que gere prazer no trabalho. Para isso, faz-se necessário promover a identidade de uma pessoa com o trabalho que executa na organização onde trabalha, permitindo que esse indivíduo utilize suas competências e desenvolva outras. Desse modo, o sujeito terá condições de desenvolver um maior senso de domínio do ambiente e de autorrealização (Vézina, 1996). Destaca-se também a função positiva fornecida comumente pelo reconheci-

mento ao converter o sofrimento derivado do trabalho em prazer, em consolidação do ego e no fortalecimento da identidade (Areosa, 2021).

3 MÉTODO

O presente estudo orientou-se por uma abordagem qualitativa, aquela em que cientistas sociais se aprofundam no mundo dos significados, visto que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares (Minayo, Deslandes, & Gomes, 2016). Conforme Minayo (2010), a pesquisa qualitativa é o que se aplica ao estudo das histórias, das relações, das representações, das percepções e das opiniões, sendo o resultado das interpretações que os sujeitos fazem sobre a sua forma de viver, como sentem, pensam e constroem seus artefatos.

Para a coleta dos dados, foram realizadas treze entrevistas semiestruturadas, conforme acessibilidade aos indivíduos, com foco nos relatos de suas vivências no trabalho. Essa técnica tem o objetivo de obter informações em profundidade e que se ajustam à proposta da entrevista qualitativa (Bauer & Gaskell, 2018). Dessa maneira, foi estabelecido o uso de um roteiro pré-elaborado, visto que, devido à sua flexibilidade, esse tipo de instrumento permite a inclusão ou a exclusão de perguntas na ocasião de sua aplicação.

Quanto à amostragem, a pesquisa classifica-se como amostragem de casos múltiplos, por contraste-saturação (Pires, 2008). Em suma, as pesquisas qualitativas enquadradas como de amostragem por casos múltiplos sustentam-se em duas formas-tipo, sendo: (i) a das entrevistas com vários indivíduos e (ii) a dos estudos coletivos de casos, de acordo com Pires (2008). Neste estudo, utilizou-se a primeira tipologia. Os treze pescadores entrevistados exercem a atividade pesqueira artesanal marítima em distintos setores, áreas e pontos de pesca localizados no litoral de um estado do Nordeste brasileiro. A Tabela 1 traz o perfil dos entrevistados.

Tabela 1

Perfil dos pescadores artesanais entrevistados

Nº	Nome fictício	Idade	Escolaridade	Estado civil
1	Jetro	62	Ensino Fundamental Completo	Casado
2	Petros	44	Ensino Médio Incompleto	Casado
3	Yosef	66	Ensino Médio Incompleto	Solteiro
4	Noah	67	Analfabeto	União estável
5	Elazar	60	Ensino Médio Completo	Casado
6	Phillippos	36	Ensino Médio Incompleto	Solteiro
7	Zion	43	Ensino Médio Incompleto	União estável
8	Dawid	68	Analfabeto	Casado
9	Elijah	33	Ensino Médio Incompleto	Solteiro
10	Lewi	39	Ensino Fundamental Completo	Solteiro
11	Stephanus	40	Ensino Fundamental Completo	Casado
12	Hazáq	52	Ensino Fundamental Completo	Casado
13	Evágon	75	Ensino Fundamental Incompleto	Viúvo

Fonte: dados da pesquisa (2024).

As entrevistas tiveram tempo médio de duração de 54 minutos e foram realizadas por acessibilidade *in loco*, nas praias de atuação dos pescadores. Conforme consta na Tabela 1 e por questão de privacidade e ética, os nomes dos pescadores foram substituídos por nomes fictícios. Os entrevistados são do gênero masculino, com faixa etária intercaladas entre os 33 e 75 anos, sendo que este último mesmo aposentado ainda exerce o trabalho. No perfil de escolaridade, constatou-se a participação de pescadores analfabetos a participantes com ensino médio completo.

Para a análise dos dados, foi aplicada a Análise dos Núcleos de Sentido (ANS), cujos principais objetivos consistem no agrupamento e interpretação sistemáticos de conteúdo para a investigação de “temas psicológicos sobressalentes do discurso” (Mendes, 2007, p. 72). Com isso, é necessária uma leitura repetitiva e pormenorizada dos dados, visando a definição precisa dos núcleos de sentido. São exemplos de núcleos de sentido os excertos listados a seguir: i) “É você reconhecer que é pescador”; ii) “Me sinto gratificado e vitorioso”; iii) “Eu preciso do meu amigo e meu amigo precisa de mim”; iv) “Na época de muito vento não dá”; v) “Com a ventania e com a chuva tão medonha”; vi) “Não pode dar ao luxo de sentar”; vii) “Eles não reconhe-

cem”; viii) “Não ter uma política pública”; ix) “Eu gosto de estar dentro do mar”; e x) “O mar é cruel demais”.

Em síntese, foram identificados sete temas que versam sobre as vivências de prazer e de sofrimento no trabalho dos pescadores participantes deste estudo. Na validação destes resultados, foram aplicados 2 critérios: o teste de representatividade, que aponta o percentual de frequência de cada tema na totalidade das 13 entrevistas; e o teste de consistência interna, que é a relação entre as unidades de contexto (falas/trechos das entrevistas) associadas a um tema e a totalidade dessas unidades. Os resultados dos dois são expressos em porcentagem.

Em acréscimo, deve-se esclarecer que os temas selecionados foram aqueles com uma representatividade maior que 60% e uma consistência interna igual ou superior a 10%.

A partir da Tabela 2, pode-se acessar em detalhes essa etapa de validação.

Tabela 2

Testes de validação dos temas acerca das vivências de prazer e sofrimento

Temas	Representatividade	Consistência Interna
I. Identificação com o trabalho	8/13 (61,5%)	23/229 (10%)
II. Realização	11/13 (84,61)	34/229 (14,8%)
III. Coletividade	10/13 (76,9%)	30/229 (13%)
IV. Fatores de riscos	11/13 (84,61)	53/229 (23%)
V. Falta de reconhecimento	8/13 (61,5%)	27/229 (11,7%)
VI. Ausência de medidas organizacionais e políticas públicas	10/13 (76,9%)	34/229 (14,8%)
VII. Relação com o mar	9/13 (69,2%)	28/229 (12,2%)

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Da Tabela 2, aponta-se os temas de realização e fatores de risco com o maior percentual de representatividade. Quanto à consistência interna, os resultados são similares, com destaque também para o tema de ausência de medidas organizacionais e políticas públicas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os sete temas dentro das vivências de prazer e sofrimento dos pescadores entrevistados são: identificação com o trabalho; realização; coletividade; fatores de risco; ausência de medidas organizacionais e políticas públicas; falta de reconhecimento; e relação com o mar.

4.1 Identificação com o Trabalho

No trabalho dos treze entrevistados, a origem e raízes familiares desempenham uma função fundamental na escolha do indivíduo em tornar-se um pescador; e, ainda mais importante, em reconhecer-se como tal. Essa noção de identidade, inclusive, ultrapassa as documentações, por exemplo, para abranger a liberdade e a autonomia de ser quem se é e para fazer o que gosta.

Diante disso, inicialmente, o prazer no trabalho tem como fonte a possibilidade de dar continuidade aos papéis que, via de regra, eram exercidos pela figura do pai, destacando a forte influência da trajetória biográfica dos sujeitos nessa identificação com o trabalho, o que vem já desde muito cedo. É o caso dos participantes Elazar, Jetro e Phillipos, que entraram na atividade pesqueira aos 8, 12 e 15 anos, respectivamente. As falas a seguir ilustram melhor essa discussão: “Aqui a geração passa de pai *pra* filho. É tipo o que tá no sangue da gente. Meu pai é pescador, meu avô era pescador” (Phillipos); “Meu trabalho é esse mesmo, só esse mesmo. Minha vida é essa aqui, eu quero viver nesse mar. Enquanto eu tiver vivo, que eu puder remar, eu *tô* indo. [...] Eu quero ficar nesse trabalho *inté* chegar ao fim de vida” (Dawid); “[...] É você reconhecer que é pescador. Ter no coração e na mente; e que seu pai era pescador e agora ‘eu sou’, então, influir dessa atividade, desse nome de pescador. E mostrar que é! Não existe esse negócio de dizer ‘ah, eu sou pescador, só no nome, ah, no documento!’” (Jetro).

Adiciona-se a isso o prazer que advém do zelo com o trabalho (Dejours, 2012), que não despropositadamente emerge junto a essa paixão pelo que se faz: “Eu amo minha profissão” (Petros); “Eu gosto do mar, é o meu esporte predileto *pra* melhor lhe dizer” (Elazar); e “Quando eu vou *pro* mar, eu consigo comer do melhor que produzi” (Hazáq). O que contribui para a autorrealização e o reforço da identificação com a prática profissional (Vézina, 1996).

Embora exista esse forte senso de pertencimento à categoria dos pescadores, muitos sujeitos deixaram claro não querer a profissão para os seus filhos. É interessante apontar que isso se dá, principalmente, pelos perigos de se estar no mar e pela própria desvalorização dos pescadores, dentro e fora da profissão. Esse resultado coaduna com as dificuldades de acesso a pescadores com faixa etária mais jovem percebida por uma das pesquisadoras no momento da pesquisa de campo, haja vista que mais de 50% dos participantes do estudo têm idade acima dos 50 anos, inclusive, conforme relato de Yosef: “Meu pai é pescador. Pesca ainda com 89 anos!”.

Essa constatação pode ser vista também na Tabela 1 e está em consonância com os achados de Andrade et al. (2022), que apontaram o crescimento do número de empregados nesse setor em áreas adjacentes, como o comércio. Desse modo, convém refletir sobre a escassez de mão de obra mais jovem na atividade pesqueira artesanal, uma vez que há pescadores que já não se veem nessa atividade, tampouco anseiam ver seus filhos atuando nesse meio e, assim, já não os incentivam. Conforme relato de Stephanus, “Mas hoje eu já me vejo, além da pesca, eu já me vejo fora da pesca”; “A gente não gostaria que nossos filhos também fossem viver dessa forma de pesca, enfrentar esse marzão como os pais. Mas, isso é uma coisa que a gente pensa isso *pra* eles, mas isso é uma coisa deles”, encerra o pescador.

4.2 Realização

Deste tema, foi possível compreender como a concretização do trabalho revela-se como uma fonte de prazer intrínseco à própria prática do pescador. O prazer é: “O peixe tocando na linha” (Stephanus), é a emoção de “acertar um cardume” (Elijah) e “chegar na pescaria e ter bastante peixe *pra* pegar” (Jetro), é, ainda, “ver os peixes *brincar*” (Lewi). Destaca-se uma compreensão de conquista que é resultado, sobretudo, de uma boa pescaria. O pescador se sente um vitorioso quando consegue vencer o mar e retornar com uma produção abundante.

Essa realização pode ser encontrada nas seguintes falas: “A alegria que eu tive no mar foi quando a gente pegou muita lagosta. A gente pegou uns 60 kg de lagosta” (Zion); “[...] Lembro do dia que eu peguei nove camurupim. Nove peixes! O cardume *tava* lá embaixo. Quando você acerta o cardume dele, é bom demais. Não esqueço mais não. É muita emoção!” (Elijah); “[...] chegar na pescaria e ter bastante peixe *pra* pegar, só isso mesmo! É o que favorece, é pescaria boa, é o favorecimento que o pescador tem e, na volta, que ocorra tudo bem, que chegue com saúde, e que chegue

em paz. Água muito funda, de longe chegaram *pra* vender o peixe e pegar o seu dinheirinho e ir *pra* casa” (Jetro).

Essa consciência de conquista que proporciona vivências de prazer a partir de práticas rotineiras de trabalho já foi discutida nos estudos de Vézina (1996) ao afirmar que a promoção da identidade do indivíduo com o trabalho o permite a utilização de suas competências, assim como o desenvolvimento de outras. Este estudo contribui ao mostrar que, dado o início precoce na atividade pesqueira, muitos dos participantes entrevistados conquistaram uma emancipação financeira e um crescimento pessoal por meio da pesca artesanal. O que levou à criação de um vínculo estreito de gratidão à profissão que coube a eles, porque: “foi onde eu me aprumei, foi onde eu ganhei dinheiro” (Noah). Este vínculo é tão forte que, no relato de Dawid, ele chega a confessar que: “É bom pescar e eu quero morrer pescando”.

Para além disso, ao revisitar a fala de Jetro, fica nítida a importância de ser bem-sucedida a trajetória que compreende o entrar e sair do mar, envolvendo, inclusive, na medida do possível, a preservação do bem-estar físico do pescador (ver: “Eu me sinto alegre, me sinto um vitorioso! Venci a batalha sem nenhum *quebramento*, nenhum osso quebrado e sem nenhuma danificação no corpo”). Assim, este tema mostrou que o prazer no trabalho de pescadores pode originar-se da possibilidade de levar o sustento da família, mas, acima de tudo, da admiração e do gosto pelo fruto de seus esforços, como pode ser visto a seguir: “É bonito a pessoa pegar peixe! É bonito!” (Noah); “O que eu achei bom, que eu não esqueço é o peixe, né?! Toda vida eu gostei muito de peixe e peixe eu peguei muito, graças a Deus!” (Evágon).

4.3 Coletividade

Na criação deste tema, sobressaiu-se a amizade e a boa convivência no ambiente onde atuam os pescadores, seja na praia ou em alto mar. Se para Bedoya-Dorado (2019) o medo foi o objeto de estudo para compreender a ‘coletividade’, aqui prevaleceram solidariedade e camaradagem. Isso porque, de modo geral, para que haja segurança e realização das atividades, os pescadores precisam de ajuda na execução das múltiplas tarefas que eles exercem quando estão no mar e quando nele ingressam e dele retornam. Dos 13 sujeitos entrevistados nesta pesquisa, somente o pescador Dawid afirmou pescar sozinho, apesar de não descartar companhia: “As *vez* que tem algum companheiro que chegue ‘rapaz, eu vou contigo’, aí eu ‘*bora*’. Aí não tem, no dia que *num* tem ninguém, aí eu vou *sozim*”.

O compartilhamento do pescado é também um elemento central na compreensão deste tema, haja vista que a sobrevivência de muitas famílias depende disso, porque nem sempre o pescador vai vender o que pescou. Muitos relatos expõem casos de pesca para a subsistência de um grupo ou da própria comunidade onde o sujeito está inserido. É o caso dos trechos indicados a seguir:

Todos somos benquistos uns com os outros na beira da praia, mas existem momentos...Vamos dizer assim, de necessidade, que tem uma questão da ajuda, aí uns ajudam os outros (Yosef).

A gente tem uma cultura aqui, a nossa, a nossa família, a gente não vem direto com o peixe *pra* nossa casa, vai direto *pra* casa da mãe, lá *nós tira* o nosso e lá a gente deixa o resto do peixe, um de vender, o resto que fica lá, aí ela decide se vai dar *pra* algum amigo (Lewi).

Essa discussão serve também para esmiuçar como são complementares os temas formados. Por exemplo, é possível afirmar que o prazer que os pescadores vivenciam a partir da realização de uma boa pescaria reflete na coletividade, quando esse pescado é compartilhado. Esse aspecto de solidariedade surge então como uma nova fonte de prazer. É como disse Noah: “É uma safra de peixe boa. *Né só pra* mim não, é *pros* meus amigos *tudinho*... *Pros* meus amigos *tudinho* da praia”. A amizade é uma conquista do trabalho desses sujeitos, que, mesmo quando não estão pescando, encontram-se reunidos em rodas de conversas à beira-mar ou nas proximidades das praias, conforme constatado por uma das pesquisadoras em campo.

Outro ponto importante surge da figura de um bom patrão, porque ele – que geralmente é o dono da embarcação – se responsabiliza pelo fornecimento do material necessário à realização da pesca, inclusive, da alimentação dos pescadores, que é denominada *rancho*. Na fala de Noah, fica explícita a satisfação em se ter um patrão que ajuda: “Tem mais uma coisa, quando o *nego* pega um patrão bom, o *nego* vai *pro* mar feliz e pega peixe, Deus ajuda”. Contudo, há nesse mesmo cenário um contraponto, em relatos nos quais os pescadores, como Elazar, expressaram preferir trabalhar de forma autônoma, sem a interferência de patrão, demonstrando um apreço pela liberdade. Conforme o esclarecimento do pescador Elazar:

O Trabalho nos Mares: Vivências de Prazer e Sofrimento de Pescadores Artesanais

Ah, pescador é um trabalho muito bom! Porque ele, ele vai no dia que quer. Ele não é obrigado a ir *pro* mar, porque ele não tem patrão, o patrão é ele mesmo. Se a embarcação for dele, como a minha é, eu vou no dia que eu quero *pro* mar.

Outro contraponto é que, em um momento, pôde-se perceber que, no âmbito dessa discussão acerca da coletividade, a relação do pescador com seus companheiros (inclusive o patrão) pode levar a uma vivência de sofrimento. Yosef trouxe à tona como é sentir-se constrangido ao voltar do mar sem produção, o que leva a uma série de reflexões acerca do trabalho desses pescadores.

Como já mencionado, é necessário existir um esforço coletivo para que tudo ocorra bem no trajeto da pescaria, envolvendo pessoas com diversas funções – como é o caso de quem ajuda na preparação na praia, mas não necessariamente vai ao alto mar. Dessa maneira, o número de profissionais afetados quando não há pescado é muito grande. A fala a seguir busca esclarecer melhor esse impacto da coletividade também na vivência de sofrimento:

Eu fico um pouco constrangido, né?! Porque, além do pessoal que fica em casa, a gente tem os companheiros da gente que trabalham também, que a gente conhece como ‘botador’, que é um dos companheiros que ele bota a embarcação *pra* cima e *pra* baixo, né?! Leva *pra* a água e traz. Aí, ele sobrevive dali também. E também se a gente não trouxer, ele não tem nada também. A gente fica um pouco constrangido disso, porque a pessoa faz muita força e não tem um retorno, né?! (Pescador Yosef).

Em conformidade com a Organização Internacional do Trabalho (2020), estão excluídas da atividade pesqueira pessoas em terra encarregadas da realização de uma atividade a bordo de uma embarcação de pesca. Todavia, dada a importância que essas pessoas têm para o trabalho do pescador, estes os consideram em suas redes de solidariedade como uma forma de proteção, com o propósito de diminuir a vulnerabilidade (Lancman et al., 2009).

4.4 Fatores de Risco

No contexto de trabalho do pescador, a natureza não somente é o meio onde ele executa as suas atividades laborais, é também uma fonte inesgotável e permeada por

riscos, sobretudo no que tange aos aspectos ambientais e ergonômicos nos quais ele experiencia as mais diferentes formas de sofrimento. As tempestades em alto mar, as ondas e, principalmente, o vento podem causar danos irreparáveis aos pescadores em suas atividades laborais, seja pela impossibilidade de acessar o peixe, pela perda da produção, pela destruição das embarcações e instrumentos de trabalho, pelas incertezas ou possibilidade de ocorrência de acidentes que chegam a ocasionar prejuízos à saúde mental e do corpo, podendo, inclusive, resultar na perda da própria vida.

Sobre os riscos ambientais e, conseqüentemente, a dificuldade de conseguir o peixe, Hazáq destacou: “Às vezes, é o vento forte, às vezes, a chuva, as intempéries da natureza, né?! E você não consegue uma boa produção, só sofrimento”. De forma semelhante, Yosef relatou o cenário da realização do trabalho e a perda da produção ao afirmar: “Aí a gente fica naquele sofrimento do mar judiando com a gente, levando e trazendo, jogando água e a gente atrás de se segurar... A gente já passou por esse tipo de sofrimento. Perde tudo! Na hora que ela vira, aí a gente perde produção, perde tudo”. A depender do período e intensidade dos ventos, o trabalho sequer pode ser realizado, mais um fator que contribui para a falta de produção, conforme foi destacado por Petros: “Agora, a gente fica sem pescar porque vai ter o período do vento bastante forte. E a gente não quer ir porque, assim, tende a acontecer em qualquer canto, mas se a gente for *pra* lá, a gente vai procurar, vai se arriscar mais ainda. É uma época que não ajuda”.

São inúmeras as situações de convívio com a insegurança no trabalho e o risco de acidentes mencionados pelos pescadores. Conforme Zion, “Na época de muito vento não dá, rasga a vela, quebra pau, gira a gente... Sofrimento e mais sofrimento”; e “Porque o mar, quando o temporal chega, que ele lhe pega, ele não tem pena de você não... Primeiro de tudo, ou ele rasga o pano da embarcação ou ele lhe vira” (Elazar). Agrega-se também os riscos de serem atingidos por navios ou embarcações de grande porte, tal como mencionou Elijah: “Às vezes o perigo é esse, você tá em alto mar, com muito vento. Uma onda pode lhe virar, o navio bater em você”.

Esse convívio com a insegurança e as incertezas é algo que, de tanto maltratar o pescador, o faz pensar em desistir da profissão, sobretudo por não ter exatidão sobre o retorno para a terra firme, conforme consta nos seguintes relatos: “É quando o vento *tá* forte, que a gente não pode pescar. Rebola a jangada *pracolá*, rebola *pra cá*, rebola *pracolá*, e a gente tem que ficar agarrado ali. Se soltar, vai *simbora*, ninguém vai mais atrás não” (Dawid); “É uma profissão que a gente nunca teve o dom de ter outra, mas é muito arriscada. A gente toda viagem sai, o dia a dia a gente vai, sabe que

vai, mas ninguém sabe se volta” (Petros); “Aqui a penitência é medonha, a penitência medonha de pescar no mar” Dawid; e “[...] já sofri muito por esse mar *véio* de meu Deus, com vento, com chuva, dizendo que não volto mais *pro* meu trabalho” (Noah).

Convém indicar as pressões e consequências na saúde mental e do corpo destes profissionais que foram evidenciadas em suas narrativas, inclusive, o risco de vida. Pelas vias do psiquismo, Noah e Phillipos respectivamente detalharam: “Tão sufocado, se sente sufocado com a ventania e com a chuva tão medonha que o *nego* leva, que o *nego tá* no mar vendo só água e céu”; e “Aí a gente encalhou, deixou lá a embarcação e aí a gente foi bem pertinho. A gente fica com medo, né?! De morrer, né?! E a gente fica com medo, assustado, mas a gente tenta manter a calma e tenta pensar, botar a cabeça *pra* pensar, *pra* fazer alguma coisa, né?”.

Quanto ao corpo, Noah descreveu situações de enfrentamento de chuva e de frio impeditivas da realização do trabalho, em que já não tinha forças para execução da tarefa: “[...] das 6 horas da tarde, passar no outro dia, meio-dia em ponto, às vezes. A pessoa, com aquele plasticozinho, se enrolando, e amanhecer o dia, quase com os dentes *tudo colado*, e não poder nem abrir”. Complementa o pescador sobre o comprometimento dos sentidos: “*Pra* tudo tem que ter a faca, amarra o anzol, *pra* tudo a faca é necessária e você precisa do tato nas mãos. Aí, você chega a levar tanto vento, tanta água, que você fica, não sente aquele instrumento na mão e fica ruim demais”.

As dores sentidas pelo corpo, oriundas de movimentos repetitivos, de força e levantamento de peso que a atividade laboral demanda, expressam a realidade dos riscos ergonômicos e das implicações para a saúde desses profissionais.

A principal causa de sofrimento são dores. Que vai chegando, assim, um determinado momento que você fica praticamente imóvel de dores. Principalmente na parte da coluna, né?! Só devido aquele movimento de levantar esse peso, sobe, desce... (Yosef).

Sob o ponto de vista da PDT, e em conformidade com Cavanellas e Brito (2019), essas vivências provocam nos trabalhadores o acionamento de estratégias defensivas. Por outro lado, quando as estratégias defensivas não operam satisfatoriamente, pode emergir o adoecimento. Por vezes, não são acessadas suas perspectivas de criatividade ou mobilização frente aos fatores de risco.

A precariedade das condições de trabalho e o mal-estar aos quais esses trabalhadores estão expostos surgem também na fala de Jetro, ao afirmar: “Olha, isso é

uma pescaria artesanal tão perigosa! Você vai em pé, tem que voltar em pé, porque o mestre diz assim: *vem uma refrega*¹ *aí*, ele sabe. *Aí* é uma refrega que vai *aí*, olha. É o vento que vai levando”. Na busca de proteger-se da chuva e de assegurar a própria sobrevivência, Noah evidenciou a ausência de conforto e a impossibilidade de produção: “Você entra (na embarcação), porque dentro você vai encontrar um calor depois que veda essa tampa *aí*, você vai encontrar um calorzinho, mas só que ali você não *tá* produzindo, tem tudo isso *pra* pescar artesanal”.

O “trabalho ininterrupto” é outra fonte ocasionadora de mal-estar nos pescadores, tendo em vista intensas cargas horárias de trabalho, a ausência de descanso, inclusive o impedimento de diálogo entre os pares, porque os pescadores precisam estar atentos no momento da navegação, conforme o relato de Jetro: “O sofrimento é esse, é eu não poder relaxar... O pescador artesanal, ele não pode se dar ao luxo de se sentar e vir navegando e conversar com o seu companheiro”.

Estudos realizados por Santos e Almeida (2016) evidenciaram a periculosidade, a letalidade nos acidentes de trabalho, as distintas condições de trabalho e a ausência de separação entre tempo de trabalho e de descanso entre esses profissionais e que são destacadas por Petros: “A carga horária nossa, nós não temos limite da carga horária. Porque, assim, a gente sai 8 horas da manhã, que são dois parceiros meu, 8 horas da manhã e vamos lá 4 horas da tarde. É a noite *todinha* pescando”. E de acordo com Phillipos, o tipo de embarcação contribui para a ausência ou acesso a um tempo de descanso: “Rapaz, não tem não descanso, nessa embarcação pequena não, só em embarcação grande. Quando a gente *tá* lá, pescando de dia e de noite, dorme pouco, sabe?! Descansa ali um pouquinho”.

4.5 Falta de Reconhecimento

A *invisibilidade* é um dos principais fatores que atravessam as vivências de sofrimento dos participantes desta pesquisa. De uma forma geral, os pescadores se sentem “marginalizados” e até mesmo discriminados pela sociedade e pelo poder público. Isto é resultado de um conflito existente entre o fato de eles saberem da importância que possuem no bom funcionamento do comércio de alimentos e o pouco, ou inexistente, reconhecimento que é atribuído à categoria.

O pescador Hazák deixou isso muito claro ao afirmar o seguinte: “Ou seja, estão deixando invisível a categoria que mais produz, fora dos agricultores, que mais

1 Rajada forte de vento.

produz alimento”. Yosef, por sua vez, confessou que: “Então, você vai sempre, como pescador, ser conhecido como uma pessoa, vamos dizer, assim, um *Zé Ninguém*”.

Os estereótipos popularizados pela sociedade – como o “todo pescador é mentiroso” – são também responsáveis por influenciar vivências de sofrimento nesses sujeitos, que, dentre outras coisas, veem as suas histórias serem deslegitimadas por aqueles que desconhecem a realidade do pescador. Assim, muitos enfrentam dificuldades que vão além das financeiras, como a falta de acesso a serviços essenciais, como a própria formalização de seus documentos profissionais.

O trecho a seguir da entrevista com Hazáq desenvolve essa problemática: “Hoje, *tá* com uns seis anos que não se recebe a licença de pesca das embarcações, só coloca no sistema os dados, renovando os dados do sistema. Mas, não tem uma embarcação que tenha recebido sua licença, nem um dono de embarcação que tenha recebido, e nem a carteira nova de pescador”.

Aliada à falta de reconhecimento constatou-se a necessidade de espaço de fala: “[...] quando se trata de pescadores, nem todo mundo tem paciência de estar ouvindo. É uma coisa que muita gente leva *pro* lado errado. Por que eu quero dizer isso?! Porque, ‘Ah! O pescador é mentiroso.’ Eu fico até chateado com esse tipo de conversa que eu *tô* ouvindo, porque é um dia a dia que a gente vive de sofrimento” (Yosef).

Também foi possível identificar que existe uma diferença na forma como são tratados pelos órgãos públicos os pescadores artesanais, em relação àqueles da pesca industrial, especialmente os que pescam lagosta. Isso causa um sentimento de revolta e implica em momentos de tristeza e desamparo, em que o pescador somente quer ter os seus esforços reconhecidos. Na entrevista do pescador Stephanus, ele pede “um olhar melhor *pra* nós, o pescador artesanal”. A ausência do reconhecimento traduz-se como fonte de sofrimento, sobretudo por não ter sido possível sua conversão, a partir do trabalho, em prazer (Areosa, 2021).

4.6 Ausência de Medidas Organizacionais e Políticas Públicas

As interpretações alcançadas a partir deste tema revelaram que os pescadores artesanais só se sentem “vistos” pelos órgãos públicos, quando precisam cumprir com as suas obrigações. A contrapartida nem sempre acontece. E este grupo, que é essencial para a manutenção das áreas de preservação e dos períodos de defeso da lagosta, por exemplo, sofre quando comparado aos pescadores industriais, que possuem os melhores e mais modernos equipamentos de trabalho. Identificou-se, a partir disso, a

inércia do poder público em, pelo menos, tornar mais justa essa realidade do trabalho dos pescadores artesanais.

Zion e Lewi resumiram bem esse cenário de competição injusta, com os seus consequentes desdobramentos, conforme apontado nos trechos a seguir: “E a gente, não é por causa da gente, que a gente tenta proteger, mas tem umas pessoas que *quer* destruir a pesca. Hoje, a gente sofre muito também com essa pesca de mergulho” (Lewi); e “Mas é sufoco. Se acordar às três horas. Tem dia que a gente sai daqui, *nós sai* às três horas da manhã, e chega lá e não pega nenhuma lagosta. E os caras que *tão* mergulhando, o mergulho, os compressores, entendeu?! Aí, eles vão e pegam toda a lagosta. E a gente fica sem pegar nada” (Zion).

Logo, chega ao ponto em que algumas vivências de sofrimento aqui discutidas se aglutinam. Em sua entrevista, Dawid fala que uma forma de facilitar seu trabalho seria com o uso de uma embarcação a motor (“Facilitar um *motorzim*. Isso aí é que eu tinha vontade. Porque a força *tá* se acabando... Um *barcozim* motorizado”), tendo em vista já a redução de sua força física (aos 68 anos de idade). O que parece, todavia, visto a realidade posta, difícil de ser alcançado. Nessa pesquisa, por exemplo, já foi apontada a dificuldade até de manter atualizada a documentação profissional; dadas as dificuldades impostas pela falta de ação dos órgãos competentes.

Hazáq chamou a atenção para a escassez de políticas públicas que cooperem para o pescador se desenvolver no trabalho. O que pode ser visto na precariedade de muitas das embarcações e também nas próprias condições de trabalho de indivíduos que enfrentam ininterruptas jornadas de trabalho, lidando com perigos naturais e ergonômicos em seu dia a dia no mar e nas praias. E como nas discussões a respeito da *falta de reconhecimento*, o descaso do poder público faz com que o pescador se sinta assim: “Ele se sente, assim, excluído da sociedade, porque, devido à necessidade dele de ir agredir o mar, sem ter uma forma de respeito, porque, se ele tivesse as condições, um amparo... Se o pescador não trabalhar, ele não come, ele não *bota* comida dentro da casa” (Jetro).

Também se revelou muito doloroso para os pescadores o abandono e a ausência de medidas quando um pescador desaparece ou se acidenta no mar. Muitos dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa compartilharam histórias de amigos ou familiares que nunca foram encontrados e nem tiveram suas famílias acolhidas pelas autoridades responsáveis. Em seu relato, Jetro desabafou: “Enfim, esses homens *tão* hoje mortos. E nenhum acolhimento, nenhum sustento da parte das autoridades *pra* família dele. Isso está em oculto ainda, vai fazer seis anos, vai fazer sete anos”. E mais uma vez vem

à tona a vivência do desamparo e do medo de acabar passando pela mesma experiência, porque o pescador “não tem força *pra* lutar com órgãos governamentais” (Jetro) e ainda o abandono “a nível de governo federal”, reforça Hazáq.

Esses resultados potencializam os alertas de Andrade et al. (2022), FAO (2022) e Gonçalves Neto et al. (2021) a respeito da necessidade urgente que tem ocorrido no Brasil de atualização dos dados oficiais sobre as atividades pesqueiras, além da necessidade de adequadas políticas públicas, como destacado por Gonçalves Neto et al. (2021).

4.7 Relação com o Mar

Em nove entrevistas, foram encontrados indícios de que a experiência com o mar pode levar, conjuntamente, a vivências de prazer e de sofrimento. Portanto, este tema reúne todos os dados que, por um lado, apresentam uma visão idealizada e, até mesmo, poética do mar, e, por outro, uma concepção mais negativa, tratando-o como algo cruel e medonho.

Essa dualidade pode ser acessada nos trechos seguintes:

O trabalho mais perigoso é o do mar. O mar é cruel demais. Tem dia lá que dá vontade de chorar, minha irmã. Tem que despescar o material. Vento Leste, você não pode nem abrir os olhos. Tanto vento (Zion).

Nego tando no mar, o mar não tem doença. O mar é só vento livre. Só a brisa do mar. De noite, aquele vento *tá* só na água e não tem mau cheiro, não tem mais nada. Você vê que no mar, você come um peixe, lava as mãos, não fede a peixe, não fede a nada, aqui em terra você come um peixe, se não sair bem lavado, a *negada* diz ‘ô catinga de peixe’ (Noah).

A relação com o mar é prazerosa quando ela possibilita a manutenção dos costumes, ritos e cerimônias dos indivíduos: “É bom demais... Você almoçar em cima da natureza um peixe que você acaba de pegar” (Elazar); e “O que é que eu gosto do mar?! É pescar e cozinhar de lá *pra cá*” (Zion); e quando ela permite a experimentação de um senso de aventura por meio da própria navegação: “Outra coisa foi navegar, foi navegar lá do Rio Grande do Norte aqui para o Ceará, navegar daqui *pra lá* também, em Catamarã. Tudo isso dá prazer de fazer, sabe?!” (Hazáq). A relação com o mar

também gera prazer, quando propicia vivências de paz e liberdade, mesmo diante da execução do trabalho: “Lá no mar, a gente se sente bem. Eu gosto de estar dentro do mar” (Phillipos); e “É porque lá é só sossego, lá só tem felicidade, e quando pego um peixe na linha... aí é que fico mais feliz mesmo. Lá não tem estresse não” (Elijah).

Em contraste, o sofrimento emerge, principalmente, quando o sujeito se sente decepcionado com o mar, seja por meio da necessidade de *despescar* o material, como foi destacado por Zion, seja pela impossibilidade de realizar seu trabalho devido a condições ambientais. Diante disso, percebe-se a complementariedade do presente tema com o dos fatores de risco. A proximidade do pescador com o mar é enfraquecida, levando às vivências de sofrimento, quando este coloca em risco a vida e o bem-estar daquele.

Da entrevista com Dawid, destacou-se o trecho a seguir, que descreve este sofrimento: “Fica assim, a gente, passando aí, a gente passa duas, três noites acordado, com o vento... Mas, aí, a gente é pescando, chegar em casa sem nada, é um sofrimento medonho”. Logo, há evidências de que as vivências de prazer e sofrimento se intercalam face às experimentações de sossego e decepção, de tranquilidade e medo/apreensão que estão em consonância com Conde, Cardoso e Klipan (2019) quando afirmaram que, quando os anseios individuais não estão adequados ao trabalho e com um foco na produtividade podem tornar-se patogênicos. Todavia, em situações de criatividade e conversão contribui tanto para a identidade quanto para a saúde e bem-estar dos trabalhadores, conforme acessado entre os pescadores artesanais participantes deste estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo objetivou fornecer *insights* acadêmicos, gerenciais e sociais que possam contribuir para o campo de estudos da Psicodinâmica do Trabalho (PDT) e da Economia do Mar, visando, entre outros avanços, despertar a atenção para a necessidade urgente de melhoria das condições de trabalho dos pescadores artesanais no complexo contexto brasileiro.

Academicamente, contribui-se com uma nova concepção acerca das vivências de prazer e sofrimento no trabalho, ao considerar uma categoria profissional historicamente estigmatizada e preterida. Isso, para além da teoria, tornou possível a visualização de uma relação de natureza quase simbiótica entre o sujeito pescador e o mar,

do qual ele não vive sem e que é, ao mesmo tempo, o seu local de trabalho e uma fonte de prazer e de sofrimento.

Sob o ponto de vista gerencial e social, a presente pesquisa fornece um amplo conjunto de informações que pode sustentar a tomada de decisão de gestores quanto à criação e à implementação de políticas em distintos níveis que visem, de acordo com os achados deste artigo: a) ao aumento da segurança no trabalho dos pescadores, tendo em vista os diversos fatores de risco aos quais eles estão expostos, sejam estes os riscos ambientais ou ergonômicos; b) à melhoria da comunicação e da relação entre sindicatos, cooperativas e poder público, que pode, muitas vezes, dificultar o acesso dos trabalhadores a alguns dos seus direitos básicos, como é o caso da documentação profissional, o recebimento de parcelas indenizatórias e a garantia do recebimento de benefícios como o seguro defeso.

A principal limitação do estudo consistiu na dificuldade de acesso aos sujeitos e enfrentamento de riscos e perigos na movimentação geográfica das pesquisadoras, em se tratando de regiões muitas vezes distantes e isoladas. Estudos futuros podem superar esse obstáculo ao definirem uma estratégia de acesso aos pescadores.

Sugere-se como novos estudos a investigação com diferentes trabalhadores de distintas regiões litorâneas do Brasil inseridos nas categorias de pesca, sobretudo os pescadores industriais, com o objetivo de entender as suas vivências laborais e estabelecer um comparativo com a presente pesquisa. Além disso, sob o prisma da Psicodinâmica do Trabalho (PDT), recomenda-se a realização de pesquisas com profissionais que diretamente se relacionam com os pescadores, como os comerciantes de peixes, proprietários de embarcações e trabalhadores dos distintos setores que fazem parte da Economia do Mar.

REFERÊNCIAS

- Alderson, M. (2004). La psychodynamique du travail: objet, considérations épistémologiques, concepts et prémisses théoriques. *Santé Mentale au Québec*, 29(1), 243-260.
- Andrade, I. de O., Hillebrand, G. R. L., Santos, T., Mont'Alverne, T. C. F., & Carvalho, A. B. *Texto para discussão: PIB do mar brasileiro, motivações sociais, econômicas e ambientais para sua mensuração e seu monitoramento*. Rio de Janeiro: IPES, 2022.

- Areosa, J. (2021). Ensaio sobre psicodinâmica do trabalho. *Revista Katálysis*, 24, 321-330.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2018). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Editora Vozes. 516 p.
- Bedoya-Dorado, C. (2019). Construção social do medo no trabalho: Análise a partir da noção de atmosfera afetiva. *Innovar*, 29(73), 25-37.
- Brasil. Presidência da República (Casa Civil). *Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009*. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei n. 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm
- Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. *Empregador: trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e trabalhadores assemelhados*. (2020). <http://consulta.mte.gov.br/empregador/cbo/procuracbo/conteudo/tabela3.asp?gg=6&sg=6&gb=3>
- Brasil. Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA. *Registro Pescador Profissional*. (2021). <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/registro-monitoramento-e-cadastro/registro-pescador-profissional>
- Cavanellas, L. B., & Brito, J. (2019). Os desafios do cuidado em situações-limite: as dramáticas da atividade no trabalho humanitário. *Laboreal*, 15(2), 1-26.
- Conde, A. F., Cardoso, J. M., & Klipan, M. L. (2019). Panorama da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil entre os anos de 2005 e 2015. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(1), 19-36.
- Dejours, C. (1987). *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Dejours, C. (1993). *Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. Subjetividade, trabalho e ação. (2004). (Trad. Heliete Karam & Júlia Abrahão). *Produção*, Santa Catarina, 14(3), 27-34.

- Dejours, C., Abdoucheli, E., & Jayet, C. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dejours, C. (2012). Psicodinâmica do trabalho e teoria da sedução. *Psicologia em Estudo*, 17 (3), 363-371.
- Embrapa Pesca e Aquicultura. (2020). O mercado de peixes da piscicultura no Brasil: Estudo do segmento de supermercados. *Boletim de Pesquisa e desenvolvimento*, 25. Palmas: TO.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2020). *The State of world fisheries and Aquaculture 2020: Sustainability in action*. Rome: FAO, 2020.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2022). *The State of world fisheries and Aquaculture 2022: Towards Blue Transformation*. Rome: FAO, 2022.
- Gemelli, C. E., & Oltramari, A. P. (2020). Voluntariado e formação da identidade: reflexões a partir da Psicodinâmica do Trabalho. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 20(1), 956-962.
- Gonçalves Neto, J. B. et al. (2021). A sleeping giant: the historically neglected Brazilian fishing sector. *Ocean & Coastal Management*, 209.
- Lancman, S., Ghirardi, M. I. G., Castro, E. D. D., & Tuacek, T. A. (2009). Repercussões da violência na saúde mental de trabalhadores do Programa Saúde da Família. *Revista de Saúde Pública*, 43, 682-688.
- Liu, B., Xu, M., Wang, J., & Xie, S. (2017). Regional disparities in China's marine economy. *Marine Policy*, 82, 1-7.
- Mendes, A. M. (2007). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In A. Mendes (Org.), *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.
- Minayo, M. C. S. (2010). Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In M. Minayo (Org.), *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (12a ed., pp. 261-297). São Paulo: Hucitec.

- Minayo, M. C. S., Deslandes, R. G., & Gomes, R. (2016). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Organização Internacional do Trabalho. (2009). *Condições de trabalho decentes segurança e proteção social: trabalho na pesca*. http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---sector/documents/publication/wcms_161211.pdf
- Organização Internacional do Trabalho. (2020). *C188 – Referente ao Trabalho na Pesca*. https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_242715/lang--pt/index.htm.
- Pires, A. P. (2008). Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In J. Poupart & J. P. Deslauriers *et al.* (Eds.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Santos, M. & Almeida, A. (2016). Pesca e saúde laboral. *Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional*, 2, 85-90.
- Soldera, L. M. (2016). Breve compêndio conceitual e metodológico da Psicodinâmica do Trabalho e da Psicossociologia. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 19(2), 243-253.
- Sznelwar, L. I., Uchida, S., & Lancman, S. (2011). A subjetividade do trabalho em questão. *Tempo Social*, São Paulo, 23(1), 11-30.
- Vézina, M. (1996). La santé mentale au travail: pour une compréhension de cet enjeu de santé publique. *Santé Mentale au Québec*, 21(2), 117–138.
- Ximenes, L. F. (2021). Produção de pescado no Brasil e no Nordeste brasileiro. *Caderno Setorial ETENE*. Ano 5, 150.
- Yang, D., Geng, H., Fu, Y. K., & Zhu, T. (2022). Sustainability Assessment of Marine Economy in China: Spatial Distributions of Marine Environmental Governance Entities in Shanghai. *Frontiers in Environmental Science*, 1083.

Análise de Narrativas como Método para Investigar Tensões na Identidade Profissional de Professor: Conceitos e Aplicação

Johnnata Cavalcante

Universidade Federal do Ceará, Brasil - johnnatacavalcante@gmail.com

Márcia Zabdiele Moreira

Universidade Federal do Ceará, Brasil - marciazabdiele@ufc.br

Resumo

Este estudo objetiva propor um caminho metodológico, fundamentado na análise de narrativas, que explique como ocorrem as tensões na identidade profissional de professores. O referencial teórico introduz um desenho conceitual que relaciona diferentes correntes teóricas para conferir maior lucidez às discussões sobre o tema investigado. Trata-se de pesquisa qualitativa, pautada na aplicação de elementos fundamentais da narratologia à pesquisa em Administração. O grupo de dados consistiu em uma narrativa coletada com a aplicação on-line de um diário refle-

xivo a uma professora brasileira vinculada a um programa de pós-graduação *stricto-sensu*, utilizando-se do *Microsoft Sway* e do *Microsoft Forms*. Ao final da pesquisa, conclui-se que a investigação com narrativas possibilita a expansão do horizonte metodológico de estudos acerca do trabalho de professores, estimulando a reflexividade e a criticidade sobre práticas e papéis docentes. Por fim, os resultados lançam luz sobre a importância de realizar novos estudos com categorias de profissionais que enfrentam condições de insalubridade e desvalorização.

Palavras-chave: Identidade profissional, narrativas, diários reflexivos, professores.

Narrative Analysis as a Method to Investigate Professors Professional Identity Tensions: Concepts and Application

Abstract

This paper aims to propose a methodological path, based on analysis of narrative, that explains how tensions occur in professors professional identity. The theoretical framework introduces a conceptual frame that relates distinct theoretical currents to provide greater clarity to discussion on the topic investigated. This is a qualitative research,

based on the application of fundamental elements of narratology to studies in the management field. The data set consisted of a narrative collected through online application of a reflective diary to a female brazilian professor linked to a *stricto-sensu* graduate program, using *Microsoft Sway* and *Microsoft Forms*. At the end of the research, it

was concluded that narrative inquiry makes possible the methodological horizon expansion of studies on professors work, stimulating reflexivity and criticality about teaching

practices and roles. Finally, the results shed light on the importance of conducting new studies with categories of professionals who face unhealthy and undervalued conditions.

Keywords: Professional identity, narratives, reflexive diary, professors.

1 INTRODUÇÃO

A investigação qualitativa envolve processos complexos de interpretação que, ao fluírem de suposições filosóficas fundamentadas por lentes teóricas, cooperam para compreender um dado problema (humano ou social), permitindo que indivíduos ou grupos deles contem suas histórias em um ambiente natural e conhecido (Creswell & Poth, 2016). Durante a trajetória de pesquisa, é preciso que o pesquisador desenvolva um “desenho do estudo” que o familiarize com o objeto e o contexto investigados, sem deixar que isso afete os informantes e a interpretação dos dados. Para tanto, diferentes métodos de análise podem ser utilizados, como a pesquisa com narrativas, a *grounded theory* e a etnografia (Bengtsson, 2016; Zelčāne & Pipere, 2023).

A pesquisa com narrativas captura a experiência humana, abrangendo a influência de fatores sociais, culturais, políticos e ambientais nas histórias contadas, sendo isto alcançado a partir da escuta, observações, leituras e interpretação de textos (Haydon, Browne, & van der Riet, 2018). Conforme Esin, Fathi e Squire (2014), com a análise de narrativas, é possível acessar a história biográfica dos indivíduos, lidar com as estruturas discursivas dessas histórias e focar na geração de significados, sendo isso essencial para entender como as narrativas operam, dialogicamente, entre o mundo pessoal e o mundo social. É sobretudo testemunhar uma historicidade específica, conhecer um universo social a partir de uma *práxis* individual (Ferrarotti, 1983) e investigar os fenômenos sociais o mais próximo possível das experiências dos sujeitos (de Gaulejac, 2019).

Na presente investigação, a narrativa é adotada como uma unidade do discurso, centrada em tópicos e temporalmente organizada. A sua construção ocorre a partir do ato de contar histórias situadas em um contexto cotidiano ou institucional, podendo originar-se de situações rotineiras e espontâneas, trechos de entrevista, autoetnografia ou documentos, como as cartas e os diários pessoais (Bastos & Biar, 2015;

Ford, 2020; Riessman, 2008; Zaccarelli & Godoy, 2014). Logo, é oportuno dizer que as narrativas “são uma chave para o Eu e o sujeito” (Kimura, 2008, p. 6).

Quanto à temática do estudo, Brown (2006) já destacou que uma compreensão da identidade fundamentada pelas narrativas constitui uma lente interpretativa adicional que pode abrir novos itinerários para a pesquisa acerca das identidades. Uma busca na plataforma Scopus, utilizando os termos *identity* e *narrative* (nos campos de resumo, título e palavras-chave) mostrou que, de 2006 a 2022, as publicações tiveram um crescimento exponencial, chegando a registros de mais de 2.000 nos seguintes anos: 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021, com 2.050, 2.092, 2.313, 2.449 e 2.782 publicações respectivamente. E isso pode ser justificado, na medida em que a abordagem narrativa busca ajudar a ‘iluminar’ as experiências vividas pelos sujeitos, conectando o passado deles ao presente, assim como às futuras identidades (Jiang, 2022).

Acerca das *tensões na identidade profissional*, Arvaja (2018), ao investigar aquelas que são mobilizadas por desalinhamento entre os valores institucionais e pessoais de uma professora e pesquisadora universitária, corrobora que a narrativa e o *self* são inseparáveis. Isto é, é por meio da narração que as pessoas constroem suas identidades, integrando novas e velhas experiências. Assim, dada a importância das narrativas no desenvolvimento das identidades, é crucial “apoiar o trabalho de identidade que chame atenção dos participantes para como suas narrativas podem funcionar para ajudá-los a alcançar mais coerência” (McCune, 2019, p. 12).

Nesse sentido, a questão de pesquisa norteadora desse artigo é: Como a análise de narrativas pode ajudar a compreender a mobilização de tensões na identidade profissional de professores? O objetivo principal consistiu em: Propor um caminho metodológico, fundamentado na análise de narrativas, que explique como ocorrem as tensões na identidade profissional de professores. Para tanto, optou-se pelo contexto da pós-graduação *stricto-sensu* no Brasil, tendo em vista que circunstâncias como o produtivismo acadêmico, a competição crescente entre docentes e PPGs – resultado dos cortes nas verbas destinadas a pesquisas – as novas práticas gerenciais, etc. têm contribuído para restringir o trabalho, os papéis e as identidades desses sujeitos (Patrus, Dantas, & Shigaki, 2015; Vähäsantanen, Paloniemi, Räikkönen, & Hökkä, 2020).

Considerando o caráter propositivo do presente artigo, para a aplicação do modelo de análise de narrativas desenvolvido, na análise dos resultados é considerado apenas um caso. Conforme apontado por Haydon, Browne e van der Riet (2018), frequentemente a pesquisa com narrativas possui poucos participantes, muitas vezes

apenas um, mas de forma mais comum 4 a 6 sujeitos. O limite no número de participantes em investigação narrativa é explicado pela necessidade de colaboração em profundidade entre pesquisador e participante.

Assim, as análises debruçaram-se sobre um falar de si, cuja preocupação central recaiu sobre a plenitude subjetiva do material biográfico no complexo contexto da comunicação interpessoal (Ferrarotti, 2022), à custa de abstrações que colocaram em evidência *desajustes* (tensões) entre aquilo que é uma imagem ideal – socialmente constituída e posicionada no escopo da profissão docente – e a realidade do que se vive e se consegue colocar em palavras (de Gaulejac, 2006).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Identidade Profissional de Professor

Para fins de desenvolvimento conceitual, neste artigo fundamenta-se o entendimento de que a identidade profissional de professor é formada por elementos de outras 3 identidades: pessoal, social e de papel. A seguir, as discussões desenvolvem essa proposição e ao final da seção tem-se a apresentação de um desenho conceitual completo.

Na seara dos estudos clássicos sobre a identidade, cuja herança do interacionismo simbólico estrutural e de correntes da sociologia das profissões se faz marcante, um ponto de origem parte das contribuições de Dubar (1998) a respeito do que ele dividiu em “identidade biográfica” (ou seja, identidade pessoal) e “identidade estrutural” (ou seja, identidade social). A relação que se estabelece a partir disso é que, de um lado, tem-se uma composição de significados particulares construídos e atribuídos pelo sujeito a si mesmo, e do outro, tem-se a (des)personalização desse conjunto de significados sendo influenciada pelos grupos e categorias sociais que sustentam a estrutura social, validando uma espécie de identidade construída para os outros.

Além dessas duas identidades, resgata-se aqui o conceito de *identidades de papel*, referindo-se aos significados que os indivíduos atribuem a si próprios, à medida que desempenham certos papéis (filho, esposo, professor, atleta, etc.) na sociedade (Carter, 2014). Stryker e Burke (2000) argumentaram que o termo em si é uma dualidade. Isso porque o papel é externo, estando ligado diretamente a posições sociais dentro

da estrutura social, ao passo que a identidade é “interna”. Ou seja, compreende significados internalizados e expectativas associadas a cada papel. Assim, cada pessoa exerce múltiplos papéis, em diferentes grupos, gerenciando múltiplas identidades.

No trabalho docente, conceituar identidade é um exercício complexo. Ainda há muito o que se investigar para desvendar a importância que o tema assume no desenvolvimento profissional dos professores (Beauchamp & Thomas, 2009; Stenberg, Karlsson, Pitkaniemi, & Maaranen, 2014). Para Pillen, Beijaard e den Brok (2013), a identidade profissional é uma ‘entidade’ ativa, influenciada pelas características pessoais dos professores, experiências anteriores de trabalho, o histórico de aprendizagem, habilidades educacionais que possuem e o contexto profissional.

Akkerman e Meijer (2011), a partir da teoria do *dialogical self*, ressaltaram que a identidade de professores é composta por sub-identidades e passa por um processo contínuo de construção, fazendo referência a vários contextos sociais e relacionamentos. Diante disso, as autoras (2011) chamam a atenção para o fato de que o ser (o *self*) é um espaço de negociação, onde as múltiplas identidades estão constantemente se relacionando, mesmo quando uma delas se move para uma posição de dominância temporária.

Akkerman e Meijer (2011) também apontaram o impacto do ambiente social nas identidades de alguém. À medida que indivíduos ou grupos deles, com quem se interage, “motivam o outro a agir e a desenvolver-se mais em uma determinada direção, desencorajam alternativas” (p. 6). O que pode ser ilustrado pelas diferentes maneiras com que uma mesma pessoa fala ou se refere a uma criança, aos chefes, ou mesmo a um estranho, explicando como os outros se tornam parte literal da forma como alguém age e se comunica dentro da estrutura social.

Ao considerar os professores universitários, a identidade profissional pode variar conforme as demandas e políticas institucionais, as atitudes e os riscos que eles incorrem em suas práticas docentes. Através de visão mais filosófica, acrescenta-se uma “dimensão emancipatória” a essa definição, por meio da qual um professor pode criar a sua identidade como uma projeção única do seu eu pessoal e não como uma simples resposta a demandas/expectativas externas (Kreber, 2010; Ross, Sinclair, Knox, Bayne, & Macleod, 2014; Skelton, 2012). Essa dimensão pode ser singularizada no termo “autenticidade” (Kreber, 2010).

Complementarmente, Van Lankveld, Schoonenboom, Volman, Croiset e Beishuizen (2017) identificaram quatro fatores que podem fortalecer ou enfraquecer a identidade profissional dos professores universitários, sendo esses: a) o ambiente de tra-

balho direto; b) o contexto geral do ensino superior; c) o contato com os estudantes; e d) atividades de desenvolvimento de pessoal.

A construção identitária dos professores percorre uma longa trajetória, cuja origem remonta à biografia pessoal, desde a infância, abrangendo o conjunto das características particulares que permitem a distinção e a identificação deles em uma determinada comunidade profissional. Ao longo das experiências da formação acadêmica e da própria prática docente, eles podem ou não fortalecer suas identidades. Desse modo, as percepções sobre o ensino, combinadas ao grau de congruência entre seus valores e crenças, pessoais e profissionais, e as diretrizes institucionais que regem o trabalho diário é que definirão os rumos desse processo.

Com as lentes da Sociologia, agrega-se à discussão as contradições que o indivíduo enfrenta para se adaptar ao seu ambiente social e para conseguir superar sentimentos de ilegitimidade e de não pertencimento. A partir disso, é lógico concluir que “em um mundo fascinado pelo êxito individual, pela performance e pela excelência, as tensões são vivas entre as imagens ideais (o que é preciso para se estar ‘bem’) e a realidade do que se vive” (de Gaulejac, 2006, p. 17).

A seguir, é explorado o conceito de *tensões na identidade profissional*, utilizando sobretudo a perspectiva das dissonâncias cognitivas (Hanna, Oostdam, Severiens, & Zijlstra, 2019).

2.2 Tensões na Identidade Profissional de Professor

Os professores enfrentam inúmeros desafios no exercício de suas atribuições. Nesse sentido, a mobilização de tensões em suas identidades profissionais se revela diante de um desequilíbrio entre o que é esperado da realidade de trabalho e aquilo que é imposto pelas instituições e pelos demais componentes do ambiente social. Tal dissonância pode resultar em sentimento de raiva, frustração, tristeza, isolamento e até desespero, o que distingue as noções iniciais a respeito das tensões na identidade profissional (Hanna et al., 2019; Pillen, Beijaard, & den Brok, 2013).

Cherubini (2009) identificou que, na docência, situações de tensão surgiam quando a cultura das instituições de ensino sufocava o idealismo e o entusiasmo dos professores, estando ainda relacionadas ao enfraquecimento da resiliência emocional e à inibição do potencial profissional deles. Sob outra visão, Hong, Greene e Lowery (2017) identificaram que os professores podem assumir uma identidade mais autoritária para lidar com alguma situação extraordinária em sala de aula, mesmo não

sendo esse perfil (*posição*) dominante na maneira como eles se identificam. Essa descontinuidade ou instabilidade identitária podem mobilizar o surgimento de tensões que ocorrem devido a uma justaposição entre a dimensão pessoal e o ambiente de ensino (dimensão profissional) sobre o que significa ser professor (Henry, 2016).

Estudos internacionais, como Pillen, den Brok e Beijaard (2013), Hanna et al. (2019), Nickel e Zimmer (2019) e van der Wal, Oolbekkink–Marchand, Schaap e Meijer (2019), adotaram a visão de que as tensões são dissonâncias cognitivas, geralmente acompanhadas de sentimentos de irritação, incerteza, ansiedade, estresse e desamparo. Isso pode ser resultado de divergências entre professores e alunos ou colegas de profissão acerca das questões de ensino; conflitos entre demandas educacionais ou influências culturais e alguns fatores pessoais, como autoestima e a motivação dos professores. Ademais, as tensões na identidade docente podem surgir em relação aos outros ou permanecerem isoladas em um dado contexto de mudança, por exemplo.

No contexto do ensino superior, Dugas, Stich, Harris e Summers (2018a) defenderam que a falta de suporte administrativo concedido à pesquisa é a principal fonte de tensões na identidade de professores-pesquisadores. Os autores explicaram que muitas instituições a promovem, mas não fornecem o suporte necessário à sua realização de acordo com as preferências e prioridades dos docentes. Além disso, ao perder o senso de comunidade e assumir uma visão de competição global, o novo contexto do ensino superior parece colidir com os valores de professores que se recusam a ver os alunos como clientes – ou como ‘números’ – e o conhecimento como produto (Dugas et al., 2018b; Horta & Santos, 2019; Winter & O’Donohue, 2012).

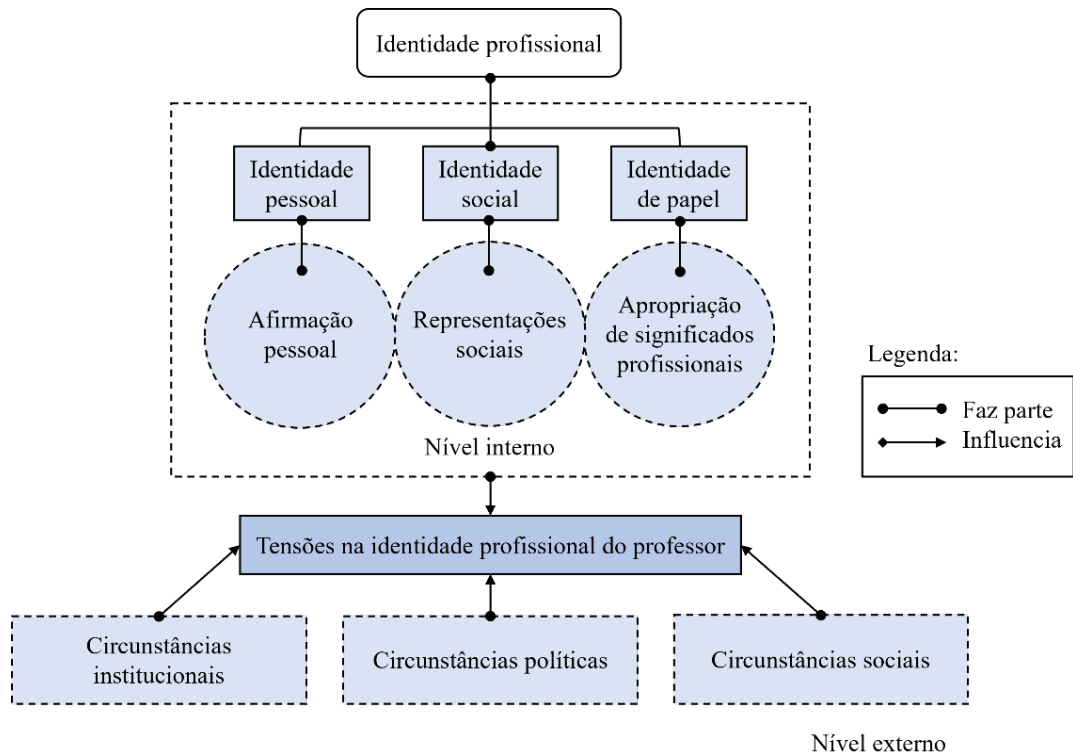
Apesar desses cenários críticos, Arvaja (2018) explica que as tensões podem ser vistas como pré-requisito para a transformação positiva e a emancipação profissional, em que os professores se tornam mais conscientes sobre as suas possibilidades de lidar com contradições na profissão. O trabalho de Pillen, den Brok e Beijaard (2013) foi um dos primeiros a destacar que as tensões podem contribuir para o desenvolvimento da identidade profissional dos professores.

A seguir, apresenta-se um desenho conceitual que serve de base para as análises teóricas da narrativa coletada. Nele, a identidade profissional é composta por três dimensões, sendo elas: i) afirmação pessoal; ii) representações sociais e; iii) apropriação de significados profissionais. Além disso, propõe-se que as tensões na identidade profissional de professor podem ocorrer a partir de dois níveis – interno e externo –, sendo o último formado por circunstâncias de ordens institucional, política e social.

No nível interno, as tensões ocorrem devido a justaposições entre as dimensões, que correspondem, respectivamente, às identidades pessoal, social e de papel.

Figura 1

Desenho conceitual das tensões na identidade profissional de professor



Fonte: Elaboração própria (2024).

Da Figura 1, é preciso ressaltar que as linhas pontilhadas que circundam todo o nível interno e externo representam o *insight* de que as tensões são “descontinuidades identitárias” (van der Wal et al., 2019). A título de maior esclarecimento, como circunstância política, pode-se citar as políticas educacionais; como circunstância institucional, tem-se a falta de suporte concedido à pesquisa; e como circunstância social, cita-se a influência que as pessoas podem exercer sobre as outras, em termos de busca profunda por aprovação e reconhecimento, por exemplo (Dugas et al., 2018a; Flores & Day, 2006; de Gaulejac, 2006; Hogg & Smith, 2007).

2.3 Análise de Narrativas: Interpretando o Significado das Histórias

Considerando a questão de pesquisa que norteia a realização deste estudo, tem-se a seguir a fundamentação dos elementos-chave que visam garantir a confiabilidade e a replicabilidade do caminho metodológico a ser proposto.

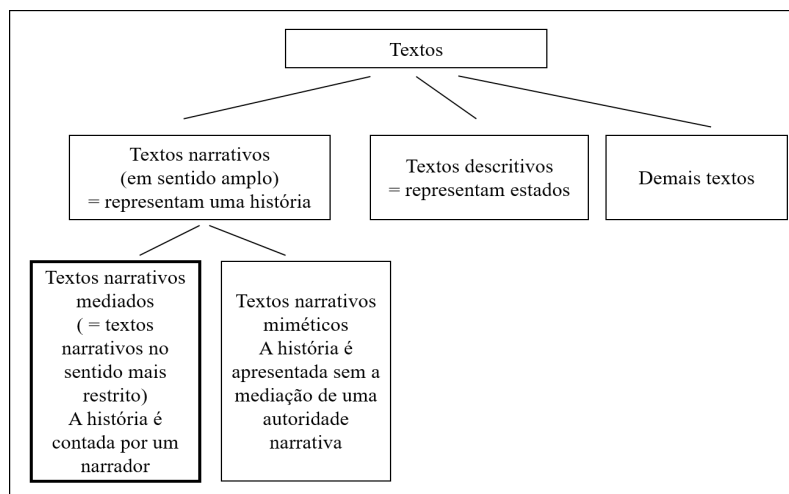
O planejamento e a aplicação deste método consideram que “o foco de análise são as pessoas que nos contam histórias sobre suas vidas, sendo as histórias o meio de entender melhor nossos participantes” (Savin–Baden & Van Niekerk, 2007, p. 464), haja vista que, diferente de outros métodos delineados somente para obter explicações, a narrativa tende a estar mais próxima dos eventos reais da vida, contextualizando as opiniões, intenções e circunstâncias, os significados, motivos e entendimentos dos sujeitos (Savin–Baden & Van Niekerk, 2007; Younas, Fàbregues, Durante, Escalante, Inayat, & Ali, 2023; Zelčāne & Pipere, 2023).

Ao investigar acerca da estrutura dos textos narrativos, Schmid (2010) apresentou dois tipos: a) os textos narrativos mediados; e b) os textos narrativos miméticos. Neste estudo, o foco recai sobre o primeiro deles, em que a história é contada por um narrador.

Na Figura 2, tem-se o diagrama proposto pelo autor.

Figura 2

Tipologia dos textos e textos narrativos



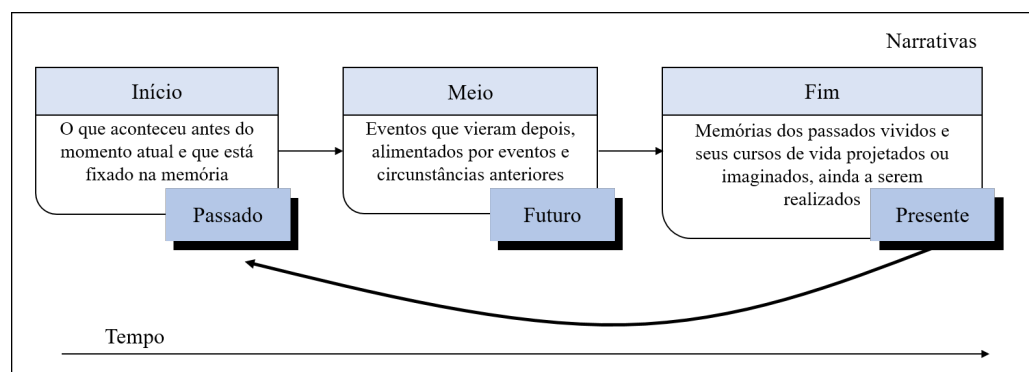
Fonte: Traduzida de Schmid (2010, p. 7).

Seguindo diretrizes teórico-metodológicas, Bastos e Biar (2015, p. 121) entendem narrativa “como uma prática social constitutiva da realidade” e particularizam esse tipo de análise “como uma forma de fazer análise do discurso”. Jovchelovitch e Bauer (2017) chamam a atenção para o fato de que a narrativa é uma forma de representação e de interpretação particular da realidade experienciada pelo sujeito que conta uma história. Além do mais, para eles (2017), as narrativas estão associadas a uma situação específica no tempo e no espaço.

Na Figura 3, propõe-se um esquema da localização temporal do que acontece nas narrativas, a partir das proposições elaboradas por Ochs (2004), Fludernik (2009) e Onega e Landa (2014). Esse esquema amplia o entendimento de que as narrativas são formadas por cadeias de eventos em forma de relatório (*report form*), vinculadas a um espaço e tempo específicos.

Figura 3

Localização temporal do que acontece nas narrativas



Fonte: Elaboração própria com base em Ochs (2004), Fludernik (2009) e Onega e Landa (2014).

Da Figura 3, ressalta-se que o que era “presente” no universo da narrativa (isto é, o momento em que se narra), em um determinado contexto, torna-se, ao final dela, o próprio passado. Esse fluxo é justificado na medida em que “as lembranças do passado podem provocar pensamentos e ações que se orientam para horizontes de eventos futuros” (Ochs, 2004, p. 273).

Buscando conduzir a aplicação dos procedimentos de pesquisa e a análise cronologicamente organizada dos significados extraídos das experiências relatadas (Creswell & Poth, 2016), neste caso, sobre tensões na identidade profissional de uma professora

brasileira da PG *stricto-sensu*, foram considerados alguns dos componentes fundamentais da Narratologia.

Assim, a investigação começou com a identificação das funções (ou potências) da narrativa, dos indícios – constituídos pelos índices e informantes – e dos elementos referentes às pessoas envolvidas e à temporalidade das ações narradas (Alves & Blikstein, 2010).

Do ponto de vista linguístico, as funções constituem uma “unidade de conteúdo”, sendo elas classificadas em dois grupos. As funções “cardinais”, também conhecidas como “núcleos”, são aquelas ações que inauguram alternativas substanciais dentro da narrativa, tornando possível a continuação das histórias. Já as funções “catalizadoras” não modificam a natureza da narrativa, apenas preenchem os espaços entre duas ou mais funções cardinais. Dessa forma, enquanto as funções cardinais são consecutivas e consequentes, as catalizadoras são somente consecutivas, ou “completivas” (Barthes, 1966; Barthes, 2011).

Em complemento, segundo Barthes (2011), as funções cardinais são os “momentos de risco” da narrativa, enquanto as catalizadoras são as “zonas de segurança”, que, apesar de terem uma funcionalidade fraca, não são “absolutamente nulas” (p. 34). Ademais, Alves e Blikstein (2010) falam também sobre o papel das *funções de transformação*, sendo estas responsáveis por mudar o rumo da narrativa, transformando a sequência dos acontecimentos.

Os indícios, por sua vez, são unidades verdadeiramente semânticas nas narrativas, haja vista que fazem referência a um significado e não a uma operação como as funções. Alves e Blikstein (2010) os dividem em duas categorias. Com menor importância, os informantes: “são unidades que servem para identificar a narrativa no tempo e no espaço” (p. 410). Já o segundo grupo (os *índices*) são unidades que podem se referir a uma atmosfera, sentimento, filosofia ou ao caráter de um agente da narrativa. Na Figura 4, apresenta-se a definição adotada neste artigo para cada um desses quatro elementos.

Antes disso, o uso de diferentes fontes bibliográficas para esse processo de conceitualização foi necessário, uma vez que nos textos de Barthes (1966; 2011) e Alves e Blikstein (2010), não foi identificada explicação direta para os termos acima apresentados.

Tabela 1*Conceitos adotados para os quatro tipos de índices na narrativa*

Índice	Definição	Referência
Atmosfera	A atmosfera é a realidade comum do perceptor e do percebido, representando o que é experienciado, de forma corporalmente presente, em relação a pessoas e coisas, ou em espaços. A atmosfera, portanto, surge do encontro entre coisas sólidas, humanas ou não-humanas, animadas ou não-animadas, abrangendo traços de humor e afeto em um espaço natural determinado.	Böhme (1993); Ingold (2012); Martins (2019);
Sentimento	Entende-se que os sentimentos são pertencentes à alma, significando um “estado afetivo, bastante estável e durável, ligado a representações, emoção, paixão”.	Fiorin (2007, p. 10);
Filosofia	Faz parte de um grupo das características ideológicas (dos personagens) que também abrangem, dentre outros elementos, a religião, as opiniões políticas e o modo de pensar ou, ainda, a visão de mundo deles.	Chiappini e Leite (1997); Gancho (2004);
Caráter	É aquela parte da personalidade que está especialmente envolvida na ação, que se manifesta mais claramente nas formas superiores de volição e que é gradualmente desenvolvida nas e por meio das relações sociais. É uma organização ou estrutura altamente complexa, cujas unidades são os sentimentos, os gostos e os desgostos duradouros, os amores e ódios, as admirações, os respeitos e os desprezos que toda pessoa adquire por um grande número de objetos (pessoas, coisas concretas, objetos gerais e abstratos).	McDougall (1932, pp. 9-10).

Fonte: Elaboração própria (2024).

Explica-se que o caminho teórico demonstrado na Tabela 41 foi desenvolvido para evitar que, na consecução das etapas de análise dos dados, ocorresse a prevalência de juízo de valor ou de senso-comum quanto aos conceitos de atmosfera, sentimento, filosofia e caráter.

Para conferir maior robustez e rigor analítico, também foram consideradas as orientações de Chizzotti (2011), em que a análise de narrativas, sob a lente da Etnometodologia, é aplicada de forma dependente ao contexto em que as ações ocorrem. Diante disso, no delineamento deste caminho metodológico pauta-se a função que o contexto social tem no processo de colaboração entre pesquisador e pesqui-

sado e no fornecimento de imagens individuais, únicas e detalhadas da experiência, diferenciando-o de outras técnicas tradicionais de pesquisa (Ford, 2020).

Ainda, entendeu-se que é preciso “trazer de volta ao cerne do método biográfico os materiais primários e a sua subjetividade explosiva” (Ferrariotti, 2022, p. 23), para que assim seja possível observar o indivíduo no centro de sua existência e compreender como ele lida com sua história, seus desejos, suas emoções, suas aspirações e seu ambiente social (de Gaulejac, 2019).

Essa abordagem de análises foi definida para adequar a pesquisa à complexidade dos estudos a respeito da identidade profissional, cujo desenvolvimento é influenciado pelas instituições e pelas estruturas política e social que envolvem os indivíduos. Dessa forma, o método de análise de narrativas foi escolhido, dentre outras razões, por permitir que a experiência dos professores seja revelada, compreendendo aspectos fundamentais à compreensão dos sujeitos e do contexto em que eles estão inseridos (Muylaert, Sarubbi, Gallo, Neto, & Reis, 2014).

Segundo Feldman, Sköldberg, Brown e Horner (2004, p. 148), “ao contar suas histórias, as pessoas refinam e refletem um entendimento particular sobre as relações sociais e políticas. As histórias são um método comum e habitual que as pessoas utilizam para comunicar suas ideias”.

A partir disso, na Tabela 2, são listadas as três etapas que foram idealizadas para a condução da análise de narrativas em estudos sobre as tensões na identidade profissional de professores.

Tabela 2

Caminho metodológico proposto para a análise de narrativas

Etapas	Fundamentação
1. Identificar as funções (ou potências da narrativa), os indícios, os elementos referentes às pessoas envolvidas e à temporalidade das ações;	Ochs (2004); Fludernik (2009); Alves e Blikstein (2010); Barthes (2011); e Onega e Landa (2014);
2. Identificar o enredo (ou ponto básico) da narrativa; e	Feldman et al. (2004);
3. Identificar as oposições implícitas da narrativa.	Feldman et al. (2004).

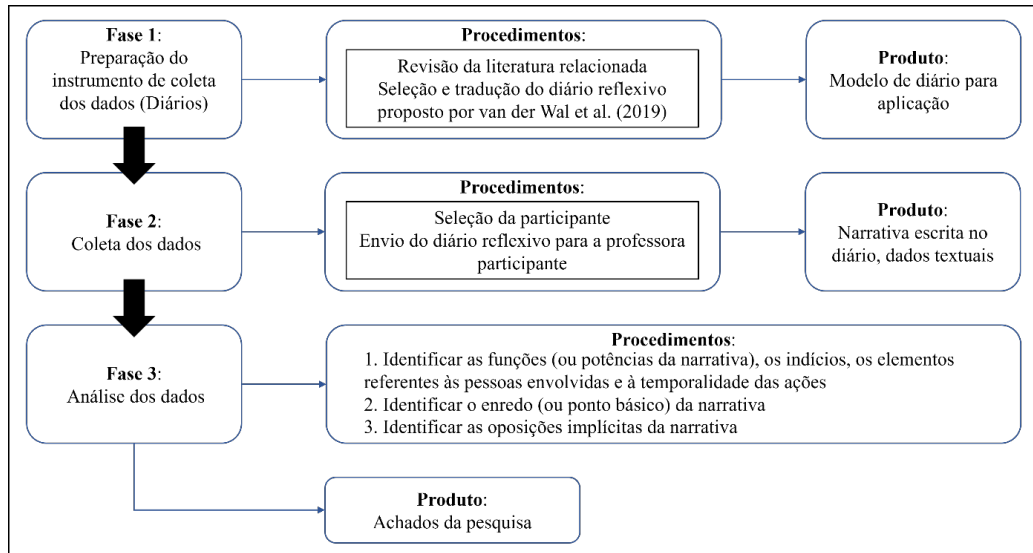
Fonte: Elaboração própria (2024).

“Identificar o enredo ou ponto básico” é uma etapa essencial da análise de narrativas, porque permite a seleção de uma ou de mais sentenças que resumem a história. No âmbito desse estudo, isso auxiliou na seleção dos argumentos em que os pesquisadores se concentraram para analisar o ponto central de descrição das tensões identificadas (Feldman et al., 2004).

Já a identificação das oposições implícitas (e às vezes até explícitas) permite ao pesquisador encontrar elementos centrais do discurso, ao analisar como o narrador descreve um elemento a partir daquilo que ele não é. Assim, para Feldman et al. (2004), na investigação com narrativas, é preciso assumir que, para cada história, pelo menos uma oposição pode ser identificada.

Na consideração de que não há um melhor (ou único) caminho para se conduzir a análise de narrativas (Nasheeda, Abdullah, Krauss, & Ahmed, 2019), a Figura 6 foi desenvolvida com o intuito não somente de ilustrar o caminho metodológico aqui proposto, mas também de auxiliar na elaboração de futuras pesquisas. Ademais, a estrutura da Figura 4 foi inspirada em modelos de análise apresentados nos artigos de Nasheeda et al. (2019) e Gholami, Faraji, Meijer, & Tirri (2021), limitando-se ao caso aqui analisado.

Figura 4
Coleta e análise dos dados na estratégia narrativa



Fonte: Elaboração própria, a partir de Nasheeda et al. (2019) e Gholami et al. (2021).

Da Figura 4, é válido apontar que, em caso de replicação em outros estudos, há possibilidade de atualização dos procedimentos com diferentes instrumentos para coleta dos dados, de acordo com a necessidade e os objetivos, assim como do número de participantes. Além disso, visando o aperfeiçoamento da metodologia em questão, novas etapas na fase de análise de dados podem ser desenvolvidas/inseridas, ou ainda modificadas.

3 MÉTODO DA PESQUISA

3.1 Participante da Pesquisa

A seleção da participante dessa investigação iniciou com uma busca no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ, utilizando *identidade e narrativas* como palavras-chave. A partir disso, foram sendo selecionados os participantes dos grupos identificados, com o objetivo de verificar a adequação desses sujeitos a alguns critérios estabelecidos na pesquisa. A professora Sara foi a primeira convidada a aceitar participar do estudo, assim como a primeira a preencher o diário.

No período de envio dos dados, Sara já ensinava há dez anos na pós-graduação *stricto-sensu*, sendo docente de duas disciplinas nos cursos de mestrado e doutorado em Educação, vinculada a um PPG conceito 4 de uma universidade federal da região Nordeste.

Na consideração dos aspectos éticos, destaca-se alguns dos cuidados que foram tomados:

- a) Sara é um pseudônimo que não mantém qualquer proximidade com o nome real da participante, seguindo o posicionamento de estudos como Gholami et al. (2021);
- b) A confidencialidade dos dados e a garantia do anonimato, conforme apontamentos de Creswell e Poth (2016) e Gholami et al. (2021), foram devidamente explicitadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aplicado, além de ter sido criado um ambiente on-line para o preenchimento do diário, onde a professora teve sua privacidade resguardada durante a composição de sua narrativa, livre para fazê-la dentro do prazo de uma semana, a partir da confirmação de participação; e
- c) À Sara, foi esclarecido – já no email convite – que, a qualquer momento, ela poderia optar por encerrar a sua participação na pesquisa.

Por fim, os pesquisadores também deixaram clara a possibilidade de que o prazo poderia ser prorrogado por mais sete dias, se houvesse a necessidade.

3.2 Instrumento de Coleta dos Dados – Diários Reflexivos

Conforme Jacelon e Imperio (2005) e Chirema (2007), o emprego deste instrumento permite um maior ganho de informações, porque os participantes sabem que os diários deverão ser lidos e interpretados por outra pessoa, podendo, assim, refletir diretamente sobre as questões que são de interesse dos pesquisadores.

Sinclair e Woodward (1997) explicaram que o preenchimento de diários reflexivos promove o desenvolvimento profissional, permite aos professores relacionarem a teoria com a prática e os encoraja a avaliar as suas performances de ensino. Nessa perspectiva, os estudos de Zulfikar e Mujiburrahman (2018) e Gholami et al. (2021) ressaltaram que o uso desses diários possibilita uma maior compreensão do desenvolvimento da identidade profissional dos professores, assim como os ajuda a identificar elementos importantes da prática profissional.

Conforme Figura 6, para a coleta dos dados dessa pesquisa, foi aplicado um diário reflexivo adaptado de van der Wal et al. (2019), sendo norteador por perguntas como: “Onde essa situação ocorreu? O que você estava fazendo no momento? Que tipo de tensão isso gerou? E como você lidou com ela? Como você enxerga essa situação hoje? Que emoções isso traz à tona?”.

Em resumo, a participante descreveu, na forma de narrativa, uma situação em que ela julgou ter vivenciado tensões em sua identidade profissional em função de suas atividades em um PPG *stricto-sensu* no Brasil. Assim, foi necessário apontar aspectos do ambiente de trabalho em que as tensões emergiram (Van Lankveld et al., 2017), as pessoas envolvidas (Akkerman & Meijer, 2011; Nickel & Zimmer, 2019), as emoções que ela sentiu ao viver tal situação (Beauchamp & Thomas, 2009) e como ela enxerga isso no presente (van der Wal et al., 2019). A partir disso, buscou-se reunir evidências mais específicas sobre as trajetórias pessoal e profissional de Sara.

O diário foi aplicado por meio do *Microsoft Sway* e do *Microsoft Forms*, após a confirmação recebida por email e envio do TCLE assinado pelos pesquisadores e pela participante.

3.3 Validade e Confiabilidade do Caminho Metodológico Proposto

O caminho de restauração da subjetividade à ciência não é linear, do contrário, é enigmático e “exige abordagens novas e originais para que possa ser alcançado”, estabelecendo um método de comunicação em pé de igualdade com os sujeitos investigados (Ferrarotti, 2022, p. 22). Com isso, o caminho metodológico aqui proposto intenciona, sobretudo, constituir-se e ser replicado como um processo metodologicamente correto e humanamente significativo (Ferrarotti, 2022).

Tecnicamente, alguns critérios de validade e confiabilidade foram considerados na execução da análise de narrativas nos parâmetros pré-estabelecidos para este estudo. Dentre eles, destaca-se a triangulação de teorias, conforme Denzin (1978), em que foram articuladas discussões, em profundidade, entre distintas correntes teóricas sobre a identidade e o método narrativo, através de uma análise que considerou dimensões racionais, instintivas e simbólicas do discurso; assim como destaca-se o uso da reflexividade e de uma descrição clara, rica e detalhada dos resultados (de Paiva Júnior, de Souza Leão, & de Mello, 2011), conforme é apresentado na próxima seção.

4 ANÁLISE DA NARRATIVA DA PROFESSORA SARA

A análise dos dados neste estudo considerou a narrativa composta pela professora Sara como uma unidade completa (McCune, 2019), discutida à luz da teoria explorada.

A seguir, são apresentadas as funções da narrativa de Sara, destacando os indícios, os pontos básicos, as oposições implícitas (ou explícitas) e os elementos relacionados à temporalidade das ações e às pessoas envolvidas (Alves & Blikstein, 2010; Barthes, 2011; Feldman et al., 2004).

Na Tabela 3, são listadas as 12 funções identificadas na narrativa de Sara.

Tabela 3

Funções identificadas na narrativa da professora Sara

a)	Período de mudança devido à adaptação de um novo currículo para o programa de pós-graduação.
b)	Sara tem uma longa conversa com o coordenador do curso sobre a inclusão de uma nova disciplina para alunos de mestrado e doutorado.
c)	Negação e questionamento dos alunos do programa quanto à necessidade da disciplina, pois consideravam estar mais avançados que o conteúdo a ser ministrado.
d)	Sara chega para o primeiro dia de aula da nova disciplina disposta a preparar algo bem legal.
e)	Sara enfrenta olhares raivosos e desinteressados de parte da turma no primeiro dia de aula.
f)	Sara propõe ouvir os alunos para que eles pudessem estruturar juntos a disciplina.
g)	Sara apresenta o plano da disciplina por escrito.
h)	Sara decide não querer ministrar a disciplina em um clima ruim.
i)	Sara propõe aos alunos insatisfeitos a possibilidade de não cursarem a disciplina, desde que eles entregassem, por escrito, os motivos pelos quais não continuariam e porque já dominavam teoricamente o conteúdo que estava sendo proposto por ela.
j)	Sara experiencia momentos de tensão durante a semana que se seguiu à situação de confronto com os alunos da nova disciplina.
k)	A turma inteira volta para a segunda semana de aula.
l)	Sara faz uma avaliação positiva da tensão vivenciada, graças ao sucesso que obteve com a disciplina ao longo do semestre.

Fonte: Elaboração própria (2024).

A partir do que foi proposto por Barthes (1966) e Alves e Blikstein (2010), as funções *a, b, c, e, f, h, i e j* são as funções cardinais na narrativa de Sara, enquanto as funções *d, g, k e l* são funções catalizadoras, assumindo um papel de menor importância na situação narrada, uma vez que não modificam a natureza da narrativa, podendo ocorrer sem abrir alternativas substanciais dentro do texto narrativo (Barthes, 2011).

Dessa maneira, tais funções preenchem os espaços entre as funções cardinais, possibilitando a sucessão das ações – como a “percepção de raiva e desinteresse da turma”, que só foi possível com a chegada de Sara para o primeiro dia de aula. Os itens *c, d, e, h, j e l* são índices, enquanto *a* é um informante, indicando o tempo e o espaço da narrativa (*período de adaptação curricular no programa de pós-graduação*). A seguir, na Tabela 4, são destacados os excertos da narrativa da professora Sara que sustentam

ram a classificação dos itens *c*, *d*, *e*, *h*, *j* e *l* como índices, assim como a que eles fazem referência na narrativa analisada.

Tabela 4

Índices na narrativa da professora Sara

Item	Referência na narrativa	Trechos selecionados
c	Atmosfera	“Minha entrada na turma já era de tensão e negação, muitos alunos não concordavam em fazer essa disciplina, pois estavam mais adiantados.”
d	Filosofia da participante	“Decidi não os confrontar num primeiro momento. Entrei na sala desarmada, mas com uma proposta de trabalho escrita. Lembro-me que pensei: vou preparar uma disciplina muito legal!”
e	Atmosfera	“No primeiro dia de aula, lembro-me dos olhares raivosos e desinteressados de grande parte deles.”
h	Filosofia da participante	“Disse a eles que ainda estava vendo alguns insatisfeitos e que não iria obrigar ninguém a fazer a disciplina, mas que não gostaria de ministrar uma disciplina neste clima, que isso seria ruim para todos.”
j	Sentimento	“Fiquei bastante tensa até a semana seguinte.”
l	Atmosfera	“No dia e hora marcada fui para a aula, e ao chegar os encontrei em sala e com rostos felizes e de aceitação. A disciplina durou um semestre e foi maravilhosa.”

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quanto a funções de transformação, inicialmente pode-se perceber uma mudança no cenário da disciplina de um ambiente de “raiva” e “desinteresse” por parte dos alunos, para um contexto em que a disciplina foi avaliada como “maravilhosa” por parte da professora Sara, estando isso demonstrado nas funções *k* e *l*. Quando a turma retorna para a segunda semana de aula, acontece uma modificação no “clima ruim” que existia em torno da disciplina, o que assegurou o sucesso do semestre e da ação tomada por Sara na função *i*.

Na investigação do ponto básico da narrativa, identificou-se outra função de transformação, quando a professora Sara abandona a posição mais conciliadora (“Decidi não os enfrentar num primeiro momento”) que vinha adotando até a função *g* e decide seguir para um confronto mais direto com a turma, conforme indicado pelas funções *f* e *i*, respectivamente.

A mudança demonstra como Sara, durante a situação de tensão, muda de posição (Akkerman & Meijer, 2011), haja vista que a tentativa de elaborar conjuntamente o plano da disciplina com os alunos não foi suficiente para reduzir a insatisfação de parte da turma; o que se aproxima da ideia de que partes particulares do *self* podem ser evocadas de acordo com as situações que os professores precisam lidar (Akkerman & Meijer, 2011).

Em seguida, dois trechos do diário reflexivo de Sara ilustram melhor essa discussão.

- i) **Posição mais conciliadora:** Eu falei que gostaria de apresentar o plano da disciplina do modo como eu a tinha pensado e que juntos iríamos trabalhar no plano. Ao final, nós tínhamos um plano construído coletivamente. Muitas caras de raiva desfeitas, mas eu ainda percebia alguns insatisfeitos. Provavelmente, eram aqueles que não queriam ter trabalho (Sara).
- ii) **Posição de confronto:** Então, dei o que chamei de cartada final. Disse que eles teriam até a próxima semana para decidir se queriam cursar a disciplina, que os que desejassem estivessem presentes na próxima aula e que quem não desejasse teria até o mesmo dia para me apresentar um texto mostrando os motivos de não querer participar, e que no texto deveria mostrar que já dominava teoricamente o que estava sendo proposto na disciplina (Sara).

Como pontos básicos da narrativa, foram selecionados os itens *b*, *e*, *i*. Se analisados de forma isolada, esses itens resumem a narrativa elaborada por Sara, indicando as pessoas envolvidas e a temporalidade das ações e mantendo a sucessão entre elas. Não foram identificadas oposições implícitas ou explícitas (Feldman et al., 2004) nesta narrativa.

Ao considerar a literatura revisada neste artigo, foi possível perceber como o entusiasmo da professora Sara foi sufocado (Cherubini, 2009) após assumir uma disciplina que, antes mesmo de ser iniciada, já enfrentava resistência dos discentes. No começo da narrativa, Sara manifesta um certo desconforto quanto à sua entrada na disciplina, conforme o trecho: “A turma era muito grande, 40 alunos, e muito heterogênea. Os conflitos aconteceram desde o primeiro encontro”. Além disso, ficou evidente que Sara repassou essa preocupação em reunião com o coordenador do PPG: “Eu já sabia que os alunos questionavam a inclusão dessa disciplina e tinha conversado longamente com o coordenador do curso”.

Diante disso, a tensão que a Sara vivenciou em sua identidade profissional pode ser separada em dois momentos. O primeiro começa com o *sentimento de incerteza* (Pillen, Beijaard, & den Brok, 2013; Van Lankveld et al., 2017) que Sara experienciou após assumir a nova disciplina, ocorrendo de forma isolada (van der Wal et al., 2019), e também após a “cartada final”, que a deixou tensa, sem saber como os alunos iriam reagir e se voltariam para a semana seguinte de aulas. De forma mais clara, a tensão começa quando a professora tem que ministrar a disciplina independentemente do contexto negativo que a rodeava, havendo nisso influência institucional.

Pillen, Beijaard e den Brok (2013) identificaram situação semelhante, a qual eles nomearam como “ser exposto a atitudes institucionais contraditórias”. No caso de Sara, isso é ilustrado no desequilíbrio entre o que ela esperava como profissional (“Vou preparar uma disciplina muito legal”) e o que, de fato, Sara experienciou (“Lembro-me dos olhares raivosos e desinteressados de grande parte deles”), cuja origem é produto da situação que lhe foi imposta pela coordenação do programa (Pillen, Beijaard, & den Brok, 2013; Skelton, 2012), e que resultou na redução de seu entusiasmo (“fiquei bastante tensa até a semana seguinte”).

Desse modo, há tanto influência de circunstâncias institucionais, como sociais na ocorrência dessa tensão, considerando que, apesar de toda a situação de conflito, Sara buscou a aprovação de seus alunos (Hogg & Smith, 2007), desde o primeiro contato em sala de aula, como explicita o trecho: “No começo da aula, me apresentei e falei que sabia da insatisfação deles e que queria ouvi-los. Falaram por 1 hora e eu os ouvi atentamente... Ao final perguntei o que sugeriam para que resolvêssemos aquela situação. Alguns deram sugestões, mas nada estruturado”.

O segundo momento de tensão revelou uma instabilidade ou descontinuidade identitária que aqui foi proposta tendo como base o estudo de Henry (2016). No caso de Sara, considerando o que já foi destacado de seu diário, ficou claro como ela assumiu uma identidade mais autoritária para lidar com a situação de desinteresse e de raiva dos alunos. Essa ideia é fortalecida, quando se destaca a influência do ambiente social no primeiro momento de tensão, tendo em vista que isso foi responsável por levar Sara em uma nova direção e desencorajar a alternativa inicial de ser mais conciliadora (Akkerman & Meijer, 2011).

Ao olhar para o desenho conceitual do artigo, pode-se afirmar que Sara experienciou tensões na sua identidade profissional tanto no nível externo, como no interno. A primeira, influenciada por circunstâncias institucionais e sociais; e a segunda, mobilizada por uma *justaposição* entre as dimensões pessoal e social, haja vista

que as posições adotadas pela docente têm origem nas orientações ou habilidades educacionais dela (Pillen, Beijaard & den Brok, 2013), podendo ser visualizadas nos excertos i) “não os enfrentar num primeiro momento”; ii) “ouvi atentamente”; e iii) “eu entrei na sala desarmada, mas com uma proposta de trabalho escrita”, mas que foram depois personalizadas de acordo com a estrutura social (“olhares raivosos e desinteressados” e “provavelmente eram aqueles que não queriam ter trabalho”) (Dubar, 1998).

Fica claro, portanto, como Sara, em sua narrativa, abandona a identidade que construiu para si mesma, baseada em sua posição mais conciliadora, e adota, mesmo que de forma temporária, uma nova identidade (de confronto ou mais autoritária) para os outros (alunos), de acordo com a situação que se apresentava em sala de aula, reforçando o conceito de fluidez, multiplicidade e alternância das identidades que compõem o *self* (Akkerman & Meijer, 2011; Dubar, 1998).

A Figura 9 descreve um resumo das tensões identificadas na narrativa de Sara, acompanhado pela indicação de algumas das referências de base.

Tabela 5

Tensões na identidade profissional da professora Sara

Causas	Descrição da tensão na identidade profissional	Nível
Circunstância institucional – obrigação de ministrar uma disciplina indesejada (Pillen, Beijaard, & den Brok, 2013; Skelton, 2012)	Sentimento de incerteza e redução do entusiasmo profissional causados por um desequilíbrio entre o que Sara esperava como professora e o que, de fato, ela experienciou.	Externo
Circunstância social – busca por aprovação dos alunos (de Gaulejac, 2006; Hogg & Smith, 2007)		
Justaposição entre as dimensões pessoal e social (Henry, 2016)	Conflitos entre as orientações ou habilidades educacionais e a estrutura social.	Interno

Fonte: Elaboração própria (2024).

Da Tabela 5, as tensões de Sara mostram que, no contexto de um programa de pós-graduação *stricto-sensu*, a redução do entusiasmo do professor, conforme explicada por Cherubini (2009), pode ocorrer da própria relação aluno-professor. No relato de Sara, a discussão pode ser melhor visualizada na passagem de “preparar uma

disciplina bem legal” para “não gostaria de ministrar uma disciplina neste clima”. Como Cherubini investigou professores do ambiente escolar, os resultados encontrados pela presente pesquisa ampliam as proposições do autor, haja vista que a causa apresentada por ele é a própria cultura das escolas.

Por fim, como está representado pela função *l*, a Sara fez uma avaliação positiva das tensões que vivenciou em sua identidade profissional, porque a situação “abriu novos olhares sobre ser professora e sobre as relações entre aluno e professor”. Isso corrobora com o que foi encontrado por Pillen, den Brok e Beijaard (2013) e Arvaja (2018), em que a vivência destas tensões na IP podem levar a uma transformação positiva, abrindo possibilidades de enfrentamento a conflitos e contradições na profissão. No caso de Sara, isso foi alcançado com a criação de sentidos sobre o que realmente importa na docência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo destaca o papel da narrativa na investigação qualitativa, fundamentando a criação e a aplicação de um caminho metodológico que pode direcionar o entendimento acerca de como os indivíduos atribuem significados às suas trajetórias pessoal e profissional, sem desconsiderar a influência do mundo social, político e institucional. Com isso, demonstrou-se, a partir do caso analisado, como as narrativas permitem ao sujeito conectar importantes acontecimentos do seu passado ao tempo presente e ao futuro, ajudando-o no desenvolvimento de suas identidades.

Com isso, a composição da análise de narrativas aqui proposta focou em ilustrar como novos pesquisadores podem sistematizar e conduzir a coleta, a apresentação e a interpretação de dados textuais coletados com diários reflexivos, sem excluir a possibilidade de uso de outras técnicas, como as entrevistas semiestruturadas e as vinhetas. Além disso, visando uma triangulação mais robusta de métodos, podem acrescentar o uso de dados secundários e a análise de conteúdo.

Os pesquisadores que decidirem replicar o método aqui proposto devem considerar que não há um único caminho possível para a análise das narrativas. No entanto, precisam também estar cientes de que a investigação narrativa exige tempo e investimentos emocionais no ato de ouvir, ler e refletir sobre histórias da experiência humana. Nesse processo afetivo, é possível começar a compreender as nuances da vida das pessoas, suas visões de mundo, relações com o outro, os grupos a que pertencem, os papéis que exercem, etc.

As limitações da pesquisa podem ser distribuídas em dois tópicos. O primeiro deles foi a não identificação de oposições implícitas na narrativa da participante, o que não permitiu um maior aprofundamento da última etapa do caminho metodológico. O segundo se refere ao fato de não ter sido encontrada referência ao índice de caráter na narrativa. Porém, entende-se que o estudo não buscava esgotar as discussões sobre o método de análise e que novas pesquisas ajudarão a revelar novos *insights* acerca de cada elemento agregado ao escopo da investigação narrativa a partir dos achados do presente artigo.¹

Encoraja-se que estudos futuros apliquem os direcionamentos aqui esmiuçados na condução de pesquisas com professores de PPGs *stricto-sensu* em universidades públicas e privadas, para estabelecer bases comparativas entre as realidades apresentadas. O estudo de tensões na IP, sob a ótica da análise de narrativas, pode e deve abranger outras categorias profissionais, sobretudo aquelas em que os sujeitos vivenciam contextos de insalubridade e/ou de desvalorização.

O olhar direcionado para a aplicação de narrativas em contextos profissionais pode fornecer ferramentas valiosas aos gestores de organizações públicas e privadas a respeito da necessidade de empoderar seus colaboradores, incentivando-os a tomarem o controle das próprias narrativas no trabalho, permitindo o desenvolvimento contínuo de suas identidades, por meio de reflexões sobre suas práticas e papéis profissionais, o lugar que ocupam e aonde querem chegar. De modo que a composição das narrativas possa auxiliar na identificação de possíveis tensões e das ações que podem ser tomadas, no âmbito organizacional, para combatê-las.

1 O Apêndice A apresenta um guia didático que ilustra, a partir de trechos da narrativa de Sara, a operacionalização do caminho metodológico aqui proposto. Conscientes das limitações acima indicadas (cientes também de que esta é uma pesquisa em progresso), os autores fizeram uso de outra narrativa coletada, nos mesmos parâmetros do caso analisado, para ilustrar a identificação de uma oposição implícita e de um índice de caráter.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. A. & Blikstein, I. (2010). Análise de narrativas. In C. K. Godoi, R. Bandeira-de-Melo, & A. B. Silva (Eds.), *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos* (2a ed., pp. 403-428). São Paulo: Saraiva.
- Akkerman, S. F., & Meijer, P. C. (2011). A dialogical approach to conceptualizing teacher identity. *Teaching and Teacher Education*, 27 (2), 308-319.
- Arvaja, M. (2018). Tensions and striving for coherence in an academic's professional identity work. *Teaching in Higher Education*, 23(3), 291-306.
- Barthes, R. (1966). Introduction à l'analyse structurale des récits. *Communications*, 8(1), 1-27.
- Barthes, R. (2011). *Análise estrutural da narrativa* (7a ed.). Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. Editora Vozes.
- Bastos, L. C., & Biar, L. D. A. (2015). Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 31, 97-126.
- Beauchamp, C., & Thomas, L. (2009). Understanding teacher identity: An overview of issues in the literature and implications for teacher education. *Cambridge Journal of Education*, 39(2), 175-189.
- Bengtsson, M. (2016). How to plan and perform a qualitative study using content analysis. *NursingPlus Open*, 2, 8-14.
- Böhme, G. (1993). Atmosphere as the fundamental concept of a new aesthetics. *Thesis Eleven*, 36(1), 113-126.
- Brown, A. D. (2006). A narrative approach to collective identities. *Journal of Management Studies*, 43(4), 731-753.
- Carter, M. J. (2014). Gender socialization and identity theory. *Social Sciences*, 3(2), 242-263.
- Cherubini, L. (2009). Reconciling the tensions of new teachers' socialisation into school culture: A review of the research. *Issues in Educational Research*, 19(2), 83-99.

- Chiappini, L., & Leite, M. (1997). *O foco narrativo*. Ática.
- Chirema, K. D. (2007). The use of reflective journals in the promotion of reflection and learning in post-registration nursing students. *Nurse Education Today*, 27(3), 192-202.
- Chizzotti, A. (2011). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais* (4a ed.). Vozes.
- Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2016). Designing a Qualitative Study. In J. W. Creswell & C. N. Poth (Orgs.), *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Sage publications.
- de Gaulejac, V. (2006). *As origens da Vergonha*. Via Lettera Editora e Livrar.
- de Gaulejac, V. (2019). Sociologie clinique. In Delory-Momberger, C. (Ed.). *Vocabulaire des histoires de vie et de la recherche biographique* (pp. 256-260). Erès.
- Denzin, N. K. (1978). *The research act: A theoretical introduction to sociological methods*. McGraw-Hill.
- de Paiva Júnior, F. G., de Souza Leão, A. L. M., & de Mello, S. C. B. (2011). Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 190-209.
- Dubar, C. (1998). Trajectoires sociales et formes identitaires. Clarifications conceptuelles et méthodologiques. *Sociétés Contemporaines*, 29(1), 73-85.
- Dugas, D., Stich, A. E., Harris, L. N., & Summers, K. H. (2018). 'I'm being pulled in too many different directions': academic identity tensions at regional public universities in challenging economic times. *Studies in Higher Education*, 45(2), 312-326.
- Dugas, D., Summers, K. H., Harris, L. N., & Stich, A. E. (2018). Shrinking budgets, growing demands: Neoliberalism and academic identity tension at regional public universities. *AERA Open*, 4(1), 1-14.
- Esin, C., Fathi, M., & Squire, C. (2014). Narrative analysis: The constructionist approach. In U. Flick (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data analysis* (pp. 203-216).

**Análise de Narrativas como Método para Investigar Tensões
na Identidade Profissional de Professor: Conceitos e Aplicação**

- Feldman, M. S., Sköldberg, K., Brown, R. N., & Horner, D. (2004). Making sense of stories: A rhetorical approach to narrative analysis. *Journal of Public Administration Research and Theory*, 14(2), 147-170.
- Fiorin, J. L. (2007). Paixões, afetos, emoções e sentimentos. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*, 5(2).
- Flores, M. A., & Day, C. (2006). Contexts which shape and reshape new teachers' identities: A multi-perspective study. *Teaching and Teacher Education*, 22(2), 219-232.
- Fludernik, M. (2009). *An introduction to narratology*. Routledge.
- Ford, E. (2020). Tell me your story: Narrative inquiry in LIS research. *College & Research Libraries*, 8(12), 235-247.
- Ferrarotti, F. (1983). *Histoire et histoires de vie – la méthode biographique dans les sciences sociales*. Librairie des Méridiens.
- Ferrarotti, F. (2022). Biography and Social Research. *Academicus International Scientific Journal*, 13(26), 9-26.
- Gancho, C. V. (2004). *Como analisar narrativas* (7a ed.). Editora Ática.
- Gholami, K., Faraji, S., Meijer, P. C., & Tirri, K. (2021). Construction and deconstruction of student teachers' professional identity: A narrative study. *Teaching and Teacher Education*, 97, 1-18.
- Hanna, F., Oostdam, R., Severiens, S. E., & Zijlstra, B. J. (2019). Primary student teachers' professional identity tensions: The construction and psychometric quality of the professional identity tensions scale. *Studies in Educational Evaluation*, 61, 21-33.
- Haydon, G., Browne, G., & van der Riet, P. (2018). Narrative inquiry as a research methodology exploring person centred care in nursing. *Collegian*, 25(1), 125-129.
- Henry, A. (2016). Conceptualizing teacher identity as a complex dynamic system: The inner dynamics of transformations during a practicum. *Journal of Teacher Education*, 67(4), 291-305.

- Hogg, M. A., & Smith, J. R. (2007). Attitudes in social context: A social identity perspective. *European Review of Social Psychology*, 18(1), 89-131.
- Hong, J. I., Greene, B., & Lowery, J. (2017). Multiple dimensions of teacher identity development from pre-service to early years of teaching: A longitudinal study. *Journal of Education for Teaching*, 43(1), 84-98.
- Horta, H., & Santos, J. M. (2019). Organizational factors and academic research agendas: An analysis of academics in the social sciences. *Studies in Higher Education*, 45(12), 1-16.
- Ingold, T. (2012). The atmosphere. *Chiasmi International*, 14, 75-87.
- Jacelon, C. S., & Imperio, K. (2005). Participant diaries as a source of data in research with older adults. *Qualitative Health Research*, 15(7), 991-997.
- Jiang, A. L. (2022). Identity Work as Ethical Self-Formation: The Case of Two Chinese English-as-Foreign-Language Teachers in the Context of Curriculum Reform. *Frontiers in Psychology*, 12, 1-11.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2017). Entrevista narrativa. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático*. Edição digital. Vozes.
- Kimura, M. (2008). Narrative as a site of subject construction: The Comfort Women' debate. *Feminist Theory*, 9(1), 5-24.
- Kreber, C. (2010). Academics' teacher identities, authenticity and pedagogy. *Studies in Higher Education*, 35(2), 171-194.
- Martins, I. M. (2019). A paisagem potencializando a atmosfera filmica em Viajo porque preciso, volto porque te amo. *Contemporânea*, 17(2), 305-324.
- McCune, V. (2019). Academic identities in contemporary higher education: sustaining identities that value teaching. *Teaching in Higher Education*, 26(1), 20-35.
- McDougall, W. (1932). Of the words character and personality. *Journal of Personality*, 1(1), 3-16.
- Muylaert, C. J., Sarubbi Jr, V., Gallo, P. R., Neto, M. L. R., & Reis, A. O. A. (2014). Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 184-189.

- Nasheeda, A., Abdullah, H. B., Krauss, S. E., & Ahmed, N. B. (2019). Transforming transcripts into stories: A multimethod approach to narrative analysis. *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 1-9.
- Nickel, J., & Zimmer, J. (2019). Professional identity in graduating teacher candidates. *Teaching Education*, 30(2), 145-159.
- Ochs, E. (2004). Narrative lessons. In A. Duranti (Ed.), *A companion to linguistic anthropology*. (1a ed.). Blackwell Publishing Ltda.
- Onega, S., & Landa, J. A. G. (Eds.). (2014). *Narratology: an introduction*. Routledge.
- Patrus, R., Dantas, D. C., & Shigaki, H. B. (2015). O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?. *Cadernos Ebape. br*, 13(1), 1-18.
- Pillen, M., Beijaard, D., & den Brok, P. (2013). Professional identity tensions of beginning teachers. *Teachers and Teaching*, 19(6), 660-678.
- Pillen, M. T., den Brok, P. J., & Beijaard, D. (2013). Profiles and change in beginning teachers' professional identity tensions. *Teaching and Teacher Education*, 34, 86-97.
- Riessman, C. K. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. Sage.
- Ross, J., Sinclair, C., Knox, J., Bayne, S., & Macleod, H. (2014). Teacher experiences and academic identity: The missing components of MOOC pedagogy. *MERLOT Journal of Online Learning and Teaching*, 10(1), 57-69.
- Savin-Baden, M., & Van Niekerk, L. V. (2007). Narrative inquiry: Theory and practice. *Journal of Geography in Higher Education*, 31(3), 459-472.
- Schmid, W. (2010). *Narratology: an introduction*. Alexander Starritt (Trad.). Walter de Gruyter GmbH & Co.
- Skelton, A. (2012). Teacher identities in a research-led institution: in the ascendancy or on the retreat?. *British Educational Research Journal*, 38(1), 23-39.
- Stenberg, K., Karlsson, L., Pitkaniemi, H., & Maaranen, K. (2014). Beginning student teachers' teacher identities based on their practical theories. *European Journal of Teacher Education*, 37(2), 204-219.

- Stryker, S., & Burke, P. J. (2000). The past, present, and future of an identity theory. *Social Psychology Quarterly*, 63(4), 284-297.
- Vähäsantanen, K., Paloniemi, S., Räikkönen, E., & Hökkä, P. (2020). Professional agency in a university context: Academic freedom and fetters. *Teaching and Teacher Education*, 89, 1-12.
- van der Wal, M. M., Oolbekkink-Marchand, H. W., Schaap, H., & Meijer, P. C. (2019). Impact of early career teachers' professional identity tensions. *Teaching and Teacher Education*, 80, 59-70.
- Van Lankveld, T., Schoonenboom, J., Volman, M., Croiset, G., & Beishuizen, J. (2017). Developing a teacher identity in the university context: A systematic review of the literature. *Higher Education Research & Development*, 36(2), 325-342.
- Winter, R. P., & O'Donohue, W. (2012). Academic identity tensions in the public university: Which values really matter?. *Journal of Higher Education Policy and Management*, 34(6), 565-573.
- Younas, A., Fàbregues, S., Durante, A., Escalante, E. L., Inayat, S., & Ali, P. (2023). Proposing the "MIRACLE" narrative framework for providing thick description in qualitative research. *International Journal of Qualitative Methods*, 22, 1-13.
- Zaccarelli, L. M., & Godoy, A. S. (2014). "Deixa eu te contar uma coisa": Possibilidades do uso de narrativas e sua análise nas pesquisas em organizações. *Revista Gestão Organizacional*, 6(3), 25-36.
- Zelčāne, E., & Pipere, A. (2023). Finding a path in a methodological jungle: a qualitative research of resilience. *International Journal of Qualitative Studies on Health and Well-being*, 18(1), 1-18.
- Zulfikar, T., & Mujiburrahman. (2018). Understanding own teaching: becoming reflective teachers through reflective journals. *Reflective Practice*, 19(1), 1-13.

APÊNDICE A – GUIA DIDÁTICO DA ANÁLISE DE NARRATIVAS

Etapa 1a – Identificar as funções (ou potências) da narrativa

“Recentemente fui ministrar uma disciplina nova na pós-graduação para alunos de mestrado e doutorado. A turma era muito grande, 40 alunos e muito heterogênea. Os conflitos com a turma aconteceram desde o primeiro encontro, porque essa disciplina fazia parte de uma **adaptação de um novo currículo.**”



- Período de mudança devido à adaptação de um novo currículo para o programa de pós-graduação.

a) Transformação do **trecho narrativo** em uma função – pode representar uma **ação** ou um **estado**; b) Em seguida, é preciso classificar a função identificada. Se a função permitir o sequenciamento da história, ela é classificada como **cardinal**. Do contrário, recebe o nome de função **catalizadora**. Além disso, a função também pode assumir o papel de indício (informante ou índice).

Etapa 1b – Identificar os indícios (informantes e índices)

“Primeiro, queria dizer que eu seria a mais feliz das profissionais se eu tivesse tensões como as do início deste diário reflexivo. Queria eu estar brigando e discutindo por questões teóricas ou de método.”



- **Índice de caráter**



[...] parte da personalidade que está especialmente envolvida na ação, que se manifesta mais claramente nas **formas superiores de volição** [...]

a) Classificação dos trechos correspondentes de acordo com as definições adotadas para cada tipo de índice.

Etapa 2 – Identificar as oposições implícitas

- “Queria eu estar brigando e discutindo por questões teóricas ou de método.”



No trecho, fica claro como a participante, indiretamente, avalia que as tensões que vivencia ou já vivenciou são mais graves do que as que foram utilizadas como exemplo no diário. Ao invés de se expressar com “**Eu não queria estar vivenciando as minhas tensões**”, ela escolhe o outro caminho, menos expositivo.

Nota. Da etapa “identificar as oposições implícitas”, podem ser retirados *insights* sobre os não-ditos da identidade (sendo uma oportunidade para novas pesquisas).

Fonte: Elaboração própria (2024).

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

Nathiane Mayra Marques Magalhães

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil - nathiane.m@hotmail.com

Elielson Oliveira Damascena

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil - elielson.damascena@ufpe.br

Resumo

A alimentação é crucial para a qualidade de vida, porém, para indivíduos com alergias e intolerâncias alimentares, comer pode representar um desafio significativo, afetando seu bem-estar físico e mental. Esta pesquisa objetivou analisar como configuram-se o bem-estar alimentar e a experiência de vulnerabilidade dos consumidores alérgicos e/ou intolerantes a glúten e/ou lactose, considerando vivências em restaurantes e supermercados. O estudo foi realizado na região agreste do estado de Pernambuco, no Brasil. Com uma abordagem qualitativa, foram conduzidas 12 entre-

vistas individuais e face a face. Os resultados da pesquisa revelam diversas influências no comportamento alimentar, englobando preço e qualidade dos produtos. Além disso, ressaltam a importância do bem-estar alimentar e os desafios enfrentados por consumidores com intolerâncias e alergias alimentares, enfatizando a necessidade premente de abordagens políticas e práticas alimentares que promovam uma alimentação segura e inclusiva. Propõem-se medidas transformativas para tornar os estabelecimentos mais inclusivos para esse grupo de consumidores.

Palavras-chave: Bem-estar alimentar, vulnerabilidade do consumidor, alergia alimentar, intolerância alimentar.

Food Well-Being and Consumer Vulnerability of Allergic and/or Intolerant to Lactose and/or Gluten

Abstract

The nutrition is crucial to life quality, however, for individuals with food allergies and intolerances, eating can represent a significant challenge, affecting their physical and mental well-being. This research aimed to analyze how food well-being and the experience of vulnerability of consumers allergic and/or

intolerant to gluten and/or lactose are configured, considering experiences in restaurants and supermarkets. The study was carried out in the agreste region of the state of Pernambuco, in Brazil. With a qualitative approach, 12 individual and face-to-face interviews were conducted. The research results reveal

several influences on eating behavior, including price and quality of products. In addition, they highlight the paramount importance of food wellbeing and the challenges faced by consumers with food intolerances and allergies, emphasizing the pressing need for

policy approaches and food practices that promote safe and inclusive eating. Transformative measures are proposed to make establishments more inclusive for this group of consumers.

Keywords: Food wellbeing, consumer vulnerability, food allergy, food intolerance.

1. INTRODUÇÃO

A alimentação, como primeira aprendizagem social, é moldada pela família, grupo étnico e cultura, influenciando a conduta alimentar individual e desempenhando um papel crucial no crescimento, desenvolvimento e saúde humana. Além de seu aspecto biológico, comer é um encontro entre natureza e cultura, determinado por significados sociais. No entanto, para alguns, como os que sofrem de alergias e intolerâncias alimentares, essa atividade simples pode representar um risco à vida, com reações adversas que podem ser leves ou potencialmente fatais, categorizadas como alergias alimentares e intolerâncias (Hill et al., 2016).

As alergias e intolerâncias alimentares são reações do corpo humano que influenciam nas escolhas diárias e manifestam-se de maneiras distintas. Essas respostas fisiológicas imediatas podem variar de flatulência a reações alérgicas graves, destacando a complexidade da relação entre alimentação, saúde e sociedade (Contreras & Gracia, 2011). Como não há cura para essas condições, os afetados precisam evitar alimentos específicos, exigindo uma atenção especial na seleção de produtos alimentícios (Pádua et al., 2016).

O leite e o trigo, alimentos consumidos amplamente pela população brasileira, podem desencadear diversas reações adversas, afetando a qualidade de vida dos consumidores. Portanto, é crucial que esses alimentos e seus componentes sejam claramente explanados nos rótulos e cardápios, permitindo aos consumidores fazerem escolhas conscientes e evitar riscos à saúde (Turnbull et al., 2015). A regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estabelece diretrizes para a rotulagem de alimentos alergênicos, garantindo que os consumidores tenham acesso às informações necessárias para sua segurança alimentar (Alvarez-Perea et al., 2018).

Embora haja regulamentações para a rotulagem de alergênicos em produtos embalados, essa exigência ainda não se estende aos cardápios de estabelecimentos de serviço de alimentação, como restaurantes e lanchonetes. Isso significa que os consumidores alérgicos dependem, exclusivamente, da equipe do estabelecimento para obter informações sobre os ingredientes dos pratos, ressaltando a importância de uma comunicação clara e acessível para garantir a segurança alimentar desses consumidores (Agência Nacional de Vigilância Sanitária [ANVISA], 2017).

Mesmo com os informes fornecidos, mostram que grande parte das pessoas que consultam o rótulo não compreendem adequadamente o significado dos elementos. Isso faz com que devido à linguagem técnica utilizada, e por terem letras muito pequenas e escondidas, impossibilita o completo entendimento dos ingredientes presentes nos alimentos industrializados (Marins et al., 2008; Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor ([IDEC], 2021; Gomes, 2020).

Alguns estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Ceará, implementaram leis locais que exigem a declaração da presença de glúten em alimentos servidos em estabelecimentos de alimentação, visando proteger a saúde dos consumidores alérgicos. No entanto, ainda não há regulamentação nacional (Food Safety Brazil, 2022). O Projeto de Lei 591/19, que busca estabelecer essa obrigatoriedade, está arquivado atualmente.

Além da falta de oferta adequada, os consumidores alérgicos ou intolerantes enfrentam desafios adicionais, incluindo o estigma social e a ansiedade associada às refeições fora do ambiente doméstico, o que pode resultar em sentimentos de isolamento, frustração e insegurança, especialmente em situações desconhecidas ou em locais não familiarizados com as restrições alimentares (Lee & Xu, 2015).

A vulnerabilidade do consumidor, resultante de fatores físicos, motivacionais, sociais e cognitivos, é amplificada pelo potencial de danos à saúde física e mental. Alguns consumidores enfrentam dificuldades na obtenção ou assimilação de informações necessárias para tomar decisões sobre produtos e serviços, enquanto outros estão mais suscetíveis a perdas de bem-estar decorrentes de escolhas inadequadas (Lee & Xu, 2015). Essa condição de impotência surge de desequilíbrios nas interações de mercado, onde o controle é muitas vezes influenciado por fatores externos, criando dependência de profissionais de marketing e políticas públicas para garantir equidade entre os consumidores (Baker et al., 2005).

De acordo com Andreasen e Manning (1990), consumidores vulneráveis são aqueles em desvantagem nas trocas, sem controle sobre certas características. Esse

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

grupo inclui crianças, idosos, analfabetos, indivíduos de baixa renda, pessoas com deficiência e minorias étnicas. Para Smith e Cooper-Martin (1997), são aqueles mais propensos a sofrer danos econômicos, físicos ou psicológicos devido a limitações que afetam seu bem-estar e recursos. A vulnerabilidade do consumidor é um tema crucial na pesquisa sobre bem-estar e relações de troca.

A *Transformative Consumer Research* (TCR) visa compreender o comportamento dos consumidores por meio de estudos centrados no bem-estar individual e coletivo. Este movimento aborda questões sob a perspectiva dos públicos afetados, buscando melhorar suas vidas e solucionar problemas sociais. Entre os seus objetivos, estão incluídas as intenções de promover pesquisas que enfatizem o bem-estar e a qualidade de vida dos consumidores.

No contexto da TCR, o bem-estar alimentar é definido por Block et al. (2011) como uma relação positiva psicológica, física, emocional e social com os alimentos, tanto individual quanto coletivamente. Rogala, Nestorowicz e Jerzyk (2020), ampliam essa definição ao considerar o bem-estar alimentar como um sentimento subjetivo de felicidade, associado à satisfação ao comer em grupo ou consumir alimentos personalizados.

Essa escolha do recorte e abordagem da pesquisa é motivada pela observação diária das dificuldades enfrentadas por consumidores em encontrar alimentos seguros que promovam seu bem-estar integral. Portanto, é importante ressaltar que o estudo visa destacar como o bem-estar pode apresentar novas oportunidades e desafios para as organizações, incentivando a busca e implementação de estratégias eficazes baseadas no entendimento da oferta alimentar. Isso possibilita uma compreensão mais aprofundada de como diferentes grupos de consumidores moldam sua percepção de bem-estar alimentar e progridem nessa direção (Bublitz et al., 2011).

Desse modo, este estudo objetiva analisar como configuram-se o bem-estar alimentar e a experiência de vulnerabilidade dos consumidores alérgicos e/ou intolerantes ao glúten e/ou à lactose, considerando vivências em restaurantes e supermercados.

O artigo está organizado da seguinte forma: a introdução, que fornece um contexto sobre o tema da pesquisa; a seção 2, a revisão teórica, onde são apresentados os fundamentos teóricos da Relação Humana com a Alimentação, do Bem-estar Alimentar, da Vulnerabilidade do Consumidor e da Relação Bem-Estar e Vulnerabilidade; em seguida, na seção 3, são apresentadas as escolhas e estratégias relativas aos procedimentos metodológicos; a seção 4, descreve o perfil dos respondentes, bem

como as análises da relação entre Comportamento Alimentar dos sujeitos de pesquisa, as dimensões do Bem-Estar Alimentar e as intolerâncias e/ou alergias alimentares ao glúten e/ou à lactose, Pessoas Alérgicas e Intolerantes a componentes alimentares e a Vulnerabilidade do Consumidor e as Estratégias de enfrentamento utilizadas pelos consumidores; e, por fim, a seção 5 apresenta as principais conclusões e implicações para os consumidores e os estabelecimentos.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 Bem-estar Alimentar

O conceito de bem-estar é amplamente abordado em várias áreas do conhecimento, especialmente na saúde. No entanto, na pesquisa transformativa do consumidor, Block et al. (2011) propõem uma mudança de perspectiva, destacando a alimentação como componente fundamental do bem-estar. Eles definem o bem-estar alimentar como uma relação positiva, abrangendo aspectos psicológicos, físicos, emocionais e sociais com os alimentos, tanto em nível individual quanto coletivo.

Bublitz et al. (2011) conceituam o bem-estar alimentar como um espectro contínuo e estabelecem cinco critérios para determinar a posição de cada indivíduo nesse espectro: fatores sociais, aspectos econômicos, conscientização alimentar, aspectos emocionais e características físicas e psicológicas. Com isso, os consumidores fazem escolhas conscientes e automáticas que impactam nos seus padrões alimentares, bem como na relação dessas escolhas com metas e impulsos individuais.

Já Block et al. (2011) estabelecem que o bem-estar alimentar favorece a saúde de modo holístico direcionando o consumidor para o seu bem-estar por meio das atitudes e das relações entre os fatores psicológicos, físicos, emocional e social. Rocha, Chaim e Veloso (2017) destacam a importância dos aspectos sociais desenvolvidos durante a socialização e da influência do ambiente escolar na formação de hábitos alimentares mais saudáveis, contribuindo para o aumento do bem-estar.

Diante disso, cinco constructos são considerados relevantes: socialização alimentar, instrução alimentar, marketing de alimentos, disponibilidade alimentar e políticas alimentares. Assim, destacam a importância dos processos de aprendizagem cultural sobre comida e bem-estar alimentar na orientação das escolhas alimentares. O marketing alimentar exerce uma função significativa ao influenciar atitudes e

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

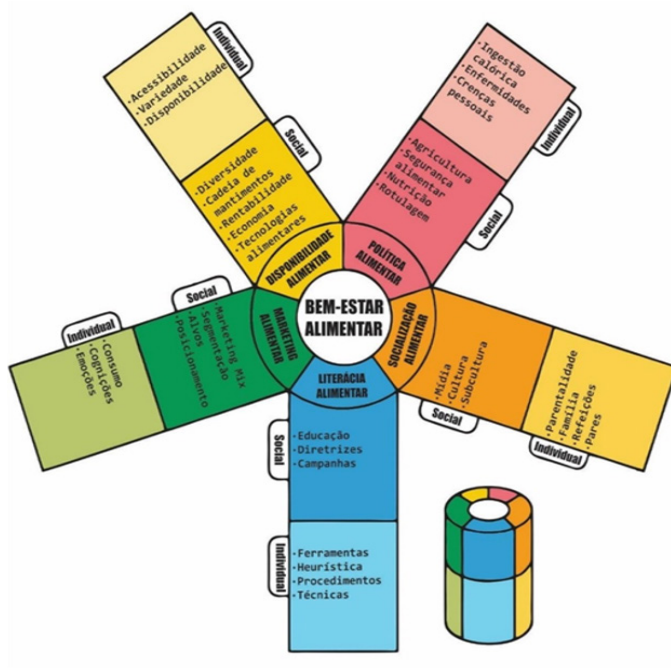
comportamentos em relação ao bem-estar alimentar. Ao explorar as tendências de consumo, o marketing utiliza estratégias que podem evocar respostas positivas ou negativas em relação à alimentação, manipulando quantidades, imagens, cognições e emoções associadas aos alimentos (Block et al., 2011).

É importante ressaltar que o marketing tem um impacto considerável no consumo individual, muitas vezes levando a decisões feitas com pouco esforço cognitivo ou consciência. Além disso, Block et al. (2011) destacam a importância da disponibilidade de alimentos, que influencia diretamente o comportamento do consumidor ao escolher entre diferentes opções de produtos disponíveis em ambientes como casa, trabalho, restaurantes e mercados. Portanto, o acesso a opções de comidas saudáveis desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar alimentar (Alves, 2019).

A Figura 1 retrata o modelo de bem-estar alimentar proposto por Block et al. (2011) com suas dimensões, subdivididas em potenciais direcionadores, em ambos os níveis.

Figura 1

Representação do Bem-estar alimentar



Fonte: Block et al. (2011, p. 6).

A figura analisa a extensão do conceito de bem-estar alimentar, abordando as diversas dimensões que o compõem, tais como disponibilidade alimentar, política alimentar, socialização alimentar, literacia alimentar, marketing alimentar e acessibilidade alimentar. Além disso, a figura explora as nuances associadas a essas dimensões, tanto no âmbito individual quanto no social.

A política alimentar tem um papel crucial na promoção do bem-estar alimentar, tanto em nível individual, por meio de decisões positivas, quanto em nível social, onde um conjunto de políticas contribui, sistematicamente, desde a produção de alimentos até à gestão ambiental (Rocha et al., 2017). Entre as várias políticas, destacam-se aquelas relacionadas à segurança alimentar, que estabelecem normas de produção para garantir alimentos adequados ao consumo humano, e políticas de rotulagem, que fornecem informações nutricionais para promover uma alimentação equilibrada e consciente. Além disso, o entendimento do bem-estar alimentar fornece entendimentos sobre como os alimentos podem influenciar aspectos emocionais, enfrentamento de doenças e vulnerabilidade nas práticas alimentares (Pettinger et al., 2017; Tóth, Kaszab, & Meretei, 2022).

Atualmente, as pesquisas brasileiras sobre bem-estar alimentar têm explorado diferentes aspectos do tema, como o estudo de Rocha, Chaim e Veloso (2017), que explorou a relação de crianças e adolescentes com os alimentos sob a perspectiva do bem-estar alimentar. Além disso, Alves (2019) examinou o bem-estar alimentar e o vegetarianismo dentro do contexto da Pesquisa Transformativa do Consumidor. Da mesma forma, Barbosa (2019) explorou as práticas de dietas para perda de peso entre mulheres, considerando o bem-estar alimentar como um fator central em sua análise.

A seguir, apresenta-se e discute-se os conceitos necessário para a compreensão da vulnerabilidade do consumidor.

2.2 Vulnerabilidade do Consumidor

A vulnerabilidade do consumidor surge quando há uma falta de controle sobre as interações entre mercado e consumidor, resultando em dependência de fatores externos, como profissionais de marketing, para equilibrar o mercado. Esse estado de impotência é influenciado pela interação entre estados individuais, características pessoais e condições externas. Consumidores vulneráveis, segundo Andreasen e Manning (1990), são aqueles em desvantagem nas trocas comerciais devido a alguma característica fora de seu controle, como crianças, idosos e minorias étnicas. Smith

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

e Cooper-Martin (1997) destacam que essas pessoas são mais suscetíveis a prejuízos econômicos, físicos ou psicológicos devido a limitações em maximizar recursos e bem-estar.

Segundo Hamilton et al. (2015), a vulnerabilidade do consumidor é um estado indesejável resultante de condições diversas que afetam como as pessoas percebem, interpretam e reagem ao mercado, assim como a resposta do mercado para elas. Essa vulnerabilidade pode ser temporária, como em casos de perda de emprego ou desastres naturais, mas também pode ser duradoura, como é o caso de idosos e das pessoas com deficiências.

Existem duas razões pelas quais os consumidores podem ser vulneráveis. Na primeira delas, algumas pessoas têm mais dificuldade em obter ou entender informações para tomar decisões. Já na segunda, alguns indivíduos estão mais propensos a sofrer perdas de bem-estar devido a produtos ou serviços inadequados. Essas duas formas de vulnerabilidade podem ser experienciadas por um único sujeito. Em contribuição, Burden (1998), destaca dois fatores-chave que desencadeiam situações de vulnerabilidade do consumidor quais sejam: a presença de um agente externo que influencie ou crie essa situação, e as características individuais que são particulares de cada consumidor. Para Baker (2005), essas características individuais incluem aspectos físicos e psicológicos. A autora complementa que há estados individuais, os quais abrangem emoções, motivações e circunstâncias momentâneas.

Já as condições externas englobam fatores como discriminação, acesso a recursos e ambiente físico. Quando ocorre uma experiência de vulnerabilidade, o consumidor pode reagir de duas maneiras: adaptando-se à situação por meio de comportamentos positivos ou desenvolvendo estratégias emocionais; ou enfrentando dificuldades no controle individual em encontros futuros, influenciando suas respostas e impactando sua autopercepção e habilidades para encontros de consumo subsequentes (Baker, 2005).

Quando os consumidores enfrentam situações de vulnerabilidade, geralmente suas reações podem ser de adaptação, com comportamentos positivos e desenvolvimento de estratégias emocionais para lidar com a situação. Ou, esse enfrentamento pode partir de reações do mercado, que podem facilitar ou dificultar o controle individual em futuros encontros, afetando as respostas do consumidor e sua autopercepção (Hamilton et al., 2015).

No que concerne às situações e aos aspectos que levam o consumidor a um estado de vulnerabilidade, Broderick et al. (2011) categorizaram estratégias de enfrentamen-

to que podem agravá-los ou mitigá-los. Estratégias prejudiciais incluem sair ou evitar o ambiente, tornar-se leal ao ambiente e consumir de forma excessiva nele. Essas abordagens podem aliviar temporariamente a situação, mas não resolvem as causas subjacentes.

Tabela 1

Estratégias que podem agravar as condições de vulnerabilidade

(1) Sair/evitar o ambiente:	O que pode ocasionar problemas por nem sempre ser conveniente ou possível, e ainda por não oferecer <i>feedback</i> ao comerciante/vendedor de modo a possibilitar melhorias.
(2) Tornar-se leal:	Aceitando serviços ruins por pensar que terão os mesmos problemas em outros espaços.
(3) Consumir exageradamente:	Consumo exagerado no ambiente de modo a tentar desfazer uma imagem estigmatizada.

Fonte: Broderick et al. (2011)

Por outro lado, para promover a resiliência do consumidor, os autores propõem cinco estratégias, quais sejam: inovar; reclamar diretamente; reavaliar a situação; desenvolver familiaridade com o mercado; e buscar apoio em recursos sociais, como amigos e familiares, que podem oferecer suporte durante as compras. Essas estratégias estão detalhadas na Tabela 2.

Tabela 2

Estratégias que podem auxiliar na resiliência do consumidor

(1) Inovar:	Buscar alternativas para superar a vulnerabilidade, desafiando pressupostos com criatividade e resolvendo o problema.
(2) Reclamar:	O consumidor deve expor as suas insatisfações diretamente para a organização responsável pela situação.
(3) Reavaliar:	Recapitular uma determinada situação de modo a explorar se o que parecia uma ameaça em um determinado momento de fato o é. O processo de reavaliação geralmente é motivado por alguma evolução do consumidor após uma situação de vulnerabilidade.
(4) Familiaridade com o mercado:	Por meio do aprendizado acerca das regras e condições do ambiente de consumo, pesquisando sobre produtos, perguntando a outros consumidores, vendedores etc.
(5) O uso de recursos sociais:	Por meio de amigos, familiares ou acompanhantes confiáveis que possam auxiliar no momento de compra mais que vendedores ou pessoas desconhecidas.

Fonte: Broderick et al. (2011).

A seguir, discute-se a relação entre o bem-estar alimentar e a vulnerabilidade do consumidor.

2.3 Relação entre Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor

A interação entre a vulnerabilidade do consumidor e o bem-estar alimentar é essencial para entender os desafios enfrentados pelos indivíduos em situações desfavoráveis. Essa relação é multifacetada e pode aumentar o risco de impactos negativos na saúde e na qualidade de vida, principalmente devido às dificuldades financeiras, às limitações de acesso a informações sobre produtos e maior susceptibilidade a danos físicos e psicológicos associados ao consumo de alimentos (Zerbini et al., 2024).

Portanto, para certos consumidores, o estado de vulnerabilidade surge devido à falta de segurança durante uma transação de compra e à possibilidade de sofrer prejuízos (Smith & Cooper-Martin, 1997). Consequentemente, consumidores mal-informados podem sentir-se inseguros e adotar comportamentos prejudiciais à saúde (American Dietetic Association, 2006). Esse aspecto torna-se ainda mais significativo quando os consumidores buscam satisfazer seus desejos além das necessidades fisiológicas por meio da aquisição de alimentos específicos (Gonsalves, 1997; Savarese et al., 2021).

Assim, compreender como a vulnerabilidade afeta o acesso, a escolha e o consumo é fundamental para implementar estratégias eficazes de promoção da saúde (Angotti & Zangirolani, 2021), evitando que os consumidores tornem-se mais suscetíveis a práticas comerciais enganosas (Baker et al., 2005; Teeuwen, 2022). Isso pode resultar em escolhas inadequadas, com consequências negativas para a saúde. Assim, é fundamental abordar essa vulnerabilidade e promover a literacia alimentar para capacitar os indivíduos a fazerem escolhas embasadas em informações seguras e proteger seu bem-estar (Angotti & Zangirolani, 2021).

Com isso, é crucial considerar tanto o capital econômico quanto o capital cultural ao entender o comportamento de consumo. A educação e a experiência, ligadas ao valor econômico, desempenham um papel crucial na conscientização ao buscar seus objetivos. Assim, os indivíduos podem deparar-se com uma dupla vulnerabilidade devido à falta de conhecimento sobre os benefícios ou riscos dos produtos, bem como à escassez de recursos para adquiri-los. Adicionalmente, os consumidores podem enfrentar vulnerabilidade econômica quando reconhecem suas necessidades, mas não possuem os meios financeiros para atendê-las (Shultz & Holbrook, 2009).

Na próxima seção, são apresentados os procedimentos metodológicos implementados para atingir o objetivo do estudo.

3. PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com o objetivo de explorar as diferentes representações dos participantes em seus contextos de vida. A pesquisa insere-se em um movimento transformador que incita reflexões profundas sobre fenômenos sociais, permitindo aos pesquisadores interagir com o mundo social para compreender as interpretações e significados atribuídos pelos participantes às suas

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

experiências (Merriam, 2002). Assim, a pesquisa focaliza a perspectiva dos participantes (Creswell, 2010).

Os sujeitos de pesquisa foram abordados sem estratificações relativas às questões de etnia, gênero ou classe social. Desse modo, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (1) os sujeitos devem ter alguma alergia e/ou intolerância alimentar a glúten e/ou lactose; (2) devem frequentar e fazer compras em restaurantes e supermercados, incluindo cafeterias, bares e mercados, ao menos uma vez ao mês; (3) deve estar disposto a participar da pesquisa; (4) devem ter mais de 18 anos. Além dos critérios de inclusão, estabelecemos os critérios de exclusão: (1) sujeitos menores de 18 anos e (2) sujeitos que não apresentam interesse em participar da entrevista.

A escolha e o acesso às informantes-chave da pesquisa, foram realizados inicialmente por meio de contato social, e seguida por indicação de sua rede de relacionamento, em suma, o processo inicia-se com uma ou algumas pessoas e espalha-se com base nas ligações com os casos iniciais. “A característica crucial é que cada pessoa ou unidade está conectada com outra através de uma ligação direta ou indireta. Isso não significa que cada pessoa sabe, interage ou é influenciada por qualquer outra pessoa na rede” (Neuman, 2014, p. 275).

Os sujeitos de pesquisa foram elencados a partir do fato de terem alergia e/ou intolerância alimentar a glúten e/ou lactose. Ao todo, foram entrevistadas 12 pessoas, entre as datas 16/09/2022 e 01/02/2023 utilizando entrevista semiestruturada que se baseia em um roteiro (disponível no Apêndice A) com um guia de perguntas desenvolvidas com base na revisão de literatura e orientadas para responder à pergunta central e às perguntas norteadoras desta pesquisa. Considerou-se a saturação dos dados coletados, quando entendeu-se que novos participantes não acrescentavam informações relevantes para a pesquisa.

Os sujeitos tinham idades entre 18 e 27 anos. Dos entrevistados, 10 são do sexo feminino e 02 do sexo masculino. Todas as informações foram concedidas espontaneamente e consentidas. Antes da coleta dos dados, pediu-se autorização para uso exclusivo dos achados para fins acadêmicos. O contato com os sujeitos indicados por algum entrevistado deu-se, inicialmente, via plataforma digital *WhatsApp*, onde era informado quem havia indicado, qual a procedência e objetivo da pesquisa e, então, era realizado o convite para participar, marcando assim um horário no lugar e horário de preferência dos entrevistados.

Com o intuito de apresentar melhor os 12 participantes, elaborou-se a Tabela 3 que apresenta a caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Tabela 3*Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa*

Sujeito	Idade	Sexo	Profissão	Categoria da restrição	Descoberta da intolerância/e ou alergia
E1	19	Masculino	Operador de supermercado	Intolerância à lactose	2020
E2	22	Feminino	Estudante de Farmácia	Intolerância à lactose	2016
E3	18	Feminino	Estudante de Odontologia	Intolerância à lactose	2010
E4	19	Feminino	Estudante de Design	Intolerância à lactose	2020
E5	27	Feminino	Arquiteta	Intolerância à lactose e ao glúten	2018
E6	26	Feminino	Arquiteta	Intolerância à lactose e alergia ao glúten	2020
E7	27	Feminino	Assistente social	Intolerância à lactose e intolerância ao glúten	2018
E8	25	Feminino	Contadora	Intolerância à lactose	2022
E9	23	Feminino	Advogada	Intolerância à lactose	2019
E10	24	Feminino	Fisioterapeuta	Intolerância à lactose	2022
E11	20	Feminino	Estudante de Marketing	Intolerância à lactose	2020
E12	18	Masculino	Estudante de Serviços de Mercado	Intolerância à lactose e ao glúten	2022

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

As transcrições das entrevistas foram facilitadas com a utilização do *software* Glardia. Todo o direcionamento das entrevistas e a classificação dos trechos codificados foram realizados com base no aporte teórico relacionado aos conceitos propostos pela literatura. Sobre o *Corpus* da pesquisa, foram geradas 118 laudas (fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples) resultantes da transcrição de 4 horas e 1 minuto e 40 segundos de áudio das entrevistas individuais e 3 laudas (fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento simples) resultante das notas de campo.

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

A técnica empregada para analisar os dados foi a análise de conteúdo, que é definida como um conjunto de métodos de pesquisa que sistematicamente descreve mensagens e atitudes dentro do contexto da comunicação, permitindo inferências sobre os dados coletados (Cavalcante et al., 2014). Por meio da análise de conteúdo, os pesquisadores buscaram compreender as mensagens subjacentes às respostas dos entrevistados, visando ir além do que é explicitamente dito. Seu objetivo é explorar a influência do conteúdo das mensagens e sua expressão para revelar indicadores que elucidem o contexto que vai além do texto em si (Bardin, 1977).

Martins e Théóphilo (2016) propõem um processo de análise de conteúdo dividido em três etapas principais. Primeiramente, na pré-análise, o material é organizado, agrupando-se os depoimentos por temas semelhantes e atribuindo-se, a cada agrupamento, um título representativo. Em seguida, na descrição analítica, realiza-se um estudo detalhado do material, explorando os elementos semelhantes que compõem o bem-estar e a vulnerabilidade. Por fim, na interpretação inferencial, os conteúdos são analisados para compor as vertentes do bem-estar alimentar e da vulnerabilidade do consumidor com alergia e/ou intolerância alimentar a glúten e/ou lactose, com base em um referencial teórico.

Na próxima seção é apresentada a análise dos dados e discussões da pesquisa.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A apresentação da análise dos dados está dividida em quatro categorias, quais sejam: comportamento alimentar dos sujeitos de pesquisa; as dimensões do bem-estar alimentar e as intolerâncias e/ou alergias alimentares a glúten e/ou lactose; pessoas alérgicas e/ou intolerantes a componentes alimentares e a vulnerabilidade do consumidor; e estratégias de enfrentamento utilizadas pelos consumidores.

4.1 Comportamento Alimentar dos Sujeitos da Pesquisa

Nesta subseção, analisa-se a caracterização comportamental dos participantes, destacando tanto a regularidade com que se alimentam fora de casa, quanto os fatores que definem suas escolhas de consumo. Ao serem questionados sobre suas rotinas, os entrevistados forneceram informações que apontam para uma frequência assídua de que os sujeitos consomem alimentos produzidos fora do ambiente doméstico.

Muita frequência, cerca de almoço, três vezes por semana fora de casa por causa da faculdade. (Entrevistada 03, 18 anos, intolerância à lactose).

Muita frequência. Eu acho que umas duas, três vezes por semana eu preciso comer fora de casa. (Entrevistada 05, 27 anos, intolerância à lactose e ao glúten).

Os atributos que mais influenciam a escolha de compra dos entrevistados incluem preço, ausência de componentes inadequados e sabor. O preço é destacado como um fator crucial na escolha de supermercados, corroborado por uma pesquisa do Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) que revela preços mais altos para produtos sem lactose e sem glúten em comparação com produtos tradicionais.

Com base em Savarese et al. (2021), a escolha de alimentos “livres de” (como sem glúten e sem lactose) reflete uma complexa interação de fatores comportamentais, onde consumidores intolerantes frequentemente priorizam produtos que atendam às suas restrições alimentares, considerando aspectos como preço, disponibilidade e rótulos informativos. Esse comportamento é influenciado pela necessidade de segurança alimentar e pela busca por informações claras que reduzam riscos de consumo inadequado, corroborando com a caracterização dos sujeitos de pesquisa que destacam a importância de critérios como ausência de alérgenos e sabor em suas escolhas alimentares. Esse contexto reforça a importância de uma abordagem informada e acessível para atender as demandas de consumidores vulneráveis.

Preço, a questão de não ter o glúten e lactose, é primeiro deles, né? E o sabor também acho que são os três mais importantes. Preço, esse preço sendo analisado conforme o rendimento daquilo (...). (Entrevistada 05, 27 anos, intolerância à lactose).

Então, hoje em dia eu vejo primeiro a questão da lactose, se ele é zero, se ele não vai ter e tudo mais [...] (Entrevistada 11, 20 anos, Intolerância à lactose).

Esses consumidores, geralmente, buscam alimentos que atendam às suas necessidades dietéticas sem, no entanto, comprometer a experiência sensorial. Porém, o preço desempenha um papel importante, especialmente quando analisado em relação ao rendimento e custo-benefício dos produtos, a segurança alimentar, aliada a uma relação custo-efetiva e a uma boa experiência de sabor, constitui um conjunto essencial de critérios na decisão de compra (Zerbini et al., 2024).

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

Essa explanação é importante para apresentar os sujeitos de pesquisa, trazendo para o leitor o conhecimento de algumas características importantes sobre os participantes e atributos cruciais relativos ao consumo alimentar.

4.2 As Dimensões do Bem-Estar Alimentar e as Intolerâncias e/ou Alergias Alimentares

Nesta subseção, são analisadas as diversas facetas do bem-estar alimentar, conforme definido por Block et al. (2011), destacando o papel do consumidor na busca e otimização de seu bem-estar. As dimensões do bem-estar alimentar incluem: a socialização em torno da alimentação, o conhecimento sobre alimentação, a influência do marketing de alimentos, o acesso aos alimentos e as políticas alimentares.

Em relação à socialização alimentar, Block et al. (2011) explicam que é um processo em que a cultura e os valores influenciam as escolhas alimentares, moldando as atitudes dos consumidores por meio das relações sociais e da mídia. Este processo inclui a aquisição de habilidades e conhecimentos relevantes para o consumo alimentar ao longo do tempo (Ward, 1974). Em resumo, refere-se aos meios pelos quais os consumidores aprendem sobre comida, seu papel e bem-estar alimentar dentro de seu contexto cultural. A socialização é um processo que ocorre desde a infância, conforme pode ser observado em alguns trechos obtidos a partir das entrevistas:

Ah, eu lembro quando eu era criança, a minha mãe... ela fazia um bolinho. Ele é um bolinho de trigo, eu não sei dizer direito como é que faz. Sei que é frito, é trigo, acho que... e água. Você faz uma misturinha lá que o dela fica melhor do que o de todo mundo e é frito. Eu amava. E até hoje ainda peço pra ela fazer também [...] (Entrevistada 11, 20 anos, Intolerância à lactose).

A construção dos hábitos alimentares, muitas vezes, passa por um processo de amadurecimento pessoal e social. Gligorić et al. (2023) demonstraram que escolhas alimentares são significativamente influenciadas por interações sociais, evidenciando que indivíduos tendem a mimetizar as escolhas alimentares de seus pares em ambientes compartilhados, como universidades. Essas descobertas destacam a importância das dinâmicas sociais na formação de hábitos alimentares, corroborando a ideia de que a socialização alimentar é fundamental na construção das práticas alimentares individuais e coletivas. Como relatado abaixo:

[...] Na realidade, eu era bem ruim de comer mesmo. Minha mãe... assim... tentava de tudo pra mim... não comia “comida de panela” (faz aspás com as mãos) né? Como chamam... eu só queria comer besteira e depois assim... na adolescência, pra juventude que eu fui melhorando a alimentação. Então, depois que eu fui começando a me alimentar melhor, a procurar coisas que de fato, assim, se não fossem fazer mal e fui começando a comer muito mais. (Entrevistada 04, 19 anos, intolerância à lactose).

Esse processo de modificação dos hábitos é influenciado por diversos fatores sociais e familiares. Como aponta Block (2011), amigos, família e normas culturais desempenham papel central, seja incentivando ou desencorajando o consumo de certos alimentos. Assim, desenvolver uma instrução alimentar que reconheça as características individuais e culturais é fundamental para promover escolhas alimentares mais saudáveis, capazes de impactar o bem-estar alimentar nos âmbitos individual e social.

Quanto à instrução alimentar, dentro do contexto do bem-estar alimentar, abrange o conhecimento sobre alimentos e informações nutricionais, bem como a motivação para aplicar essas informações nas escolhas alimentares (Viswanathan & Anderson, 2009). É o conjunto de habilidades, conhecimentos e comportamentos associados à alimentação saudável, incluindo a ingestão regular de alimentos de acordo com as recomendações individuais (Vidgen & Gallegos, 2014).

Dessa forma, a busca por informações sobre produtos alimentícios está relacionada às práticas que ajudam os consumidores a utilizar o conhecimento de forma eficaz em suas decisões de compra. A atenção à rotulagem, a observação da composição e a busca pelos benefícios dos alimentos são ações indicadas pelos relatos, evidenciando um aprendizado e uma adoção de escolhas alimentares mais saudáveis, como demonstrado nos trechos das entrevistas realizadas.

Como eu falei, eu sou viciada em ler rótulos. E então eu sempre... eu sempre leio. Eu vejo, não só assim... porque tem as informações, né? Que são obrigadas a ter, não tem glúten, não tem lactose, mas a questão de aditivos, de conservantes, é uma coisa que eu... eu me interesso e eu tento buscar o... a forma de processamento desses alimentos [...] (Entrevistada 05, 27 anos, intolerância à lactose).

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

Às vezes, olho no... no Instagram. Às vezes, no site do restaurante e procuro ver se tem alguma comida que adéqua a minha dieta. (Entrevistada 11, 20 anos, intolerância à lactose).

O comportamento alimentar dos indivíduos pode ser significativamente influenciado por contextos sociais. Desse modo, o acesso às escolhas alimentares de outros sujeitos desempenha um papel significativo nas vivências de consumo. Este fenômeno destaca a importância da instrução alimentar, não apenas como conhecimento nutricional, mas também como uma habilidade para aplicar essas informações em cenários sociais, onde a pressão para imitar comportamentos alimentares pode afetar decisões de compra (Gligorić et al., 2023).

Segundo estudos anteriores, observou-se o interesse dos entrevistados em compreender novas informações sobre alimentação saudável em contextos de intolerâncias e/ou alergias alimentares a glúten e/ou lactose (Bublitz et al., 2011), destacando também os níveis de conhecimento que possuem não apenas sobre os componentes.

Já no que concerne ao marketing de alimentos, ele desempenha um papel crucial na promoção do bem-estar alimentar, conforme apontado por Block et al. (2011). Ele pode empregar estratégias para incentivar os consumidores a alcançarem seu próprio bem-estar, ajudando-os a fazer escolhas embasadas em informações diante da variedade de produtos disponíveis no mercado. Os consumidores buscam alimentos saborosos, acessíveis e saudáveis, e o marketing pode efetivamente explorar e comunicar esses benefícios (Chandon & Wansink, 2012).

No entanto, ao comparar produtos sem lactose ou glúten com os tradicionais, os consumidores destacam diferenças significativas de sabor, o que pode dificultar a adesão a essas opções. O papel do marketing é compreender o mercado, oferecendo experiências de consumo personalizadas e segmentando produtos de acordo com o perfil e as necessidades dos consumidores (Grier & Kumanyika, 2010), mas a segurança alimentar também depende das informações fornecidas pelo marketing para orientar os consumidores (Ishimoto & Nacif, 2001).

Contudo, os relatos trazem pontos voltados sobre o interesse das marcas nos produtos propícios para o consumo.

[...] De chegar e pedir. Seria muito interessante, mas parece que é uma realidade muito distante. Infelizmente. (Entrevistada 07, 27 anos, Intolerância à lactose e glúten).

Vou comprar algum produto, sempre olho, se tem lactose ou não, uma coisa que me deixa super confuso é pode conter lactose, como assim? Entendeu? Aí eu já não compro, eu já não tenho certeza do que eu estou lendo (Entrevistada 08, 25 anos, intolerância à lactose).

Para indivíduos com alergias e intolerâncias alimentares a glúten e/ou lactose, a disponibilidade de alimentos saudáveis e seguros é fundamental para o bem-estar alimentar. A falta de opções adequadas pode levar à insatisfação e causar danos físicos e mentais, como ansiedade e estresse, como ilustrado pela Entrevistada 02, que mencionou o desenvolvimento de transtornos alimentares e ansiedade.

[...] aí junta tudo, você quando... você vai ver uma bola que um problema levou ao outro, aí veio a intolerância, veio transtorno alimentar, veio a bulimia, ansiedade. (Entrevistada 02, 22 anos, intolerância à lactose).

Isso ressalta a importância do marketing na promoção do bem-estar alimentar, destacando a necessidade de expandir o mercado de alimentos sem glúten e sem lactose para atender a uma demanda crescente nesse segmento.

A disponibilidade alimentar, como parte integral do conceito de bem-estar alimentar delineado por Block et al. (2011), abrange as escolhas disponíveis aos consumidores no contexto alimentar, incluindo variedade, acessibilidade e tecnologias alimentares. Nesse sentido, ela é importante na promoção do bem-estar alimentar, fornecendo espaço para opções saudáveis.

No presente estudo, questões relacionadas à disponibilidade alimentar, como acesso a alimentos para intolerantes e alérgicos, dificuldades em encontrar produtos específicos e abordagem em casos de escassez, direcionam a investigação do bem-estar alimentar, destacando atributos prioritários na compra de alimentos, o custo de produtos isentos de ingredientes e o acesso às refeições.

A disponibilidade de alimentos envolve tanto o acesso dos consumidores a opções saudáveis quanto as decisões alimentares feitas fora de casa, como em restaurantes, e a escolha entre as alternativas disponíveis nos estabelecimentos. Nesse contexto, os relatos dos entrevistados abordam questões relacionadas ao acesso, às escolhas alimentares, à incorporação de alimentos saudáveis na dieta e ao seu preparo. Por exemplo, a Entrevistada 06 destaca a dificuldade em encontrar alimentos adequados nos estabelecimentos, especialmente para intolerâncias como lactose e glúten,

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

afirmando que “[...] praticamente nenhum lugar aqui em Caruaru oferece alimentos fáceis para intolerantes”.

Outros entrevistados reafirmam a fala supracitada quando questionados a respeito da disponibilidade alimentar:

[...] o queijo demorou bastante (demorou a chegar na cidade), tanto que não é em todo canto e nem todas as vezes que eu encontro nos supermercados mesmo sendo dos mais caros, entendeu? Eu acho bem difícil mesmo encontrar um queijo assim, ou até um lanche, um... um biscoito... bolacha... acho difícil. (Entrevistado 01, 19 anos, intolerância à lactose)

Sim, porque aí você já fica pensando: eu não vou conseguir achar uma opção que não tenha lactose pra mim. E aí é aquela coisa... que se eu comer eu sei que eu vou ter uma reação depois ou então partir pra uma enzima [...] (Entrevistada 11, 20 anos, intolerância à lactose)

Desse modo, a subcategoria e disponibilidade alimentar pode influenciar o bem-estar alimentar à medida que a dificuldade de aquisição de um determinado produto alimentício, seja decorrente da falta de um item semelhante, pode arremeter a insatisfação dos sujeitos.

E, por fim, a política alimentar, no sentido da promoção do bem-estar alimentar, conforme proposto por Block et al. (2011), envolve aspectos como rotulagem, produção agrícola e política nutricional. Essas políticas, ao estimular melhorias na esfera social, têm o potencial de aumentar o bem-estar e influenciar decisões individuais positivas. No contexto deste estudo, as políticas alimentares analisadas incluem aquelas relacionadas à nutrição e à rotulagem.

O consumidor tem o direito fundamental à informação, conforme estabelecido pela Lei nº 8.078 de 1990, que garante acesso a detalhes claros sobre produtos e serviços, incluindo sua composição, qualidade e preço. A clareza e compreensão dos rótulos alimentares são cruciais para as escolhas dos consumidores e seu bem-estar, como destacado por Grunert e Wills (2007). Apesar dessa garantia legal, muitos consumidores ainda enfrentam dificuldades para entender os rótulos, o que poderia ser facilitado por uma simplificação adequada. Segundo Entrevistado 07, a interpretação dos rótulos é frequentemente limitada a áreas específicas do conhecimento, tornando-se um desafio para aqueles que não têm expertise técnica.

A falta de diretrizes claras sobre a presença de alérgenos e a ausência de regulamentações efetivas que exijam a prevenção de contaminação cruzada representam riscos significativos para a saúde de indivíduos com alergias alimentares. Para esta investigação, o aspecto da rotulagem dentro do escopo da política alimentar visa revelar a perspectiva dos consumidores em relação ao consumo por grupos específicos, fornecendo elucidações sobre como essa dinâmica se manifesta (Tóth, Kaszab, & Mertezi, 2022).

Apesar das regulamentações destinadas a esses grupos, os relatos indicam insatisfação, especialmente em relação a dúvidas persistentes que nem sempre são esclarecidas, como exemplificado abaixo:

Então... fácil, fácil, eu ainda não acho, porque tipo... tem alguns ingredientes ali que você tipo... não sabe exatamente o que é... que tem outros nomes, tem várias variações de açúcar, então tem várias variações de outros ingredientes que você não entende tão fácil, mas vou tentando (Entrevistada 11, 20 anos, intolerância à lactose).

A rotulagem nutricional tem se tornado um atributo importante nas decisões de compra de alimentos, oferecendo credibilidade e auxiliando os consumidores no processo decisório. Embora seu impacto no comportamento de compra ainda dependa de diversos fatores, algumas pesquisas já indicam que a rotulagem pode influenciar significativamente as avaliações e percepções dos produtos. Isso é evidenciado pela relação entre sabor e qualidade nutricional no processo de escolha alimentar, como destacado por Drichoutis, Lazaridis e Nayga (2006) e Chandon e Wansink (2012).

Na subseção seguinte, são discutidas as situações de vulnerabilidade, em contexto de consumo, das pessoas alérgicas e/ou intolerantes ao glúten e/ou à lactose.

4.3 Pessoas Alérgicas e/ou Intolerantes ao Glúten e/ou à Lactose e a Vulnerabilidade do Consumidor

Nesta subseção, serão abordadas as percepções dos participantes da pesquisa sobre o conceito de vulnerabilidade do consumidor e sua identificação com a vulnerabilidade no consumo alimentar, considerando-a como um estado complexo com múltiplas dimensões e origens (Kkaufman-Scarborough & Childers, 2009). Os participantes relacionaram a vulnerabilidade à dificuldade em alcançar objetivos especí-

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

ficos, à exposição a danos físicos e financeiros, bem como aos possíveis enganos e à dependência de terceiros. Essa associação com a incapacidade de alcançar metas e a falta de autonomia está alinhada com a definição de Pavia e Mason (2014), indicando que as condições internas do indivíduo e suas experiências de consumo podem impedir a realização de seus objetivos e torná-los suscetíveis a danos financeiros, físicos ou psicológicos (Smith & Cooper-Martin, 1997).

Os sujeitos do estudo entendem a vulnerabilidade como decorrente de um desequilíbrio nas interações de mercado ou no consumo de produtos, resultando em uma sensação de impotência e dependência de fatores externos (Baker et al., 2005). Os relatos coletados nesta pesquisa corroboram com essa perspectiva teórica, destacando uma percepção de dependência em relação ao mercado para garantir um consumo alimentar adequado, que atenda às suas necessidades de segurança e de informações claras sobre os produtos disponíveis.

Como mencionado, alguns entrevistados destacam que a restrição alimentar, decorrente de um diagnóstico, pode ser benéfica para mudar hábitos alimentares prejudiciais, melhorar sintomas e evitar complicações (Andreoli et al., 2013). Além disso, relatam melhorias no bem-estar físico ao adotar uma abordagem proativa após o diagnóstico. Para evitar desconfortos físicos, modificaram sua alimentação de forma abrangente, não apenas eliminando ingredientes impróprios para consumo. No entanto, a restrição alimentar também pode causar sentimentos de exclusão e afetar as relações sociais e culturais, como expresso pelas entrevistadas.

Às vezes, é um pouquinho chato. Tipo assim: ah! Vamos comer uma coisa que todo mundo come aí eu não como, eu não posso, aí eu tenho que retirar a parte dessa lactose ou às vezes consumir com ela mesma ou enfim é um pouquinho chato. (Entrevistada 03, 18 anos, intolerância à lactose).

Mas é... assim... eu tenho convivido melhor do que antes com ela, com a intolerância no caso. Porque antes eu meio que não aceitava e comia tudo que não podia. Agora eu, assim, procuro produtos que realmente são pra pessoas intolerantes [...] (Entrevistada 04, 19 anos, intolerância à lactose).

Conforme Reilly (2016), a remoção de elementos alimentares, especialmente o glúten, tende a comprometer as propriedades sensoriais dos alimentos, como sabor

e textura. Isso é particularmente relevante, uma vez que o glúten e a lactose estão presentes em diversos alimentos, dificultando a obtenção de produtos que atendam às necessidades específicas dos consumidores. A Entrevistada 06 expressou o sentimento de exclusão ao mencionar a dificuldade em encontrar opções adequadas em restaurantes e lanchonetes. Como trouxe em:

Porque aí eu saí e querer comer alguma coisa e não posso. Porque se eu como, eu passo mal. Ou se eu não como eu fico com vontade. Vejo todo mundo lá comendo e só fico na vontade. Então tenho esses dois lados. (Entrevistada 06, 26 anos, intolerância à lactose).

A vulnerabilidade de consumidores com alergias e intolerâncias alimentares é amplificada pela falta de opções seguras e pela rotulagem inadequada dos produtos alimentícios. De acordo com Tóth, Kaszab e Meretei (2022), essa população enfrenta barreiras significativas para garantir a segurança alimentar, uma vez que a rotulagem inconsistente e a possibilidade de contaminação cruzada aumentam o risco de reações. A implementação de políticas mais rigorosas de rotulagem e a ampliação da disponibilidade de alimentos livres de alérgenos são essenciais para proteger esses consumidores vulneráveis. Essa dependência de informações claras e produtos adequados reforça a necessidade de regulamentações que garantam a segurança alimentar e o bem-estar dos indivíduos com alergias e ou intolerâncias alimentares.

Além disso, há a preocupação com a suscetibilidade a danos físicos, decorrente do risco de ingestão acidental de alimentos alergênicos ou inadequados para intolerantes. Esses riscos incluem reações graves, como choque anafilático, dificuldade respiratória, erupções cutâneas e inchaço, podendo até mesmo levar à morte.

A seguir, são abordadas as principais estratégias de enfrentamento implementadas pelos consumidores sujeitos da pesquisa.

4.4 Estratégias de Enfrentamento Utilizadas pelos Consumidores

Dentre as estratégias frequentemente observadas entre os participantes da pesquisa estão a saída, a familiaridade, a lealdade e a inovação, por meio das quais os consumidores aprendem a lidar com o ambiente de aquisição de produtos. Na categoria de comportamento de evitação os consumidores podem manter seu estado de vul-

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

nerabilidade ao adotar comportamentos que evitam enfrentar a situação, conforme destacado por Broderick et al. (2011).

A decisão de sair do ambiente ou contexto que causa o estado de vulnerabilidade resulta em desconforto para o consumidor e perda de clientes para o estabelecimento devido à sua incapacidade de atender às necessidades desse público, ou mesmo, ter conhecimento da limitação do seu atendimento. O consumidor sai do local sem alcançar seu objetivo, experimentando frustração, enquanto o estabelecimento não apenas perde vendas, mas também desperdiça a oportunidade de melhorar.

Essa abordagem impede que o consumidor informe ao estabelecimento os motivos de sua insatisfação, dificultando intervenções para reduzir a vulnerabilidade. No entanto, como destacado por Broderick et al. (2011), os consumidores podem apresentar lealdade em estabelecimento, mesmo após experiências negativas, devido à sua familiaridade com ambientes adversos, como mencionado pela Entrevistada 02:

“Eu frequentemente visito o (nome do estabelecimento) aqui e no cais (aponta para a direção do Shopping). Gosto muito desses restaurantes no shopping, sabe?” (Entrevistada 02, 22 anos, intolerância à lactose).

Os participantes também apontam a familiaridade com o mercado como um fator capaz de diminuir a vulnerabilidade. Esse aspecto abrange a aprendizagem das práticas e normas do mercado por meio de interações sociais, o que pode levar ao desenvolvimento de estratégias mais eficazes no futuro. Os entrevistados destacam essa abordagem como uma maneira de se familiarizarem com as opções disponíveis nos estabelecimentos, o que pode contribuir para a redução da vulnerabilidade.

Neste estudo, foram explorados diversos métodos inovadores de consumo de alimentos pelos entrevistados. Estes incluem o uso de enzimas para controlar sintomas de alergias ou intolerâncias ao glúten e/ou à lactose, produção caseira de alimentos para monitorar sua origem e pesquisa prévia nas redes sociais para avaliar a adequação do local de consumo. Uma estratégia comum mencionada foi o uso de enzima lactase para reduzir os sintomas em indivíduos intolerantes à lactose, embora não seja eficaz para intolerância ao glúten. A ação da enzima é fundamental para a digestão da lactose, proporcionando alívio dos sintomas associados à intolerância.

Na Tabela 4, são apresentadas as estratégias de enfrentamento implementadas pelos sujeitos da pesquisa, com base no estudo de Broderick et al. (2011).

Tabela 4*Estratégias de Broderick et al. (2011) encontradas no estudo*

Estratégias de enfrentamento encontradas neste estudo	Consequência para a vulnerabilidade do consumidor	Características	Principais achados nas entrevistas:
Saída	Aumenta	Abandonar o local ou não consumir nada.	Eu vou em outro, eu posso ir em outro, ou eu evito comprar. Às vezes já aconteceu de tipo, eu ir pra casa, de eu tá (sic) em algum lugar e assim e eu ter a opção de...eu posso comer em casa ou eu posso comer aqui... aí eu se eu ver tipo... hum eu vou comer isso aqui vai me dar um piririzinho (sic) (se referindo a passar mal), viu? Aí eu vou pra casa. (Entrevistada 02, 22 anos, Intolerância à lactose).
Familiaridade	Diminui	Conhecer a disponibilidade dentro do mercado.	Eu sei de uma sorveteria que tem, acredito que seja no Mauricio de Nassau (bairro da cidade). Não lembro o nome dela, mas eu sei que eles têm algumas opções [...] sei que aqui no [nome de restaurante] eles têm uma opção de leite também eu já comprei vitaminas, mas é bem pouco. (Entrevistada 11, 20 anos, Intolerância à lactose).
Lealdade	Diminui	Se conformar em consumir em locais que não sente segurança.	Somente... só ela. Só ela e a empresa que eu conheço que me salvou... assim... em em várias ocasiões e que eu gosto muito do atendimento. Eu acho prático e acho perto também pra mim. Então... assim, eu acho que a única que eu sou fiel de fato é a ela. Então assim, outras amigas que tem intolerância também sempre conhece alguma empresa nova indica, né? (interpreta a fala de uma amiga) Ó tem aqui se precisar de alguma coisa e não sei o que, mas assim que eu sigo mesmo muitos realmente só elas. (Entrevistada 07, 27 anos, Intolerância à lactose e a glúten)

Tabela 4 -(Continuação)

Inovação	Diminui	Uso de enzima lactase, cozinhar e pesquisar em mídias sociais.	Sempre tem um alimento fora de casa, na realidade eu fujo da dieta, porque eu sei que eu não vou encontrar nada sem lactose [...] Então eu sempre levo uma lactase ou então eu não levo e deixo pra tomar quando chegar em casa porque eu já sei que eu não vou encontrar, sabe? [...] (Entrevistada 04, 19 anos, Intolerância à lactose).
----------	---------	----------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme delineado, o cliente tem a capacidade de gerenciar a sua vulnerabilidade de forma a ampliar ou reduzir o seu estado vulnerável.

A seguir, são apresentadas as considerações finais e propostas transformativas para mitigar ou sanar as situações de vulnerabilidade dos consumidores com alergia e/ou intolerância ao glúten e/ou à lactose.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, analisou-se como configuram-se o bem-estar alimentar e a experiência de vulnerabilidade dos consumidores alérgicos e/ou intolerantes ao glúten e/ou à lactose, considerando vivências em restaurantes e supermercados. Os resultados revelaram influências no comportamento alimentar, como preço e qualidade dos produtos, enquanto destacam a importância do bem-estar alimentar.

O estudo abordou a complexidade da alimentação como uma aprendizagem social influenciada por diversos fatores, incluindo a família, o grupo étnico e a cultura, e destaca seu papel crucial no crescimento, desenvolvimento e saúde humanos. No entanto, para aqueles que enfrentam alergias e intolerâncias alimentares aa glúten e/ou à lactose, essa atividade simples pode tornar-se um desafio significativo, com riscos que variam de reações leves a potencialmente fatais.

Com base nos resultados obtidos, observa-se que o preço, a ausência de componentes inadequados e o sabor desempenham papéis determinantes na tomada de

decisão alimentar. No entanto, os desafios emergem na disponibilidade limitada de produtos adequados, indicando uma lacuna significativa nos restaurantes e supermercados. A instrução alimentar traz como um elemento crucial para a promoção de escolhas mais saudáveis e autonomia entre os consumidores, destacando a necessidade de programas educacionais e informativos nesse sentido. Por outro lado, as políticas alimentares enfrentam o desafio de compreender melhor a rotulagem, visando oferecer maior clareza e transparência para os consumidores. É notável também que o marketing é percebido de forma negativa pelos consumidores, indicando uma necessidade de revisão das estratégias utilizadas pelas empresas do setor.

A vulnerabilidade dos consumidores abrange dificuldades de acesso a produtos adequados, riscos econômicos e sociais, bem como a suscetibilidade ao engano, evidenciando uma série de questões complexas que afetam a segurança alimentar dessas pessoas. Em resposta a esses desafios, os consumidores adotam estratégias diversas para lidar com a vulnerabilidade percebida. Isso inclui desde sair do ambiente sem consumir ou familiarizar-se com organização, buscando alternativas viáveis. Além disso, observa-se uma tendência crescente de adotar práticas inovadoras, como o uso de enzimas lactase, destacando a capacidade adaptativa dos consumidores diante das limitações enfrentadas.

Com o objetivo de melhorar o bem-estar alimentar e reduzir a vulnerabilidade dos consumidores alérgicos e/ou intolerantes a alimentos, são apresentadas proposições transformativas que podem ser implementadas por restaurantes e supermercados de modo a reduzir situações de vulnerabilidade nesse contexto de consumo. Quais sejam:

- a) Uso de etiquetas e rótulos claros e visíveis, no âmbito de estabelecimentos;
- b) Cardápios informativos e descrição completa dos alimentos;
- c) Sinalização em prateleiras e gôndolas para alimentos sem alérgenos;
- d) Capacitação da equipe para lidar com alergias e intolerâncias alimentares, com instrução para explorar sinais de alergias e intolerâncias;
- e) Utilização de utensílios e equipamentos separados para evitar contaminação cruzada;
- f) Treinamento para lidar com emergências em caso de reações alérgicas graves;
- g) Incentivo à produção e oferta em larga escala de alimentos para alérgicos e intolerantes;
- h) Criação de incentivos fiscais para empresas que investem em produtos sem glúten e lactose;

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

- i) Recomendação para que consumidores comuniquem suas restrições aos estabelecimentos;
- j) Estímulo à compreensão dos estabelecimentos sobre a importância de adaptar-se a essas restrições.

Este estudo apresentou limitações frequentemente encontradas em pesquisas qualitativas. Primeiramente, a seleção dos participantes utilizando a técnica da bola de neve, que pode ter limitado a representatividade dos indivíduos com alergias e intolerâncias alimentares ao glúten e/ou à lactose, restringindo-se apenas àqueles relacionados ao glúten e/ou lactose, o que excluiu outras condições potenciais e suas perspectivas. Além disso, a diversidade de classes sociais entre os entrevistados pode influenciar a percepção do valor e do preço dos produtos investigados, uma vez que diferentes experiências e referências podem moldar essas percepções de forma distinta. Essas limitações, embora comuns em estudos qualitativos, foram consideradas ao interpretar os resultados.

Para futuras pesquisas, sugere-se: 1) a realização de estudos em uma única classe social para compreender os sentimentos relacionados ao bem-estar alimentar e à vulnerabilidade nesse grupo; 2) explorar abordagens adicionais, como estudos etnográficos, para capturar os sentimentos dos consumidores em tempo real; e 3) explorar outras alergias e intolerâncias alimentares além de lactose e glúten.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). (2017). *Resolução DC N° 26*. Retrieved July 02, 2022, from: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/Suvisa/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=83203&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=MAT%C9RIA>
- Alvarez-Perea, A., Cabrera-Freitag, P., Fuentes-Aparicio, V., Infante, S., Zapatero, L., & Zubeldia, J. M. (2018). Social media as a tool for the management of food allergy in children. *Journal of Investigational Allergology & Clinical Immunology*, 28(4), 235. doi:10.18176/jiaci.0235

- Alves, P. S. (2019). Bem-estar alimentar e vegetarianismo: um estudo sob a perspectiva da Pesquisa Transformativa do Consumidor.
- American Dietetic Association. (2006). Position of the American Dietetic Association: Food and Nutrition Misinformation. *Journal of the American Dietetic Association*, 106(4), 601–607.
- Andreasen, A. R., & Manning, J. (1990). The dissatisfaction and complaining behavior of vulnerable consumers. *Journal of Consumer Satisfaction, Dissatisfaction and Complaining Behavior*, 3(1), 12-20.
- Andreoli, C. S., Cortez A. P., Sdepanian, V. L., & Morais, B. M. (2013). Avaliação nutricional e consumo alimentar de pacientes com doença celíaca com e sem transgressão alimentar. *Revista de Nutrição*, 26(3), 301-311.
- Angotti, A. A., & Zangirolani, L. T. O. (2021). Food insecurity and financial aid among university students: Pre-Covid-19 scenario of a public university in southeastern Brazil. *Revista de Nutrição*, 35.
- Baker R, S., Gentry, J. & Rittenburg, T. (2005). Building understanding of the domain of consumer vulnerability. *Journal of Macromarketing*, 25(2), 1-12.
- Barbosa, O. T. (2019). *A prática de dietas para emagrecimento pelo público feminino: um estudo à luz do bem-estar alimentar* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Block, L. G., Grier, S. A., Childers, T. L., Davis, B., Ebert, J. E., Kumanyika, S., & Pettigrew, S. (2011). From nutrients to nurturance: A conceptual introduction to food well-being. *Journal of Public Policy & Marketing*, 30(1), 5-13. doi:10.1509/jppm.30.1.5
- Broderick, A. J., Demangeot, C., Adkins, N. R., Ferguson, N. S., Henderson, G. R., Johnson, G., Kipnis, E., Mandiberg, J. M., Mueller, R. D., Pullig, C., Roy, A., & Zúñiga, M. A. (2011). Consumer Empowerment in Multicultural Marketplaces: Navigating Multicultural Identities to Reduce Consumer Vulnerability. *Journal of Research of Consumers*

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

- Bublitz, M. G., Peracchio, L. A., Andreasen, A. R., Kees, J., Kidwell, B., Miller, E. G., ... & Vallen, B. (2011). The quest for eating right: Advancing food well-being. *Journal of Research for Consumers*, (19), 1.
- Burden, R. (1998). Vulnerable consumer groups: quantification and analysis. *Office of Fair Trading*, 15, 1-61.
- Cavalcante, R. B., Calixto, P., Pinheiro, M. & Macedo K. (2014). Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Informação & Sociedade*, 24(1), 13-18.
- Chandon, P., & Wansink, B. (2012). Does food marketing need to make us fat? A review and solutions. *Nutrition reviews*, 70(10), 571-593.
- Contreras, J. & Gracia, M. (2011). Alimentação, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Creswell, J. W. (2010). Mapping the developing landscape of mixed methods research. In Tashakkori, A., & Teddlie, C. (Eds.). *SAGE handbook of mixed methods in social and behavioral research*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Drichoutis, A. C., Lazaridis, P., & Nayga Jr, R. M. (2006). Consumers' use of nutritional labels: a review of research studies and issues. *Academy of marketing science review*, 9(3):293-304.
- Food Safety Brazil. (2022). Amor no Rótulo. <https://foodsafetybrazil.org/rotulos-impagaveis-e-suas-mensagens-de-seguranca-dos-alimentos/amor-no-rotulo>
- Gligorić, V., Anderson, R., Glass, A., & Krieger, H. (2023). *Food Choice Mimicry on a Large University Campus*. arXiv preprint arXiv:2308.16095. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2308.16095>
- Grier, S. A., & Kumanyika, S. (2010). Targeted marketing and public health. *Annual review of public health*, 31, 349-369.
- Grunert, K. G., & Wills, J. M. (2007). A review of European research on consumer response to nutrition information on food labels. *Journal of public health*, 15, 385-399.
- Gonsalves, M. I. E. (1997). Marketing nutricional em rotulagem de iogurtes: uma avaliação crítica. São Paulo: Universidade de São Paulo.

- Gomes, J. F. O. (2020). A nova rotulagem nutricional da Anvisa e a influência no comportamento dos consumidores.
- Hamilton, K., Dunnett, S., & Piacentini, M. (2015). *Consumer vulnerability: Conditions, contexts and characteristics*. London, UK: Routledge.
- Hill D. A., Ram G., & Spergel J. M. (2016) The epidemiologic characteristics of health-care provider-diagnosed eczema, asthma, allergic rhinitis, and food allergy in children: a retrospective cohort study. *BMC Pediatr*, 20, 16-133. doi:10.1186/s12887-016-0673-z.
- Ishimoto, E. Y., & Nacif, M. A. L. (2001). Propaganda e marketing na informação nutricional. *Brasil Alimentos*, 2(11), 28-33.
- Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. (2021). *Rotulagem adequada já! Entenda*. Retrieved Feb, 02, 2022, from <https://idec.org.br/embalagem-ideal>.
- Kkaufman-Scarborough. C., & Childers, T. (2009). Understanding markets as online public places: insights from consumers with visual impairments. *Journal of Public Policy & Marketing*, 28(1), 16-28.
- Lee, Y. M. & Xu, H. (2015). Food Allergy Knowledge, Attitudes, and Preparedness Among Restaurant Managerial Staff. *Journal of Foodservice Business Research*, 18(5), 454-469.
- Martins, G. de A., & Theóphilo, C. R. (2016). Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Atlas.
- Marins, B. R., Jacob, S. C., & Peres, F. (2008). Avaliação qualitativa do hábito de leitura e entendimento: recepção das informações de produtos alimentícios. *Ciência e Tecnologia de Alimentos*, 28(3), 579-58.
- Merriam, S. B. (2002). *Qualitative Research in Practice: Examples For discussion and Analysis*. San Francisco, CA: Jossey-Bass Publishers.
- Neuman, W. L. (2014). *Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches*. Essex, UK: Pearson.
- Pádua, I., Barros, R., Moreira, P., Moreira, A., Graça, P., Carrelhas, H. (2016). *Alergia alimentar na restauração*. Lisboa: DGS.

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

- Pavia, T. M., & Mason, M. J. (2014). Vulnerability and physical, cognitive, and behavioral impairment: Model extensions and open questions. *Journal of Macromarketing*, 34(4), 471-485.
- Pettinger, C., Parsons, J. M., Cunningham, M., Withers, L., D'aprano, G., Letherby, G., Sutton, C., Whiteford, A. & Richard A. (2017). Engaging homeless individuals in discussion about their food experiences to optimise well-being: a pilot study. *Health Education Journal*, 76(5), 557-568.
- Reilly, N. R. (2016). The gluten-free diet: recognizing fact, fiction, and fad. *The Journal of pediatrics*, 175, 206-210.
- Rocha, R. R., Chaim, D. F., & Veloso, A. R. (2017). Hora do recreio: a relação de crianças e adolescentes com os alimentos na perspectiva do bem-estar alimentar. *Revista Brasileira de Marketing*, 16(3), 396-409.
- Rogala, A., Nestorowicz, R., & Jerzyk, E. (2020). On the way to food well-being. A critical analysis of the food wellbeing concept and the possibilities of its empirical verification. *Trziste/Market*, 32.
- Savarese, M., Wismer, W., & Graffigna, G. (2021). Conceptualizing “free-from” food consumption determinants: A systematic integrative literature review focused on gluten and lactose. *Food Quality and Preference*, 90, 104170. <https://doi.org/10.1016/j.foodqual.2020.104170>
- Shultz, C. J., & Holbrook, M. B. (2009). The paradoxical relationships between marketing and vulnerability. *Journal of Public Policy & Marketing*, 28(1), 124-127.
- Smith, N. C., Cooper-Martin, E. (1997). Ethics and target marketing: the role of product harm and consumer vulnerability. *Journal of marketing*, 61 (3), 1–20. doi: 10.1177/002224299706100301
- Teeuwen, A. S., Meyer, M. A., Dou, Y., & Nelson, A. (2022). A systematic review of the impact of food security governance measures as simulated in modelling studies. *Nature Food*, 3(8), 619-630.
- Tóth, M., Kaszab, T., & Meretei, A. (2022). Texture profile analysis and sensory evaluation of commercially available gluten-free bread samples. *European Food Research and Technology*, 248(6), 1447–1455. <https://doi.org/10.1007/s00217-021-03944-2>

- Turnbull, J. L., Adams, H. N., & Gorard, D. A. (2015). Review article: The diagnosis and management of food allergy and food intolerances. *Aliment. Pharmacol*, 41(1), 3-25.
- Viswanathan, R., Goldstein, B., Anderson, K., Bronskill, M. J., Baughman, R., Zhang, M., ... & Aliev, A. (2009). Beyond copper: MR imaging with carbon nanotube receiver coils. In *Proceedings, ISMRM* (p. 504).
- Vidgen, H. A., & Gallegos, D. (2014). Defining food literacy and its components. *Appetite*, 76, 50-59.
- Ward, S. (1974). Consumer socialization. *Journal of Consumer Research*, 1(2), 1-14.
- Zerbini, C., De Canio, F., Martinelli, E., & Luceri, B. (2024). Are gluten-free products healthy for non-celiac consumers? How the perception of well-being moderates gluten-free addiction. *Food Quality and Preference*, 118, 105183. <https://doi.org/10.1016/j.foodqual.2024.105183>

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA

- Qual o seu nome (iniciais)?
- Qual a sua idade?
- Quando descobriu a alergia ou intolerância alimentar?
- Qual o seu estado civil?
- Qual a sua escolaridade/profissão?

ALIMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA E ALIMENTAÇÃO MODERNA

1. O que vem em sua mente quando digo alimentação fora do lar?
2. Como é sua rotina de comer fora de casa?
3. Quais as principais vantagens e desvantagens da alimentação fora do lar?
4. Se pudesse, você se alimentaria fora do lar com mais frequência?
5. Você se sente seguro em relação à qualidade do alimento quando se alimenta fora do lar?
6. Você busca por informações para se alimentar fora de casa? Quais informações você procura?

Bem-Estar Alimentar e Vulnerabilidade do Consumidor Alérgico e/ou Intolerante à Lactose e/ou ao Glúten

7. Você come fora somente para matar a fome ou existem outros motivos?
8. Você se sente em casa quando come fora do lar?
9. Você tem alguma regra para comer? Comente.
10. Serviços personalizados são importantes para você quando você come fora? (opinar na preparação dos alimentos, montagem do próprio prato, atendimento especial, sugerir novos temperos e comidas etc.).
11. Você é leal a algum restaurante, bar ou lanchonete? Descreva como é o consumo neste (s) lugar (es).
12. Você tem preferência por algum tipo de restaurante (self-service, a la carte, fast food formal, informal, etc.)? E supermercado? Frequenta vários lugares? Algum em especial? Por quê?
13. Comer fora para você é uma conveniência ou é uma fonte de prazer e diversão? (contextualizar o consumo por conveniência e por diversão).
14. Qual o significado da alimentação para você?
15. Fale um pouco sobre suas memórias em relação à comida (Piores e melhores memórias).
16. Descreva como foi seu processo com a alergia/intolerância alimentar.
17. Quais foram os principais desafios/obstáculos diante dessa descoberta?
18. De forma geral, relate como se sente em relação a alergia/intolerância.
19. Na sua opinião, em que consiste o bem-estar? Qual a relação entre bem-estar e alimentação?

VULNERABILIDADE DO CONSUMIDOR

1. No momento em que você descobriu a alergia/intolerância alimentar alguém te ajudou a definir que alimentos escolher, frequência de consumo etc.? Você encontra facilmente os produtos adequados para seu consumo? Onde comprar?
 - Rótulos
 - Informações nutricionais/outros conceitos (traços, contém)
 - Informações sobre onde vende produto
2. Existe alimentos que você incorporou na sua alimentação que nunca havia consumido antes?
3. Você considera os alimentos utilizados na rotina acessível quanto aos preços?
4. Você busca compreender as informações nutricionais dos produtos e faz uso destas em seu benefício?

5. Como você avalia a disponibilidade de alimentos voltados para alergias e intolerâncias alimentares a glúten e lactose?
6. Você já teve dificuldade em encontrar (em restaurante e/ou supermercado) algum alimento que costuma consumir que seja livre dos componentes que induz a alergia/intolerância? Essa indisponibilidade afetou o seu bem-estar?
7. De que forma você procede quando identifica que, nos locais onde realiza suas compras habituais, falta algum produto alimentício essencial para seu consumo?
8. Quais atributos você considera importante na compra de seus produtos alimentícios?
9. Na sua opinião, as informações contidas nos rótulos dos produtos alimentares são claras e acessíveis aos alérgicos e intolerantes? E para a população, em geral?

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Ágata Martins Avelino

Universidade Federal do Piauí, Brasil - agata@ufpi.edu.br

Evangelina da Silva Sousa

Universidade Federal do Piauí, Brasil - evangelinasousa@gmail.com

Luis Eduardo Brandão Paiva

Universidade Federal do Ceará, Brasil - edubrandas@gmail.com

Resumo

Este estudo investigou os níveis de satisfação no trabalho e comprometimento organizacional, bem como analisou a relação entre esses constructos em uma amostra de 281 servidores técnico-administrativos em educação de uma universidade federal do nordeste brasileiro. Utilizando uma abordagem quantitativa, foram aplicadas as Escalas de Satisfação no Trabalho (Siqueira, 2008) e de Comprometimento Organizacional (Meyer, Allen, Smith, 1993). Primeiramente, avaliou-se a confiabilidade das escalas por meio do coeficiente Alfa de Cronbach. Em seguida, aplicou-se a ANOVA com teste de Friedman para comparar as médias entre os grupos. Foram realizadas ainda a análise fatorial exploratória e regressão linear simples, utilizando o comprometimento organizacional como variável

dependente e a satisfação no trabalho como variável explicativa. Os resultados indicaram um nível de satisfação no trabalho que sugere indiferença entre os participantes, enquanto o comprometimento organizacional foi classificado como moderado. A satisfação no trabalho influenciou positivamente o comprometimento organizacional, particularmente na sua dimensão instrumental. De modo geral, esta pesquisa oferece contribuições significativas para instituições públicas federais ao aprimorar o entendimento das relações entre satisfação no trabalho e comprometimento organizacional dos Técnicos Administrativos em Educação. Isso pode resultar na identificação de áreas de melhoria no ambiente de trabalho, fomentando um clima organizacional mais positivo e produtivo.

Palavras-chave: Satisfação no trabalho, Comprometimento organizacional, Técnicos Administrativos em Educação.

Work Satisfaction and Organizational Commitment: A Study with Technical-Administrative Education Staff

Abstract

This study investigated the levels of job satisfaction and organizational commitment, as well as analyzed the relationship between these constructs in a sample of 281 technical-administrative education employees from a federal university in northeastern Brazil. Using a quantitative approach, the Job Satisfaction Scale (Siqueira, 2008) and the Organizational Commitment Scale (Meyer, Allen, Smith, 1993) were applied. First, the reliability of the scales was evaluated using Cronbach's alpha coefficient. Then, ANOVA with the Friedman test was applied to compare the means between the groups. Exploratory factor analysis and simple linear regression were also performed, using organizational commitment as the dependent variable and

job satisfaction as the explanatory variable. The results indicated a level of job satisfaction that suggests indifference among the participants, while organizational commitment was classified as moderate. Job satisfaction positively influenced organizational commitment, particularly in its instrumental dimension. Overall, this research offers significant contributions to federal public institutions by enhancing the understanding of the relationships between job satisfaction and organizational commitment among Technical-Administrative Education staff. This can result in identifying areas for improvement in the work environment, fostering a more positive and productive organizational climate.

Keywords: Job Satisfaction, Organizational Commitment, Technical Administrative Education Staff.

1 INTRODUÇÃO

A satisfação no trabalho retrata um sentimento de prazer que decorre da impressão que um colaborador tem de seu trabalho (Chiedu et al., 2024). Este constructo é integrado por cinco dimensões: satisfação com os colegas, com o salário, com as promoções, com a natureza do trabalho e com a chefia. Constitui um dos componentes psicossociais do conceito de bem-estar no trabalho, ao lado do envolvimento com o trabalho e do comprometimento organizacional (Siqueira, 2008; Paiva et al., 2017).

O comprometimento organizacional refere-se ao nível de identificação dos colaboradores com a organização, refletindo seu envolvimento emocional, alinhamento

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

com os objetivos institucionais e o desejo de permanecer na empresa a longo prazo (Oliveira et al., 2018). É composto por três dimensões: afetiva, que envolve um vínculo emocional gerador do desejo de permanência; instrumental, que se refere à permanência por necessidade; e normativa, que corresponde ao sentimento de obrigação em permanecer na organização (Meyer & Allen, 1991).

Existe entre a satisfação no trabalho e o comprometimento organizacional uma relação considerada significativa e positiva. Quando os colaboradores estão satisfeitos com diversos aspectos do trabalho, como relacionamento com colegas, remuneração, oportunidades de promoção, natureza das tarefas e liderança, tendem a se identificar mais com a organização e a se envolver emocionalmente com ela. Esse vínculo emocional aumenta o desejo de permanecer na empresa, promovendo um ambiente de trabalho mais estável e produtivo. Estudos indicam que a satisfação no trabalho não apenas contribui para o bem-estar dos colaboradores, mas também fortalece o comprometimento organizacional. Esse fortalecimento gera uma relação de reciprocidade, beneficiando tanto os indivíduos quanto a organização (Chasanah et al., 2021; Asutay et al., 2022; Cruz et al., 2023).

Nesse contexto, pesquisas que alinham esses constructos entre profissionais de instituições públicas federais permitem identificar variáveis que podem alavancar o desempenho e o comprometimento individuais no ambiente de trabalho. Ademais, essas pesquisas fornecem subsídios para a formulação e implementação de políticas eficazes de gestão de pessoas. Tais políticas podem promover maior satisfação e comprometimento no trabalho, resultando em benefícios sustentáveis para os colaboradores e para a organização (Moreira & Freitas, 2020; Zonatto et al., 2018).

No contexto das instituições públicas federais, há lacunas significativas na literatura que explora o comprometimento organizacional e a satisfação no trabalho entre servidores técnico-administrativos em educação. As pesquisas existentes exploram as inter-relações entre esses constructos, com foco nas particularidades do ambiente dessas organizações. Nesse sentido, surge a seguinte questão para o desenvolvimento desta pesquisa: qual a influência da satisfação no trabalho sobre o comprometimento organizacional de servidores técnico-administrativos em educação?

Para tanto, o objetivo desta pesquisa foi analisar a relação entre a satisfação no trabalho e o comprometimento organizacional dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs). Este estudo visa preencher uma lacuna de pesquisa significativa no contexto brasileiro, no qual há uma compreensão limitada das interações entre satisfação no trabalho e comprometimento organizacional em instituições públicas.

Ao proporcionar evidências específicas sobre essas relações, contribui de maneira significativa para a literatura. Além disso, como destacado por Pinho et al. (2020), o estudo pode oferecer insights diante das pressões sociais crescentes e da demanda por maior qualidade nos serviços públicos, além de explorar a necessidade de novos modelos de gestão para organizações públicas.

Esta pesquisa oferece contribuições para instituições públicas federais ao aprimorar o entendimento das relações entre satisfação no trabalho e comprometimento organizacional dos TAEs. Isso pode resultar na identificação de áreas de melhoria no ambiente de trabalho, fomentando um clima organizacional mais positivo e produtivo. Ademais, ao compreender os fatores que influenciam o comprometimento organizacional, as instituições podem formular políticas de gestão de pessoas mais eficazes e alinhadas às necessidades específicas dos TAEs, contribuindo para o desenvolvimento institucional e para a melhoria contínua dos serviços prestados.

2 SATISFAÇÃO E COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO

A importância da satisfação no trabalho e do comprometimento organizacional para profissionais e organizações é amplamente reconhecida, suscitando amplo interesse entre os estudiosos do comportamento organizacional para a investigação desses constructos, suas inter-relações e os diversos fatores que os influenciam. As relações entre esses constructos, especificamente, têm sido objeto de análise em um número significativo de estudos (Moreira & Freitas, 2020; Silva et al., 2023; Zonatto et al., 2018).

Botrel et al. (2020) identificaram uma influência positiva significativa da satisfação no trabalho sobre o comprometimento afetivo e normativo, destacando que a satisfação pode impulsionar diferentes formas de comprometimento organizacional. Em contraste, Chasanah et al. (2021) encontraram uma relação unidirecional entre satisfação e comprometimento, indicando que níveis elevados de satisfação frequentemente resultam em maior comprometimento organizacional. Asutay et al. (2022) corroboraram essas descobertas, enfatizando que a satisfação no trabalho exerce uma influência positiva significativa sobre o comprometimento organizacional, promovendo uma atitude geral mais favorável e maior comprometimento com a organização.

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Por outro lado, Cruz et al. (2023) ressaltaram a influência da satisfação no trabalho na previsão do comprometimento organizacional, especialmente quando considerada em conjunto com indicadores de deserção. Esses estudos sublinham a complexidade das interações entre satisfação no trabalho e comprometimento organizacional, oferecendo insights cruciais para a gestão de pessoas e o desenvolvimento de estratégias organizacionais eficazes.

O setor público, especificamente, desempenha um papel fundamental na gestão dos recursos públicos e na prestação de serviços de alta responsabilidade, eficiência e eficácia. Para atender a essas expectativas, os governos têm desenvolvido estratégias de gestão de desempenho, apesar dos desafios culturais, funcionais e psicológicos enfrentados (Chaouali & Mousa, 2023), bem como das novas exigências impostas pelo teletrabalho durante a pandemia de COVID-19 (Mousa & Abdelgaffar, 2021).

No entanto, estabelecer uma gestão de desempenho eficaz vai além de implementar procedimentos. É crucial considerar as características individuais dos servidores, que são peças essenciais no funcionamento das organizações (Reis Neto et al., 2017). Assim, a Administração Pública deve compreender necessidades, valores, atitudes e perspectivas dos seus colaboradores. Isso permite a implementação de políticas e práticas que não apenas atendam, mas também motivem e promovam o comprometimento organizacional, visando alcançar resultados mais satisfatórios. Waladali e Rabaiah (2022) argumentam que um governo mais eficaz tende a aumentar a satisfação dos seus colaboradores que, por sua vez, contribuem para o bom desempenho das organizações nas quais estão inseridos, resultando em maior eficiência governamental.

Além dos aspectos mencionados, os valores do trabalho, como os relacionados às relações sociais no ambiente de trabalho, prestígio e estabilidade, também exercem influência significativa na satisfação dos servidores públicos (Ferreira et al., 2020). Quanto ao comprometimento organizacional, Oliveira e Costa (2015) destacam que, tanto no setor público quanto no privado, ele é influenciado por fatores como práticas e políticas de gestão de pessoas, estrutura organizacional, ambiente social, nível educacional, idade e estado civil dos trabalhadores.

No setor público, estudos revelam que a percepção de oportunidades de crescimento, ambiente social, política salarial, políticas de recursos humanos e o cumprimento do contrato psicológico são fundamentais para o desenvolvimento do comprometimento organizacional. Além disso, variáveis como função gratificada, faixa etária, estado civil, número de dependentes e tempo de serviço na instituição estão relacionados de maneira positiva às dimensões afetiva e normativa do comprome-

mento organizacional. Pinho et al. (2020) destacam que quanto maior a motivação dos profissionais que trabalham em organizações públicas, maior é o comprometimento organizacional e a satisfação no trabalho, enquanto a rotatividade/intenção de rotatividade tende a ser menor.

Assim, percebe-se que diversos estudos têm explorado a influência de diferentes fatores na satisfação e no comprometimento organizacional dos servidores públicos, o que impacta diretamente na eficiência da Administração Pública como provedora de serviços essenciais à sociedade.

3 DESENVOLVIMENTO DAS HIPÓTESES

Dumont et al. (2023) enfatizam que a abordagem da satisfação no trabalho desperta interesse dos pesquisadores por constituir um aspecto fundamental no desenvolvimento e desempenho de todos os tipos de organizações. Altos níveis de satisfação laboral refletem em elevados índices de desempenho organizacional. O comprometimento é amplamente explorado no campo do comportamento organizacional, sendo considerado um dos principais conceitos utilizados pelos pesquisadores para estimar a motivação e a produtividade (Chauhan, 2023).

Andrade et al. (2017) obtiveram resultados que indicaram maior contentamento dos pesquisados com a relação e entendimento com o chefe e com os colegas de trabalho. Contrariamente, o menor índice de satisfação obtido foi com o salário e as promoções, demonstrando uma menor satisfação dos colaboradores com o pagamento recebido comparado aos esforços exigidos pelo trabalho e a sua capacidade profissional, bem como com o sistema de promoções utilizado pela empresa.

Agapito et al. (2013) observaram que os trabalhadores estudados estavam satisfeitos com o relacionamento com a chefia e a equipe, mas insatisfeitos com promoções e salários. De modo semelhante, Almeida et al. (2018) constataram que a maior satisfação estava relacionada aos colegas, seguida pela chefia, enquanto os menores níveis de satisfação estavam relacionados ao salário e às promoções.

Assim, esperava-se que as relações com os colegas e a chefia se destacassem como propulsoras de maior satisfação, enquanto os aspectos relativos a salário e promoções/progressões seriam geradores de menor satisfação. Nesse sentido, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

H₁: As relações com os colegas e com a chefia constituem as dimensões que promovem maior satisfação no trabalho dos técnicos administrativos em educação.

H₂: O salário e as progressões representam os aspectos promotores de menor satisfação entre os técnicos administrativos em educação.

Alrousan e Al Ali (2020) evidenciaram que, entre as dimensões do comprometimento organizacional, a afetiva alcançou os maiores índices, seguida pela normativa e, por fim, pela instrumental. Demo et al. (2013) obtiveram resultados que demonstraram que o maior compromisso dos colaboradores é o afetivo, seguido pelo instrumental/calculativo e pelo normativo. Ao investigar o comprometimento organizacional entre servidores técnico-administrativos em educação (TAEs), Rocha e Honório (2015) constataram que a principal dimensão presente na vida ocupacional da maioria dos entrevistados é a afetiva, seguida pela normativa e, por último, pela instrumental.

Portanto, esperava-se que a dimensão afetiva do comprometimento organizacional prevalecesse entre os respondentes, conforme indicado pela terceira hipótese.

H₃: A dimensão afetiva do comprometimento organizacional é a predominante entre os técnicos administrativos em educação.

A relação entre satisfação no trabalho e comprometimento organizacional é abordada por diversos estudos. Silva et al. (2018) destacaram que a satisfação no trabalho atua diretamente como preditora do comprometimento. Oliveira e Rowe (2018) corroboraram essa visão ao observar uma tendência a um maior comprometimento entre colaboradores satisfeitos. Além disso, Oliveira et al. (2018) encontraram uma correlação positiva entre a satisfação no trabalho e as três bases do comprometimento organizacional (afetiva, instrumental e normativa) em servidores públicos. Chasanah et al. (2021) constataram que a satisfação influencia o comprometimento organizacional de maneira unidirecional, sugerindo que um aumento na satisfação pode impulsionar o comprometimento. Com base nessas evidências, foi formulada a seguinte hipótese para ser testada empiricamente:

H₄: A satisfação no trabalho influencia positivamente o comprometimento organizacional dos servidores técnico-administrativos em educação.

Em síntese, foram delineadas 4 hipóteses para o desenvolvimento desta pesquisa, que buscou analisar a relação entre a satisfação no trabalho e o comprometimento organizacional dos Técnicos Administrativos em Educação (TAEs).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, descritiva e explicativa, uma vez que as variáveis foram estruturadas a partir de suas características, e a ocorrência do fenômeno foi explicada por meio das variáveis investigadas (Hair et al., 2009). A população deste estudo consistiu em 828 (oitocentos e vinte e oito) servidores TAEs ativos de uma Universidade Federal do Nordeste brasileiro.

Para o cálculo da amostra, utilizou-se o software GPower 3.1.9.7, obtendo-se um mínimo de 68 casos. Este número foi quadruplicado para garantir um modelo mais robusto, resultando em uma amostra mínima de 272 (duzentos e setenta e dois) respondentes. A confiabilidade das escalas foi verificada por meio do cálculo do Alpha de Cronbach. Realizou-se um pré-teste com 30 respondentes para verificar a clareza textual e a eficácia do questionário em situações reais (Hair et al., 2009). A pesquisa utilizou amostragem não probabilística por conveniência, selecionando unidades amostrais com base no acesso disponível aos pesquisadores.

Os dados foram coletados entre 13/11/2023 e 06/12/2023, com 281 (duzentos e oitenta e um) TAEs que responderam os questionários de forma presencial. A primeira seção do instrumento incluiu 9 (nove) questões sociodemográficas e profissionais, e o perfil dos respondentes pode ser visto na Tabela 1.

**Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional:
Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação**

Tabela 1
Perfil dos respondentes

	Variável	Quantidade	Percentual (%)
Sexo	Feminino	148	52,7
	Masculino	133	47,3
Faixa Etária	18-28	12	4,3
	29-39	123	43,8
	40-50	65	23,1
	51-61	40	14,2
	62-72	37	13,2
	72-75	4	1,4
Grau de Escolaridade	Ens. Médio	18	6,4
	Ens. Superior	54	19,2
	Pós-graduação	209	74,4
Nível de Escolaridade do cargo	Ens. Fundamental	5	1,8
	Ens. Médio	174	61,9
	Ens. Superior	102	36,3
Setor	Reitoria	15	5,3
	Pró-reitorias	65	23,1
	Centros de Ensino	133	47,3
	Superintendências	25	8,9
	Órgãos Suplementares	43	15,3
Função gratificada	Não	243	86,5
	Sim	38	13,5
Tempo de serviço	Até 1 ano	5	1,8
	De 1-3 anos	41	14,6
	De 4-6 anos	25	8,9
	De 7-9 anos	69	24,6
	De 10-12 anos	14	5
	Mais de 12 anos	127	45,2

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à variável sexo, 52,7% dos respondentes são do sexo feminino e 47,3% do

sexo masculino. Sobre a faixa etária, observou-se que 43,8% dos servidores têm entre 29 e 39 anos, seguidos dos que têm de 40 a 50 anos (23,1%), de 51 a 61 anos (14,2%), de 62 a 72 anos (13,2%), de 18 a 28 anos (4,3%) e, por fim, de 72 a 74 anos (1,4%).

O nível de escolaridade é mais elevado que o exigido para o exercício do cargo, de modo que a maioria dos servidores (74,4%) possui pós-graduação, porém menos da metade (36,3%) ocupa cargos de nível superior, o que demonstra a importância que os servidores conferem à sua formação profissional, bem como a qualificação destes trabalhadores. Tais achados corroboram a perspectiva de Oliveira e Dantas (2020) e Freitas e Pederneiras (2020), visto que a implementação do Plano de Cargos e Carreira dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) promoveu mudanças que incentivaram ações de formação e de valorização do profissional, de forma que os servidores se encorajam pela formação continuada, mesmo que em circunstâncias desfavoráveis.

Quanto ao setor, quase metade dos participantes (47,3%) encontra-se lotada nos Centros de Ensino, seguidos dos que atuam nas Pró-Reitorias (23,1%), nos Órgãos Suplementares (15,3%), Superintendências (8,9%) e Reitoria (5,3%). Um total de 243 (86,5%) dos respondentes não possui função gratificada, enquanto 38 (13,5%) possuem. Em relação ao tempo de serviço, 45,2% da amostra trabalha na instituição há mais de 12 anos, enquanto 1,8% tem até um ano de serviço. Nesse sentido, Falce et al. (2020) afirmam que, de maneira geral, os servidores públicos tendem a permanecer no serviço público devido à estabilidade e a se manter no mesmo cargo ao longo dos anos de trabalho.

Desta forma, em relação ao perfil dos respondentes predominam servidoras do sexo feminino (52,7%), com faixa etária entre 29 e 39 anos de idade (43,8%), ocupantes de cargos de nível médio (61,9%), com pós-graduação (74,4%), lotação em Centros de Ensino (47,3%), sem função gratificada (86,5%) e com mais de 12 anos de serviço (45,2%).

Ao questionar se os indivíduos sentiam-se satisfeitos com o trabalho desempenhado na instituição, por meio de uma variável dicotômica (sim/não), verificou-se que 247 respondentes consideram-se satisfeitos com o trabalho desempenhado na instituição investigada, corroborando os resultados da pesquisa de Duarte et al. (2018), em que a maioria da amostra estava satisfeita no ambiente laboral, apresentando razoável grau de satisfação com o trabalho executado.

Também se questionou, por meio de uma variável dicotômica (sim/não), se os indivíduos julgavam-se comprometidos com o trabalho desempenhado na instituição,

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

constatando-se que 99,3% dos respondentes consideram-se comprometidos com as atividades que realizam no trabalho, enquanto 0,7% não se considera comprometido. Importa destacar o que dispõe Pinho et al. (2020), ao apontarem que o comprometimento está relacionado com a orientação, a dedicação pessoal e a situação para a qual essa orientação é conduzida, desta forma, os respondentes devem desenvolver comportamentos que favorecem uma atitude positiva que os fazem perceber-se comprometidos com o trabalho.

Na segunda parte do questionário, foi disponibilizada a Escala de Satisfação no Trabalho (EST), considerada a mais empregada nos estudos brasileiros sobre o tema (Andrade, 2021; Demo et al., 2013). Este instrumento foi construído e validado no Brasil por Siqueira (2008) em uma versão reduzida com 15 itens, aplicada nesta pesquisa para mensuração das cinco dimensões do construto, cada uma com três itens.

A terceira parte continha os dezoito itens da Escala de Comprometimento Organizacional (ECO) - versão reduzida, desenvolvida por Meyer, Allen e Smith (1993) e validada no Brasil por Medeiros e Enders (1998). Os itens foram divididos nos componentes: afetivo, instrumental e normativo, cada um com seis itens. Esta escala é amplamente utilizada nas investigações da literatura organizacional (Park, 2020; Silva et al., 2018; Lizote et al., 2019; Silva et al., 2020; Mohr et al., 2023).

Em relação às técnicas estatísticas adotadas, primeiramente foi avaliada a confiabilidade das escalas, utilizando o coeficiente Alfa de Cronbach para ambas. Em seguida, aplicou-se a ANOVA com teste de Friedman para comparar as médias entre os grupos. Posteriormente, foram realizadas análise fatorial exploratória e regressão linear simples, utilizando o comprometimento organizacional como variável dependente e a satisfação no trabalho como variável explicativa. Os dados coletados por meio dos questionários foram analisados com os softwares Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 29.0 e RStudio versão 2023.12.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Confiabilidade das escalas

A confiabilidade das escalas utilizadas foi avaliada por meio do Alfa de Cronbach, um indicador que estima a consistência interna com base nas intercorrelações das variáveis observadas. Este coeficiente varia de 0 a 1, de modo que valores mais altos

indicam maior confiabilidade. Para pesquisas exploratórias, valores a partir de 0,60 são geralmente considerados aceitáveis (Hair et al., 2009). Após a aplicação do pré-teste, o Alfa de Cronbach foi calculado para o questionário utilizado (Tabela 2).

Tabela 2

Confiabilidade das escalas da pesquisa

Dimensões	Itens	Alfa de Cronbach	
		Pré-teste	Amostra Final
Satisfação no trabalho:			
Com os colegas de trabalho	1, 4 e 14	0,82	0,841
Com as promoções	2, 7 e 9	0,807	0,829
Com o salário	3, 6 e 11	0,866	0,92
Com a chefia	10, 12 e 15	0,924	0,914
Com a natureza do trabalho	5, 8 e 13	0,769	0,736
Geral	1 a 15	0,869	0,886
Comprometimento organizacional:			
Afetivo	1 a 6	0,785	0,795
Instrumental	7 a 12	0,786	0,666
Normativo	13 a 18	0,708	0,724
Geral	1 a 18	0,812	0,826

Fonte: Dados da pesquisa.

Constatou-se que todos os valores de Alfa de Cronbach encontrados foram superiores a 0,60, refletindo uma consistência interna robusta para mensurar os constructos investigados (Hair et al., 2009). As dimensões de satisfação no trabalho mostraram índices significativos, especialmente a satisfação com o salário ($\alpha = 0,920$) e com a chefia ($\alpha = 0,914$), na amostra final. Em relação ao comprometimento organizacional, as dimensões afetiva, instrumental e normativa também apresentaram valores satisfatórios de Alfa de Cronbach, evidenciando a confiabilidade das escalas para captar diferentes aspectos do comprometimento entre os participantes da pesquisa.

Os resultados destacam a validade e a confiabilidade das escalas como instrumentos eficazes para avaliar a satisfação no trabalho e o comprometimento organizacional entre os TAEs, oferecendo uma base sólida e consistente para a análise e interpretação dos resultados desta pesquisa.

5.2 Níveis de satisfação no trabalho e comprometimento organizacional

Na tabela 3, apresentam-se as medidas resumo da Escala de Satisfação no Trabalho (EST), incluindo média, desvio padrão e coeficiente de variação (CV) de cada item ou domínio avaliado entre os técnicos administrativos em educação. Os resultados destacam uma variedade de percepções: a satisfação com o espírito de colaboração dos colegas (5,48), a insatisfação com o número de progressões na instituição (3,67) e com o salário em relação ao esforço de trabalho (3,86), além da satisfação com a relação com a chefia (5,62). Esses dados evidenciam nuances significativas na avaliação da satisfação no ambiente de trabalho, indicando áreas de forte contentamento e outras de insatisfação entre os servidores, conforme demonstrado pelos valores de CV e testes estatísticos aplicados.

Tabela 3

Medidas resumo e ANOVA com teste de Friedman da EST

Itens/domínios	Média	Desvio padrão	CV (%)	P-valor
1 Com o espírito de colaboração dos meus colegas de trabalho.	5,48 - SAT	1,27	23,19	
2 Com o número de vezes que já progredi nesta instituição.	4,12 - IND	1,72	41,84	
3 Com o meu salário comparado com o quanto eu trabalho.	3,86 - INS	1,62	41,98	
4 Com o tipo de amizade que meus colegas demonstram por mim.	5,73 - SAT	1,11	19,36	
5 Com o grau de interesse que minhas tarefas me despertam.	5,25 - SAT	1,21	23,07	
6 Com o meu salário comparado à minha capacidade profissional.	3,56 - INS	1,6	44,93	
7 Com a maneira como ocorrem as progressões de pessoal nesta instituição.	3,67 - INS	1,56	42,49	0,001*
8 Com a capacidade de meu trabalho absorver-me.	4,63 - IND	1,19	25,8	
9 Com as oportunidades de progressão nesta instituição.	3,47 - INS	1,52	43,82	
10 Com o entendimento entre mim e meu chefe.	5,55 - SAT	1,45	26,09	
11 Com o entendimento entre mim e meu chefe.	3,85 - INS	1,55	40,35	
12 Com a maneira como meu chefe me trata.	5,63 - SAT	1,4	24,84	
13 Com a variedade de tarefas que realizo.	4,88 - IND	1,33	27,32	
14 Com a confiança que eu posso ter em meus colegas de trabalho.	5,50 - SAT	1,17	21,36	
15 Com a capacidade profissional do meu chefe.	5,69 - SAT	1,32	23,18	
Domínios				
Com colegas de trabalho	5,57 - SAT	1,03	18,55	
Com as promoções	3,75 - INS	1,38	36,86	
Com o salário	3,76 - INS	1,48	39,33	<0,001*
Com a chefia	5,62 - SAT	1,28	22,83	
Com a natureza do trabalho	4,92 - IND	1,01	20,52	
Geral	4,72 - IND	0,88	18,63	

*Significativo ao nível de 5% pela ANOVA com teste de Frieman.

SAT - Satisfação

IND - Indiferença

INS - Insatisfação

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados revelou que o item 6, relacionado à satisfação com o salário, apresentou a maior variabilidade de respostas, com um coeficiente de variação (CV) de

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

44,93%. Isso indica uma ampla dispersão nas opiniões dos participantes sobre sua satisfação salarial. Em contraste, a média global de satisfação no trabalho foi de 4,72, sugerindo uma tendência de indiferença entre os servidores técnico-administrativos em educação. Estudos anteriores corroboram esses achados, como os de Lima et al. (2015) e Paiva et al. (2017), que também identificaram essa tendência de indiferença. Por outro lado, os dados revelaram níveis significativos de satisfação com os colegas (média de 5,57) e com a chefia (média de 5,62). Esses resultados são consistentes com estudos anteriores, como os de Oliveira et al. (2021) e Malheiros et al. (2022) que destacaram a chefia como o principal fator gerador de satisfação entre os servidores estudados.

Quanto à satisfação com a natureza do trabalho, a média obtida de 4,92 revela uma tendência de indiferença entre os respondentes em relação a essa dimensão específica do trabalho técnico-administrativo em educação. Em contraste, os resultados indicam uma significativa insatisfação dos servidores com o salário, com um escore médio de 3,76. Essa insatisfação é consistentemente apontada por estudos anteriores, como o de Costa et al. (2013) e Assunção et al. (2014), que destacam o salário como um fator determinante para a insatisfação no ambiente de trabalho. Paiva et al. (2017) também confirmam que a satisfação com o salário foi a dimensão menos satisfatória em sua amostra.

No que diz respeito à satisfação com as promoções/progressões, o escore médio de 3,75 reflete uma situação igualmente insatisfatória entre os técnicos administrativos em educação. Estudos como o de Ramhit (2019) evidenciam que a falta de oportunidades claras de promoção pode contribuir significativamente para a insatisfação dos colaboradores. Na instituição estudada, as progressões estão condicionadas ao plano de carreira e a aspectos políticos, o que pode impactar diretamente na percepção de justiça e oportunidade de crescimento profissional.

Esses resultados reforçam a validade das duas primeiras hipóteses formuladas nesta pesquisa, que exploram os fatores determinantes de satisfação e insatisfação entre os técnicos administrativos em educação.

H₁: As relações com os colegas e com a chefia constituem as dimensões que promovem maior satisfação no trabalho dos técnicos administrativos em educação.

H₂: O salário e as progressões representam os aspectos promotores de menor satisfação entre os técnicos administrativos em educação.

Na tabela 4, são apresentadas as medidas de média, desvio padrão, coeficiente de variação (CV) e significância estatística (P-valor) para cada item da Escala de Comprometimento Organizacional (ECO).

Tabela 4

Medidas resumo e ANOVA com teste de Friedman da ECO

Itens/domínios	Média	Desvio padrão	CV (%)	P-valor
1 Eu seria muito feliz em dedicar o resto da minha carreira nesta instituição.	3,37	1,43	42,36	
2 Eu realmente sinto os problemas da instituição como se fossem meus.	3,5	1,18	33,63	
3 Eu não sinto um forte senso de integração com a minha instituição.	2,55	1,31	51,26	
4 Eu não me sinto emocionalmente vinculado a esta instituição.	2,09	1,24	59,06	
5 Eu não me sinto emocionalmente vinculado a esta instituição.	2,14	1,22	57,05	
6 Esta instituição tem um imenso significado pessoal para mim.	4,2	1,07	25,41	
7 Na situação atual, ficar na minha instituição é na realidade uma necessidade, tanto quanto um desejo.	3,63	1,26	34,59	
8 Mesmo se eu quisesse, seria muito difícil para mim deixar minha instituição agora.	3,62	1,39	38,4	
9 Se eu decidisse deixar minha instituição agora, minha vida ficaria bastante desestruturada.	3,63	1,35	37,19	
10 Eu acho que teria poucas alternativas se deixasse esta instituição.	2,69	1,37	50,94	0,001*
11 Se eu já não tivesse dado tanto de mim nesta instituição, eu poderia considerar trabalhar em outro lugar.	2,44	1,21	49,59	
12 Uma das poucas consequências negativas de deixar esta instituição seria a escassez de alternativas imediatas.	2,82	1,34	47,5	
13 Eu não sinto nenhuma obrigação em permanecer na minha instituição.	2,51	1,32	52,6	
14 Mesmo se fosse vantagem para mim, eu sinto que não seria certo deixar minha instituição agora.	2,54	1,45	57,03	
15 Eu me sentiria culpado se deixasse minha instituição agora.	3,44	1,46	42,37	
16 Esta instituição merece minha lealdade.	3,99	1,22	30,45	
17 Eu não deixaria minha instituição agora porque eu tenho uma obrigação moral com as pessoas daqui.	2,75	1,4	50,79	
18 Eu devo muito à minha instituição.	3,8	1,27	33,37	
Domínios				
Afetivo	3,72	0,86	23,24	
Instrumental	4,47	0,98	22,01	<0,001*
Normativo	3,19	0,88	27,51	
Geral	3,35	0,66	19,7	

*Significativo ao nível de 5% pela ANOVA com teste de Friedman.

Fonte: Dados da pesquisa.

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Após analisar a Tabela 4, observou-se que o item 4, relacionado ao comprometimento afetivo, exibiu a maior variabilidade de respostas, com um coeficiente de variação de 59,06%. Esse resultado indica uma ampla dispersão nas percepções dos participantes quanto ao seu vínculo emocional com a instituição.

No geral, a média encontrada para o comprometimento organizacional foi de 3,35, sugerindo uma tendência ao comprometimento moderado entre os técnicos administrativos em educação. Resultados semelhantes foram observados por Rodrigues et al. (2023) e Barros (2021), que também identificaram níveis moderados de comprometimento nas suas respectivas pesquisas.

Analisando os domínios específicos do comprometimento, constatou-se que o comprometimento instrumental obteve a maior média (4,47), seguido pelo comprometimento afetivo (3,72) e pelo comprometimento normativo (3,19). Esses achados levaram à rejeição da terceira hipótese deste estudo: H_3 : A dimensão afetiva do comprometimento organizacional é a predominante entre os técnicos administrativos em educação.

A predominância do comprometimento instrumental sugere que os servidores permanecem na instituição principalmente devido às recompensas tangíveis e aos custos associados a uma possível saída. Este resultado coincide com o estudo de Atalay e Acuner (2022), que também observaram prevalência do comprometimento instrumental entre seus entrevistados.

A maior influência desse tipo de comprometimento em relação ao afetivo sugere que a permanência está mais relacionada a necessidades financeiras, falta de alternativas viáveis e incertezas futuras do que ao desejo genuíno ou gratidão em continuar na organização. Assim, as recompensas percebidas e as trocas realizadas entre instituição e servidores teriam maior influência que a afetividade sobre o comprometimento destes. Pratibha et al. (2021) também destacaram a remuneração e as recompensas como fatores determinantes no comprometimento organizacional.

Sobressai, portanto, o comprometimento baseado na retribuição pelo trabalho e dedicação (instrumental), em detrimento do caracterizado pela identificação dos pesquisados com os objetivos e valores da instituição. Tal cenário, combinado com os menores níveis de satisfação com o salário e com as progressões obtidos neste estudo, pode levar os profissionais a não se dedicarem a realizar esforços extras, a buscar outras fontes de renda ou mesmo outros empregos, o que, por sua vez, pode favorecer a rotatividade na instituição.

5.3 Influência da satisfação no trabalho no comprometimento organizacional

Com a finalidade de identificar a influência da satisfação no trabalho no comprometimento organizacional, realizou-se uma análise fatorial exploratória. O método de extração de fatores empregado foi o da análise de componentes principais. Para definir o número de fatores, utilizou-se o critério de eigenvalue acima de 1,0, e o método adotado para a rotação dos fatores foi o Varimax. A adequação da análise foi verificada pela aplicação dos testes de esfericidade de Bartlett e da estatística de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que avaliam a adequação da amostra quanto à correlação parcial entre as variáveis (Hair et al., 2009).

As tabelas 5 e 6 apresentam testes que confirmam a adequação dos dados para análise estrutural. O teste KMO indicou que a análise fatorial é apropriada para ambas as escalas, enquanto o teste de esfericidade de Bartlett demonstrou adequação para a formação de estruturas/domínios. Para a satisfação no trabalho, a análise fatorial exploratória (Tabela 5) revelou um teste KMO de 0,842, considerado substancial (Field et al., 2012), e um teste de esfericidade de Bartlett com significância de 0,000 (< 0,001), indicando alta significância estatística. A variância explicada foi de 78,435%, indicando uma explicação robusta da estrutura dos dados.

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Tabela 5
Análise fatorial para EST

Itens	Satisfação no trabalho					Comuna- lidades
	Fatores					
	Com os colegas	Com as promoções	Com o salário	Com a natureza do trabalho	Com a chefia	
1-Com o espírito de colaboração dos meus colegas de trabalho.	0,830	-	-	-	-	0,784
4- Com o tipo de amizade que meus colegas demonstram por mim.	0,767	-	-	-	-	0,691
14- Com a confiança que eu posso ter em meus colegas de trabalho.	0,833	-	-	-	-	0,812
2-Com o número de vezes que já progredi nesta instituição.	-	0,820	-	-	-	0,777
7-Com a maneira como ocorrem as progressões de pessoal nesta instituição.	-	0,718	-	-	-	0,701
9-Com as oportunidades de progressão nesta instituição.	-	0,790	-	-	-	0,795
3-Com o meu salário comparado com o quanto eu trabalho.	-	-	0,899	-	-	0,884
6-Com o meu salário comparado à minha capacidade profissional.	-	-	0,809	-	-	0,821
11-Com meu salário comparado aos meus esforços no trabalho.	-	-	0,909	-	-	0,887
5-Com o grau de interesse que minhas tarefas me despertam.	-	-	-	0,741	-	0,715
8-Com a capacidade de meu trabalho absorver-me.	-	-	-	0,655	-	0,596
13-Com a variedade de tarefas que realizo.	-	-	-	0,817	-	0,736
10-Com o entendimento entre eu e meu chefe.	-	-	-	-	0,913	0,901
12-Com a maneira como meu chefe me trata.	-	-	-	-	0,892	0,908
15-Com a capacidade profissional do meu chefe.	-	-	-	-	0,802	0,759

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que todas as comunalidades foram superiores a 0,400, indicando uma boa adequação das variáveis ao modelo. A satisfação no trabalho revelou cinco fatores, cada um com três itens de maiores coeficientes, alinhados com os investigados

na Escala de Satisfação no Trabalho (EST) de Siqueira (2008), o que confirma as dimensões e itens constituintes do instrumento. Quanto ao comprometimento organizacional, os resultados da análise fatorial exploratória mostraram um teste KMO de 0,808, considerado substancial (Field et al., 2012), um teste de esfericidade de Bartlett altamente significativo ($p < 0,001$), e uma variância explicada de 56,924%. No total, sete variáveis foram excluídas da escala: seis devido a comunalidades inferiores a 0,400 e uma por apresentar carga fatorial inferior a 0,5 (Tabela 6).

Tabela 6
Análise fatorial para ECO

Itens	Comprometimento organizacional			Comunalidades
	Fatores			
	Afetivo	Instrumental	Normativo	
1-Eu seria muito feliz em dedicar o resto da minha carreira nesta instituição.	-	0,589	-	0,586
3-Eu não sinto um forte senso de integração com a minha instituição.	0,787	-	-	0,623
4-Eu não me sinto emocionalmente vinculado a esta instituição.	0,875	-	-	0,767
5-Eu não me sinto como uma pessoa de casa na minha instituição.	0,807	-	-	0,674
6-Esta instituição tem um imenso significado pessoal para mim.	0,529	-	-	0,425
9-Se eu decidisse deixar minha instituição agora, minha vida ficaria bastante desestruturada.	-	0,737	-	0,421
10-Eu acho que teria poucas alternativas se deixasse esta instituição.	-	-	0,771	0,680
11-Se eu já não tivesse dado tanto de mim nesta instituição, eu poderia considerar trabalhar em outro lugar.	-	0,619	-	0,741
12-Uma das poucas consequências negativas de deixar esta instituição seria a escassez de alternativas imediatas.	-	-	0,784	0,647
14-Mesmo se fosse vantagem para mim, eu sinto que não seria certo deixar minha instituição agora.	-	0,831	-	0,703
17-Eu não deixaria minha instituição agora porque eu tenho uma obrigação moral com as pessoas daqui.	-	0,798	-	0,664

Fonte: Dados da pesquisa.

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

Excluiu-se um item associado à dimensão instrumental do comprometimento: “7. Na situação atual, ficar na minha instituição é na realidade uma necessidade, tanto quanto um desejo,” cuja carga fatorial foi menor que 0,5. Outrossim, por apresentarem comunalidades menores que 0,400, foram excluídos: um item do comprometimento afetivo – “2. Eu realmente sinto os problemas da instituição como se fossem meus;” um do instrumental – “8. Mesmo se eu quisesse, seria muito difícil para mim deixar minha instituição agora;” e quatro do normativo – “13. Eu não sinto nenhuma obrigação em permanecer na minha instituição;” “15. Eu me sentiria culpado se deixasse minha instituição agora;” “16. Esta instituição merece minha lealdade;” e “18. Eu devo muito à minha instituição”.

O comprometimento organizacional resultou em três fatores, e quatro dos cinco primeiros itens apresentaram maior associação com o comprometimento afetivo, coincidindo com a composição dessa dimensão na escala de comprometimento organizacional de Meyer, Allen e Smith (1993), com exceção da afirmação 1, que de modo singular relacionou-se mais expressivamente com o comprometimento instrumental, mesmo denotando afetividade e envolvimento característicos da dimensão afetiva.

Em relação aos demais itens, dois relativos ao comprometimento normativo relacionaram-se significativamente à dimensão instrumental: “14. Mesmo se fosse vantajoso para mim, sinto que não seria certo deixar minha instituição agora;” e “17. Eu não deixaria minha instituição agora porque tenho uma obrigação moral com as pessoas daqui.” A primeira afirmação (14) parece indicar um sentimento de obrigação em permanecer, independentemente de eventuais vantagens ou maiores benefícios obtidos com a saída da organização, contrastando com o conceito de comprometimento instrumental. Já o item (17) revela um compromisso em permanecer baseado principalmente nas relações interpessoais na instituição, sem considerar tanto as recompensas ou custos associados ao desligamento.

Além disso, dois itens do comprometimento instrumental relacionaram-se significativamente à dimensão normativa: “10. Eu acho que teria poucas alternativas se deixasse esta instituição;” e “12. Uma das poucas consequências negativas de deixar esta instituição seria a escassez de alternativas imediatas.” Nesse caso, o teor das afirmações pode sugerir que a permanência na organização, além de uma necessidade, dá-se por um sentimento de obrigação, o que é característico do comprometimento normativo, indicando proximidade entre as duas dimensões.

Por meio da regressão linear, os dados foram analisados e os resultados (Tabela 7) evidenciaram que a equação foi significativa para todos os domínios/dimensões

dos constructos, bem como para o questionário completo (p -valor $< 0,05$). A variável explicativa foi a satisfação no trabalho, enquanto a variável dependente foi o comprometimento organizacional.

Na escala geral, o coeficiente de determinação (R^2) é de 0,242, com intercepto de 1,73 (constante) e coeficiente linear (beta de X) de 0,39. Esse coeficiente indica que, para cada ponto de variação na satisfação no trabalho, o score de comprometimento organizacional varia em 0,39, para mais ou para menos. Isso demonstra que a relação linear entre as escalas é positiva e diretamente proporcional.

Tabela 7

Regressão linear simples tendo como variável dependente o comprometimento organizacional e como variável explicativa a satisfação no trabalho

Comprometimento/ Satisfação	Satisfação com colegas de trabalho	Satisfação com as promoções	Satisfação com o salário	Satisfação com a chefia	Satisfação com a natureza do trabalho
Comprometimento afetivo	Y= 2,47 + 0,26X	Y= 2,83 + 0,27X	Y= 3,10 + 0,19X	Y= 2,65 + 0,23X	Y= 1,76 + 0,44X
	R ² =0,086	R ² =0,181	R ² =0,085	R ² =0,096	R ² =0,242
	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001
Comprometimento instrumental	Y= 2,05 + 0,55X	Y= 2,42 + 0,69X	Y= 2,81 + 0,49X	Y= 1,71 + 0,62X	Y= 1,59 + 0,72X
	R²=0,213	R²=0,778	R²=0,502	R²=0,447	R²=0,389
	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001
Comprometimento normativo	Y= 2,04 + 0,23X	Y= 2,28 + 2,61X	Y= 2,51 + 0,21X	Y= 2,11 + 0,21X	Y= 1,41 + 0,41X
	R ² =0,062	R ² =0,154	R ² =0,102	R ² =0,082	R ² =0,196
	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001	P-valor<0,001
Escala			Y= 1,73 + 0,39X		
			R²=0,242		
			P-valor<0,001		

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados destacam uma influência significativa da satisfação no trabalho sobre o comprometimento organizacional, confirmando a hipótese H_4 : “A satisfação no trabalho influencia positivamente o comprometimento organizacional dos servidores técnico-administrativos em educação.” Este achado é consistente com pesquisas anteriores, como as de Asutay et al. (2022) e Cruz et al. (2023), que também encontraram uma relação positiva entre satisfação no trabalho e comprometimento organiza-

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

cional. Ademais, Chasanah et al. (2021) argumentam que melhorias no comprometimento organizacional são impulsionadas por altos níveis de satisfação no trabalho.

Todas as dimensões da satisfação relacionaram-se mais fortemente com a dimensão instrumental do comprometimento, sugerindo que a satisfação no trabalho dos servidores técnico-administrativos em educação (TAEs) influencia principalmente o comprometimento relacionado às recompensas e aos benefícios, bem como aos custos associados à saída da instituição. O valor mais elevado de correlação foi obtido entre a satisfação com as promoções e o comprometimento instrumental ($R = 0,778$), revelando o impacto significativo das práticas e do tempo de espera pelas progressões no comprometimento instrumental.

É pertinente reforçar que Alneyadi et al. (2019) também encontraram uma influência significativa da satisfação no comprometimento organizacional, sendo o impacto mais perceptível na dimensão afetiva. Este estudo destacou que a satisfação no ambiente de trabalho pode fortalecer o vínculo emocional dos colaboradores com a organização, aumentando a probabilidade de que eles se sintam parte integrante e essencial da instituição. Botrel et al. (2020) mostraram que maior satisfação está associada a maior comprometimento afetivo e normativo, refletindo que a satisfação não apenas gera apego emocional, mas também um senso de obrigação organizacional.

No estudo de Rai et al. (2021), a satisfação com colegas, com promoções e com a natureza do trabalho mostraram um impacto positivo significativo nos compromettimentos afetivo e normativo. Esses resultados sugerem que aspectos específicos do trabalho, como relacionamentos interpessoais, oportunidades de progresso e percepção das tarefas, tendem a fortalecer o comprometimento organizacional. Esses estudos enfatizam a importância da satisfação no trabalho para as diversas dimensões do comprometimento organizacional, podendo aumentar significativamente a dedicação e a lealdade dos colaboradores.

De modo geral, os resultados da pesquisa confirmaram a validade da primeira, da segunda e da quarta hipóteses, enquanto a terceira hipótese foi rejeitada (Tabela 8).

Tabela 8

Síntese dos resultados das hipóteses da pesquisa e relações entre os constructos

Hipóteses da pesquisa	Relações entre os constructos	Resultados encontrados
H ₁ : As relações com os colegas e a chefia constituem as dimensões que promovem maior satisfação no trabalho dos técnico-administrativos em educação.	Relações com colegas e chefia → Satisfação no trabalho	Confirmada
H ₂ : O salário e as progressões representam os aspectos promotores de menor satisfação entre os técnico-administrativos em educação.	Salário e progressões → Satisfação no trabalho	Confirmada
H ₃ : A dimensão afetiva do comprometimento organizacional é a predominante entre os técnico-administrativos em educação.	Dimensão afetiva do comprometimento → Técnico-administrativos em educação	Rejeitada
H ₄ : A satisfação no trabalho influencia positivamente o comprometimento organizacional dos servidores técnico-administrativos em educação.	Satisfação no trabalho → Comprometimento organizacional dos técnico-administrativos em educação	Confirmada

Fonte: Elaborada pelos autores.

De modo geral, as relações com colegas e com superiores foram determinantes para aumentar a satisfação no trabalho (H₁), contrastando com o impacto negativo percebido em relação ao salário e progressões (H₂). Adicionalmente, foi confirmado que a satisfação no trabalho contribui positivamente para o comprometimento organizacional dos técnicos administrativos em educação (H₄). No entanto, a expectativa de que a dimensão afetiva do comprometimento organizacional predominaria entre esses profissionais foi rejeitada (H₃). Esses resultados sublinham a complexidade das dinâmicas laborais e a importância de políticas de gestão eficazes para promover o bem-estar e o engajamento dos TAEs.

Destaca-se, portanto, a importância crucial de promover, por meio de políticas, iniciativas e práticas eficazes de gestão de pessoas, o aumento e/ou manutenção da satisfação dos TAEs. Com o aumento da satisfação, o comprometimento organizacional desses profissionais também se intensifica, o que resulta em melhor desempenho, maior produtividade, engajamento e dedicação para alcançar os objetivos institucio-

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

nais. Essa dinâmica não apenas fortalece os valores da organização, mas também reforça sua missão e impacto positivo na comunidade educacional.

6 CONCLUSÃO

Este estudo mostrou-se relevante devido ao fato de buscar identificar os níveis de satisfação no trabalho e comprometimento organizacional, o tipo predominante de comprometimento, bem como os aspectos geradores de maior e menor satisfação entre os servidores TAEs. Além disso, foram identificados pontos críticos que devem ser melhorados para aumentar a satisfação no trabalho e o comprometimento organizacional.

O nível global de satisfação dos TAEs no trabalho é de 4,72, indicando uma indiferença quanto à satisfação geral. Quanto ao comprometimento organizacional, a média geral é de 3,35, sugerindo um comprometimento moderado com suas atividades. Os relacionamentos com a chefia e com os colegas são as principais fontes de satisfação no trabalho, enquanto as progressões e o salário são os aspectos menos satisfatórios. A dimensão predominante do comprometimento organizacional foi a instrumental, comprovando a influência da satisfação no comprometimento dos servidores.

Quanto ao salário e promoções/progressões, a gestão institucional não pode alterá-los diretamente devido a exigências legislativas, mas pode desenvolver outros incentivos na gestão de pessoas para aumentar a satisfação geral e melhorar o comprometimento organizacional dos servidores. Para lidar com a prevalência do comprometimento instrumental, estratégias colaborativas podem ser implementadas com a finalidade de promover o comprometimento afetivo entre os servidores. Esse tipo de comprometimento reflete o envolvimento e a identificação com os valores e com os objetivos da organização, sendo essencial investir no desenvolvimento e na motivação dos trabalhadores para fortalecer seu comprometimento.

Nesse sentido, poderiam ser pensadas ações localmente exequíveis com o intuito de reconhecer as competências e habilidades dos TAEs, valorizando o trabalho destes profissionais, a exemplo da adoção de formas de reconhecimento interno, com definição prévia de atividades consideradas relevantes (que poderiam incluir participação em comissões ou em atividades diversas) aptas a gerar benefícios aos participantes, como pontuação em editais internos.

Juntamente com estes servidores, poderiam ser avaliados meios de garantir sua maior participação junto a instâncias decisórias da instituição, bem como formas de permitir ao TAE equilibrar sua vida pessoal e profissional sem necessidade de sacrifícios em nenhum dos âmbitos.

A principal contribuição desta pesquisa foi constatar a influência positiva da satisfação no trabalho sobre o comprometimento organizacional entre os servidores públicos investigados. Além disso, os resultados e dados gerados fornecem uma base sólida para compreender a realidade institucional do ponto de vista dos TAEs em relação aos constructos estudados. Isso possibilita a adoção de medidas e o desenvolvimento de ações que visem melhorar os níveis de satisfação e comprometimento desses profissionais.

Nesse contexto, os resultados deste estudo podem orientar a criação de políticas internas focadas em melhorar aspectos críticos para a satisfação no trabalho. A instituição pode implementar iniciativas específicas para aumentar a satisfação com a chefia e com os colegas, identificados como promotores de maior satisfação. Como visto, apesar das limitações legislativas em relação ao salário e promoções, outros tipos de incentivos podem ser introduzidos para melhorar a satisfação geral e, consequentemente, o comprometimento organizacional. Além disso, programas de desenvolvimento profissional podem ser alinhados para aumentar o comprometimento afetivo, incentivando maior envolvimento e identificação com os objetivos e com os valores da organização.

Entre as limitações do estudo, destaca-se sua natureza estática e a apresentação de dados transversais, que não capturam as mudanças nos constructos ao longo do tempo. Esse tipo de abordagem impede a análise de variações e tendências que poderiam surgir com um estudo longitudinal. Além disso, a investigação foi restrita a uma única categoria de trabalhadores em um único campus da instituição, o que pode limitar a generalização dos resultados. A concentração em um grupo específico e em um contexto particular pode não refletir a realidade de outros ambientes de trabalho ou categorias profissionais.

Estudos futuros podem ampliar a investigação ao incluir participantes de outros campi da universidade e de outras instituições de ensino superior, bem como expandir os constructos e as relações analisadas. Isso permitiria uma análise mais abrangente e representativa das diversas realidades existentes. A incorporação de profissionais da carreira do Magistério Superior e de colaboradores terceirizados poderia

Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional: Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação

enriquecer ainda mais os resultados, trazendo perspectivas distintas e complementares sobre os temas abordados.

Por fim, novas pesquisas podem explorar mais profundamente o comprometimento organizacional nas suas diversas dimensões, proporcionando uma compreensão mais clara e detalhada de seu significado, domínios e inter-relações. Investigações adicionais podem examinar como diferentes fatores influenciam o comprometimento ao longo do tempo e em diferentes contextos, bem como as consequências desse comprometimento para a performance e o bem-estar dos trabalhadores. A adoção de métodos qualitativos, além dos quantitativos, poderia oferecer insights mais profundos sobre as motivações, percepções e experiências dos trabalhadores, contribuindo para uma visão mais completa e rica do fenômeno em estudo.

REFERÊNCIAS

- Agapito, P. R., Cardi, G. V., Vicente, M. M., Guimarães, T. B., Lacerda, T. L. F. T., & Freitas, V. B. (2013). Análise da satisfação do trabalho e dos contratos psicológicos em organizações da região do Grande ABCD. *Revista Eletrônica Gestão e Serviços*, 4(2), 700-7018. <https://doi.org/10.15603/2177-7284/regs.v4n2p700-718>
- Almeida, D. M., Lopes, L. F. D., Costa, V. M. F., & dos Santos, R. D. C. T. (2018). Policiais militares do estado do RS: relação entre satisfação no trabalho e estresse ocupacional. *Administração Pública e Gestão Social*, 10(1), 55-65. <https://doi.org/10.21118/apgs.v0i0.5173>
- Alneyadi, R., Nusari, M., Ameen, A., & Bhaumik, A. (2019). A better understanding of relationship between job satisfaction and affective organizational commitment. *International Journal of Recent Technology and Engineering (IJRTE)*, 8, 293-296. <https://doi.org/10.35940/ijrte.B1049.0982S1019>
- Alrousan, M. A., & Al Ali, S. M. (2020). The role of quality of work life in organizational commitment in islamic banks. *International Journal of Financial Research*, 11(4), 515-522. <https://doi.org/10.5430/ijfr.v11n4p515>

- Andrade, D. C. T. (2021). Comprometimento institucional: um modelo interpretativo para o serviço público brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 13(2). <https://doi.org/https://doi.org/10.21118/apgs.v13i2.10537>
- Andrade, T. D., Costa, V. F., Estivaleta, V. D. F. B., & Lengler, L. (2017). Comportamento de cidadania organizacional: um olhar à luz dos valores e da satisfação no trabalho. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 19, 236-262. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v19i64.2899>
- Assunção, R. R., Domingos, S. R. M., de Aquino Cabral, A. C., dos Santos, S. M., & Pessoa, M. N. M. (2014). Satisfação e comprometimento organizacional afetivo: um estudo com docentes universitários do curso de Ciências Contábeis. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 7(3), 453-468. <https://doi.org/10.5902/198346597588>
- Asutay, M., Buana, G. K., & Avdukic, A. (2022). The impact of Islamic spirituality on job satisfaction and organizational commitment: exploring mediation and moderation impact. *Journal of Business Ethics*, 181(4), 913-932. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04940-y>
- Atalay, M., Birincioğlu, N. & Acuner, T. (2022). Effect of perceived organizational support and organizational trust on young academics' organizational commitment. *Argumenta Oeconomica*, 48(1). <https://doi.org/10.15611/aoe.2022.1.09>
- Barros, A. C. S. (2021). *Âncoras de Carreira e Comprometimento Organizacional: A Perspetiva dos Millennials* (Master's thesis, Universidade de Lisboa (Portugal)).
- Botrel, A. M. M., Mesquita, J. M. C., Bastos, A. M., & Reis Neto, M. T. (2020). Satisfação e comprometimento dos médicos: estudo em instituições hospitalares. *Revista de Administração da UNIMEP*, 18(4).
- Chaouali, W., & Mousa, M. (2023). Organizational inclusion in Arabian public contexts. In *Global encyclopedia of public administration, public policy, and governance* (pp. 8954-8958). Cham: Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_4334-1
- Chasanah, U., Suyanto, M., & Istanto, Y. (2021). Internal marketing in its influence on organizational commitment: the mediation of job satisfaction and organizational justice. *WSEAS Transactions on Business and Economics*, 18(70), 712-731. <https://doi.org/10.37394/23207.2021.18.70>

**Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional:
Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação**

- Chauhan, R. (2023). Impact of social media usage on job performance and employee retention: Role of knowledge sharing and organizational commitment. *Global Business and Organizational Excellence*, 43(1), 19-34. <https://doi.org/10.1002/joe.22185>
- Chiedu, C. K., Long, C. S., & Ashar, H. B. (2024). Examining the Interplay between Job Satisfaction, Organizational Commitment, and Employee Turnover at Unilever Corporation in Nigeria. *IZA Journal of Labor Policy*, 14. <https://doi.org/10.62693/311iot75>
- Costa, C. A., Bento, K. G. R., de Sá, F. B., & Ziviani, F. (2013). Qualidade de vida no trabalho, satisfação e motivação do trabalhador no setor de varejo. *Revista de Administração da UNIMEP*, 11(1), 181-198. <https://doi.org/10.15600/1679-5350/rau.v11n1p181-198>
- Cruz, A. B., Puño-Quispe, L., Apaza-Humerez, C. R., Prado-Laura, J. I., & Turpo-Chaparro, J. E. (2023). Job Desertion and Job Satisfaction as Predictors of Organizational Commitment Among Peruvian Regular Basic Education Teachers. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, 12(4), 28-36. <https://doi.org/10.36941/ajis-2023-0092>
- Demo, G., de Rezende Martins, P., & Roure, P. (2013). Políticas de gestão de pessoas, comprometimento organizacional e satisfação no trabalho na Livraria Cultura. *Revista Alcance*, 20(2), 237-254. <https://doi.org/10.14210/alcance.v20n2.p237-254>
- Duarte, C. L. G.; Motoki, F. Y. S.; & Mainardes, E. W. (2018). O technostress e a relação com a satisfação no trabalho. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo*, Vol. 12, nº 06, jan-jun2018. <https://doi.org/10.15210/reat.v12i6.13153>
- Dumont, J. R. D., Cuadros, M. J. L., Cárdenas, J. V. T., & Haro, L. R. C. (2023). Satisfacción laboral: algunas consideraciones. *Revista Venezolana de Gerencia: RVG*, 28(101), 158-170. <https://doi.org/10.52080/rvgluz.28.101.11>
- Falce, J. L.; Martins, A. P.; Muylder, C. F.; & Pardini, D. J. (2020). Satisfação no trabalho: estudo longitudinal em uma organização pública de ensino superior. *Revista Gestão e Tecnologia*, v. 20, n.4, p. 153-175, out./dez.2020. <https://doi.org/10.20397/2177-6652/2020.v20i4.1535>

- Ferreira, S. D., Ferraz, S. F. S., Paiva, L. E. B., & Rebouças, S. M. D. P. (2020). Valores e satisfação no trabalho dos servidores públicos em uma seccional da Justiça Federal. *Gestão e Sociedade*, 14(38), 3608-3631. <https://doi.org/10.21171/ges.v14i2.2765>
- Field, A. P., Miles, J., & Field, Z. (2012). *Discovering statistics using R/Andy Field, Jeremy Miles, Zoë Field*. DOI:10.1111/insr.12011_21
- Freitas, M. D. C. R.; & Pederneiras, M. M. (2020). Qualificação profissional na administração pública: uma análise da percepção dos técnico-administrativos do CFP/UFMG. *Revista de Carreiras e Pessoas*, 2020, 10(1), 149-166. <https://doi.org/10.20503/recape.v10i1.42304>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*, Bookman editora.
- Lima, A. J., Zille, L. P., & Soares, M. G. (2015). Um olhar sobre a satisfação no trabalho: Estudo em organização multinacional do setor de usinagem no estado de Minas Gerais. *Gestão & Planejamento-G&P*, 16(3), 310-325.
- Lizote, S. A., Verdinelli, M. A., & Nascimento, S. (2019). Empresas prestadoras de serviços contábeis sob a ótica do comprometimento organizacional e a satisfação no trabalho. *Revista de Contabilidade & Controladoria*, 11(2), 24-39. <https://doi.org/10.5380/rcc.v11i2.58403>
- Malheiros, M. B., de Andrade, T., da Silva Wegner, R., & Rossato, V. P. (2022). Investigação dos comportamentos de cidadania organizacional, espiritualidade e satisfação no trabalho pelo método AHP: estudo com trabalhadores de uma prefeitura do RS. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 16(4), 158-175. <https://doi.org/10.12712/rpca.v16i4.55509>
- Medeiros, C. A. F., & Enders, W. T. (1998). Validação do modelo de conceitualização de três componentes do comprometimento organizacional (Meyer e Allen, 1991). *Revista de Administração contemporânea*, 2, 67-87. <https://doi.org/10.1590/S1415-65551998000300005>
- Meyer, J. P., & Allen, N. J. (1991). A three-component conceptualization of organizational commitment. *Human Resource Management Review*, 1(1), 61-89. [https://doi.org/10.1016/1053-4822\(91\)90011-Z](https://doi.org/10.1016/1053-4822(91)90011-Z)

**Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional:
Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação**

- Meyer, J. P., Allen, N. J., & Smith, C. A. (1993). Commitment to organizations and occupations: Extension and test of a three-component conceptualization. *Journal of Applied Psychology*, 78(4), 538. [https://doi.org/0021-9010\(02\)00769-0](https://doi.org/0021-9010(02)00769-0)
- Mohr, L., Oro, I. M., Begnini, S., & Teston, S. D. F. (2023). Comprometimento de carreira e justiça distributiva influenciam a satisfação no trabalho? *Revista Gestão Organizacional*, 16(1), 23-41. <https://doi.org/10.22277/rgo.v16i1.7099>
- Moreira, S. T., & Freitas, R. R. (2020). Evidências de efeitos da satisfação e motivação em uma instituição pública federal de ensino superior. *Revista Brasileira de Engenharia de Produção*, p. 56-80.
- Mousa, M., & Abdelgaffar, H. A. (2021). Work from home in the public sector context post Covid-19: Challenges and barriers. *Global encyclopedia of public administration, public policy, and governance*, 1-6. https://doi.org/10.1007/978-3-319-31816-5_4343-1
- Oliveira, C. B. A., da Silva, E. F., da Silva, F. F., & Paulino, R. D. (2018). Comprometimento organizacional e satisfação no trabalho: estudo com funcionários do CRAS de Borborema-PB. *Exacta*, 16(4), 93-114. <https://doi.org/10.5585/exactaep.v16n4.7821>
- Oliveira, G. A., & Costa, I. D. S. A. (2015). Comprometimento organizacional na administração pública e privada: abordagens, bases de pesquisa e desenvolvimento dos estudos no Brasil. *Revista Vianna Sapiens*, 6(1), 28-28.
- Oliveira, L. M. S., Vasconcelos, R. S. T., de Aquino Cabral, A. C., & dos Santos, S. M. (2021). Carreira proteana e satisfação no trabalho: um estudo na Universidade Federal do Ceará. *Ciências da Administração*, 23(59), 23-41. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2021.e61803>
- Oliveira, N. C.; & Dantas, O. M. A. (2020). Fundamentos jurídicos acerca da formação continuada dos técnico-administrativos em educação. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 32778-32790, 2020. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-648>
- Oliveira, P. N., & Rowe, D. E. O. (2018). Organizational commitment in the public sector: review and research agenda. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 12(2), 43-54. <https://doi.org/10.12712/rpca.v12i2.1259>

- Paiva, L. E. B., Lima, T. C. B., de Oliveira, T. S., & Pitombeira, S. S. R. (2017). Percepção da influência das políticas e práticas de recursos humanos na satisfação com o trabalho. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(1), 55-69. <https://doi.org/10.12712/rpca.v11i1.843>
- Park, S. (2020). Determinants of the job satisfaction of public officials: Testing the mediation effect of organizational commitment. *Public Organization Review*, 20(4), 665-684. <https://doi.org/10.1007/s11115-020-00465-6>
- Pinho, A. P. M., de Oliveira, E. R. D. S., & da Silva, C. R. M. (2020). Comprometimento Organizacional no Setor Público: um olhar sobre três décadas de produção científica brasileira (1989-2019). *Revista do Serviço Público*, 71(3), 504-539. <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i3.3507>
- Pratibha, Shiva, A., & Arora, R. (2021). Impact of HRM practices on organisational commitment: evidence from school educators' in Indian context. *World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development*, 17(2-3), 186-205. <https://doi.org/10.1504/WREMSD.2021.114429>
- Rai, A., Budhathoki, P. B., & Rai, C. K. (2021). Linkage between satisfaction with colleagues, promotion, nature of work, and three-dimensional organizational commitment. *Problems and Perspectives in Management*, 19(1), 127-136. [https://doi.org/10.21511/ppm.19\(1\).2021.11](https://doi.org/10.21511/ppm.19(1).2021.11)
- Ramhit, K. S. (2019). The impact of job description and career prospect on job satisfaction: A quantitative study in Mauritius. *SA Journal of Human Resource Management*, 17(1), 1-7. <https://doi.org/10.4102/sajhrm.v17i0.1092>
- Reis Neto, M. T., Costa Marques, E. R., & de Paiva, R. V. C. (2017). Integração entre valores, motivação, comprometimento, recompensas e desempenho no serviço público. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 10(1), 3-39. <https://doi.org/10.19177/reen.v10e120173-39>
- Rocha, E. S., & Honório, L. C. (2015). Comprometimento com o trabalho: O caso dos chefes de seções de infraestrutura da UFMG. *Revista Ciências Administrativas*, 21(1), 237-261.

**Satisfação no Trabalho e Comprometimento Organizacional:
Um Estudo com Servidores Técnico-Administrativos em Educação**

- Rodrigues, N., Jesus, É., Bettencourt, M., & Ornelas, B. (2023). O comprometimento organizacional dos enfermeiros de reabilitação na Região Autónoma da Madeira: Um estudo de caracterização. *Jornal de Investigação Médica (JIM)*, 4(1), 107-122. <https://doi.org/10.29073/jim.v4i1.748>
- Silva, L. P. D., Castro, M. A. R., Dos-Santos, M. G., & Lima Neto, P. J. D. (2018). Comprometimento no trabalho e sua relação com a cultura organizacional mediada pela satisfação. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 20, 401-420. DOI:10.7819/rbgn.v20i3.3947
- Silva, C. R. M., Oliveira, L. V. C., Bona, D. O., Oliveira, J. A. N., & Pinheiro, T. C. A. (2020). Comprometimento organizacional e comportamento sustentável no trabalho: evidências do setor público. *Revista de Carreiras e Pessoas*, 10(2), 280-296. <https://doi.org/10.20503/recape.v10i2.44550>
- Silva, S. L. F., da Silva Junior, J. A., Pontes III, P. J. F., Pinho, A. P. M., & Pitombeira, S. S. R. (2023). A Percepção da Competência Interpessoal na Obtenção de Resultados: Relatos de Líderes e Liderados do Setor Jurídico. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, (45), 130-155. <https://doi.org/10.31211/interacoes.n45.2023.a6>
- Siqueira, M. M. M. (2008). *Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão*. Artmed Editora.
- Waladali, E., & Rabaiah, A. (2022). Impact of e-government maturity on public servants' job satisfaction, *Problems and Perspectives in Management*, 20(3), 1-15. [https://doi.org/10.21511/ppm.20\(3\).2022.40](https://doi.org/10.21511/ppm.20(3).2022.40)
- Zonatto, V. C. S., Silva, A., & Gonçalves, M. (2018). Influência da motivação para o trabalho no comprometimento organizacional. *Revista de Administração IMED*, 8(1), 169-190. <https://doi.org/10.18256/2237-7956.2018.v8i1.2180>

A Recepção de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa

Francisco Fontes

Ceis20, Universidade de Coimbra - cardosofontes@gmail.com

Resumo

Este artigo utiliza o conceito de enquadramento de Erving Goffman e sua transposição para o jornalismo por Gaye Tuchman para analisar a recepção da obra *O Capital no Século XXI*, do economista francês Thomas Piketty, em Portugal. Publicada em outubro de 2014, foi objeto de um estudo de caso que avaliou o impacto de suas ideias na comunicação social portuguesa.

O estudo abrangeu as publicações sobre a obra e Piketty nos jornais generalistas *Observador* e *Público*, e no especializado *Jornal de Negócios*. O *Observador* foi analisado apenas na plataforma digital, enquanto os outros dois *media* foram estudados nas edições digital e impressa.

O *corpus* de análise incluiu 183 publicações, entre textos e vídeos, com caráter noticioso e opinativo, datadas de 2 de janeiro de 2014 a 30 de outubro de 2020. A partir de uma grelha de análise e metodologias quantitativas e qualitativas, foram identificados diferentes enquadramentos dos temas abordados, influenciados pelos perfis editoriais e organizacionais de cada *media*. As estruturas empresariais e editoriais influenciaram o número de peças publicadas, sua extensão, teor, enfoque, gêneros jornalísticos utilizados, relevância atribuída aos assuntos, enquadramentos temáticos, distribuição nas seções e uso de recursos multimédia.

Palavras-chave: Enquadramento, *Framing*, *Público*, *Observador*, *Jornal de Negócios*, *O Capital no Século XXI*, Thomas Piketty.

The Reception of *Capital in the Twenty-First Century* by Thomas Piketty The Impact of Ideas on Portuguese Media

Abstract

This article utilises Erving Goffman's concept of framing and its transposition to journalism by Gaye Tuchman to analyse the reception of the work *Capital in the Twenty-First Century* by the French economist Thomas Piketty in

Portugal. Published in October 2014, the work was the subject of a case study that assessed the impact of its ideas on Portuguese media. The study encompassed publications about the work and Piketty in the general newspa-

pers *Observador* and *Público*, as well as the specialised *Jornal de Negócios*. *Observador* was analysed solely on its digital platform, while the other two media were studied in both their digital and print editions.

The analysis corpus included 183 publications, comprising news articles and opinion pieces, dated from 2 January 2014 to 30 October 2020. Using an analytical grid and quantitative and qualitative methodologies, different

framings of the topics addressed were identified, influenced by the editorial and organisational profiles of each media outlet. The corporate and editorial structures influenced the number of published pieces, their length, content, focus, journalistic genres used, relevance assigned to the issues, thematic framings, distribution in sections, and the use of multimedia resources.

Keywords: *Framing, Público, Observador, Jornal de Negócios, Capital in the Twenty-First Century, Thomas Piketty*

INTRODUÇÃO

A comunicação é o recurso fundamental para a organização e o desenvolvimento da vida em sociedade. Desde os primórdios da humanidade, a troca de informações, ideias e emoções permitiu a criação de laços, a formação de grupos e, posteriormente, o surgimento de estruturas sociais complexas; tribos, cidades, nações.

A vida social implica uma interação constante; entre indivíduos e grupos, regulada por valores, normas e instituições. Os meios de comunicação social são essenciais na estruturação dessas relações, atuando como mediadores e promotores de discursos. Ajudam a compreender a realidade humana e o mundo que nos rodeia. Têm o poder de integrar ou de fragmentar sociedades, influenciando comportamentos, crenças e identidades.

A sociologia da comunicação, em suas preocupações epistemológicas, procura explicar os fenómenos humanos e sociais, as diferentes formas de sociabilidade e seus contributos na estruturação social.

Nesse contexto, os *frames* (enquadramentos), são entendidos como princípios orientadores das experiências humanas. Articulam a interação social, moldam a experiência dos interlocutores e definem a dimensão cognitiva da participação em situações sociais.

Os meios de comunicação, ao recortarem a realidade utilizando quadros interpretativos e explicativos, influenciam a maneira como certos temas são compreendidos, podendo gerar efeitos específicos nas audiências.

O ponto de partida deste artigo é analisar de que modo três *media* noticiosos portugueses, através dos seus discursos, noticiosos e opinativos, enquadraram um mesmo tema e o apresentaram aos seus leitores.

O Capital no século XXI (2014), de Thomas Piketty, é uma obra relevante no campo da economia política, que relança o debate sobre o Capitalismo. No entanto, será esta obra mais um *best seller* na categoria dos livros práticos da Amazon ou um marco nas discussões sobre economia? Como foi a sua receção em Portugal a partir da visão dos *media*?

Este artigo propõe-se analisar o que os meios de comunicação portugueses publicaram sobre o livro e seu autor, e o enquadramento que cada um deles deu a temas debatidos a partir da obra. Foram escolhidos três órgãos de comunicação social representativos do contexto mediático português, tanto pela diversidade de suportes quanto pelas diferentes linhas editoriais e estrutura empresarial: o *Observador*, exclusivamente digital; o *Público*, com edições em papel e digital; e o *Jornal de Negócios*, especializado em economia, também em edições impressa e digital.

Apesar da ambiguidade conceitual do termo “enquadramento”, entendemos que ele serve como uma ferramenta útil para analisar os discursos desses atores sociais, as vozes que neles intervêm, bem como as construções simbólicas, crenças e valores que são transmitidos.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO CONCEITO DE ENQUADRAMENTO

O conceito de enquadramento, ou *framing*, tem sido amplamente estudado e aplicado em diversas áreas das ciências sociais e humanas ao longo de várias décadas. Há muito que foi apropriado pelas Ciências da Comunicação, e está igualmente presente na análise económica. Neste artigo, vamos aprofundar a aplicação deste conceito a partir da análise de textos dos *media*.

Pretendemos aqui esboçar alguns dos traços analíticos evolutivos do conceito, destacando autores que mais contribuíram para o seu desenvolvimento e para a sua intersecção com diferentes disciplinas das Ciências Sociais, em particular com o jornalismo.

As primeiras conceptualizações de *framing* remetem aos estudos de Jean Piaget nos anos de 1920, no campo da Psicologia. Na Sociologia, a principal referência é Erving Goffman, nos anos de 1970 (Qin, 2015, p. 167). No entanto, foi o antropólogo Gregory Bateson quem primeiro utilizou o termo *frame* nas ciências sociais, em meados do século XX (Gonçalves, 2011, p. 158).

Terá sido o conceito de *frame* utilizado por Bateson num artigo de 1956 (Nunes, 1993, p. 36) que levou Goffman a adotá-lo nos seus estudos de sociologia do quotidiano, ao ponto de ser título de uma das suas obras mais importantes, *Frame Analysis* (1974). Na introdução dessa obra, o sociólogo canadiano explica que é «num sentido aproximado» (Goffman, 2006, p. 7) ao de Bateson que passará a empregar o termo quadro (*frame*) nos seus trabalhos analíticos.

[Q]uadro é uma palavra que uso para referir-me a esses elementos básicos que sou capaz de identificar. Esta é a minha definição de quadro. A minha expressão *análise do quadro* [*frame analysis*] é um slogan para me referir, nesses termos, ao exame da organização da experiência (Goffman, 2006, p. 11).

Goffman explica que partia do «pressuposto de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que determinam os acontecimentos», e que *frame*, ou quadro, era a palavra para referenciar os que, de entre esses «acontecimentos básicos», ele próprio era capaz de identificar (Nunes, 1993, p. 36).

Com a utilização do termo quadro, Goffman diz-nos que não pretendia ocupar-se do estudo da estrutura da vida social, mas somente da «estrutura da experiência que os indivíduos têm em qualquer momento das suas vidas sociais» (2006, p. 14).

Bateson, por sua vez, entendia o enquadramento como um processo de delimitação de «um conjunto de mensagens (ou acções significativas) que adquirem sentido na situação partilhada pelos interlocutores» e «permite, por exemplo, distinguir simulação de realidade; distinguir o jogo do seu referente real» (Gonçalves, 2011, p. 158).

Ainda que Goffman não utilizasse o termo analítico *frame* em sua obra anterior, *The Presentation of Self in Everyday Life* (1959/2002), ele já abordava essas questões, usando a metáfora do ator para explicar as dinâmicas do intercâmbio social de uma informação ou de uma atividade.

Interpretando o pensamento do sociólogo canadiano, João Pissarra Esteves afirma que «a interação desencadeia sempre algum tipo de troca comunicacional», e que,

por sua vez, a comunicação «ocorre sempre no contexto de (ou em referência a) um dado quadro de interação» (2011, p. 85).

[T]oda a prática de comunicação se desenvolve a partir (no interior) de um dado quadro simbólico (*frame*), sendo este definido precisamente pela (e na) interação. Nesta perspectiva, podemos então considerar que a interação cumpre um papel por assim dizer fundacional da própria comunicação (Esteves, 2011, p. 85).

O conceito de enquadramento, para Goffman, representa uma estratégia cognitiva que as pessoas utilizam para interpretar e organizar a percepção da realidade social e atribuir-lhe significado.

Concluiu que são estes quadros interpretativos construídos socialmente que nos ajudam a interpretar as situações, a dar sentido às relações sociais e à forma como interagimos com os outros. Estas estruturas cognitivas orientam a percepção e a representação da realidade, operam e são acionadas de forma habitualmente inconsciente e determinam aquilo que vemos e o modo como vemos (Oliveira & Carvalho, 2012, p. 190).

Na década de 1990, Robert Entman ampliou o conceito, definindo enquadramento como o processo de seleção e ênfase de certos aspetos de uma realidade, ao mesmo tempo que se omitem outros. Essa definição ajudou a estabelecer a importância do enquadramento na cobertura de notícias.

Em síntese, pode-se referir que o efeito do *framing*, ou enquadramento, «não se refere tanto a diferenças sobre aquilo que é comunicado, mas antes a variações acerca do modo como a informação é apresentada ou enquadrada e percebida no discurso público» (Correia J. C., 2016, p. 7).

ENQUADRAMENTO E SEUS USOS

Perante um amigo, ao encarar-se uma plateia, quando se pretende contar uma história ou relatar o acontecimento vivido, delimita-se o quadro, dá-se-lhe um sentido, e apresenta-se a narração como se se estivesse a animar aquilo que mentalmente foi

capturado no fotograma estático da realidade. Frequentemente, este é o recurso para estabelecer inferências interpretativas do mundo, de modo que possam ser entendidas pelo interlocutor ou pela audiência.

Cada ator social organiza o quadro de acordo com as suas experiências e percepções, e, desse modo, as possibilidades de enquadramento são múltiplas. É a partir deles que se orientam as ações dos indivíduos, de grupos sociais, e das próprias sociedades.

Na interação podemos distinguir uma dimensão física/material, constituída pelos indivíduos propriamente ditos e pelos espaços físicos concretos da sua existência, e uma dimensão simbólica, que é constituída, esta, pelos chamados *frames*: os quadros simbólicos que ordenam a interação, a partir dos quais e em função dos quais os participantes se assumem como sujeitos da comunicação (Esteves, 2011, p. 83).

O conceito de quadro, ou *frame*, tem sido aplicado em muitas disciplinas das Ciências Sociais, integra a terminologia técnica da fotografia e do cinema, e alguns dos seus princípios orientadores intersectam-se com outras artes, como a literatura de ficção narrativa, e até orienta a nossa estruturação mental do discurso social do quotidiano.

Ao relançarmos o olhar para a literatura, encontramos o *frame* da realidade familiar nas *Crónicas Americanas* de Sam Shepard, ou no conceito criativo *fragmento* (Biblioteca, 2004, p. 14) do português Gonçalo M. Tavares, que marca a sua obra, e de que são exemplo os livros *O Senhor Kraus* (2005) ou *Short Movies* (2011).

O conceito de *frame* foi também utilizado na Economia pelo psicólogo David Kahneman, (Prémio Nobel da Economia 2002). Nos trabalhos que desenvolveu em conjunto com Amos Tversky, utiliza-o nos processos de tomada de decisão, nomeadamente no domínio da economia comportamental.

Através do “framing”, o conjunto de princípios organizados, socialmente partilhados, persistentes ao longo do tempo e que funcionam simbolicamente para dar sentido à estrutura do mundo social, torna-se mais fácil manipular alguns dos fatores que implicam a tomada de decisões, nomeadamente os fatores inconscientes em termos sociais, políticos, religiosos, algumas emoções e percepções (Oliveira & Carvalho, 2012, p. 190 s).

Robert M. Entman afirma que a noção de enquadramento nos indica que o quadro tem um efeito geral em grandes setores de público, embora possa não produzir um efeito universal em todos. Refere que as experiências de Kahneman e Tversky «demonstram que os quadros selecionam e chamam a atenção para aspetos específicos da realidade descrita, o que logicamente significa que os quadros simultaneamente direcionam a atenção para outros aspetos» (1993, p. 54).

ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO

O conceito de *framing* no jornalismo refere-se à maneira como as notícias são organizadas e apresentadas, influenciando a percepção do público sobre determinados factos e acontecimentos. Mais do que simples seleção de temas, o *framing* envolve a ênfase em determinados aspetos da realidade, destacando certos ângulos enquanto outros são minimizados ou omitidos. Essa técnica é central na construção de significados e na maneira como os indivíduos interpretam os eventos relatados pelos *media*.

No jornalismo, o conceito de *framing* foi inicialmente aplicado pela socióloga Gaye Tuchman nos anos de 1970. Na análise do trabalho informativo, cruzou a sua aplicação com inferências recolhidas do campo da sociologia das ocupações e das profissões.

Embora Goffman afirme que a notícia revela a vulnerabilidade da experiência aos enquadramentos, também adverte explicitamente que o seu trabalho se ocupa da organização social da experiência, não da organização da estrutura social. Goffman salienta que a organização da experiência é inevitavelmente associada à produção de sentido. Eu tentei levar o do trabalho de Goffman à sua conclusão lógica: A produção de significado está intrinsecamente encaixada na atividade de homens e mulheres, nas instituições, organizações e profissões associadas às suas atividades e que eles produzem e reproduzem, criam e recriam (Tuchman, 1985, pp. 230, s).

Para Tuchman, a abordagem às notícias segundo a «metáfora da janela-enquadramento» realça a atividade dos jornalistas e das suas empresas, «uma vez que não pressupõe que a estrutura social produz normas claramente definidas que determinam o que é digno de notícia» (2002, p. 92).

Nesse sentido, põe em evidência que, pela sua porosidade, os critérios de noticiabilidade são definidos a cada momento, durante o processo de produção das notícias, nomeadamente quando os editores dos jornais decidem o que noticiar, a sua profundidade e ângulo, e quais os assuntos que devem figurar em primeira página e noutros espaços nobres da publicação.

Tuchman pretende mostrar que, para a definição dos enquadramentos, não podem ser descuradas influências estruturais no processo de seleção e produção das notícias, das organizações jornalísticas, das rotinas produtivas e da própria ideologia dos jornalistas.

Uma das contingências que põe em relevo, determinante na construção social da realidade, é a da rede informativa, que «impõe uma ordem no mundo social, porque torna possível que os acontecimentos informativos ocorram em algumas zonas e não noutras» (Tuchman, 1985, p. 36).

Nelson Traquina (1999, p. 170) explica que as empresas jornalísticas procuram «impor ordem no espaço» através de uma rede de “captura” dos acontecimentos relevantes e com aptidão de noticiabilidade. Para essa cobertura do espaço, as empresas utilizam três estratégias: a «territorialidade geográfica», ou seja, a divisão em áreas de responsabilidade, a «especialização organizacional», dedicando uma atenção contínua a organizações que produzem acontecimentos noticiáveis, e uma «especialização em termos de temas», organizando o jornal em secções.

As formas de construção da realidade informativa definem-se como o resultado de um conjunto de rotinas profissionais e de práticas discursivas, que funcionam como tipificações da realidade. As rotinas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobressaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia (Correia J. C., 2009, p. 63).

Gaye Tuchman afirma que as narrativas informativas não apenas conferem existência às ocorrências enquanto acontecimento público, «como também lhes atribuem um certo carácter, na medida em que ajudam a dar forma à definição pública dos acontecimentos, atribuindo-lhes de forma seletiva pormenores ou “particularidades” específicas» (2002, p. 97).

[D]ois processos ocorrem simultaneamente: uma ocorrência é transformada em acontecimento, e um acontecimento é transformado em notícia. O quadro simbólico das notícias organiza a realidade do quotidiano e é parte constituinte dessa mesma realidade, dado que (...) o carácter público das notícias é uma das características essenciais das próprias notícias (Tuchman, 2002, p. 100).

Através dos quadros simbólicos, as ocorrências relatadas, essas tiras da realidade do quotidiano já referidas por Goffman, tornam-se reconhecíveis e fazem com que os acontecimentos sejam identificáveis.

Fazendo um paralelismo com o enquadramento dos elementos da realidade num fotograma, podemos concluir que o *framing* é um procedimento destinado a organizar a percepção, que inclui certos elementos informativos, e que simultaneamente exclui outros elementos. Uns são colocados dentro do quadro, e outros são rejeitados.

Incorporando as teses de Tuchman, em *The Whole World is Watching* (1980) Todd Gitlin conclui que no jornalismo «os enquadramentos são princípios de selecção, ênfase, e de apresentação compostos por pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que ocorre e o que é relevante» (Gonçalves, 2011, p. 159 s).

Apresentam-se com uma dupla função: organizar o mundo para os jornalistas que o reportam – são eles que permitem aos jornalistas operacionalizar o processamento de grandes quantidades de informação – e para as audiências. Uma das orientações substantivas do estudo de Gitlin concentra-se naquilo que designaríamos por *enquadramento temático* da realidade, ou seja, a análise dos temas mais destacados pelos *media* (...) (Gonçalves, 2011, p. 160).

Robert M. Entman, por seu turno, procura trazer outras abordagens ao conceito, ao considerar que «enquadramento envolve essencialmente selecção e saliência», e que enquadrar «é seleccionar alguns aspetos da realidade apercebida e torná-los mais salientes num texto de comunicação, de modo a promover uma definição de problemas particulares, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito» (1993, p. 53).

Na perspetiva deste sociólogo, os quadros colocam em relevo certas informações sobre um assunto que é objeto de uma comunicação, destacando-as, assim, em saliência. Esta, por sua vez, é um conceito que se exprime no processo de tornar certa parte de informação mais perceptível, significativa ou marcante para o público.

«Um aumento da saliência aumenta a probabilidade de os recetores perceberem a informação, discernirem o significado e assim processá-la, e armazená-la na memória», destaca Entman (1993, p. 53).

Por outro lado, diz-nos que os quadros, na sua maioria, são caracterizados pelo que omitem e pelo que incluem, e que as «omissões de definições de potenciais problemas, explicações, avaliações e recomendações podem ser tão críticas como as inclusões na orientação do público». No caso da comunicação política, os quadros «chamam a atenção para alguns aspetos da realidade, ao mesmo tempo que obscurecem outros elementos, o que pode levar o público a ter reações diferentes» (Entman, 1993, p. 54 s).

[O]s dispositivos de *framing* são omnipresentes no quotidiano, encontrando-se particular mas não exclusivamente nas mensagens mediáticas e no tratamento jornalístico da informação. As próprias técnicas de construção da notícia - título, *lead*, pirâmide invertida -, todas pressupondo opinião e seleção, constituem dispositivos de enquadramento destinados a recortar a 'notícia' da amálgama informe de elementos que compõem o acontecimento (Gradim, 2016, p. 25).

Retomando o pensamento de Gaye Tuchman no que diz respeito à função operatória do conceito de enquadramento para o jornalismo, já indiciada atrás, ele cruza-se com as teorias do Jornalismo que procuram responder a questões como: porque as notícias são como são? Qual o papel do jornalista na produção das notícias? Qual o papel do jornalista na sociedade?

É nos anos 70 que surge um novo paradigma para as notícias, o de construção, ao qual está associada aquela socióloga norte-americana.

A teoria construtivista, que se refere às notícias como uma construção, surge em oposição à teoria do espelho, e à própria ideologia do Jornalismo, de que as notícias refletem a realidade. Esta perspetiva teórica argumenta que as notícias contribuem para a construção da própria realidade, e enquanto construção são narrativas ou histórias (Fontes, 2020, p. 28).

As notícias são histórias que resultam de um processo de construção, linguística, organizacional, social, cultural, pelo que não podem ser vistas como o espelho da realidade, antes são artefactos discursivos não ficcionais – indiciáticos – que fazem parte da realidade e ajudam-na a construir e reconstruir» (Sousa, 2002, p. 5).

Segundo o mesmo autor, citado por Fontes (2020, p. 28), a comunicação jornalística «é um dos agentes que intervêm no processo de construção social da realidade, conforme ele foi enunciado por Berger e Luckmann (2004), embora a construção última de sentido dependa do recetor» (Sousa, 2000, p. 202).

Para Tuchman, «a notícia, através dos seus enquadramentos, oferece definições da realidade social; conta ‘estórias’» (Traquina, 2005, p. 17). Neste paradigma das notícias, diz-nos Nelson Traquina, a «escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre». É «orientada pela aparência que a “realidade” assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção, e fornecem o reportório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas» (2007, p. 100).

No entanto, Traquina realça que o enquadramento da realidade jornalística não se processa de forma ideologicamente neutra, como sugerem as conceções profissionais da ação (2007, p. 56).

Os jornalistas podem seguir as regras para a comunicação “objetiva” e ainda transmitir um enquadramento dominante do texto noticioso que impede a maioria dos membros do público de fazer uma avaliação equilibrada de uma situação. Agora, por falta de uma compreensão comum do enquadramento, os jornalistas frequentemente permitem que os mais hábeis manipuladores de meios de comunicação imponham os seus quadros dominantes nas notícias (Entman, 1993, p. 56 s).

Embora não se encaixe no âmbito deste trabalho a análise dos efeitos sociológicos da comunicação mediática, é, no entanto, uma problemática que se relaciona com todo o processo comunicacional, envolvendo os agentes, os produtores e mediadores da mensagem, o conteúdo da mensagem, os meios de difusão e receção e as audiências.

Centrando-nos no conceito de enquadramento, atrás já indicámos alguns tipos de efeitos, ao referirmos os trabalhos de Kahneman e Tversky, no âmbito da economia comportamental, as opções de enquadramento temático de Gitlin e os riscos na comunicação política enunciados por Entman. Os efeitos atravessam também toda a argumentação teórica de Tuchman e Traquina em torno do paradigma construtivista das notícias.

Aludir aos efeitos é procurar conhecer o impacto dos *media* na sociedade. Tal exercício é de grande amplitude e de extrema complexidade quanto à busca de um modelo de análise que supere as contingências das várias teorias dos efeitos e, no

âmbito de uma discussão crítica, procure outra perspetiva, «para além da superficialidade da abordagem que imperou na sociologia da comunicação – que reduziu os efeitos dos *media* a um nível meramente superficial enquanto incidentes comportamentais, mensuráveis, de curto prazo, mais ou menos diretos e imediatos» (Esteves, 2011, p. 500).

Por seu turno, Entman (1993, p. 51) vê o enquadramento como um «paradigma fraturado», e sugere, a partir da sua análise, a síntese dos usos díspares de um conceito-chave, e a estruturação de uma teoria coerente, a partir deles.

Apesar da sua omnipresença nas ciências sociais e nas humanidades, em nenhum lugar existe uma declaração geral de teoria de enquadramento que mostra exatamente como os quadros se incorporam dentro e se manifestam num texto, ou como o enquadramento influencia o pensamento (Entman, 1993, p. 51).

No entanto, realça que em qualquer dos seus usos específicos, «o conceito de enquadramento oferece consistentemente uma maneira de descrever o poder de um texto comunicativo», mas «é frequentemente definido casualmente, com muito deixado para uma suposta compreensão tácita do leitor e do investigador» (Entman, 1993, p. 52).

A pesquisa mais recente chama a atenção para novas abordagens ao *framing* perante o ambiente mediático fragmentado. Este ecossistema confere «um novo ênfase à informação que coincide com as suas crenças prévias, pelo que os efeitos mediáticos se traduzem prioritariamente num reforço» (Correia J. C., 2016, p. 12).

Nesta era pós-digital há quem antevêja uma revalorização das funções de enquadramento nos *media*, com uma nova função a atribuir ao jornalista, o de contextualização das «vozes soltas e dispersas presentes nas notícias do dia» (Ferreira, 2018, p. 161).

Detentores de um saber próprio da profissão, perante um fluxo cada vez maior de dados nos *media* sociais, os jornalistas poderão desempenhar uma função colaborativa de verificar e filtrar essa informação, apresentando aos cidadãos aquilo que é importante conhecer e suprimir o que deve ser rejeitado.

Segundo Gil Baptista Ferreira, o «papel da imprensa nesta nova era passou a ser trabalhar para responder à questão ‘onde está o importante?’» (2012, p. 114). Nesse contexto, verificação e síntese tornaram-se a espinha dorsal do novo papel de *ga-*

tekeeper do jornalista: o papel de *sensemaker* – “explicador”, na tradução portuguesa» (2018, p. 161 s).

THOMAS PIKETTY E O CAPITAL NO SÉCULO XXI NOS MEDIA PORTUGUESES

Esta obra de história económica teve a sua estreia em finais de 2013 em França, e a sua primeira edição em Portugal em outubro do ano seguinte.

Para a análise dos conteúdos, elaborou-se uma grelha de classificação com os seguintes itens: Data (publicação), Órgão (*Público*, *Observador*, *Jornal de Negócios*), Suporte (digital, impresso), Setor (caderno principal, suplemento), Secção (Destaque, Economia, Política, Mundo, Cultura, Sair), Género (notícia, entrevista, opinião), Importância (capa, última), Dimensão (<6 parágrafos, <10, >10), Multimédia (foto, vídeo), Teor (positivo, negativo, neutro), Relevância (expositiva, argumentativa, alusão) e Tema.

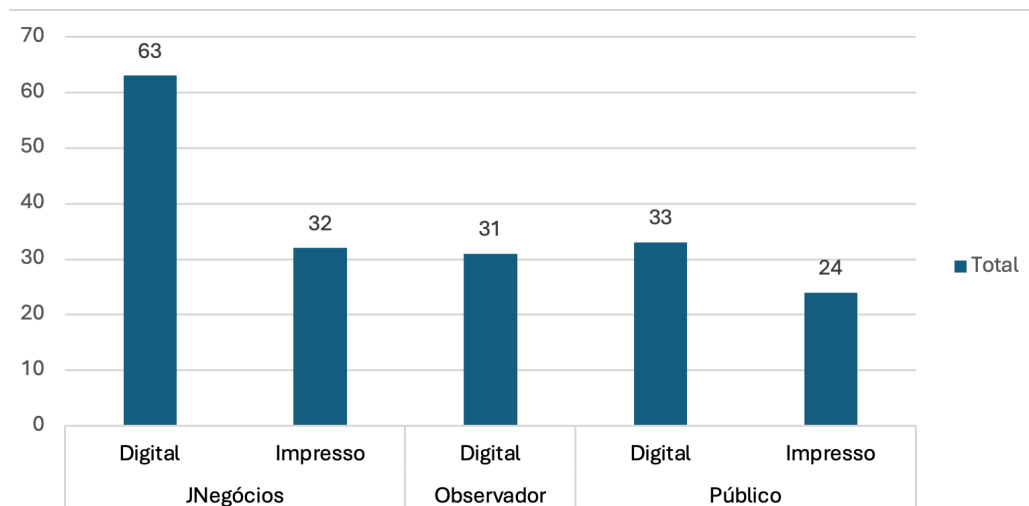
Escolhemos para objeto de análise os textos sobre o assunto publicados nos *media* generalistas *Observador* (fundado em maio de 2014), exclusivamente digital, e *Público* (fundado em março de 1990), este nas suas edições em papel e digital, bem como o especializado em economia *Jornal de Negócios* (criado no ano de 1997), igualmente a partir das suas edições impressa e digital.

Da pesquisa efetuada, desde as primeiras referências até 30 de novembro de 2020, reuniu-se um *corpus* constituído por 183 publicações em texto e vídeo, noticiosas e de opinião, sendo a mais antiga datada de 2 de janeiro de 2014, do *Jornal de Negócios online*, e a mais recente, de 30 outubro de 2020, no jornal *Público*, edição impressa. Nessa altura estreava-se o documentário cinematográfico sobre o livro e publicava-se *Capital e Ideologia*, a nova obra de Piketty. Para este estudo não foram consideradas as publicações nas quais era referida a nova obra sem inclusão *O Capital no século XXI*.

Observando o que nos mostra a figura 1, verificamos que cerca de metade das publicações é do *Jornal de Negócios* (95), dado ser um jornal especializado em Economia e ter uma estreita afinidade com a natureza dos textos analisados neste artigo. No entanto, na versão impressa a sua liderança traduz-se apenas em mais oito publicações em relação ao *Público*.

Figura 1

Publicações por órgão e Plataforma



A partir da sua publicação em França, a obra começou a ter algum eco nos *media* portugueses, e rapidamente gerou um vendaval mediático, na generalidade de teor positivo ou neutro, em textos de natureza noticiosa, ou em um ou outro de cariz opinativo, com argumentos tendencialmente equilibrados.

No entanto, houve alguns autores de textos que enveredaram por formulações algo desenquadradas com a ética discursiva de um colunista de “*media* de massas”, com expressões como: “enorme alarido em volta do livro” (*Observador*, 16/02/2016), “grande irritação do ano” (*Observador*, 11/12/2015), “os apoiantes já deitaram muito foguetório” (*Jornal de Negócios*, 17/05/2014), “apontar o capitalismo como causa primordial da desigualdade transcende o erro de análise para o terreno da incúria intelectual” e “mais um economista que gosta de bater em mortos” (*Jornal de Negócios*, 25/06/2014).

Na realidade, aparentemente os *media* portugueses descobrem simultaneamente o autor e a obra, dado que nas pesquisas efetuadas não foi encontrada qualquer referência anterior a si, nem à obra que antes publicara, em 1997, *A Economia das Desigualdades*.

A primeira referência a Piketty surge no *Jornal de Negócios*, a 2 de janeiro de 2014, num texto noticioso do presidente americano Barack Obama sobre o aumento das desigualdades entre ricos e pobres nos EUA.

No *Público*, a primeira publicação é na plataforma digital, a 6 de maio de 2014, com um artigo assinado pelo próprio Thomas Piketty intitulado *Um manifesto para uma união política do euro*.

No *Observador*, surge a 23 de maio de 2014 o primeiro texto, em formato de notícia, sobre alegados erros detetados pelo *Financial Times* nos dados tratados para a obra *O Capital no século XXI*. Na mesma data é publicada no *Público* notícia sobre o mesmo assunto, embora com enquadramento distinto.

Se o *Público* escreve que: “*Financial Times* (...) explica ter encontrado vários erros nas fórmulas e nos dados usados”, o *Observador* refere, a abrir a notícia, que “O autor de (...), o livro sensação de 2014 na área da economia, pode ter chegado a conclusões erradas”, e ilustra com uma foto de Piketty, da autoria de Leon Neal, em que aparece de mão na cabeça e semblante absorto. Esta será a imagem mais utilizada pelo *Observador* a ilustrar textos sobre o economista francês.

Dois dias depois, o *Público* revela que o livro, que é “top de vendas na Amazon”, “agitou o debate político e económico nos Estados Unidos e na Europa”. O mesmo assunto merece referência no *Jornal de Negócios* com o título “Economista francês assina livro mais vendido na Amazon”.

Num artigo de crítica de livros, no *Observador*, Manuel Freitas da Costa (11/12/2015) classifica *O Capital no Século XXI* como “o pior” da sua escolha de livros, e refere que é daqueles que “pouco iluminam a vexatória questão da desigualdade”. Acrescenta ainda que se trata da “falsa obra-prima de Thomas Piketty (de cuja edição digital ninguém leu, ao que se sabe – a Amazon toma nota dessas coisas – mais de 27 páginas)”. O texto é ilustrado com a mesma foto de Leon Neal.

Ao contrário dos outros jornais aqui analisados, que não fazem referência a tais temas, o *Observador* publica artigos em que associa o economista francês a partidos e líderes da Esquerda europeia. Surge como colaborador em assuntos económicos do Podemos, de Espanha (tal como Francisco Louçã), como conselheiro de Jeremy Corbyn (Reino Unido). Em Portugal, apresentam-se “como basbaque com Piketty” (Maria João Marques, in *Os Magos* – 25/04/2015) o líder do PS António Costa e o então candidato presidencial Sampaio da Nóvoa.

O *Público* e o *Jornal de Negócios* abordam idênticas afinidades políticas de Piketty, no âmbito das eleições presidenciais francesas, ao candidato Benoît Hamon.

Um outro tema em destaque no *Observador*, e que merece silêncio nos outros dois jornais, são as críticas ao trabalho do economista francês (aqui novamente ilustrado pela foto de Leon Neal) formuladas pelo investigador sul-americano Hernando Soto,

A Recepção de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa

com o título sugestivo *Os Pobres contra Piketty*.

No referido texto, o peruano Hernando Soto defende que os pobres querem ser detentores de capital, e que a sua acumulação é um meio para sair da pobreza. Trata-se de uma problemática de enquadramento dos conceitos de capital e de riqueza, que reclamam por um terceiro conceito, de desigualdade. Um contesta o capital, nos ricos, outro defende o capital, para os pobres.

Os três jornais, embora com uma cobertura mais aprofundada do *Público*, abordam de forma similar a deslocação de Thomas Piketty a Portugal, a convite da Fundação Gulbenkian, em finais de abril de 2015, a conferência que proferiu e os encontros, com o então candidato à Presidência da República Sampaio da Nóvoa, e com o líder do Partido Socialista, António Costa. O *Público* aproveita para fazer uma longa entrevista ao economista, que é capa e destaque da edição impressa, e é convertida em pequenas entrevistas com vídeo para a edição digital.

Se ao nível do texto noticioso há discrepâncias diminutas nos assuntos tratados, nos artigos de opinião há uma grande divergência, com enquadramentos bastante distintos, que serão explicitados nos gráficos seguintes.

Relativamente ao tema mais saliente nos textos tratados (Tabela 1), encontramos mais frequentemente o da desigualdade, em 63 textos, ou seja, em 1/3 do *corpus* analisado. Em número de publicações destaca-se o *Jornal de Negócios* (39), seguindo-se o *Público* (19) e em terceiro, o *Observador* (8), este contabilizado exclusivamente em plataforma digital.

A União Europeia é outro tema que se destaca, com 18 ocorrências, com saliência para assuntos relacionados com o modelo de austeridade, união política do Euro, a inação dos governos dos Estados, a criação de títulos de dívida comunitários, o endividamento dos países ou o alargamento da EU.

Tabela 1
Enquadramento de temas

	JNegócios	Observador	Público
■ Amazon	1		
■ América Latina		1	
■ Austeridade		3	
■ Brasil		1	
■ Capital		5	
■ China	2		
■ Cinema	1		7
■ Condecoração	1	1	2
■ Conferência	6		
■ Coronavírus			1
■ Debate AEA	1		
■ Desemprego	1		
■ Desigualdade	36	8	19
■ Ensi no	1		
■ Espanha		1	
■ EUA	4		
■ França	3		3
■ Globalização	1		
■ Grécia	4		
■ Herança	3		
■ Ideologia	1	1	
■ Impostos		2	
■ Japão	1		
■ Legislativas			1
■ Leituras		1	3
■ Livro	9		7
■ Livros			4
■ Nobel			2
■ Outro		1	
■ Paraísos Fiscais	2	1	
■ Património	2		
■ Personalidades		1	
■ Reino Unido		1	
■ Riqueza	7		
■ Teatro	1		
■ UE	7	3	8

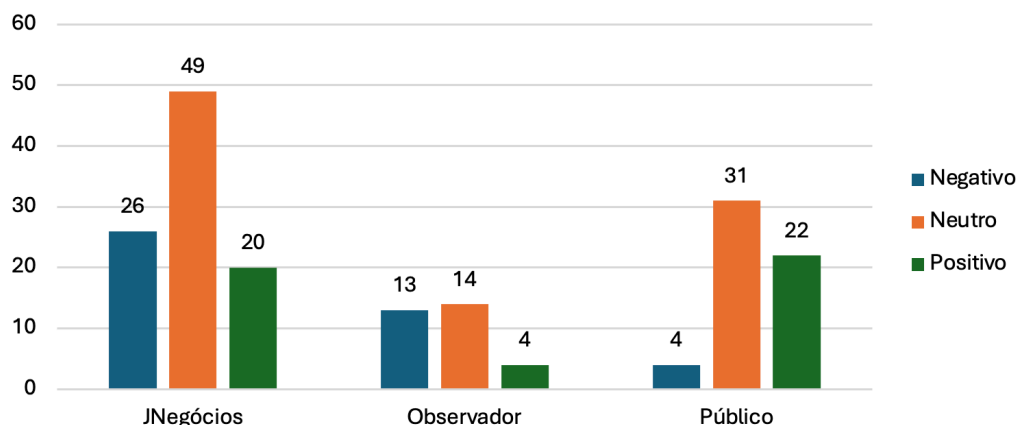
A Recepção de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa

Os temas “capital” (5), “austeridade” (3) e “impostos” (3) são salientes apenas em publicações do *Observador*. Por seu turno, apenas o *Jornal de Negócios* relaciona Piketty e o seu livro com temas de “riqueza” (7) “herança” (3), “património” (2), “globalização” (1) e com as economias norte-americana (4), grega (4), chinesa (2) e japonesa (1), sobretudo em artigos de opinião. É também esta publicação que noticia a singularidade de um espetáculo teatral em Coimbra inspirado na obra *O Capital no século XXI*, nas suas propostas de lazer.

Por sua vez, o *Público* (6) e o *Jornal de Negócios* (1) incluem assuntos ligados ao cinema, que se reportam ao documentário sobre o livro, no caso do generalista também embutindo o *trailer* na sua plataforma digital. Ambos os jornais editam, igualmente, textos aqui codificados como “livro”, que se reportam às múltiplas temáticas da obra, designadamente por via de recensões, crítica de livros, ou de meras alusões em entrevistas. Os três *media* são unânimes em realçar em notícias a recusa de Piketty ao galardão francês Legião de Honra, o *Público*, nas suas duas plataformas de difusão.

Figura 2

Teor das publicações

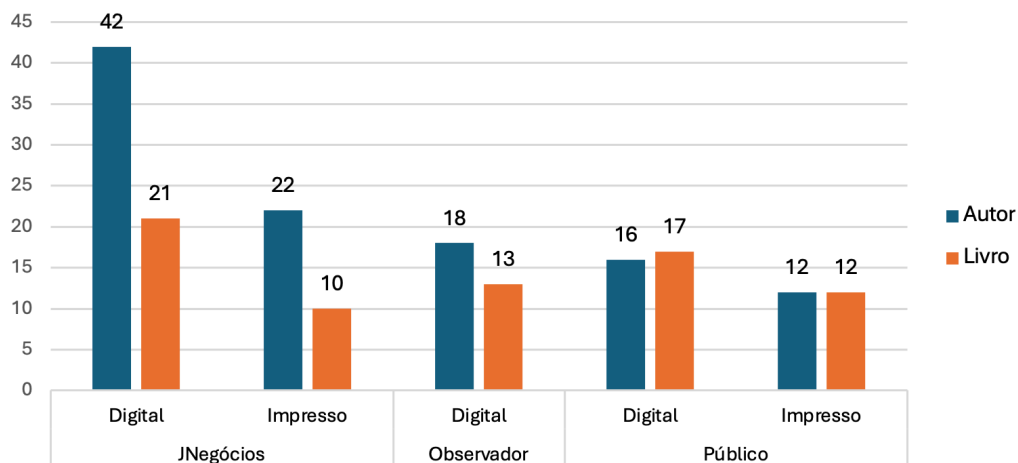


As posições do economista e as ideias presentes no seu livro suscitam posicionamentos diversos nos materiais publicados nos três *media*. Observando a Figura 2, concluímos que o teor neutro é dominante em qualquer um deles, presente em peças de cariz noticioso, em algumas recensões críticas e em artigos de opinião de cariz mais expositivo.

O *Observador* tem praticamente equilibrado o número de publicações de cariz neutro e negativo, no *Jornal de Negócios* há pequenas diferenças entre o posicionamento negativo e positivo em relação ao assunto, e no *Público* o posicionamento negativo é residual. Estamos perante órgãos de comunicação social com linhas editoriais distintas.

Figura 3

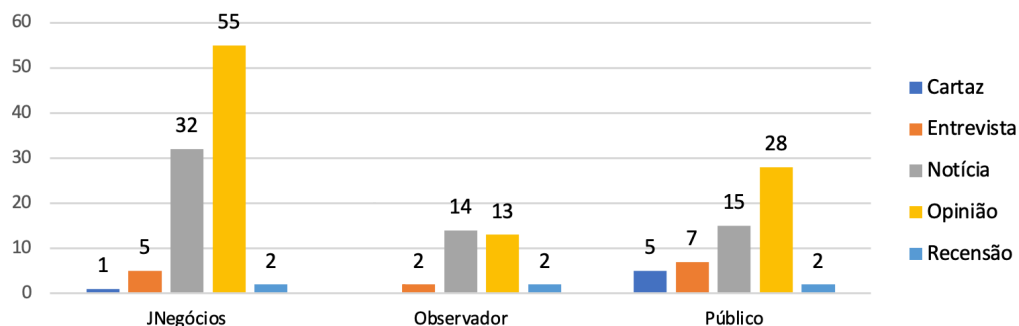
Foco das Publicações



Apesar de a publicação do livro ser a causa da atenção mediática, é o autor que ganha à obra nas representações nos três órgãos (Figura 3). Essa relação é muito desequilibrada no *Jornal de Negócios*. Apresenta 64 publicações com o foco no autor, e 31 com o foco na obra. No *Observador* verifica-se um desequilíbrio moderado, com vantagem no autor. No *Público* constata-se uma situação distinta, com um equilíbrio a 12 ocorrências no jornal impresso, e um ganho por 1 do “foco livro” (17) sobre o “foco autor” (16).

Figura 4

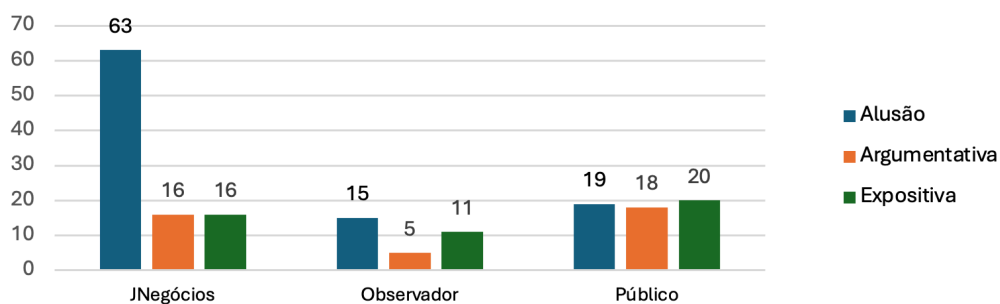
Género dos textos



No que respeita aos géneros dos textos (Figura 4), as peças de cariz opinativo sobre o economista francês e a sua obra são dominantes em todas as publicações, à exceção do *Observador*, em que somam menos um do que as noticiosas. A soma nos três (96) supera a metade das que constituem o *corpus* (183). As notícias formam o segundo núcleo das publicações (61), seguindo-se as entrevistas (14) e as recensões ao livro (6). Há ainda seis itens informativos no cartaz de espetáculos.

Figura 5

Relevância dos assuntos

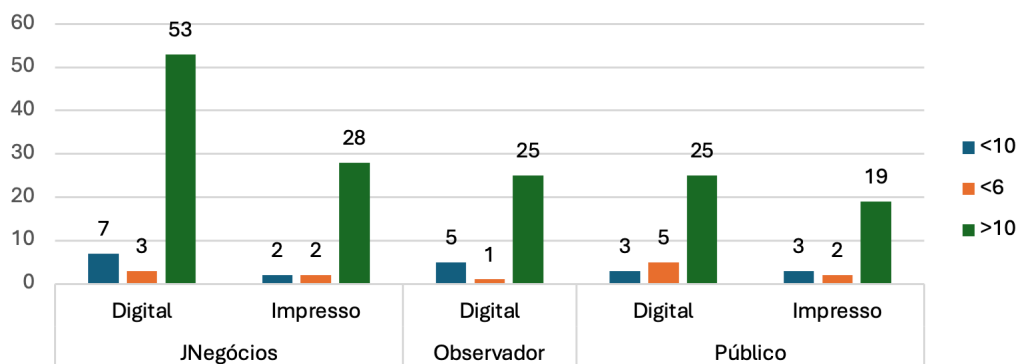


Debruçando-nos agora sobre a relevância que os jornais dão ao assunto, verificamos na Figura 5 que o autor e as temáticas da obra suscitam apenas “alusão”, na maioria dos textos (97). A referência ao autor ou à sua obra surge apenas uma ou duas vezes em artigos de opinião, como bordão argumentativo, para concordar, ou

discordar, e ainda para contextualizar o momento do acontecimento da narração noticiosa (como são exemplo textos alusivos a António Costa e Sampaio da Nóvoa após encontros com Piketty). A “alusão” aparece ainda para referir numa entrevista a obra, que se quer ler, ou se anda a ler, ou uma ideia extraída dela. A utilização da mera alusão é um recurso muito presente nos discursos dos autores das publicações do *Jornal Económico* (63). No *Público* observa-se algum equilíbrio entre as três formas de classificação da relevância. A relevância argumentativa remete para os textos de opinião que se centram na obra e no autor, e a expositiva para os textos jornalísticos de cariz noticioso.

Figura 6

Dimensão das publicações



Na Figura 6 sobressai a indicação de que a publicação tipo dos jornais é de “artigo de fundo”, pela sua dimensão. Contudo, da análise de conteúdos, e ao cruzarem-se este e outros dados apurados neste artigo, chama à atenção o número elevado de ocorrência de mera alusão aos dois temas, o que relativizará a utilização aqui daquela tipificação importada do campo do Jornalismo. A mera referência (alusão) é utilizada em 97 publicações (Figura 5), ou seja, em mais de metade do total (Figura 1), e predomina nos textos mais extensos.

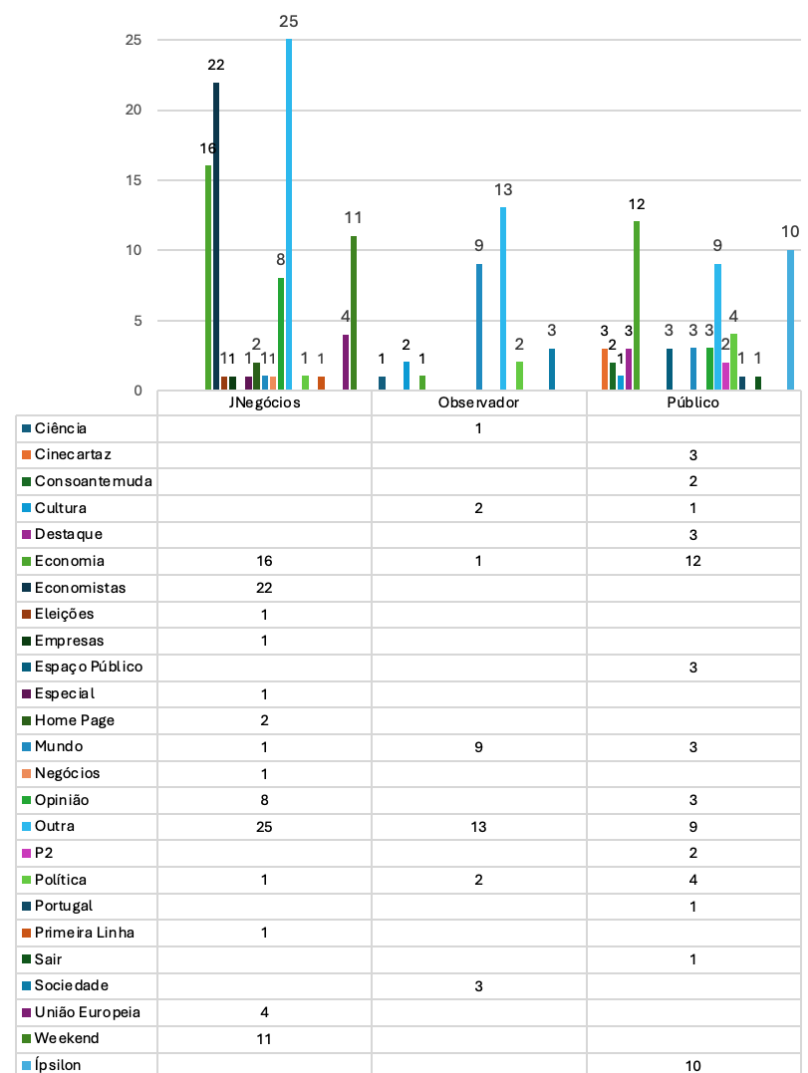
Verifica-se, ainda, que nas três publicações as peças breves ou de curta dimensão são escassas (13), e que as de dimensão intermédia também são em número reduzido (20).

Quanto à organização das publicações por secção (Figura 7), o maior grupo é das classificadas como “outra” (48), ou seja, sem designação de secção, o que na gene-

A Recepção de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa

ralidade assim acontece nas plataformas digitais, e pontualmente nas impressas. A secção mais utilizada é “Economistas” (26) no *Jornal de Negócios online*, que acolhe artigos do *Project Syndicate*, traduzidos para português. A ordem dos jornais inverte-se na classificação por “Mundo”, aparecendo em primeiro lugar o *Observador* (9), seguindo-se o *Público* (3) e o *Jornal de Negócios* (1).

Figura 7
Secção de Publicação



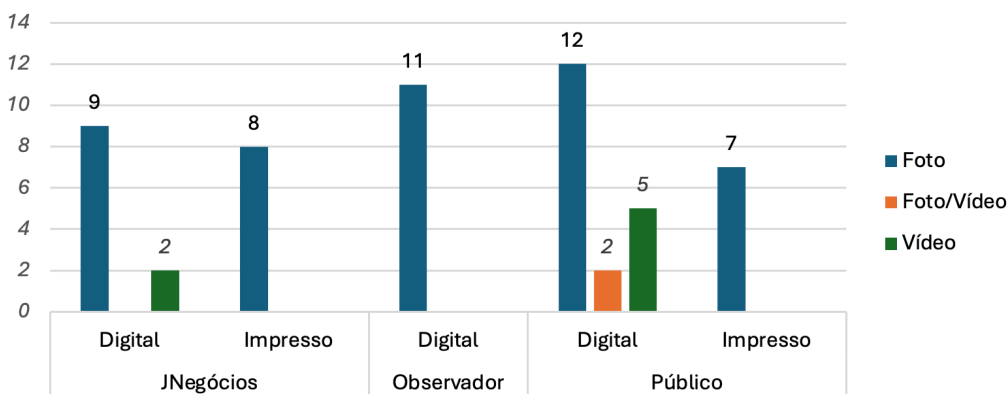
A integração dos temas na secção “Economia” apresenta-se como relevante no *Jornal de Negócios* (16) e no *Público* (12), e residual no *Observador* (1). A utilização da secção “Política” é pouco significativa, detendo o *Público* quatro ocorrências, o *Observador* duas e o *Jornal de Negócios* uma. No entanto, há textos com outras classificações que remetem igualmente para a temática da política, como é o caso das integradas nas secções “Eleições” e “UE”.

O *Jornal de Negócios* e o *Público* optam também por dar boa utilização aos espaços temáticos dos suplementos de fim-de-semana, do *Weekend* (11) e do *Ipsilon* (9). No primeiro caso, predominantemente, em alusões a Piketty ou à obra, inseridas em entrevistas e em artigos de fundo, e no segundo, pela integração em áreas relacionadas com livros e cinema.

Outra apreciação prévia que se poderá já formular é a de que o enquadramento, ou arrumação, dos textos pelas várias secções dos jornais é de grande amplitude.

Figura 8

Utilização de Imagem e Vídeo



A utilização de imagens, estáticas e em movimento, sobre Piketty, ou o seu livro, é mais significativa no *Público*, e em particular na sua plataforma digital. Os vídeos aí publicados referem-se à entrevista exclusiva realizada ao economista francês pelos seus jornalistas, em finais de abril de 2015, e a publicações de apresentação do documentário *O Capital no século XXI*, acompanhadas do respetivo *trailer* cinematográfico.

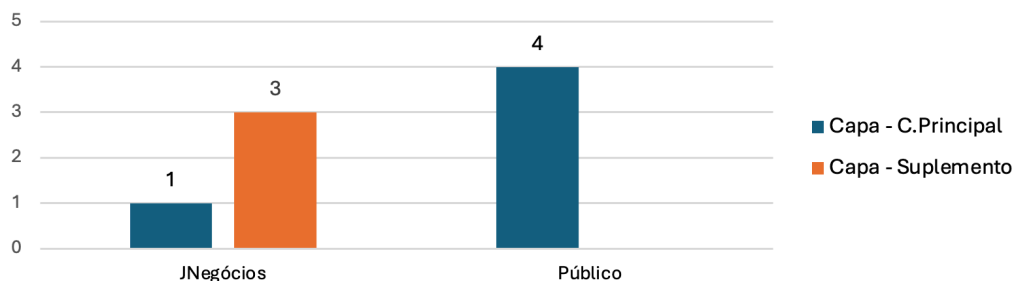
No *Jornal de Negócios*, os vídeos reportam-se a uma produção noticiosa da Agência Lusa sobre o encontro de Piketty com o então candidato à Presidência da Repú-

A Recepção de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa

blica Sampaio da Nóvoa, e a uma edição da *Bloomberg* com o balanço da conferência anual da *American Economic Association*, que em 2015 concedeu destaque ao trabalho do economista francês. Nas 183 publicações que compõem o *corpus* deste artigo foram utilizadas, ainda, 49 imagens fotográficas sobre os temas referidos.

Figura 9

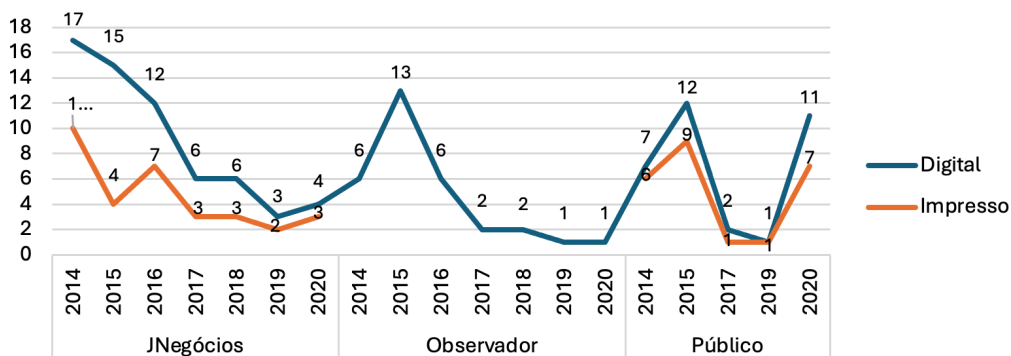
Destaque de Capa



O *Público* concede destaque de primeira página a Piketty em quatro edições do caderno principal. Uma remete para uma resenha de duas páginas de João Constâncio sobre a obra (16/05/2014), uma outra para uma longa entrevista de três páginas durante a sua deslocação a Portugal (28/04/2015), e uma terceira para nova entrevista de três páginas a propósito lançamento do livro *Capital e Ideologia* e do documentário *O Capital no século XXI* (30/10/2020), que é desenvolvida no suplemento *Ípsilon*.

O diário *Público* titula ainda na primeira página do caderno principal o artigo de fundo de Sérgio Aníbal “Anda por aí um novo Marx: É Thomas Piketty, o Economista *Rockstar*” (25/05/2014), que preenche também a capa do P2, e se alonga por mais quatro páginas.

O *Jornal de Negócios* coloca também Piketty em destaque de primeira página na edição de 28 de abril de 2015, a noticiar a conferência que no dia anterior proferiu na Fundação Gulbenkian. Três entrevistas a personalidades portuguesas da Economia, nas quais Piketty é apenas referenciado, merecem também destaque de primeira página do caderno principal e do suplemento *Weekend*.

Figura 10*Publicações ao longo do tempo*

Analisando as publicações ao longo do tempo (Figura 10), constatamos que a sua frequência é muito variável. Começam em 2014, com o eco do impacto internacional da obra, e se prepara a sua edição em Portugal. Esta situação é notória em todos os jornais nas edições digitais. No entanto, o *Jornal de Negócios* contraria a tendência dos outros dois, ao ter o seu máximo em 2014, ao contrário de 2015, quando Piketty tem a sua conferência em Portugal. Há uma grande referenciação da novidade, que foi a obra, em artigos de opinião.

Comparativamente, nas edições impressas, o número de publicações é mais baixo, compreensivelmente, por serem suportes onde se tem de fazer opções relacionadas com a arrumação num espaço limitado. O *Público* e o *Jornal de Negócios* mantêm a tendência de terem mais publicações, em 2015, o primeiro, e em 2014, o segundo.

[U]ma parte crescente dos conteúdos está hoje em dia reservada ao digital, por razões estratégicas que visam aumentar o tráfego na Internet, mas também por razões de custos. Aumentar a paginação de um jornal em papel, independentemente do esforço fornecido pelos jornalistas, é aumentar o seu custo de produção, ao passo que o custo marginal da publicação de um artigo em linha é nulo (Cagé, 2016, p. 51 s).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste trabalho partimos da noção de enquadramento de Erving Goffman e dos estudos de transposição para a disciplina do Jornalismo, em particular da norte-americana Gaye Tuchman, e das leituras que sobre ela fez Nelson Traquina na sua contextualização à realidade portuguesa.

Como afirmava Goffman, os enquadramentos são princípios de organização dos acontecimentos, e do envolvimento subjetivo das pessoas neles. Para o jornalismo, em traços muito genéricos, é uma ideia que organiza os acontecimentos, lhes dá sentido, e torna inteligível o que é considerado relevante para os destinatários da mensagem.

Tudo aquilo que é colocado dentro do quadro resulta de múltiplos fatores, alguns deles tão contingentes como é o da atribuição do valor-notícia ao acontecimento na negociação entre o editor e o jornalista que o vai o narrar.

Os valores-notícia fazem parte da cultura jornalística, resultando de um saber próprio da profissão, – porque os jornalistas têm uns “óculos” especiais que lhes permitem ver certas coisas, de certa maneira, e não outras (Bourdieu, 1997, p. 25) – mas, a política editorial pode influenciar a seleção dos acontecimentos a noticiar e, entre os selecionados, o modo como serão apresentados como produto final aos leitores/consumidores.

A política editorial influencia a disposição dos recursos na organização e a própria existência de espaços específicos dentro do produto jornalístico através da sua política de suplementos e sobretudo de rubricas (...). [A] existência de espaços específicos sobre certos assuntos ou temas estimula mais notícias sobre esses assuntos ou temas, dada a necessidade do seu preenchimento (Traquina, 2007, p. 201 s).

Segundo Traquina (2007, p. 202), a organização jornalística, ou os seus donos, poderão ainda «influenciar o peso dos valores-notícia» através da política editorial, «às vezes por razões pessoais, dando prioridade a certo assunto ou tema».

As empresas jornalísticas, para operarem, criam uma rede noticiosa de captura dos acontecimentos e, segundo Gaye Tuchman (1985, p. 28 ss), elas utilizam três estratégias: a divisão do território (com delegações e colaboradores), a colocação de “sentinelas” em organizações que produzem acontecimentos noticiáveis e a divisão temática, com a criação de determinadas rubricas no jornal.

Da análise dos três *media* portugueses, verificamos que a produção informativa sobre Piketty e a sua obra foi arrumada pelas suas várias secções temáticas. Também podemos intuir a existência de “sentinelas” na Fundação Gulbenkian, no Partido Socialista e no *staff* da candidatura de Sampaio da Nóvoa, pelo acompanhamento dado à deslocação do economista a Portugal. Quanto à divisão territorial, não é visível a sua influência nos enquadramentos. Isso seria notório se, por exemplo, Piketty tivesse um evento fora de Lisboa, ou do Porto, em locais onde os três jornais não aparentam ter extensões da rede noticiosa, ao observar-se as respetivas fichas técnicas. Dessa contingência organizativa poderiam optar por “esquecer” o acontecimento, ou entregá-lo a um jornalista tarefeiro sem competências específicas em assuntos económicos, que certamente lhe atribuiria um enquadramento distinto.

Olhando de forma transversal para os três *media*, verificamos diferentes enquadramentos dos temas, em resultado da sua organização, de terem, ou não terem, certas secções, certos suplementos. Os dois jornais impressos concederam chamadas de primeira página, destaque de edição, em função da importância que atribuíram aos assuntos, preencheram espaços de entrevista, de crítica de livros, de cartazes culturais, de secções “Economistas”, de “Economia”, “Mundo”, “Política”, “Cultura”, “Espaço Público”, remeteram para cadernos temáticos e suplementos, com foto e sem foto, com vídeo e sem vídeo. A própria equipa de colonistas, que produziu textos opinativos e interpretativos dos assuntos, foi escolhida em consonância com as opções editoriais de cada um dos *media*.

Nesse sentido, os resultados apurados, com recurso a metodologias qualitativas e quantitativas, apresentam-se diversos. Recordando Tuchman (1985, p. 230 s), neles espelha-se a atividade das mulheres e homens nas instituições, das organizações e das profissões associadas que intervieram no processo produtivo.

Por aquilo que anteriormente se referiu, resulta a ideia de que as estruturas empresarial e editorial tiveram também influência no número de peças noticiosas publicadas, na sua dimensão, no seu teor, no seu foco, nos géneros, na relevância atribuída a cada assunto, nos enquadramentos temáticos, na distribuição pelas várias secções, e na aplicação de recursos multimédia. O *Público*, que se assume como um órgão jornalístico independente, é aquele que em Portugal mais corresponde à noção de jornal de referência. O *Jornal de Negócios* faz parte de um importante grupo de comunicação social português, o Medialivre (Cofina até 2023), que segue uma linha mais popular de abordagem aos acontecimentos, de que são expoentes dessa opção o *Correio da Manhã* Jornal, o *Correio da Manhã* TV, e o canal televisivo NOW, este desde

junho de 2024, e a Correio da Manhã Rádio, desde novembro de 2024. O *Observador* tem na sua estrutura acionista fundadora um grupo de empresários associados a uma ideologia de Centro-Direita.

Observa-se que as alegadas opções de “Esquerda” de Piketty, e as suas críticas ao Capitalismo, não captaram no *Observador* a simpatia da generalidade dos autores de textos de opinião, grupo em que se integrou o antigo ministro das Finanças Vítor Gaspar, membro de um Governo liderado por Passos Coelho, e que ficou muito ligado às políticas de austeridade da intervenção da *Troika* em Portugal. O *Jornal de Negócios*, enquanto órgão especializado em Economia, e devido à orientação editorial do próprio grupo empresarial, parece captar articulistas comprometidos com o “sistema”, oriundos do setor financeiro e empresarial, e outros tendencialmente mais descomprometidos, do *Project Syndicate*. O *Público*, pela sua linha editorial, e por incluir alguns articulistas de partidos de Esquerda – Helena Roseta (PS), Rui Tavares (Livre) ou Pedro Filipe Soares (BE) – parece acolher mais favoravelmente as teses de Piketty. Nestes pressupostos podem residir algumas das explicações para os resultados apresentados na Figura 2.

Um aspeto sintomático da influência das linhas editoriais nos próprios enquadramentos da opinião dos articulistas pode observar-se em dois artigos assinados por João Carlos Espada, para o *Público* e para o *Observador*. No *Observador* (06/04/2020), Espada afirma que discorda “radicalmente do argumento nele [livro] apresentado”, do “culto indiscriminado da igualdade”. No *Público* (05/05/2015), Espada escreve:

Toda a gente parece concordar com a asserção de que existe à partida um problema na desigualdade de resultados. (...) Peço autorização para duvidar (e espero que, dado que ainda não entrámos em campanha eleitoral, a autorização me seja concedida, sem visto prévio de uma comissão central).

No *Observador*, as quatro publicações com teor positivo em relação a Piketty, em que aparece meramente referenciado, reportam-se a três notícias e a uma entrevista. Duas das notícias centram-se em declarações de Sampaio da Nóvoa (05/05/2015) e António Costa (26/04/2015), nas quais apadrinham teses do economista, e a terceira, na sua inclusão entre as 100 pessoas mais influentes no mundo pela revista *Time*, na categoria “ícon”, tendo como parceiros, entre outros, o Papa Francisco, ou a cantora Taylor Swift (15/04/2015). A quarta publicação de teor positivo é uma entrevista a

Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, na qual Piketty é citado para criticar a repartição da riqueza no mundo (19/12/2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da noção de enquadramento de Erving Goffman e da sua reinterpretação para o jornalismo por Gaye Tuchman, pudemos analisar a receção dos *media* portugueses a *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty.

O despertar dos *media* portugueses começou com o eco do seu impacto internacional, com o aproximar da sua publicação em Portugal pela editora *Temas e Debates*. Rapidamente tornou-se tema recorrente, nas edições digitais e impressas, suscitando intervenções interpretativas racionais e emocionais. A nível noticioso, também passou a ser acontecimento de interesse reproduzir intervenções do autor, ao nível político e cívico, em várias latitudes. Os picos de publicação foram atingidos em 2014, ano da edição, em 2015, aquando da deslocação de Piketty a Portugal, e um renovado auge indicia-se em 2020, derivado da chegada da nova obra, *Capital e Ideologia*.

O impacto mediático em Portugal foi não apenas intenso, como também transversal, suscitando perspetivas de abordagem muito diversificadas, do cinema, do teatro, da crítica de livros, das políticas nacionais, europeia e internacional, de latitudes tão distintas como a América Latina, Japão, China, EUA e Brasil. Piketty foi assunto em “moda”, para se dizer em entrevista que se tinha o livro na secretária, e que se iria ler, ou para se referir uma ideia da obra, e até justificação para um trabalho extenso sobre os currículos dos cursos de Economia em Portugal, publicado pelo *Jornal de Negócios* na sua edição impressa (23/03/2016).

Em Portugal, a obra foi pretexto para esgrimir argumentos sobre a qualidade da sua escrita literária, sobre riqueza, fiscalidade, política europeia, tributação de heranças, património, desemprego, e até sobre a pandemia do Coronavírus. No entanto, a desigualdade foi o tema dominante em mais de um terço das publicações, não fosse ele nuclear da vivência em sociedade, tal como o é a Democracia.

No campo político, também gerou repercussões. À esquerda, a obra foi muitas vezes referida em argumentos contra as políticas neoliberais e as desigualdades crescentes. À direita, foram criticadas de irrealistas propostas de Piketty para combater as desigualdades, como a introdução de um imposto global sobre a riqueza.

A Receção de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa

A importância e o mediatismo do autor, granjeado pelo impacto da obra, valeu-lhe epítetos simbólicos, como o de “estrela pop”, no *Observador*, “rockstar da desigualdade”, no *Jornal de Negócios*, e de “novo Marx” e de “o economista rockstar”, no *Público*.

Em síntese, poderemos referir que foi o *Público* que realizou a abordagem mais aprofundada a *O Capital no Século XXI*, com duas resenhas, cinco entrevistas ao autor, utilizando fotos e vídeos. Também foi o mais abrangente em termos de enquadramentos temáticos. O *Jornal de Negócios* foi o que contabilizou mais publicações, mas a sua dimensão dilui-se parcialmente em virtude de um número significativo a referência ao autor ou à obra aparecer para contextualizar ideias, para apoiar ou rebater argumentos. O *Observador* ficou aquém dos outros dois em número e em diversidade temática, mesmo só comparado com as publicações em plataforma digital dos outros dois.

Encontrando-nos numa era que se anuncia do pós-digital, causa alguma estranheza a muito reduzida utilização de recursos multimédia (Figura 7), e mais notória no *Observador*, um projeto ainda jovem e concebido apenas em plataforma digital.

Analisando os conteúdos do *Público* e do *Jornal de Negócios*, verificamos que praticamente se limitaram a colocar os textos da edição impressa na digital, ignorando as regras específicas de redação, apresentação e edição para plataformas *online*. Ambos utilizaram hiperligações, permitindo assim uma leitura encadeada por assuntos, mas apenas o *Público* transformou a longa entrevista a Piketty em dois fragmentos vídeo com partes a realçar passagens. Conforme seria expectável, as publicações *online* superaram as do jornal impresso, por razões de espaço, e por a atualidade de alguns acontecimentos parecer no próprio dia, e já não conseguirem disputar o espaço nas páginas.

Um tema que tem vindo a ser recorrente na sociedade, e também no jornalismo, que é a questão de género, deixa os três jornais com nota muito negativa. No Jornalismo as mulheres já superaram os homens no exercício da profissão em Portugal, na Economia são cada vez mais as mulheres em lugares de destaque e a aparecerem como protagonistas no espaço público. No entanto, nesta abordagem a Piketty e à sua obra, o *Observador* e o *Jornal de Negócios* apenas tiveram uma mulher a assinar textos de opinião. No primeiro caso, Maria João Marques (25/04/2015), e, no segundo, a antiga governante japonesa Yuriko Koike (23/03/2015), do *Project Syndicate*. No *Público* foram duas, a deputada do PS Helena Roseta (14/05/2020) e Márcia Silva Pereira (19/01/2018), esta uma jovem estudante do projeto *Vox Nova*, uma parceria do jornal com o Nova Economics Club.

Embora este trabalho apenas tivesse o propósito de analisar a receção de *O Capital no Século XXI* em Portugal a partir destes três *media*, seria importante, no futuro, aprofundar a pesquisa e alargá-la aos comentários dos leitores. Desse modo lançar-se-iam pistas sobre a receção da obra na sociedade e poder-se-ia avaliar se as publicações contribuíram para o desenvolvimento de esferas públicas digitais em torno dos temas enquadrados pelos jornais, ou ainda de temas novos lançados pelos cidadãos a partir da leitura da obra e da sua própria reflexão.

É reconhecido o potencial da *Internet* para um envolvimento amplo e livre de participantes na discussão de temas relevantes. No entanto, estudos recentes revelam que esses fóruns ainda estão longe do ideal normativo de *esfera pública habermasiana*. Constatase que o tipo de interação que se desenvolve nos espaços de comentários dos jornais não é ainda «o mais profícuo para o robustecimento da democracia» (Fontes, 2020, p. 161), mas na generalidade cumpre os requisitos de uma conversação democrática, que se revela da maior importância em torno de temas como o das desigualdades e da distribuição da riqueza, abordados por Thomas Piketty na sua obra.

REFERÊNCIAS

- Berger, P., & Luckmann, T. (2004). *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a Televisão*. Rio De Janeiro: Jorge Zahar.
- Cagé, J. (2016). *Salvar os Média - Capitalismo, financiamento participativo e democracia*. Lisboa: Temas E Debates | Círculo de Leitores.
- Correia, J. C. (2009). *Teoria e Crítica do Discurso Noticioso*. Covilhã: Livros LabCom.
- Correia, J. C. (2016). Panorama Geral dos Estudos de Framing. Em A. Gradim, *Framing, o enquadramento das notícias* (pp. 7-14). Lisboa: Livros Horizonte.
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 4(43), 51-58.
- Esteves, J. P. (2011). *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

**A Receção de *O Capital no Século XXI*, de Thomas Piketty
O Impacto das Ideias na Comunicação Social Portuguesa**

- Ferreira, G. B. (2012). *Novos Media e Vida Cívica: Estudos sobre deliberação, internet e jornalismo*. Covilhã: LabCom Books.
- Ferreira, G. B. (2018). *Sociologia dos Novos Media*. Covilhã: LabCom.
- Fontes, F. (2020). A Deliberação nos Comentários dos Leitores de Jornais Online Portugueses. *Interações: Sociedade E As Novas Modernidades*(39), 136-164. doi:10.31211/interacoes.n39.2020.a6
- Fontes, F. (2020). *Democracia, direito e informação: o encerramento das delegações do JN e do Público em Coimbra (Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação, Coimbra, Portugal)*. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/31361>
- Goffman, E. (2002). *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes. (Publicado originalmente em 1959)
- Goffman, E. (2006). *Frame Analysis: Los marcos de la experiencia*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Gonçalves, T. (2011). A Abordagem do Enquadramento nos Estudos de Jornalismo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*(5/6), 157-167.
- Gradim, A. (2016). *Framing, o enquadramento das notícias*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Nunes, J. A. (Junho de 1993). Erving Goffman, a Análise de Quadros e a Sociologia da Vida Quotidiana. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(37), 33-49.
- Oliveira, L. T., & Carvalho, A. (dezembro de 2012). O “Framing” na Construção Social de Sentido do Risco e da Incerteza na Ciência. *Revista Comunicando*, v.1, n.1, Dezembro, 2012, 1(1), 188-204.
- Piketty, T. (2014). *O Capital no século XX*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.
- Qin, J. (2015). Hero on Twitter, Traitor on News: How Social Media and Legacy News Frame Snowden. *The International Journal of Press/Politics*, 20(2), 166–184. doi:10.1177/1940161214566709
- Sousa, J. P. (2000). *As Notícias e os Seus Efeitos*. Coimbra: Minerva Coimbra.

- Sousa, J. P. (2002). Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. (L. -U. Interior, Ed.) Covilhã, Castelo Branco, Portugal. Obtido em 10 de agosto de 2019, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>
- Tavares, G. M. (2004). *Biblioteca*. Lisboa: Campo das Letras.
- Tavares, G. M. (2005). *O Senhor Kraus*. Lisboa: Caminho.
- Tavares, G. M. (2011). *Short Movies*. Alfragide: Caminho.
- Traquina, N. (1999). As notícias. Em N. Traquina, *Jornalismo: Questões, Teorias, “Estórias”* (pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional* (Vol. II). Florianópolis: Editora Insular.
- Traquina, N. (2007). *O que é Jornalismo*. Forte da Casa: Quimera.
- Tuchman, G. (1985). *La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad*. México: GG MassMedia.
- Tuchman, G. (2002). As notícias como uma realidade construída. Em J. P. Esteves, *Comunicação e Sociedade - Os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa* (pp. 91-104). Lisboa: Livros Horizonte.

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

Disakala Ventura

Plataforma Cazenga em Acção (PLACA), Angola - disakalaventura@gmail.com

Resumo

O presente artigo explora o papel do ativismo digital na formação de uma identidade pan-africana decolonial, destacando a forma como as plataformas digitais permitem desafiar as narrativas hegemónicas e eurocêntricas que historicamente têm perpetuado estereótipos sobre África e as suas diásporas. Utilizando um quadro teórico que combina a decolonialidade e o pan-africanismo, o artigo examina a forma como o ativismo digital contribui para a criação

de novas identidades africanas e afrodescendentes, fomentando a solidariedade transnacional que transcende as fronteiras geográficas e culturais. O estudo revisita autores-chave no debate sobre colonialismo, representações mediáticas e identidade, demonstrando que a comunicação digital pode ser uma ferramenta essencial para desconstruir imaginários coloniais e valorizar a pluralidade e complexidade das experiências africanas contemporâneas.

Palavras-chave: resistência digital, identidade, narrativas hegemónicas, solidariedade transnacional, descolonização mediática.

Communication and Decoloniality: The Role of Digital Activism in Building a Pan-African Imaginary

Abstract

This article explores the role of digital activism in shaping a decolonial pan-African identity, emphasizing how digital platforms enable the challenging of hegemonic and Eurocentric narratives that have historically perpetuated stereotypes about Africa and its diasporas. Using a theoretical framework combining decoloniality and pan-Africanism, the article examines how digital activism contributes to the creation of new African and Afro-de-

scendant identities, fostering transnational solidarity that transcends geographical and cultural boundaries. The study revisits key authors in the debate on colonialism, media representations, and identity, demonstrating that digital communication can be an essential tool for deconstructing colonial imaginaries and valuing the plurality and complexity of contemporary African experiences.

Keywords: digital resistance, identity, hegemonic narratives, transnational solidarity, media decolonisation.

Na contemporaneidade, a construção de um imaginário pan-africano tem sido um objetivo de alguns ativistas no sentido de reverter as representações sociais hegemónicas e eurocêtricas das pessoas africanas que, historicamente, têm dominado o campo mediático e a própria produção de conhecimento (Mbembe, 2019; Ndlovu-Gatsheni, 2018; Hall, 1996; Njubi, 2001; Nyabola, 2018). Daqui decorre que é premente compreender de que forma é que as plataformas digitais se podem assumir como ferramentas de resistência e mobilização, permitindo que as comunidades africanas e afrodescendentes contestem e desafiem narrativas que perpetuam a subordinação e desumanização do continente africano. Neste contexto, o ativismo digital configura-se não só como um espaço de contestação, mas também como um recurso que possibilita a construção de novas identidades e narrativas que refletem a diversidade e complexidade da experiência africana contemporânea.

O ativismo digital tem sido amplamente definido na literatura académica como a utilização estratégica de tecnologias digitais para a mobilização política e social, destacando-se pela capacidade de amplificar vozes marginalizadas e facilitar a organização de movimentos. Vegh (2013) classifica o ativismo digital em três categorias principais: consciencialização, organização e ação. Earl e Kimport (2011) defendem que o ativismo digital não complementa apenas práticas tradicionais, mas transforma-as ao reduzir custos logísticos e democratizar a participação. Castells (2015) explora o conceito de “auto-comunicação de massas”, destacando de que forma as redes sociais criaram um novo espaço público para articular exigências sociais e políticas. Num contexto decolonial, Nyabola (2018) refere que o ativismo digital permite contestar representações hegemónicas e ressignificar identidades, enquanto Mignolo e Walsh (2018) argumentam que, quando alinhado a uma perspetiva decolonial, funciona como prática de visibilização de epistemologias do Sul Global. Neste sentido, o ativismo digital emerge como uma ferramenta essencial tanto para a contestação como para a construção de novas narrativas que desafiam estruturas hegemónicas.

Enquanto ideologia que se centra numa lógica de união entre os povos de origem africana, o pan-africanismo tem vindo a desempenhar um papel central na criação de um imaginário coletivo que desafia os imaginários impostos pelo colonialismo e resgata as identidades africanas nas suas múltiplas dimensões (Adi, 2018). O movimento pan-africanista exigiu sempre justiça, igualdade e a promoção de uma consciên-

cia coletiva africana que ultrapassasse as limitações geográficas e culturais impostas pelos regimes coloniais (Prah, 2006). Atualmente, o ativismo digital tornou-se uma extensão deste movimento, proporcionando um espaço para que a juventude africana, afrodescendente e as comunidades na diáspora possam criar novos imaginários pan-africanos que promovem a solidariedade entre provos e resistem às narrativas dominantes. É neste contexto que as Ciências da Comunicação se assumem como uma perspectiva crítica relevante para analisar estes espaços de resistência, permitindo que sejam construídas novas narrativas que desconstroem o discurso da lente colonial (Hall, 1996; Mbembe, 2019). Assim sendo, o ativismo digital pode assumir-se como um instrumento de contestação das representações sociais estereotipadas e um processo de construção de identidade(s) africana(s) que reflete a diversidade do continente e da sua diáspora.

Historicamente, o colonialismo promoveu um legado de representações estereotipadas de África que ainda permanecem nos imaginários coletivos. Fanon (1967) sustenta que estas representações contribuíram para a alienação e desumanização das populações africanas, reforçando a ideia de um continente homogêneo e subalterno às potências ocidentais. Trata-se do “perigo da história única” referido pela escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie.

Na era digital há novas ferramentas que propiciam espaços para contestar e reconfigurar estas narrativas hegemónicas. Neste contexto, o ativismo digital potencia espaços de articulação de vozes e identidades anteriormente silenciadas e que, na contemporaneidade, ultrapassam o continente africano. Pessoas racializadas que habitualmente eram invisibilizadas e cujo lugar de fala era apropriado, encontram hoje pontos de intersecção de partilha e novas construções identitárias.

De que forma é que o ativismo digital pode contribuir para a construção de um imaginário pan-africano decolonial e para a desconstrução das narrativas hegemónicas que perpetuam estereótipos sobre a África e as suas diásporas? Esta é a questão de investigação que norteia este artigo. Interessa-nos, assim, lançar mão de uma revisão não-sistemática da literatura que elucide de que forma as plataformas digitais são utilizadas por ativistas africanos e afrodescendentes para contestar as representações negativas e hegemónicas, veiculando novas narrativas que refletem a pluralidade da experiência africana e as suas múltiplas identidades. Neste sentido, propomos um diálogo com autores como Stuart Hall (1996), que defende que a identidade é um processo em constante construção e transformação, e Achille Mbembe (2019), que aborda a ideia de “necropolítica” para compreender como é que o controlo de discurs-

sos e representações socialmente validadas é uma forma de exercício de poder. Neste sentido, este artigo pretende discutir se o ativismo digital pode contestar representações hegemónicas, mas também construir novas formas de expressão que promovam um imaginário pan-africano mais inclusivo e dinâmico que considere múltiplas identidades, contestando estruturas de poder no mundo ocidental mas também no contexto africano. Trata-se de um trabalho de carácter ensaísta.

1. A ABORDAGEM DECOLONIAL E O PAN-AFRICANISMO NOS MEDIA E NO ATIVISMO DIGITAL

No contexto africano, o pan-africanismo é um movimento político, social e cultural que promove a unidade, solidariedade e emancipação dos povos africanos e da sua diáspora. Enquanto uma resposta aos regimes opressivos coloniais e à exploração e fragmentação do continente, o pan-africanismo defende a união dos países africanos como a única forma de lutar contra as influências coloniais e neocoloniais, promovendo a autodeterminação dos povos através do desenvolvimento económico e cultural (Adi, 2018). Nkrumah et al. (1963), um dos autores pioneiros do pan-africanismo, sustenta que a liberdade e independência do continente africano só podem ser almeçadas pela união e solidariedade entre os países. Esta visão pan-africanista foi a força motriz de muitos movimentos de libertação africanos, como o PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde liderado por Amílcar Cabral contra o colonialismo português, inspirando a luta pela independência e a construção de identidades africanas que valorizam a História e cultura do continente.

A análise de C. J. James em “The Black Jacobins” (1938/1989), ao explorar a Revolução Haitiana como um marco na luta pela autodeterminação dos povos negros, ilumina as raízes das redes de solidariedade transnacional que hoje emergem nos espaços digitais. Este contributo é essencial para compreender como é que as lutas históricas pela libertação influenciam a construção de narrativas de resistência que ressoam no ativismo digital contemporâneo. Também George Padmore, em “Pan-Africanism or Communism?” (1974), refletiu sobre a necessidade de uma união africana autónoma para enfrentar os desafios do colonialismo e do imperialismo, uma visão que se adapta de forma notável às dinâmicas do pan-africanismo digital.

Nas comunidades da diáspora e junto de afrodescendentes, o pan-africanismo assume um papel central na construção de uma identidade coletiva que transcende

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

as fronteiras nacionais e étnicas, colocando particular ênfase na ligação histórica e cultural existente entre os povos africanos (Mullings, 2004). As múltiplas experiências de opressão como a escravidão, o colonialismo e o racismo contribuíram para a criação de uma consciência pan-africana entre as comunidades afrodescendentes. A defesa do pan-africanismo na diáspora africana sempre se focou na argumentação de que a libertação e progresso das pessoas de ascendência africana só se concretizariam pela união e reivindicação de identidades comuns (Du Bois, 1965). Esta consciência coletiva assume o pan-africanismo como uma ideologia de resistência à opressão e desumanização que sentem ainda na atualidade. Na contemporaneidade e na era digital, a identidade pan-africanista na diáspora continua a manifestar-se em movimentos como o #BlackLivesMatter, que interliga as lutas dos afrodescendentes nos continentes americano, europeu e em outras partes do mundo com as lutas dos africanos no continente, criando um sentido de solidariedade transnacional (Brock, 2018).

O imaginário pan-africano refere-se ao conjunto de símbolos, narrativas e práticas que propõem uma identidade africana unificada e solidária, que se concretiza no continente e na diáspora (Mbembe, 2019). Este imaginário é sustentado por referências históricas e culturais comuns, como o legado do colonialismo, a resistência à escravidão e o orgulho nas tradições africanas. O imaginário pan-africano tem reflexos na música, literatura, cinema e nas plataformas digitais, fomentando uma visão que considera a diversidade das culturas africanas, da mesma forma que sustenta a urgência de resistir às influências coloniais e racistas (Ndlovu-Gatsheni, 2018). No entanto, este imaginário não é fixo ou estático. Ele é (re)construído sistematicamente pelas gerações mais jovens, que o adaptam às suas realidades, práticas, relações e experiências, com particular destaque para os espaços digitais.

O pan-africanismo contemporâneo e os seus múltiplos imaginários resgatam o argumento da solidariedade na construção de identidades africanas e afrodescendentes como forma de persistir às representações hegemônicas e eurocêtricas, muito em particular as mediáticas que contribuem para uma validação social das mesmas. No contexto contemporâneo, o ativismo digital tem permitido que estas ideias sejam amplificadas e disseminadas a uma escala global, interligando as lutas e aspirações das comunidades africanas e da diáspora (Nyabola, 2018). Ao procurar criar espaços transnacionais de expressão, diálogo e resistência, o pan-africanismo contemporâneo assume os ideais das lutas pela descolonização e justiça social, promovendo e na construção de um imaginário coletivo que valoriza a autonomia, criatividade e diversidade dos povos africanos e afrodescendentes. Neste sentido, a cooptação do

ativismo digital pelo pan-africanismo assume-se como um seguimento da tradição de resistência contra a subalternização e silenciamento das vozes africanas.

Do ponto de vista teórico, a abordagem decolonial assume-se como uma resposta ao reconhecimento de que as estruturas de poder e representação que são impostas pelo colonialismo continuam a influenciar a forma como a África, as suas populações e descendentes são retratadas no mundo contemporâneo (Mignolo, 2011; Quijano, 2000). Neste sentido, ao contestar a narrativa hegemónica, a decolonialidade considera as epistemologias e experiências do Sul Global, criando um enquadramento teórico que permite analisar o papel transformador do ativismo digital na criação de um imaginário pan-africano (Grosfoguel, 2011).

A abordagem decolonial advém, assim, de uma contestação crítica às estruturas de poder e representação que o colonialismo impôs, sobretudo no contexto no Sul Global (Mignolo, 2011). No contexto da decolonialidade, Mignolo (2011) sustenta que a “desobediência epistémica” é essencial para desconstruir a lógica colonial e criar novas formas de conhecimento que valorizem as epistemologias do Sul Global. Esta perspetiva desafia as narrativas eurocêtricas e hegemónicas que, através dos media, perpetuam estereótipos e imagens distorcidas das culturas e experiências africanas e da diáspora, frequentemente reduzindo-as a narrativas de pobreza, violência ou exotismo (Quijano, 2000; Nyabola, 2018).

O conceito de “necropolítica” de Mbembe (2019) enquadra-se no contexto do colonialismo, distinguindo-se por um sistema de opressão e dominação que desvalorizou as populações colonizadas e as circunscreveu a regimes de morte, violência e exploração extrema. Este sistema opressor resultou em ocupações militares, escravatura, massacres, genocídios, trabalhos forçados e a imposição de condições de vida precárias. A perspetiva é a de que se justificava a eliminação das populações sempre que o desenvolvimento económico ou a expansão territorial dos regimes coloniais estivesse em causa. É, neste sentido, a legitimação da morte e da violência. Esta herança ainda persiste nas relações de desigualdade, violência e desumanização.

As plataformas digitais, com particular ênfase para os media sociais e as redes sociais (Amaral, 2016), tornaram-se espaços de expressão e resistência onde o pan-africanismo é revitalizado (Nyabola, 2018). Movimentos como o #BlackLivesMatter e o #EndSARS denunciam a violência e injustiça que pessoas de origem africana enfrentam, assim como reforçam laços de solidariedade entre africanos, descendentes e a diáspora, criando um sentimento de pertença e identidade coletiva que é fundamental para a construção de um imaginário pan-africano (Cullors, 2018).

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

A hashtag #BlackLivesMatter não é apenas uma contestação ao racismo e à violência policial nos Estados Unidos. Ainda que assim se tenha iniciado, este movimento é uma forma de reafirmar o valor das vidas de pessoas negras, assumindo-se como uma reconfiguração da narrativa que durante séculos desumanizou as pessoas de origem africana (Griffin, 2012). Esta articulação pan-africanista desafia a lógica colonial que perpetua a ideia de inferioridade e subalternidade das populações negras, ao mesmo tempo que cria um espaço para a expressão de uma identidade africana multifacetada e diversa.

O movimento #EndSARS teve início na Nigéria e assume-se como um exemplo contemporâneo de como é que o ativismo digital pan-africanista pode mobilizar a juventude em torno de questões de justiça social e direitos humanos, reforçando a ideia de que a luta pela liberdade e dignidade é um esforço coletivo que ultrapassa as fronteiras nacionais. Articulando uma identidade africana que é simultaneamente local e global, o ativismo digital pan-africanista quebra barreiras que tradicionalmente separam as comunidades de origem africana, promovendo uma solidariedade transnacional que é essencial para a luta contra as múltiplas opressões (Nyabola, 2018).

A hashtag #RhodesMustFall, que teve origem na Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul em 2015, tornou-se um símbolo do movimento de descolonização do ensino superior e um apelo global para a reavaliação de símbolos e estruturas coloniais que oprimem estudantes africanos (Mpofu, 2017).

Os movimentos #BlackLivesMatter e #EndSARS, embora compartilhem elementos de resistência e mobilização por justiça social, emergem em contextos socioculturais e históricos substancialmente diferentes. O movimento #BlackLivesMatter, iniciado em 2013 nos Estados Unidos, tem como foco principal o combate ao racismo sistêmico e à brutalidade policial que as comunidades afro-americanas enfrentam. Este movimento é profundamente enraizado nas questões de desigualdade racial e no legado da escravidão nos EUA, utilizando as redes sociais para amplificar denúncias e mobilizar protestos globais. As hashtags, vídeos e posts associados ao #BlackLivesMatter tornaram-se símbolos de uma luta contínua por equidade racial e justiça. Por outro lado, o #EndSARS teve início na Nigéria como uma reação às práticas abusivas da unidade policial Special Anti-Robbery Squad (SARS). Este movimento, liderado principalmente por jovens nigerianos, denuncia torturas, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais perpetradas pela SARS. Diferentemente do #BlackLivesMatter, que opera num contexto marcado pela luta contra o racismo sistêmico, o #EndSARS aborda questões de corrupção institucio-

nal, abuso de poder e a demanda por direitos humanos numa sociedade predominantemente negra mas igualmente oprimida.

Ambos os movimentos demonstram como o ativismo digital pode transcender fronteiras nacionais, mas refletem as especificidades das estruturas de opressão que combatem. A análise das suas diferenças revela a importância de contextualizar os dispositivos teóricos, como o racismo e a decolonialidade, para compreender as dinâmicas locais e globais do ativismo digital.

Njubi (2001) explora de forma detalhada exemplos concretos de utilização de plataformas digitais enquanto espaços de conexão entre comunidades africanas e afrodescendentes, destacando o papel que estas desempenham na mobilização de redes de solidariedade transnacional. Estas redes não só permitem amplificar vozes historicamente marginalizadas, mas também contribuem para a (re)configuração de identidades coletivas no contexto contemporâneo, superando barreiras geográficas e culturais. Outros estudos sobre o uso de hashtags como #BlackLivesMatter e #EndSARS elucidam padrões de envolvimento e participação que evidenciam o papel do ativismo digital na articulação de narrativas decoloniais. Estudos empíricos, como os de Nyabola (2018), demonstram como as redes sociais se têm afirmado como ferramentas fundamentais para a visibilidade de vozes anteriormente silenciadas pelos media tradicionais, promovendo uma contestação direta às representações hegemónicas. Este impacto não se limita à esfera simbólica; antes, reflete-se na construção de um imaginário pan-africano que valoriza a pluralidade e complexidade das experiências africanas e afrodescendentes, permitindo compreender como as tecnologias digitais têm sido instrumentalizadas para revitalizar os ideais pan-africanistas e para resistir às múltiplas manifestações do racismo global.

Neste contexto, a “desobediência epistémica” de Mignolo (2011) manifesta-se através do uso estratégico de hashtags como #BlackLivesMatter, #EndSARS e #RhodesMustFall, que têm servido como ferramentas de mobilização e resistência ao racismo e à opressão, ao mesmo tempo que redefinem a forma como as experiências africanas e afrodescendentes são representadas (Crawford, 2016).

Quijano (2000) argumenta que a “colonialidade do poder” não se limita à esfera política ou económica, manifestando-se igualmente na produção de conhecimento e nas representações mediáticas que perpetuam as hierarquias de raça e género. Por isso, as referidas hashtags assumem-se como espaços alternativos que oferecem às comunidades marginalizadas a possibilidade de contestar os discursos hegemónicos e construir narrativas que refletem a multiplicidade e complexidade das suas experiên-

cias (Fraser, 1990; Nyabola, 2018). No âmbito do Sul Global, esta prática de “talking back” (hooks, 1989) desafia as representações midiáticas coloniais e pós-coloniais que continuam a influenciar a forma como o mundo vê o continente africano e a sua diáspora (Smith, 2021).

Plataformas de media sociais como o X (antigo Twitter) e o Instagram tornam-se espaços de reconfiguração identitária e de solidariedade transnacional, o que desafia o monopólio do conhecimento e da representação mediática que as potências coloniais estabeleceram (Brock, 2018; Mignolo & Walsh, 2018). Estas plataformas assumem-se como ferramentas de resistência e contestação à “necropolítica” e à violência racial (Crawford, 2016). Estas hashtags permitem a articulação de vozes e experiências que revelam as realidades do Sul Global, desafiando a invisibilidade imposta pelos media tradicionais e promovendo uma solidariedade transnacional entre comunidades marginalizadas (Nyabola, 2018).

É neste contexto que a abordagem decolonial se interliga com o projeto pan-africanista, uma vez que ambos se propõem a contestar representações e estruturas de poder coloniais que, ao longo da História, têm marginalizado experiências e silenciado vozes africanas. Ao adotar uma perspetiva simultaneamente decolonial e pan-africanista, o ativismo digital possibilita um espaço transnacional de agência, resiliência, congregação para reconfigurar o imaginário africano, tornando-se uma ferramenta essencial na promoção de uma visão do continente que valoriza a diversidade, a agência e a resiliência das suas populações (Mignolo & Walsh, 2018), ao mesmo tempo que estabelece pontes com as comunidades afrodescendentes e na diáspora.

Ao utilizar as plataformas digitais para promover a “desobediência epistémica” (Mignolo, 2011) e criar novos discursos, o ativismo digital torna-se um espaço de resistência e solidariedade que permite a construção de um imaginário pan-africanista que valoriza a pluralidade e a complexidade das identidades africanas e da diáspora (Maldonado-Torres, 2007).

2. COLONIALISMO, PÓS-COLONIALISMO E OS NOVOS SIGNIFICADOS PAN-AFRICANISTAS

Edward Said (1977) argumentou como o colonialismo europeu construiu um imaginário sobre o “Outro” que era fundamental para justificar a dominação colonial. O autor reportava-se Oriente e às representações criadas desta zona do mundo, mas que

se estendia a outras regiões colonizadas. Trata-se de um processo de “alteridade”, um conceito central na formação de identidades e na construção do argumentário “nós” *versus* “eles” (Levinas, 1961). No contexto colonial, o processo de alteridade foi utilizado como uma ferramenta de dominação: o colonizador definiu o “outro” como um ser inferior, frequentemente exótico e vulgarmente “primitivo”. Com efeito, o processo de “alteridade” foi crucial para a manutenção do colonialismo, pois permitia aos colonizadores apresentarem-se como superiores e, portanto, legitimados e validados na sua missão de “civilizar” os povos colonizados (Said, 1977).

As estruturas de poder colonialistas ambicionavam o controlo territorial e económico, mas também o silenciamento das tradições e culturas africanas através da imposição de uma identidade eurocêntrica. Esta opressão circunscreveu as culturas africanas a estereótipos, desvalorizando a complexidade da diversidade africana (Said, 1977; Quijano, 2000) impondo cultos religiosos, a renomeação das pessoas, a criação de novos hábitos importados do continente europeu. Daqui decorre que a desconstrução deste imaginário colonial seja uma das principais reivindicações da ideologia pan-africanista, ambicionado recuperar identidades e culturas africanas através da celebração das múltiplas experiências e tradições do continente (Adi, 2018).

É importante ressaltar que esta narrativa colonial não ficou circunscrita à era do colonialismo formal, tendo continuado a influenciar as representações de povos não europeus nos media globais, o que perpetuou estereótipos e perceções distorcidas que reforçam o argumentário de superioridade ocidental (Nyabola, 2018). Os estudos pós-coloniais emergem precisamente neste contexto, com o objetivo de criticar os legados do colonialismo que ainda persistem nas sociedades contemporâneas (Bhabha, 2012).

O pensamento pós-colonial denunciava que as identidades africanas tinham sido substituídas pelos imaginários do colonialismo, propondo a criação de novas significações, formas de representação e expressão para além de reconhecer as estruturas de poder coloniais (Bhabha, 2012; Hall, 1996). Ainda assim, Bhabha (2012) refere noções como o “mimetismo” e o “terceiro espaço” para expor de que forma as vivências criaram também identidades híbridas, que resultam da fusão entre culturas colonizadoras e colonizadas. E é neste terceiro momento que se encontra um lugar de resistência para as culturas colonizadas não serem representadas apenas como vítimas, mas também como populações com agência e competentes para subverter e redefinir as narrativas coloniais. Ainda assim, Fanon (1963) explica que o colonialismo não só desumanizou os povos colonizados, como também os fez internalizar

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

sentimentos de inferioridade. Esta ideia é fundamental para compreender como é que as representações midiáticas continuam a reforçar estereótipos coloniais, mesmo após a independência política dos países africanos (Fanon, 1963; Hall, 1996).

No entanto, a crítica decolonial sustenta que o pensamento pós-colonial se centra ainda num referencial eurocêntrico, tendo dificuldade em quebrar os laços com a ideia da colonização do poder e do saber (Grosfoguel, 2007, 2011). Ngũgĩ wa Thiong'o et al. (1986) sublinham mesmo a urgência da descolonização da mente. Neste sentido, a abordagem decolonial propõe uma ruptura profunda e radical com o legado colonialista, enfatizando a necessidade de construir novas formas de pensar, ser e comunicar a partir do Sul Global (Mignolo & Walsh, 2018).

Neste sentido, o ativismo digital pan-africanista assume uma rutura com o pós-colonialismo, criando espaços para as narrativas africanas se emanciparem (Nyabola, 2018). Através da disseminação de hashtags como #TheAfricaTheMediaNeverShowsYou, ativistas digitais procuram desconstruir as representações estereotipadas do continente, promovendo uma visão que celebra a diversidade, criatividade e resiliência das culturas africanas, desafiando as representações estereotipadas e simplistas de África nos media globais. Efetivamente, ao partilhar histórias, tradições, expressões artísticas e formas de resistência, o ativismo digital está a criar um imaginário pan-africano que resiste à lógica colonial e promove uma visão do continente que é baseada na solidariedade, dignidade e liberdade (Brock, 2018; Mignolo & Walsh, 2018).

O pan-africanismo digital contemporâneo distingue-se dos movimentos históricos pela sua capacidade de adaptação às ferramentas tecnológicas e ao ambiente digital. Enquanto os movimentos históricos, liderados por figuras como Kwame Nkrumah, George Padmore e C.R.L. James, centravam-se na libertação política e na emancipação cultural, o pan-africanismo digital utiliza as redes sociais para amplificar vozes marginalizadas, promover solidariedade transnacional e construir novas identidades africanas (Adi, 2018). Hashtags como #TheAfricaTheMediaNeverShowsYou e #WeAreAllAfricans¹ exemplificam a capacidade do pan-africanismo digital de desafiar narrativas hegemónicas e eurocéntricas, promovendo uma visão mais plural e complexa das experiências africanas e afrodescendentes (Nyabola, 2018). Além disso, este

1 Este movimento digital promove a ideia de uma identidade pan-africana coletiva, transcendente às barreiras geográficas, étnicas e culturais que historicamente fragmentaram o continente africano e as suas diásporas. O uso da hashtag enfatiza a unidade e a solidariedade entre os povos de ascendência africana, defendendo a importância de valorizar a herança comum e lutar contra as narrativas coloniais que perpetuam divisões e estereótipos.

movimento contemporâneo permite a articulação de causas locais e globais, criando um espaço no qual as lutas históricas pela justiça social e emancipação se interseccionam com as demandas atuais por reconhecimento e inclusão (Ndlovu-Gatsheni, 2018; Nyabola, 2018).

3. ATIVISMO DIGITAL E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE PAN-AFRICANA

O ativismo digital tornou-se um espaço essencial para a construção e expressão de identidades pan-africanas. Hall (1996) descreve a identidade como um processo em constante construção e transformação. É neste contexto que o espaço digital se apresenta como uma plataforma onde as identidades africanas e da diáspora podem ser (re)construídas, refletindo a complexidade e diversidade das experiências dos seus sujeitos. Neste sentido, o ativismo digital decolonial surge como uma forma de resistência e reconstrução identitária que transcende as limitações do pensamento pós-colonial. Ao criar espaços digitais de solidariedade e diálogo, os ativistas decoloniais utilizam as plataformas digitais para denunciar as injustiças e desigualdades que persistem como resultado do legado colonial, ao mesmo tempo que promovem narrativas alternativas que celebram a riqueza e diversidade das culturas africanas e afrodescendentes (Ndlovu-Gatsheni, 2018). É nesta perspectiva que Smith (2021) defende que o processo de descolonização deve incluir a produção e valorização de conhecimentos indígenas e africanos que foram historicamente marginalizados pelo projeto colonial. Logo, ao proporcionar um espaço para a partilha e disseminação destas epistemologias, o ativismo digital torna-se uma ferramenta poderosa na luta contra a hegemonia do conhecimento eurocêntrico.

Movimentos como #WeAreAllAfricans têm desempenhado um papel central na promoção de uma consciência pan-africana que transcende as barreiras impostas pelo colonialismo e o legado da diáspora africana (Ndlovu-Gatsheni, 2018). Através destes movimentos, as comunidades africanas e da diáspora encontram um espaço para expressar a sua identidade e reivindicar a sua pertença a um imaginário coletivo que valoriza a solidariedade, a partilha de experiências e a luta comum contra a opressão. O ativismo digital permite, assim, que as comunidades africanas e da diáspora criem contra-narrativas que subvertem os discursos dominantes. As campanhas online, muitas vezes lideradas por jovens ativistas, utilizam os media sociais para dar

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

visibilidade a questões que são tradicionalmente marginalizadas pelos media convencionais.

O ativismo digital pan-africanista também oferece uma oportunidade para que as vozes africanas e afrodescendentes articulem uma narrativa que desafia a lógica racista e eurocêntrica que historicamente desumanizou e marginalizou as experiências africanas. Através de hashtags como #SayHerName², que destaca a violência contra as mulheres negras, os ativistas digitais desafiam a “necropolítica” (Mbembe, 2019) ao exigir que estas vidas e experiências sejam reconhecidas e valorizadas (Gillespie, 2017). A construção identitária no ativismo digital não é apenas um processo de resistência, mas também de celebração e criação. Hashtags como #BlackGirlMagic³ exemplificam como o ativismo digital pan-africanista pode celebrar a beleza, criatividade e resiliência das mulheres negras, desafiando os padrões de beleza eurocêntricos e promovendo a autovalorização e autoestima (Griffin, 2012). Estas campanhas online funcionam como práticas de reapropriação identitária que permitem às mulheres negras afirmarem a sua identidade e autoestima, resistindo à desumanização e invisibilidade que enfrentaram ao longo dos séculos.

Além disso, o ativismo digital tem possibilitado a articulação de identidades pan-africanistas, unindo pessoas de diferentes países e culturas africanas em torno de causas comuns. Os media sociais assumem-se, assim, como plataforma onde os africanos e a diáspora africana podem apresentar as suas próprias narrativas, desafiando a imagem monolítica e estereotipada da África como um continente de pobreza, guerra e subdesenvolvimento (Nyabola, 2018). Este processo de resistência e criação permite que identidades previamente marginalizadas sejam celebradas e reconhecidas, contribuindo para uma construção identitária que reflete a diversidade e complexidade das experiências africanas. As redes sociais e os media sociais tornam-se, então, espaços de libertação e transformação, onde a construção identitária se torna um ato político e de resistência à “necropolítica” que historicamente tentou silenciar e invisibilizar estas vozes (Mbembe, 2019; Ndlovu-Gatsheni, 2018).

2 Criada em 2014 pelo African American Policy Forum (AAPF), esta campanha digital busca dar visibilidade às mulheres negras vítimas de violência policial nos Estados Unidos. Inspirada por casos como o de Breonna Taylor, a hashtag denuncia como as mortes de mulheres negras frequentemente são negligenciadas no discurso público, mesmo dentro do movimento antirracista. Além de destacar essas vítimas, a campanha desafia as dinâmicas de gênero que moldam as formas de violência e a cobertura mediática.

3 Este movimento celebra a beleza, resiliência e criatividade das mulheres negras, desafiando padrões de beleza eurocêntricos e estereótipos que desumanizam ou desvalorizam mulheres negras. Criada em 2013 por CaShawn Thompson, a hashtag tornou-se rapidamente um símbolo global de empoderamento feminino negro, amplificando histórias de conquistas e promovendo autoestima e orgulho cultural.

Ao desafiar as narrativas hegemônicas e criar novas formas de expressão e solidariedade, o ativismo digital torna-se uma ferramenta indispensável para a construção de identidades pan-africanas e para a promoção de um imaginário que valoriza a agência, a criatividade e a resiliência das comunidades africanas e afrodescendentes. Este processo de construção identitária no espaço digital não só contribui para a descolonização do pensamento e das representações, mas também para a criação de laços de solidariedade que fortalecem a luta contra as estruturas de poder que perpetuam a colonialidade e a desigualdade (Brock, 2018; Nyabola, 2018).

4. O PAPEL DOS ALIADOS NO ATIVISMO DIGITAL ANTIRRACISTA E DECOLONIAL

O papel dos aliados no ativismo digital antirracista e decolonial é um elemento essencial para compreender as dinâmicas de solidariedade transnacional que caracterizam os movimentos contemporâneos. Como argumenta Collins (2000), os aliados devem posicionar-se como facilitadores, utilizando os seus recursos e privilégios para criar plataformas que amplifiquem as vozes das comunidades marginalizadas. Esse posicionamento é particularmente relevante no contexto digital, onde as redes sociais operam simultaneamente como espaços de mobilização e contestação. Ao partilhar conteúdos, promover debates informados e questionar narrativas hegemônicas, os aliados contribuem para o fortalecimento das lutas decoloniais, desafiando as hierarquias epistémicas e discursivas que historicamente perpetuam a exclusão (Quijano, 2000; Mignolo, 2011).

No ativismo digital, os aliados desempenham um papel crítico na amplificação de narrativas de resistência, mas essa amplificação deve ser conduzida com uma ética de não apropriação. Como sugere hooks (1989), o “talking back” é um ato de resistência que pertence às vozes diretamente impactadas pela opressão, cabendo aos aliados garantir que estas narrativas sejam ouvidas sem se sobreporem a elas. Fraser (1990) complementa ao argumentar que os espaços públicos alternativos são fundamentais para a articulação de discursos de resistência, especialmente no contexto digital, onde as comunidades marginalizadas podem confrontar as narrativas dominantes. Assim, os aliados podem apoiar a criação desses espaços seguros, tanto online quanto offline, garantindo que sejam inclusivos e respeitem as experiências e epistemologias das populações marginalizadas (Nyabola, 2018).

Além disso, os aliados devem compreender as complexidades associadas ao seu papel, reconhecendo as suas próprias posições de privilégio e as implicações das suas ações no reforço ou desconstrução das estruturas de poder. Grosfoguel (2007) alerta para o risco de perpetuação da colonialidade do saber e do ser, mesmo em contextos que aparentam ser emancipatórios. Portanto, o envolvimento ético dos aliados exige uma escuta ativa, um respeito absoluto pela autonomia dos movimentos e uma rejeição das práticas paternalistas. Este compromisso ético alinha-se com as práticas de “desobediência epistémica” defendidas por Mignolo (2011), que requerem um afastamento das lógicas eurocêntricas que continuam a informar as narrativas globais.

Daqui decorre que os aliados podem desempenhar um papel significativo na ampliação do alcance das reivindicações dos movimentos decoloniais e antirracistas. Ao construir pontes entre comunidades diversas e audiências globais, criam redes de solidariedade transnacional que transcendem as barreiras geográficas e culturais, fortalecendo a luta contra as estruturas de opressão. Como afirmam Brock (2018) e Nyabola (2018), essa prática evidencia o poder do ativismo digital enquanto ferramenta para desafiar narrativas hegemónicas e promover uma justiça social que reconheça e celebre a pluralidade das experiências humanas. Neste sentido, quando desempenhado com ética, comprometimento e um entendimento claro das dinâmicas de poder, o papel dos aliados torna-se um elemento indispensável na transformação das estruturas de poder e na promoção de narrativas inclusivas e emancipadoras.

5. COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA DE LIBERDADE E EMANCIPAÇÃO PAN-AFRICANISTA

A comunicação, quando utilizada como ferramenta de emancipação e consciencialização, desempenha um papel fundamental na construção de sociedades mais justas e inclusivas (Freire, 1970). Paulo Freire (1970) apresentou a comunicação como uma prática de liberdade, defendendo que o diálogo é uma forma de libertação que permite que os oprimidos se tornem conscientes de sua realidade e das estruturas de poder que os subjagam. Neste sentido, a comunicação não é apenas um ato de transmissão de informação, mas sim um processo de transformação social e de construção coletiva do conhecimento (Freire, 1970).

No contexto do ativismo digital, o conceito de Freire (1970) de comunicação como prática de liberdade torna-se ainda mais relevante, considerando que as plataformas di-

gitais oferecem um espaço onde o diálogo e a troca de experiências se tornam acessíveis a uma ampla variedade de vozes (hooks, 1989). bell hooks (1989) reforça a importância do “talking back” como um ato de resistência, onde a comunicação é utilizada para desafiar as estruturas de poder que historicamente silenciaram vozes marginalizadas.

A ideia de comunicação como prática de liberdade é especialmente visível nas campanhas digitais como #BlackLivesMatter, em que pessoas negras utilizam as redes sociais e os media sociais para denunciar a violência policial e o racismo sistêmico, procurando igualmente afirmar a dignidade e valor das vidas negras (Cullors, 2018). Estas campanhas não só dão visibilidade a questões muitas vezes ignoradas pelos media tradicionais, mas também criam espaços de solidariedade e partilha, onde a comunicação se torna uma prática de empoderamento e de resistência ao racismo e à opressão (Brock, 2018). Por outro lado, a comunicação digital permite a criação de “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983) que transcendem fronteiras geográficas e culturais, unindo pessoas em torno de causas comuns. Este processo reflete a visão de Freire (1970) de que a comunicação é um ato de transformação, capaz de criar novas realidades e possibilidades de ação coletiva.

A comunicação como prática de liberdade, portanto, não é apenas um processo de transmissão de informação, mas uma ferramenta de resistência, transformação e criação de novas possibilidades de existência e representação. O ativismo digital, ao promover o diálogo e a troca de experiências, permite que as vozes marginalizadas ocupem o espaço público, desafiando as estruturas de poder e criando um imaginário pan-africanista que celebra a diversidade e complexidade das identidades africanas e afrodescendentes (Ndlovu-Gatsheni, 2018).

CONCLUSÃO

Este artigo procurou evidenciar o papel fundamental que o ativismo digital desempenha na construção de um imaginário pan-africano decolonial, ao proporcionar um espaço de resistência, construção identitária e promoção de narrativas que desafiam as representações eurocêntricas e hegemónicas que ainda prevalecem no cenário mediático global (Mignolo, 2011; Nyabola, 2018). O ativismo digital, ao articular práticas de “talking back” (hooks, 1989) e ao promover o diálogo e a conscientização crítica (Freire, 1970), constitui um espaço vital para a descolonização da comunicação e para a afirmação das identidades africanas e da diáspora.

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

Procurámos desenvolver uma leitura crítica da literatura científica que permitisse responder à questão “De que forma é que o ativismo digital pode contribuir para a construção de um imaginário pan-africano decolonial e para a desconstrução das narrativas hegemónicas que perpetuam estereótipos sobre a África e as suas diásporas?” Entendemos que o ativismo digital, baseado em difusão de conteúdos indexados com hashtags nos media sociais, contribui para a construção de um imaginário pan-africano decolonial ao criar espaços online onde as vozes africanas e afrodescendentes podem expressar-se, partilhar experiências e afirmar a sua identidade de forma autêntica e livre das limitações impostas pelas narrativas hegemónicas eurocêntricas (Nyabola, 2018). O propósito é contestar as representações estereotipadas que retratam África como um continente homogéneo, subdesenvolvido e violento, apresentando ao mundo uma visão mais complexa e diversa das realidades africanas e dos seus descendentes (Brock, 2018).

O ativismo digital não desafia apenas a “necropolítica” (Mbembe, 2019) que ambiciona filtrar as vozes são representadas e valorizadas nos media, mas também cria espaços onde as experiências africanas e afrodescendentes são celebradas e reconhecidas (Brock, 2018). Esta prática de comunicação permite que identidades que foram historicamente marginalizadas recuperem a sua agência e legitimidade, contribuindo para a construção de um imaginário que valoriza a pluralidade e complexidade das experiências do Sul Global (Grosfoguel, 2011; Ndlovu-Gatsheni, 2018). Efetivamente, ao promover narrativas que celebram a riqueza cultural, a criatividade, a resiliência e as contribuições dos povos africanos e da diáspora, o ativismo digital desconstrói os estereótipos que perpetuam a desumanização e inferiorização das identidades africanas (Mbembe, 2019).

O artigo procurou igualmente aferir como é que a teoria demonstra que o pan-africanismo digital representa um elemento unificador, promovendo a união, solidariedade e ação coletiva entre as comunidades africanas e da diáspora. Através dos media sociais, o ativismo digital facilita a reconexão entre a diáspora africana e o continente, fortalecendo um sentido de pertença e partilha que transcende as fronteiras geográficas e culturais (Nyabola, 2018; Mignolo & Walsh, 2018).

Como referido anteriormente, no contexto do pan-africanismo e do ativismo digital, os aliados desempenham um papel crucial na promoção da solidariedade, amplificação de vozes e apoio à luta contra as injustiças e narrativas hegemónicas que perpetuam estereótipos sobre a África e as suas diásporas. Os aliados têm a respon-

sabilidade de usar as suas plataformas digitais para amplificar as vozes de ativistas africanos e afrodescendentes, em vez de se apropriarem da narrativa ou se colocarem como protagonistas da luta (Collins, 2000). A amplificação de vozes permite que as mensagens e reivindicações dos movimentos pan-africanistas e decoloniais alcancem um público mais vasto, reforçando a legitimidade das suas causas. Também no contexto da educação e consciencialização de outras pessoas sobre as questões que afetam as comunidades africanas e afrodescendentes (hooks, 1992), os aliados desempenham um papel importante. Ao desafiar publicamente discursos racistas, coloniais e eurocêntricos, os aliados também podem contribuir para a promoção de narrativas que respeitem e valorizem a diversidade e riqueza das experiências africanas e afrodescendentes (Nyabola, 2018). As pessoas aliadas devem reconhecer os seus privilégios e a posição que ocupam nas estruturas de poder, evitando assumir o protagonismo na luta pan-africanista (Brock, 2018). Devem antes agir como apoiantes, ouvindo as vozes dos que estão na linha de frente e respeitando a autonomia dos ativistas africanos e afrodescendentes na condução das suas lutas (Brock, 2018). Finalmente, os aliados podem ajudar a criar e promover espaços seguros e inclusivos, tanto online quanto offline, que são vitais para a construção de um movimento pan-africano decolonial que valorize a diversidade de vozes e perspetivas.

O desafio de descolonizar a comunicação e as narrativas que moldam o imaginário global é um processo contínuo que exige a participação ativa de comunidades, académicos, ativistas e profissionais da comunicação comprometidos com a justiça social e a promoção da diversidade (Smith, 2021). O ativismo digital assume-se uma relevante ferramenta para contestar e transformar as estruturas de poder que perpetuam a colonialidade, oferecendo um espaço onde as vozes africanas e afrodescendentes podem articular as suas experiências e construir um imaginário pan-africanista inclusivo e emancipatório (Mignolo, 2011).

As Ciências da Comunicação têm um papel central a desempenhar na promoção de uma abordagem decolonial, contribuindo para a compreensão das formas pelas quais o ativismo digital pode desafiar e subverter as estruturas de poder e representação que perpetuam a exclusão e o silenciamento de vozes africanas e da diáspora (Grosfoguel, 2007; Mignolo & Walsh, 2018). Para futuras investigações, é essencial explorar de forma empírica as intersecções entre comunicação, ativismo digital e colonialidade, bem como o papel que o ativismo digital desempenha na redefinição

do imaginário pan-africano e na promoção de práticas comunicacionais mais inclusivas, democráticas e justas (Ndlovu-Gatsheni, 2018; Nyabola, 2018).

Ao explorar e apoiar as práticas de ativismo digital que promovem a descolonização e a construção de um imaginário pan-africano, torna-se possível não apenas desafiar as estruturas de poder que perpetuam as desigualdades, mas também criar uma visão de futuro onde as vozes, saberes e experiências africanas e afrodescendentes sejam valorizadas e reconhecidas como parte integrante do diálogo global (Smith, 2021). Daqui decorre que o ativismo digital continua a desempenhar um papel crucial na criação de um mundo mais justo, inclusivo e diversificado.

BIBLIOGRAFIA

- Adi, H. (2018). *Pan-Africanism: A History*. Bloomsbury Publishing.
- Amaral, I. (2016). *Redes sociais na internet: sociabilidades emergentes*. Covilhã: Lab-Com.
- Anderson, B. (1983). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Bhabha, H. K. (2012). *The Location of Culture*. London: Routledge.
- Brock, A. (2018). Critical technocultural discourse analysis. *New Media & Society*, 20(3), 1012–1030. <https://doi.org/10.1177/1461444816677532>
- Castells, M. (2015). *Networks of outrage and hope: Social movements in the Internet age*. Polity Press.
- Collins, P. H. (2000). *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. London: Routledge.
- Crawford, K. (2016). Can an Algorithm Be Agonistic? Ten Scenes from Life in Calculative Cultures. *Science, Technology, & Human Values*, 41(1), 77–92. <https://doi.org/10.1177/0162243915589635>
- Cullors, P. (2018). *When They Call You a Terrorist: A Black Lives Matter Memoir*. St. Martin's Griffin.

- Du Bois, W. E. B. (1965). *The Souls of Black Folk*. A.C. McClurg & Co.
- Earl, J. & Kimport, K. (2011). *Digitally enabled social change: Activism in the Internet age*. MIT Press.
- Fanon, F. (1963). *The Wretched of the Earth*. Grove Press.
- Fanon, F. (1967). *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press.
- Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, (25/26), 56–80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gillespie, T. (2017). Platforms are not intermediaries. *Geo. L. Tech. Rev.*, 2, 198.
- Griffin, R. A. (2012). I AM an angry Black woman: Black feminist autoethnography, voice, and resistance. *Women's Studies in Communication*, 35(2), 138-157.
- Grosfoguel, R. (2007). The Epistemic Decolonial Turn. *Cultural Studies*, 21(2-3), 211–223. <https://doi.org/10.1080/09502380601162514>
- Grosfoguel, R. (2011). Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(1).
- Hall, S. (1996). Who Needs 'Identity'? In S. Hall & P. du Gay (Eds.), *Questions of Cultural Identity* (pp. 1-17). SAGE Publications.
- hooks, b. (1989). *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Boston, MA: South End Press.
- hooks, b. (1992) *Black Looks: Race and Representation*. Boston, MA: South End Press.
- James, C. L. R. (1938/1989). *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. Random House.
- Levinas, E. (1961). Totalité et Infini. Essai sur l'intériorité. *Revue de Métaphysique et de Morale*, 73(3).

Comunicação e Decolonialidade: O Papel do Ativismo Digital na Construção de um Imaginário Pan-Africano

- Maldonado-Torres, N. (2007). On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, 21(2-3), 240-270. <https://doi.org/10.1080/09502380601162548>
- Mbembe, A. (2019). *Necropolitics*. Durham and London: Duke University Press.
- Mignolo, W. (2011). *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham and London: Duke University Press.
- Mignolo, W., & Walsh, C. E. (2018). *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham and London: Duke University Press.
- Mpofu, S. (2017). Disruption as a communicative strategy: The case of # FeesMustFall and # RhodesMustFall students' protests in South Africa. *Journal of African Media Studies*, 9(2), 351-373. https://doi.org/10.1386/jams.9.2.351_1
- Mullings, L. (2004). Race and globalization. *Souls*, 6(2), 1-9. <https://doi.org/10.1080/10999940490506979>
- Njubi, F. (2001). New media, old struggles: Pan Africanism, anti-racism and information technology. *Critical Arts*, 15(1-2), 117-134. <https://doi.org/10.1080/02560240185310101>
- Ndlovu-Gatsheni, S. J. (2018). *Epistemic Freedom in Africa: Deprovincialization and Decolonization*. London: Routledge.
- Ng* ug* i wa Thiong'o, Ngugi, J., Gugi, J., Thiong'o, N. W., & Thiong'o, N. W. (1986). *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. J. Currey.
- Nkrumah, K., Arrigoni, R., & Napolitano, G. (1963). *Africa must unite*. London: Heinemann.
- Nyabola, N. (2018). *Digital democracy, analogue politics: How the Internet era is transforming politics in Kenya*. Bloomsbury Publishing.
- Padmore, G. (1974). Pan-Africanism or communism.
- Prah, K. K. (2006). *The African nation: The state of the nation*. Centre for Advanced Studies of African Society (CASAS).
- Quijano, A. (2000). Coloniality of power and Eurocentrism in Latin America. *International sociology*, 15(2), 215-232. <https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>

- Said, E. W. (1977). Orientalism. *The Georgia Review*, 31(1), 162-206.
- Smith, L. T. (2021). *Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples*. Bloomsbury Publishing.
- Vegh, S. (2013). Classifying forms of online activism: The case of cyberprotests against the World Bank. In M. McCaughey & M. Ayers (Eds.), *Cyberactivism: Online activism in theory and practice* (pp. 71–95). Routledge.

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

Delali A. Dovie

Centre for Ageing Studies, University of Ghana - dadovie@ug.edu.gh

Ama Esirifi Aidoo

Centre for Ageing Studies, University of Ghana - amaesirifaidoo@gmail.com

Ophelia Anarfi

School of Medicine, University of Health and Allied Sciences - oanarfi@uhas.edu.gh

Reginald Arthur-Mensah

Department of Nursing and Midwifery, Pentecost University College - ramensah@pentvars.edu.gh

Emelia Awude

Department of Nutrition and Dietetics, University of Health and Allied Sciences - emeliaawude@gmail.com

Cecilia Eliason

School of Nursing, University of Ghana - celiason@ug.edu.gh

Francis Normanyo

School of Humanities, Arts and Social Science, Dominion University College - normanyofransy@yahoo.com

Anna Gyaban-Mensah

Department of Psychology, University of Ghana - annag.mensah@gmail.com

Louisa Twumasi

Department of Psychology, University of Ghana - luesi.lt@gmail.com

Abstract

The COVID-19 pandemic created significant disruptions in the social organization of society globally, with far-reaching changes in all spheres of societal life. This paper aims to provide a comprehensive report on the impact of the pandemic on Ghanaian social institutions. A cross-sectional design was used. A sample of 30 males and females was purposively selected for the study. Data were collected through interviews and analyzed thematically. The findings disaggregated the impacts,

challenges, and prospects of the pandemic. The impacts encompass the undertaking of miniature political party campaigns in the 2020 elections and periodic state-led situational pandemic updates, financial insecurity, interruptions in work activities, the closure of schools, and markets, and family integration/bonding. Key challenges encountered were the reopening of schools, restrictions on social gatherings and movements, inadequate financial resources, abandonment of pandemic

death-related corpses, etc. The study revealed prospects at the individual (resort to digital modes of payment, relative adherence to rules and regulations), and institutional (local production of PPEs, e-preaching intensified), state (a paradigm shift in teaching and

learning – e-learning), and the facilitation of ad-hoc philanthropism at the individual and institutional levels. In conclusion, the pandemic is a dramatic source of social change that impacted social institutions in Ghana.

Keywords: Covid-19, social institutions, impact, challenges, prospects.

Compilação das Transformações Institucionais Sociais Decorrentes da Pandemia de COVID-19: Desafios e Perspetivas

Resumo

A pandemia de COVID-19 causou perturbações significativas na organização social da sociedade a nível global, com mudanças de grande alcance em todas as esferas da vida social. Este artigo tem como objetivo apresentar um relatório abrangente sobre o impacto da pandemia nas instituições sociais ganesas. Foi utilizado um desenho transversal. Uma amostra de 30 homens e mulheres foi selecionada intencionalmente para o estudo. Os dados foram recolhidos através de entrevistas e analisados tematicamente. Os resultados desagregaram os impactos, desafios e perspetivas da pandemia. Os impactos incluem a realização de campanhas políticas de pequena escala durante as eleições de 2020 e atualizações situacionais periódicas sobre a pandemia lideradas pelo estado, insegurança financeira, interrupções nas atividades laborais, o encer-

ramento de escolas e mercados e a integração e fortalecimento dos laços familiares. Os principais desafios encontrados foram a reabertura das escolas, as restrições a reuniões sociais e deslocações, os recursos financeiros inadequados e o abandono de cadáveres relacionados com mortes pela pandemia. O estudo revelou perspetivas a nível individual (recurso a métodos digitais de pagamento e a adesão relativa às regras e regulamentos), a nível institucional (produção local de equipamentos de proteção individual e a intensificação da pregação digital) e a nível estatal (mudança de paradigma no ensino e aprendizagem através do ensino à distância), assim como a facilitação do filantropismo ad-hoc a nível individual e institucional. Em conclusão, a pandemia foi uma fonte dramática de mudança social que impactou nas instituições sociais no Gana.

Palavras-chave: Covid-19, instituições sociais, impacto, desafios, perspetivas.

INTRODUCTION

The novel coronavirus is one of the most recent and deadliest global pandemics that affected both developed and developing countries (Kapata et al., 2020; Wang, 2023; World Health Organization (WHO), 2020). The World Health Organization officially announced on 12 January 2020 that the novel coronavirus first affected the inhabitants of Wuhan City, Hubei Province, China, in December 2019 (Maison et al., 2021; WHO, 2020; Yorke et al., 2022). Caused by the severe acute respiratory syndrome coronavirus (SARS-CoV-2) (Dovie et al., 2023; Wang, 2023; WHO, 2020), the WHO declared a public health emergency of international concern in January 2023 (Wang, 2023) with respect to the pandemic. As the COVID-19 pandemic deepened, economic and social stress, coupled with restricted movement(s) and social isolation measures, led to an exponential increase in gender-based violence across countries worldwide, including Ghana.

Many women were forced to “lock down” at home with their abusers while services to support survivors were being disrupted or made inaccessible. Notably, during such emergencies, social cohesion was already undermined, and institutional capacity and services were limited (Maison et al., 2021; United Nations, 2020). Compound economic impacts were especially felt by women and girls, who generally earn less, save less, and hold insecure jobs or live close to poverty. All these factors contribute to health-related social change. The rest of the paper is structured as follows: literature review, methodology, analysis and discussion of the results, and conclusion.

LITERATURE REVIEW

Social Change and Social Institutional Dynamics

Social change has been a factor of transformation in contemporary life worldwide, including in Africa and Ghana (Dovie, 2019; Nukunya, 2016). Social change is induced by a myriad of factors, including natural disasters. Such change in a given eco-

conomic setting may be due to modernization, industrialization, education, economic restructuring, as well as globalization (Wrigley-Asante, 2010). Social change refers to the significant alteration over time in human thought, behavior patterns, culture, and institutions of society (Nukunya, 2016). For example, any alteration in the structure or function of any part or parts leads to changes in the shape of the whole society (Addo-Fening, 2008; Parsons, 1951). Such alterations can be subtle and non-dramatic, thus giving the impression that society is stable. Social change in Ghana, and Africa as a whole, entails an interplay of traditional indigenous elements on one hand and the factors of colonialism on the other, resulting in a combination of both tradition and change.

Social change in countries occurs slowly. There is a sort of cultural inertia, especially in Ghana, that rarely confronts the status quo, even when the best interests of the people are not well served (Douglas, 2015). However, among other things, social change has several demerits, such as weakening the traditional family system, thereby making it ineffective as a reliable source of social support (Ayete-Nyampong, 2008; Doh et al., 2014).

Over the decades and at various times, Ghanaian social institutions have come under different influences, culminating in various changes. Some of these changes are due to internal factors such as civil wars, natural disasters, population growth, and pressure on available resources, whereas others are due to external factors such as foreign policies, the introduction of formal education, the monetization of the economy, Christianity/religion, and disease outbreaks, for example, COVID-19. The latter of these is the epitome of this article.

Among other things, social change affects social institutions in a variety of ways. Among those critical organs that enable society to experience cohesion and stability are social institutions. Social institutions have been created by humans from social relationships in society to meet basic needs such as stability, law and order, and clearly defined roles of authority and decision-making. Social institutions can broadly be defined as rules, policies, laws, conventions, shared expectations, and repeated practices that are instrumental in shaping human behavior (Kpessa-Whyte, 2018, p. 1). Chabal (2009) documents that in the 1980s, countries in sub-Saharan Africa witnessed transformations in institutions aimed at shaping the incentive structures for political actors and citizens. It is also worth noting that the COVID-19 pandemic has brought both positive and negative changes to social institutions, which the study seeks to explore.

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

Regarding the COVID-19 pandemic, Marston et al. (2020) argue that in some instances, curfews have been implemented with the threat of fines and/or imprisonment for breaching those controls. It has been observed that placing citizens in lockdown may have had psychological effects on a usually highly mobile population (Marston et al., 2020; Onyeaka et al., 2021).

Little did the world know that it was about to experience a bigger challenge, quite apart from those encountered as individual countries (Marston et al., 2020). This issue was not birthed from their respective shores but was imported from another context – the COVID-19 pandemic. This virus caused havoc and was not selective in whom it attached itself to, whether one was living in poverty, wealthy, a celebrity, an older adult, or a newborn child. However, the advice given and how individuals were able to protect themselves varied significantly based on wealth and, crucially, age. For many families, there was concern about how to entertain children while also keeping them up to date with schoolwork, managing their own work responsibilities, and dealing with financial worries. In essence, the pandemic had both individual and institutional-level effects (Maison et al., 2021; Owusu et al., 2023; Pokhrel & Chhetri, 2023). As a result, Maison et al. (2021) articulated that there remains a need for an in-depth understanding of the changes and challenges associated with COVID-19, including ways of coping with these challenges. It is this gap that the study sought to fill. Therefore, the objective of this study is to investigate the impacts of the COVID-19 pandemic on social institutions in Ghana.

METHODOLOGY

Study Setting and Design

The study was conducted in Accra and Tema in the Greater Accra Region of Ghana. It adopted interpretive phenomenology to investigate the lived experiences of individual Ghanaians during the COVID-19 pandemic regarding their views on the changes observed in social institutions induced by the pandemic. This phenomenological approach enabled the researchers to gain an in-depth understanding of the interconnections between participants' perceptions of social institutions and the impacts of the COVID-19 pandemic. Notably, the lived experiences are holistic and interrelated, making it sometimes difficult to delineate one experience from another.

Hence, this study presents findings that highlight the intersections between participants' perceptions regarding COVID-19-related social change impacts on Ghanaian social institutions.

Target Population and Sampling

The target population was ordinary Ghanaian citizens who were willing to participate in the study. Individuals who had experienced the COVID-19 pandemic were recruited for the research. The purpose of the study was explained to all participants, and those who volunteered and met the inclusion criteria were selected.

Study Participants

Thirty (30) participants were purposively recruited (15 women and 15 men) through purposive sampling (see Table 1). The ages of the study participants ranged from 18 to 60 years, while their educational backgrounds varied from no formal education to the master's degree level (see Table 1). As reflected in the table below, Ghanaian citizens with different work portfolios (e.g., public and civil servants, development strategists, IT specialists, entrepreneurs, lecturers/teachers, and students) took part in the study.

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

Table 1

Participant demographics

Respondents	Gender	Age	Marital status	Education	Occupation
R1	Female	50	Married	Second degree	Business woman
R2	Male	32	Single	Pursuing first degree	Civil Servant
R3	Male	24	Single	Pursuing first degree	Not working
R4	Female	35	Married	Senior High School	Activist
R5	Female	35	Married	Pursuing first degree	Civil Servant
R6	Female	32	Single	Diploma	Teacher
R7	Male	30	Co-habiting	Pursuing first degree	Civil Servant
R8	Female	40	Divorced	Pursuing first degree	Secretary
R9	Male	35	Married	Pursuing first degree	IT Specialist
R10	Female	36	Married	Pursuing first degree	Public Servant
R11	Female	41	Married	Second degree	Lecturer
R12	Female	31	Married	Pursuing first degree	Public Servant
R13	Female	37	Married	Pursuing first degree	Public Servant
R14	Female	34	Single	First degree	Public Servant
R15	Female	39	Married	Second degree	Business woman
R16	Female	51	Widow	Diploma	Public Servant
R17	Male	31	Single	First degree	Development Specialist
R18	Female	42	Married	First degree	International Relations Officer
R19	Male	29	Single	First degree	Development Specialist
R20	Male	27	Single	First degree	IT specialist
R21	Male	26	Single	First degree	Development Specialist
R22	Female	31	Single	First degree	Research Assistant
R23	Male	31	Single	First degree	Research Assistant
R24	Male	55	Married	First degree	Business woman
R25	Male	49	Married	First degree	Trader
R26	Male	31	Single	First degree	Taxi driver
R27	Female	60	Married	First degree	Retiree
R28	Male	19	Single	Pursuing first degree	Development Expert
R29	Male	31	Single	First degree	Development Specialist
R30	Female	18	Single	Technical level	Not working

Source: Field data

Data Collection Procedures

The individual interviews were conducted in English and lasted for 40 to 45 minutes. To elicit free individual expressions, open-ended questions were posed. Additionally, probes were used to gain an in-depth understanding of the phenomenon under investigation. The authors, who are experienced in qualitative interviewing, collected all the data. The choice of location and time for the interviews were at the convenience of the participants. Thirty (30) interviews were audio-recorded with digital voice recorders, with the consent of the participants. These 30 semi-structured interviews were conducted between March and September 2020. The study took place at individual participants' homes and/or at chosen locations in Accra and Tema. The interviews explored the experiences of the participants before, during, and close to the end of the COVID-19 pandemic. The interviews were transcribed verbatim, and field notes were taken on context and non-verbal behavior during the interviews. Reflections on the theme of the study obtained during data collection were also included as part of the field notes to ensure that the views of the participants were duly represented. Informed consent was obtained from all participants, and rigor was ensured through prolonged engagement and member checking.

Data Management and Analysis

In this study, concurrent data analysis was undertaken following the processes of qualitative analysis proposed by Smith et al. (2009). The data analysis technique used in this study is Interpretative Phenomenological Analysis (IPA). The step-by-step approach to the analysis in IPA comprised the following: 1) Reading and re-reading, 2) Initial noting, 3a) Developing emergent themes (Smith et al., 2009), 3b) Attending to reflexive echoes (Goldspink & Engward, 2018), 4) Searching for connections across emergent themes, 5) Moving to the cases, and 6) Looking for patterns across cases (Smith et al., 2009). These steps were illustrated with a worked example from a study on the impact of the pandemic.

It is essential to remember that qualitative analysis is inevitably a personal process, and the analysis itself is the interpretative work that the investigators undertook at each of the stages. The process of data analysis began by looking in detail at the transcript of one interview before moving on to examine the others, case by case. In looking for themes in the first case, the transcript was read several times, with the

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

left-hand margin used to annotate what was interesting or significant about what the participants indicated. The first stage of the analysis involved closely reading and re-reading the transcript to become as familiar as possible with the accounts. Each reading highlighted new insights. Some aspects of the interviews were richer than others and warranted more commentary. Some comments were attempts at summarizing and/or paraphrasing, while others were preliminary interpretations. For instance, there were comments on similarities and differences, echoes, amplifications, and contradictions in what the participants said.

This process continued for the entirety of the first transcript. Second, the other margin was used to document emerging theme titles, transforming the initial notes into concise phrases. The objective was to capture the significant qualities of the findings in the text, resulting in expressions that allowed connections within and across cases. Third, the transformation of initial notes into themes continued throughout the whole transcript. At this stage, the entire transcript was treated as data. The number of emerging themes reflected the richness of the content. Fourth, the emergent themes (namely legal, political, religious, economic, marriage and family, education, health, socio-cultural impacts, humanitarianism) were listed, and connections between them were sought and articulated. In this case, the order provided was chronological, depending on the sequence in which they appeared in the transcript.

The fifth stage entailed a more analytical ordering, as the researchers tried to make sense of the connections between the emerging themes. Some themes were clustered together, for example, economic institutional impacts and research and development innovations. As the clustering of themes emerged, it was checked against the transcripts to ensure that the connections aligned with the actual words of the participants. This form of analysis was iterative and included a close interaction between readers and the text. The researchers drew on their interpretative resources to make sense of what the participants said while constantly checking their own sense-making against the participants' accounts. This was easily done with the cut-and-paste functions in a standard word processing package. The materials were printed to assist with clustering, and as the clustering developed, the extracted materials were moved, condensed, and edited.

The next stage encompassed producing a list of the themes, ordered coherently. The above process identified clusters of themes that captured the concerns of the participants regarding the study's theme. The clusters were named. Overall, the themes from the first case helped to orient subsequent analyses. The researchers discerned

repeating patterns but also acknowledged new issues emerging as they worked through the transcripts. Thus, convergences and divergences in the data were recognized, noting ways in which accounts from participants were similar yet different. The initial transcript informed the analysis of the other transcripts. Evidence of the superordinate themes—legal impact in the form of national legislation, political impact, religious impact, etc.—assisted in illuminating them further.

The final stage involved moving from the final themes to a write-up and final statement outlining the meanings inherent in the participants' experiences. Here, the concern was to translate the themes into a narrative account, wherein the analysis became expansive again as the themes were explained, illustrated, and nuanced. The narrative arguments were interspersed with verbatim extracts from the transcripts to support the case(s). The researchers were careful to distinguish between what the participants said and the researchers' interpretation or account of it. The presentation strategy ensured that the results section contained emergent thematic analysis, while a separate discussion linked that analysis to the extant literature.

It is worth noting that the authors, as well as two independent persons, coded the data independently. Differences were discussed to reach a consensus on the most appropriate code for a piece of data. Two sociologists from Accra and two from Tema were purposively recruited to develop the themes generated in the study. Further, the generated emergent themes and sub-themes were discussed, and discrepancies were resolved by revisiting the data to ensure that the themes and sub-themes accurately represented the participants' worldview. The data was managed using NVivo software, version 11.

Trustworthiness in this study was maintained through several processes. First, the authors collected all the data, ensuring that similar questioning techniques were used. The utilization of the concurrent analysis approach ensured that themes were fully developed. Member checking—asking participants follow-up questions—was undertaken as a way of confirming the themes and sub-themes generated during concurrent analysis. This ensured that any gaps in the data were filled, and the participants reviewed and confirmed the themes generated as a true representation of their worldviews. A detailed audit trail was carried out.

ANALYSIS AND DISCUSSION OF FINDINGS

Findings

The COVID-19 pandemic protocols in Ghana encompassed the mandatory washing of hands under running water for at least 20 seconds, the use of sanitizers every 15 minutes, wearing of face and nose masks, maintaining social/physical distancing, implementing partial lockdowns, avoiding handshakes, wearing gloves, isolating those infected with the disease, and quarantine, all aimed at preventing the spread of the disease.

A Profile of the Impacts of the COVID-19 Pandemic on Ghanaian Social Institutions

This study emphasized the health challenges of the COVID-19 pandemic as an external source of social change. The participants' responses to the question, "What are your views about COVID-19-induced social change?" are profiled below. Notably, these responses have been disaggregated into political and national legislation, religious, economic, marriage and family, education, health, socio-cultural, science and technology, entertainment, and humanitarian impacts. Generally, it has been observed that:

"COVID-19 can be considered as a social change because it has affected almost all institutional areas." (Female participant)

"COVID-19 was one issue that has affected the world at large and changed the normal life patterns of every society." (Male participant)

National legislation: The Lockdown

Several legislations were instituted during the pandemic. These included the imposition of the Restrictions Act, 2020 (ACT 1012) (Republic of Ghana, 2020a); section 169 of the Public Health Act (ACT 851) (Ministry of Health, 2016); the Declaration of Public Health Emergency - Coronavirus Disease (COVID-19) Pandemic Instrument 2020 (Executive Instrument Number 1) (Republic of Ghana, 2020b); the issuance of the Electronic Communications System Instrument, 2020 (EI 63) (Republic of Ghana, 2020c); and the Novel Coronavirus COVID-19 National Trust Fund Act, 2020 (ACT 1013) (Republic of Ghana, 2020d). The specific protocols included a ban on all public gatherings, closure of schools, churches, mosques, and other places of worship, closure of markets and food joints, a ban on entry for incoming travel-

ers to Ghana from countries with 200 confirmed cases, mandatory quarantine for all travelers who arrived in Ghana 48 hours prior to the closure of the nation's borders, closure of Ghana's borders, partial lockdown, social distancing, mandatory use of face masks, and use of sanitizers.

For instance, the Greater Accra Region, Kasoa in the Central Region, and the Ashanti Region were locked down due to the COVID-19 pandemic from March 30 to April 19, 2020. However, on April 19, 2020, the lockdown was lifted after three weeks of its existence. The President of the state, Nana Addo Danquah Akufo-Addo, explained that this decision was based on data from testing and contact tracing, as well as the treatment of confirmed cases, including the plight of the informal sector, which is a crucial part of the economy. He said: "We are also looking at the demography of the disease itself in terms of the sick and in terms of death... What we would like to do as decision-makers is to balance all these factors and conclude on a set of solutions that will benefit our people and, of course, protect the economy of our country. All these have been the basket of issues that have led us to take this decision" (Ghana Broadcasting Corporation (GBC) news live telecast at 9 PM).

Furthermore, Ghana risked embarrassment if cases of lockdown violations were not addressed, due to clashes between police and military personnel and civilians who had flaunted the lockdown directives, especially in Kasoa, where residents were ordered to do sit-ups for flouting the directives. Thus, the Commission for Human Rights and Administrative Justice (CHRAJ) advised the high command of the security services to take necessary steps to strengthen the professional standards and behavior of security personnel to ensure that they operate within the ambit of the Constitution of Ghana as well as international human rights instruments. While the reported excesses may not be widespread, the associated risks could lead to slippery grounds if they were not checked immediately by holding accountable those who indulged in actions that could culminate in embarrassment to the government and the state (Prime General News, 2020).

Political Institutional Impacts

The year 2020 was one of Ghana's election years; thus, the processes regarding preparations for the elections were hampered due to the pandemic. Prior to the outbreak of the COVID-19 pandemic, political supporters followed their respective parties in large numbers when their political leaders went on campaign trails. This practice was not adhered to, as it provided a comfortable environment for the vi-

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

rus to spread. Political manifestos were launched and propagated under stringent COVID-19 safety measures. Consequently, political parties in Ghana adopted and intensified house-to-house campaigns or miniature campaigns to propagate their messages. This meant that politicians dedicated more time to party activities. It also implied that parties that did not engage their members closely saw a substantial portion of their support diminish. In other words, political parties were seen conducting mini campaigns in relation to their performance, as they had to forgo large outdoor campaigns. It was observed that:

“COVID-19 affected all the institutions in the world today. Political parties were not able to conduct their mass campaigns.” (Male participant)

“There were weekly information releases or announcements by the government regarding the COVID-19 pandemic, providing various updates on the situational status and requisite interventions”. (Male participant)

The situation described above could not have been avoided, given the pandemic’s impact(s).

Religious Institutional Impacts

The religious dimension addresses issues such as restrictions on the organization of religious activities. More specifically, the findings show that churches for instance encountered financial challenges, engaged in the utilization of technological devices for preaching, used mobile money as a medium for the collection of church offerings and tithes, and faced restrictions on movement(s). These points are clearly articulated in the quotes below:

“Church services were stipulated to last for only one hour, with a maximum of one hundred (100) people in the building at each gathering. Handwashing bowls, water, and sanitizers were provided at the entrances of the church buildings. Members wore PPEs to prevent any transmissions.” (Female participant)

“Religiously, people were restricted by law from meeting to fellowship, as their religious freedoms had been taken from them due to the pandemic’s restrictions.” (Female participant)

“Churches used technological devices to broadcast and telecast their preaching and messages. They also turned to mobile money for the collection of offerings and tithes.” (Female participant)

“There was the resort to mobile money and other electronic means of dispensing cash at church.” (Male participant)

In essence, these measures assisted the church in coping with the COVID-19 pandemic-associated restrictions, which, in turn, elicited compliance from the general population.

Economic Institutional Impacts

During the period of the lockdown, workplaces, and offices were closed, markets were empty for the *kayeyei* (or head porters), and the roads were devoid of hawkers; traffic was minimal, and shops and chop bars were closed to their attendants. All these circumstances implied starvation for the affected groups. Correspondingly, there were the homeless—hawkers, track pushers, *kayeyei*, among others—whose next meal depended on the next day's sales. Before the lockdown, when Ghana recorded its first COVID-19 cases, the inter-city transport businesses dwindled.

The Ghanaian president once said, "We know how to bring the economy back. What we do not know how to do is to bring people back to life" (Ministry of Finance, 2022). This statement was echoed by the voices of the study participants, highlighting the fact that COVID-19 induced financial insecurity, increased prices of goods and services, non-payment of salaries, layoffs of employees, and disruptions in the production and distribution of goods and services. For example:

"Those of us who work on a part-time basis or as casuals are going financially bankrupt because if you do not go to work, you will not be paid." (Male participant)

"For some time now, we have not been paid, and with the pandemic, the situation was even worse. We managed to get by during such extraordinary times, but to no avail. My employers failed miserably in this case by not paying us." (Female participant)

"The government could no longer engage in international trade, only local trade, and this has also boosted confidence in local industries." (Male participant)

"Cinemas, chop bars, and other recreational centers were not allowed to operate." (Male participant)

"Economically, all production, distribution, services, and other forms of economic activities were halted, as companies and even homes spent more than they produced for economic benefits." (Female participant)

The statements above have implications for the availability of funds for the daily upkeep of individual households.

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

Innovations

The above notwithstanding, there were innovation within the economic institution such as the production of PPEs (including face masks, nose masks, gloves, etc.), rubbing alcohol, and sanitizers. The Ghana Standards Authority granted production certification for a solar-powered automated handwashing machine manufactured by Richard Kwarteng to encourage safe handwashing practices under running water without touching the tap or the knob of the water receptacle (Graphic, 2020).

On this note, the participants were of the perception that:

“The shortage of sanitizers and nose masks induced innovations in the local production of these items by Kasapreko Industries and Givers Herbal Centre, to mention but a few (Male participant).

“McDan of McDan Shipping Company funded the production of hand sanitizers” (Female participant).

During the pandemic, such innovations at the local and national levels were necessitated by a desperate situation that warranted the institution of urgent measures as remedies.

Marriage and Family Institutional Impacts

In this context, it was observed that babies were born, particularly in bathtubs filled with water, as well as at home to avoid contracting the coronavirus. This implies a somewhat reversion to home births, including a resort to the services of traditional birth attendants. This also entailed the early return home of spouses, particularly males, some of whom assisted with household chores, reduced invitations to marriage ceremonies, and an increase in domestic violence. The participants stated that:

“My husband used to come home from work late, so he does not see his children before they go to bed and sometimes not even in the mornings since they leave for school at 6:00 am. As we speak, he is at home with them.” (Female participant)

“My husband is now at home, and he assists me with household chores.” (Female participant)

“The COVID-19 pandemic has led to an increase in domestic violence.” (Female participant)

“The number of people invited to marriage ceremonies was reduced to a total of 25 persons, resulting in a reduction in the cost of marrying.” (Male participant)

The impacts of the pandemic were both positive and negative. The positive aspect relates to parents, especially fathers, being at home, interacting with and socializing

their children while supporting with household chores. The negative aspect pertains to domestic violence.

Education Institutional Impacts

The government of Ghana, on the advice of the Ghana Health Service, closed all educational institutions (schools) in the country to stop further spread of the virus. As a result, schools had to switch to virtual learning (via Zoom, Sakai, Moodle, WhatsApp, etc.). Students across the country were not comfortable with this new order due to the challenges that accompanied it (such as high data costs and poor internet connectivity). However, today, the academic world has come to appreciate technology and has made virtual teaching and learning, a supplementary mode of learning implemented and/or extensively resorted to. Some schools resorted to learning platforms as a matter of urgency, while the internet data provided included those from MTN and Vodafone. The data illuminates the fact that:

“Before COVID-19, education was more classroom-based and characterized by face-to-face interactions between teachers and students. However, due to COVID-19, teaching and learning were primarily conducted online with limited contact between students and teachers” (Female participant).

“At Valley View University, for instance, what we term the e-learning system has facilitated teaching and learning since the government closed all schools in the country. Tuition took place via Zoom technology, WhatsApp, voice conference calls, among others. The school has conducted its examinations through the platforms mentioned above, yielding positive results” (Male participant).

“My university had a Memorandum of Understanding (MOU) with MTN/Vodafone regarding the free usage of mobile data for teaching and learning purposes on Zoom and Sakai platforms” (Female participant).

Some student participants were torn between using their limited financial resources for daily basic needs during the pandemic or for paying school fees arrears. A participant shared the following:

“They told us to pay the rest of our fees via MTN MoMo [mobile money]” (Male participant).

The change that emerged from the pandemic resulted in a shift to online teaching and learning. This also included an increased usage of mobile money transfers, even for the payment of school fees. Indeed, this expansion has extended to online seminars, webinars, workshops, and conferences, including hybrid formats that combine

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

in-person and online versions. This highlights the fact that the pandemic has brought about a paradigm shift in Ghana's educational system.

Health Institutional Impacts.

The pandemic resulted in adherence to COVID-19 legislation, including measures and protocols such as social distancing. This situation brought to light the strengths and weaknesses of Ghana's health system and institutions. It also led to the deaths of some patients. The following excerpts highlight the health-related impacts:

“Doctors also practiced social distancing with patients. Now, they do not see us in their consulting rooms; rather, they talk to us from another room through the phone.” (Male participant)

“Healthwise, people were quarantined and isolated in designated health facilities.” (Female participant)

“We take a lot of glasses of water combined with lemon, slices of garlic, and ginger each morning as a preventive measure against contracting COVID-19.” (Female participant)

“A prisoner suffered an asthma crisis and went to the hospital. The nurses mistook her for a COVID-19 patient and left her to die without attending to her. However, her autopsy report showed that she did not suffer from coronavirus but from asthma.” (Female participant)

“It really exposed the strengths and weaknesses of our health institutions and homes.” (Male participant)

The issues raised above highlight situational contexts in which people may die from causes other than coronavirus. However, such deaths may be attributed to COVID-19 if due diligence is ignored. Interestingly, certain measures (e.g., lemon, slices of garlic, and ginger concoctions) were instituted by individuals as a means of protecting themselves from the virus. These were observed in addition to the COVID-19 protocols.

Socio-cultural Impacts

The socio-cultural issues revealed in this context were diverse. They included fewer people at funerals, reduced costs of burying the dead, and the wearing of face masks, which was not previously the cultural norm but was adopted due to COVID-19. The socio-cultural observations include the following:

“A befitting burial is normally accorded dignity and respect when large numbers attend such funerals.” (Female participant)

“Limited numbers of individuals attended funerals while observing social distancing” (Female participant).

“The main aspect that affected culture was the wearing of face masks and the regular washing of hands. Additionally, overspending in the organization of funerals has reduced.” (Male participant)

“Some people also took advantage of this situation to bury their deceased family members quietly, without incurring significant costs.” (Female participant)

It is also worth reiterating the fact that the burial policy and/or protocol for COVID-19-related deaths involved the corpse being prepared by the government through the health facilities where the deceased died, supervised by environmental health officers. The family, however, decided whether they or the government would bury their dead. However, COVID-19 death-related corpses, were buried without the presence of family members, which implies that their graves may not be known to their relatives who could visit them later. Additionally, the pandemic led to a reduction in the number of people who attended funerals, resulting in somewhat lower costs, which has not been the usual norm; but a necessary adaptation to the situation became necessary.

Humanitarian Impacts

During the peak period of the COVID-19 pandemic in Ghana, the humanitarian actions discussed in this paper included those from the government, organizations such as Sikkens and the Amadia Foundation, the Centre for Ageing Studies, and individuals (e.g., John Dumelo, an actor and political aspirant; Togbe Afede XIV of Ho; Yusif Chibсах, etc.), (See Table 2 for details). This intimation is reminiscent of the pandemic’s prospects at multi-levels albeit state, organization/institutional, and individual levels.

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

Table 2

Donations for the vulnerable in society during COVID-19 pandemic

Item #	Date	Individual/organization	Area/city	Items	Source
1.	18/04/2020	John Dumelo	Ayawaso West Wuogon	Rice, cooking oil & other assorted items	
2.	13/04/2020	Sikkens	Kwahu Obomeng Community	200 bags of rice, 50 boxes of sardines, 50 bags of tin tomatoes, sacket water, boxes of water	Nana Kwame Andoh
3.	19/04/2020	Government of Ghana	Circle Dubai & Osu Presby Church	Rice, tin tomatoes, tubers of yam	Kasapafm
4.	12/04/2020	Yusif Chibsah	Zongo Community at Old Tafo	Bags of rice, canned foods & others	Ghana Premier League
5.	15/04/2020	Amadia Foundation	Tema	Rice, oil, tin tomatoes, water & hand sanitizers	News-Watch in Ghana (2020)
6.	26/03/2020	Togbui Afede XIV	Ho Teaching & Municipal Hospitals	100, 000.00 Ghana cedis	Kafui Kanyi

Compiled by authors, 2020

The above reflects the fact that the emergence of the COVID-19 pandemic fostered philanthropy in the Ghanaian society and worldwide. This was evident in donations, both in cash and in kind. In addition, the participants indicated that:

“The pandemic unearthed the spirit of philanthropy in ordinary Ghanaians, politicians, and others who made various donations, both financial and non-financial.” (Male participant)

“The government undertook free distributions of food items and health equipment to people living in poverty and vulnerable communities.” (Female participant)

These myriads of philanthropic displays are indicative of empathetic expressions and actions.

Effects of the Impacts of the Pandemic

The effects of the impacts of the pandemic are depicted in the article through science and technology, entertainment, creative arts industry and sports activities, and social protection measures discussed below.

Science and Technology

The corporate world could not halt its activities, as doing so could weaken the economy and push organizations into bankruptcy. Hence, actors in the corporate world, on the advice of health experts and the president, continued to work from their various homes through technological means. For instance, His Excellency Nana Addo Danquah Akufo-Addo held a virtual cabinet meeting while in self-isolation (quarantine). The media and other organizations granted interviews and held business meetings via Zoom. Additionally, markets were extensively established on social media platforms such as Facebook, WhatsApp, Instagram, Twitter, and Telegram. This aided the continuity of the smooth running of economic activities in Ghana.

Entertainment, Creative Art Industry, and Sports

On August 28, 2020, the Vodafone Ghana Music Awards (VGMA) held its 21st music awards ceremony for actors in the industry virtually. While watching the occasion from home, it was observed that the panache and euphoria typically seen and felt in previous VGMA awards were low or virtually non-existent. Actors in this industry have had to resort to virtual concerts to entertain their fans. This indicates that this has become the new order to facilitate the progress of all activities across various industries. Participants were required to observe certain protocols during these unusual times to ensure their safety. Additionally, the Ghana Football Association (GFA) suspended all leagues to enable it to strategize properly for operations. Event organizers suffered significant financial losses due to the pandemic.

Social Protection Measures

The COVID-19 pandemic elicited social protection measures instituted by the government, which included free water for three months and free electricity for three months, though conditions applied (i.e., disaggregated based on income levels). Business buffers in terms of credit facilities were made available to selected businesses.

“For instance, children were all at home, leading to an increase in expenditures related to utility bills, food, and other necessities. Fortunately, the government’s in-

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

tervention regarding water and electricity bills helped to some extent.” (Male participant)

“The government’s interventions also included reduced petrol prices and the absorption of water and electricity bills.” (Male participant)

“COVID-19-related social protection measures encompassed 600 million Ghana cedis for businesses.” (Female participant)

“Yes, I think almost everyone in Ghana benefited from these measures instituted by the government” (Female participant).

It is worth noting that although the government of Ghana provided the aforementioned social protection measures as freebies—such as the absorption of electricity and water bills targeted at people living in poverty and vulnerable groups of Ghanaians—there was a COVID-19 levy of 1% across board. This may imply that there is nothing for ‘mahala’ (i.e., for free). The former served as a buffer against high utility expenditures due to families spending more time at home. This included the provision of business capital to entrepreneurs to help sustain their businesses. These measures also entailed frequent reductions in fuel prices.

Challenges

The COVID-19 pandemic has led to new and far-reaching changes, as the discussions have shown, like the impacts of colonial rule. From a religious viewpoint, there was a reduced rate of cash inflows to the church because services could not be held in person. For instance:

“Ever since COVID-19 emerged, we have faced issues with church finances because there were no church services, and so the funds were not coming in as they used to.” (Male participant)

The above statement is a reflection of the lack of savings in the church, as church services are typically organized weekly to avoid a lack of funds—a situation exacerbated by the pandemic and is reflective of the savings behavior of the Ghanaian society generally. This has implications for both short-term and long-term savings behavior within the church and the larger Ghanaian citizenry. Such a situation necessitates awareness creation regarding savings, including fostering a positive change in behavior toward saving on a larger scale. This is a critical issue that needs to be addressed with future benefits in focus. Another challenge pertains to the abandonment of corpses during the pandemic, which left morgues overwhelmed with the management of spaces for corpses.

The data shows that the challenges encountered because of COVID-19 are diverse. Challenges associated with the lockdown were varied. One of the significant challenges involved the reopening of schools at that time, which required accommodating student numbers through monitoring and evaluation, providing requisite resources (e.g., Veronica buckets in all basic schools), and supplying PPEs where needed. Second, the switch from traditional learning mode to e-teaching and learning exposes teachers and learners to the challenge of frequent light-offs and inaccessibility to the internet or slow internet connectivity along with technological savviness or otherwise with implications for academic performance. This finding is in line with those of Adedoyin and Soykan (2020). Third, restrictions in terms of direct contact with significant others, and restrictions on movements (e.g., that reflected in the abhorrence for social gatherings including churches, mosques, restaurants /eatrries, markets, the streets, marriage ceremonies, funerals). Fourth, the reopening of schools, fifth, travel ban, sixth, alterations to active styles of life due to the lockdown, seventh, exposure to excessive heat, eighth, hunger and/or starvation, ninth, the defiance of some churches in organizing services, and 10 tenth, increased electricity and water usage, among others.

There were also significant financial resources needed to continue these efforts, along with concerns about the potential for the disease to spread even further. In confirmation, existing studies outline the following challenges from the COVID-19 pandemic: limitations of direct contact with people, restrictions on movement and travel, change in active lifestyle (Anaman et al., 2024; Maison et al., 2021), uncertainty about the future (Maison et al., 2021); digital transformation of instructional delivery came with several logistical challenges and attitudinal modifications (Ribeiro, 2020), socio-economic challenges of self-quarantine (lack of access to essential goods and services, loss of income, and poor housing conditions), (Anaman et al., 2024), health-related challenges (non-supply of essential PPEs such as face masks, development of oedema and weight gain), (Anaman et al., 2024), and psychological challenges (loneliness, boredom, and anxiety), (Anaman et al., 2024; Maison et al., 2021).

Overall, the COVID-19 pandemic precipitated two issues in the Ghanaian context: a health crisis and a hunger crisis. Whereas the wealthy feared the health crisis, people living in poverty were more concerned about the hunger crisis. The wealthy fear the virus, while people living in poverty fear hunger more than the virus. Put differently, the wealthy (i.e., the politicians) urged people living in poverty to stay at home, believing that this would save the situation; conversely, the people living in

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

poverty felt compelled to survive, knowing they might die of hunger rather than from the virus. Each group is therefore fighting for survival, but in different ways.

Therefore, the COVID-19 pandemic represented a significant alteration in the structure and function of various social institutions, leading to changes in the overall shape of society. Thus far, the pandemic has had profound effects on social institutions to a greater extent.

Prospects of the COVID-19 Pandemic

The reduction in petrol prices did not see a commensurate or corresponding reduction in the prices of goods and services; rather, the reverse occurred, with prices rising, perhaps facilitated by the COVID-19 pandemic. Idly, there should have been a corresponding reduction in prices. It is worth noting that, unlike in other parts of the world, especially in Western societies, a reduction in fuel prices typically warrants an attendant reduction in the prices of goods and services. However, this has never happened in the annals of Ghana. Therefore, the reduction in fuel prices during the era of the COVID-19 pandemic may be the first of its kind, but as exemplified elsewhere in the world, this trend must continue even after the pandemic, along with a corresponding reduction in the prices of goods and services.

There was a possibility that people created artificial shortages under such circumstances, and with the increasing demand, they raised prices of goods and services to make more profit, thereby creating price hikes. As a result, instead of the COVID-19 pandemic eliciting empathy from businesspeople of all walks of life, it led to unusual and exorbitant profiteering. Second, the reliance on virtual teaching and learning modes was one of the key prospects of the pandemic, as mentioned earlier.

The prospects also included government-level incentives, such as the state absorbing utility bills and a drastic decline in worldwide crime rates. Another dimension of the prospects of the pandemic relates to the organization of mass burials, private burials, or double funeral activities—namely, burial first and funeral later. In certain parts of Ghana, this did not go well, unlike among the Ashantis.

DISCUSSION

The objective of this paper is to investigate the impacts of the COVID-19 pandemic on social institutions. Social change is induced by a myriad of factors, including natural disasters, health challenges, and diseases, whether imported or not. This factor of social change, in the form of COVID-19, impacted social institutions in diverse ways. COVID-19 originated in another country but spread to almost all parts of the world, changing human lifestyles due to the safety precautions implemented. It can be considered as one of the greatest impacts on social institutions, altering the daily routines of individuals. Onyeaka et al. (2021) confirm that the impacts of the pandemic entail changes in the accessibility and structure of education delivery to students, food insecurity due to unavailability and fluctuation in prices, the depression of the global economy, increase in mental health challenges, wellbeing and quality of life amongst others.

The COVID-19 pandemic has transformed how societies function. It had negatively affected international trade, leading to the closure of country borders. COVID-19 is an external source of social change since it originated outside Ghana—from the Asian continent, particularly China, far from Ghana—and it is a global pandemic.

The COVID-19 virus is a type of virus that attacks the respiratory system and has caused deadly repercussions for many people (Mugisha, 2020). The seriousness of the pandemic prompted the government and the private sector to collaborate in educating, informing, and reducing the spread of the virus. The President of Ghana, through legislation and with support from various governmental agencies including other non-governmental organizations, issued a series of directives or protocols regarding the fight against the pandemic. These measures brought about various changes in social institutions in the country, particularly in the areas of family, education, sports, the economy, and religious institutions. This led to conformity to rules and regulations to a large extent in the context of the lockdown. As mentioned above, the pandemic facilitated a variety of innovations namely the production of PPEs locally as well as philanthropism at both the institutional and individual levels.

COVID-19 AND SOCIAL INSTITUTIONAL TRANSFORMATIONS

Politically, the government was in a risky position as the 2020 election approached. This highlighted the capacity for making tough policy choices and the implementation thereof. Such policy choices and the associated measures were taken to restrict public gatherings, international travels, use of face masks and social distance. Studies have shown that if such measures are adopted, the deaths caused by coronavirus will decrease (Anderson et al., 2020; Ferguson et al., 2020). Since there may be variations in the measures and the timing across countries, adherence and implementation of protective measures are dependent on institutional and behavioral factors. Storopoli et al. (2020) investigated factors associated with the adoption of such measures in a large sample of the Brazilian population and found that the effect of perceived vulnerability depends on the values of self-confidence and confidence in social institutions.

Religiously, the findings exposed the lax savings attitudes of the church during the COVID-19 pandemic including other aspects of the Ghanaian society. The use of technological devices for organizing services, including a cashless economic system of operation, were evident. It is well-known that cities, towns, and villages revolve around various activities, from attending weekly church services to organizing and attending funerals, and patronage of pubs, and cinemas, among others (Marston et al., 2020). These leisure activities were often the only connection individuals had with like-minded people, and which provided a means of socialization (Dovie et al., 2019).

Economically, the pandemic threatened the livelihoods of individuals and households on the one hand. Coincidentally, the youth bore a heavy economic burden during the pandemic, as most of them held casual jobs in sectors that were severely affected, such as the hospitality industry. On the other hand, there were innovations in PPEs, relating to the local production of masks and sanitizers and the manufacture of automatic water dispensers. Such innovations suggest that every misfortune can be a blessing in disguise. The lockdown had effects in terms of fighting the pandemic and restricted social relationships. Independent businesses were also negatively impacted, with significant effects on individuals' futures and, on health and social care services. In addition, Gössling et al. (2020) observed that the pandemic impacted the world economically from the viewpoint of tourism and the related restrictions imposed on it by the pandemic, whilst Drewes et al. (2021) emphasized the sports economic impact dimension of the pandemic. A key impact of the pandemic has

to do with a relative reduction in environmental pollution, which appeared to be a blessing in disguise (Muhammad et al., 2020).

The COVID-19 pandemic left individuals with three options regarding marriage: first, to marry amid fewer witnesses — about 10 persons or less (i.e., the couple, two parents or representatives from both sides, the officiating personnel, best man, and maid of honor), particularly those dressed in African print fabric; second, to have a virtual marriage that hosted the couple and officiating personnel online; and lastly, to postpone the marriage until after the pandemic. The latter reflects the biblical saying that love is patient, highlighting how those who wished to marry before the pandemic had their patience tested by pandemic-related restrictions and lockdowns. Given these multifaceted experiences, one might wonder if there is a possibility of a post-COVID-19 baby boom. Interestingly, Rotnem (2020) notes that there was a discussion among certain friends on Facebook regarding this prospect. Noteworthy is that if such a situation existed in reality, what would this cohort be called? Several suggestions were made, including ‘Coronials’ and ‘Quaranteens’ (Marston et al., 2020; Shoichet, 2021; *The Economic Times*, 2020).

In terms of education, young people’s education was disrupted due to truncation in the academic calendar, graduation periods, and delays in certification across the pre-primary, primary, lower, and upper secondary, and tertiary levels of education. Useful lessons included the promotion of technology in teaching and learning, which also sped up court proceedings and reduced congestion in the courts. During the COVID-19 pandemic, schools had to switch to online education, aligning with the findings of (Ferrer et al., 2022; Onyeaka et al., 2021; Pokhrel & Chhetri, 2023). However, some pupils and students could not access computers, the internet, or smartphones, placing some at an advantage and others at a disadvantage. Consequently, some students who performed well in a traditional classroom setting struggled with distance learning, which impacted their academic performance(s). This calls for massive orientation in technological savviness for citizens. Additionally, Eaton (2020) asserted that the pandemic also impacted research activities/work since students and postdoctoral fellows were engaged in minimal research efforts based on what could be done based on restrictions on laboratory access, and on fieldwork, while they adhered to state and university social distancing measures.

The Ghanaian government’s COVID-19 response strategies were aimed at stopping the importation of cases into the country by closing the nation’s borders; containing cases and slowing the spread of the virus; caring for those who tested positive;

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

minimizing the pandemic's financial impacts through support from the Ministry for Gender, Children and Social Protection (MGCSP); and boosting domestic production capacity for PPEs as stated above. Regarding social distancing, there were instances where directives to stay at home and maintain social distance were not adhered to at the community level, reflecting uncoordinated governance. Further, Power (2020) intimated that there was an increase in the care burden of women and families at large. UNFPA (2020) argued that the pandemic impacted its iconic aims such as family planning and ending gender-based violence, female genital mutilation as well as child marriages.

The UN (2020) documented that while early reports indicated that more men were dying from COVID-19, the health of women was generally adversely affected due to the reallocation of resources and priorities, including sexual and reproductive health services. Further, prospective mental health issues arising from the pandemic (Ahor-su et al., 2022; Marston et al., 2020; Mukhtar, 2020; Onyeaka et al., 2021; Thompson et al., 2024), for example in Pakistan (Mukhtar, 2020). This if not adequately addressed, affects not only those with pre-existing diagnoses but also those who enjoyed going to work and whose only contact was with colleagues (Marston et al. 2020). Similarly, Pappa et al. (2020) found that during the pandemic, depression, anxiety including insomnia prevailed among healthcare workers. Thompson et al., (2024) reported on access to healthcare, revealing worse access levels due to the pandemic and noting key barriers to care.

Funerals involve a value chain of activities, including services from undertakers, caterers, drinks and water sellers, and renters of canopies, tables and chairs. These were all economically affected due to restrictions on social gatherings, also known as social distancing. The COVID-19 pandemic elicited cultural adaptations in burial practices, requiring minimal social gatherings, which is not the norm in the Ghanaian context, where funerals are often mediums for celebration and displays of wealth or love for the deceased. During burial services, attendees were required to wear PPEs, and services were limited to one hour, similar to church services. Burials were conducted in the short term, with traditional funerals postponed for later dates. This represented a significant change in Ghana's funeral practices culturally. This potentially reduced the costs associated with organizing funerals and possibly leading to a scenario where funerals become less elaborate for some groups due to the substantial changes brought about by the pandemic. In furtherance to the direct deaths, Israfil Bhuiyan et al. (2020) observed that COVID-19 related deaths

included those induced through suicide as well as economic factors, for example in Bangladesh that is quite indirect.

Other studies found that control strategies implemented during the COVID-19 pandemic have put pressure on the weak mortuary services in African, that altered the traditional modes of observing burial rites, mourning, and grieving (Nejati-Zar-naa et al., 2021; Omonisi, 2020; Takyiakwa et al., 2023). It also withheld the respect and rights of the dead (Omonisi, 2020).

Ghanaians live in a communitarian society, embodying an “all for each and each for all” ethos. The Ghanaian people are inherently caring and hospitable, often exchanging pleasantries through handshakes and hugs. Particularly in urban centers, where entertainment is an integral part of life (e.g., nightclubs, street jams, beach activities), wherein men and women regularly meet with loved ones to socialize. Due to the pandemic, these socio-cultural activities changed while the Ghanaian people tried to embrace the changes. Handshakes evolved into elbow contacts, which were not a perfect substitute. The general populace had to wear face masks and shields in public spaces, a practice that was quite alien to the Ghanaian culture, although it was adopted and adapted for safety.

Thus, the COVID-19 pandemic served as a harsh stress test for institutional and individual health and social care activities. Institutionally, the health and care sectors relied heavily on adult family members (Hadley, 2015). Consequently, core social institutions such as marriage and family, socialization and child-rearing, the economy, chieftaincy, law and order, health facilities, leisure, and entertainment (Assimeng, 2014) have all been profoundly influenced by COVID-19. Other studies show that for example in Bangladesh and Somalia, NGO staff noted altered or absent services due to COVID-19 in multiple FCAS, comprising interrupted vaccine services for polio and measles, and suspension of new-born care (Rodo et al., 2022; Thompson et al., 2024). In Uganda, attrition in TB and HIV services for refugees was reported (Palattiyil et al., 2022; Thompson et al., 2024). In addition, Zambrano-Barragan et al. (2021) document that in Venezuela, refugees reported that the quality of health services they accessed had worsened during the pandemic.

Arguably, social change brings with it the need for social protection. Social protection involves the provision of goods and services, such as potable water and electricity, whether formal or informal, to reduce the risks and vulnerabilities faced by people (Doh et al., 2014; Gerard et al., 2020). The Ghanaian government instituted several social protection interventions, such as providing free water and electrici-

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

ty from March to December 2020, as measures to manage the COVID-19 pandemic and its associated issues. According to existing studies, a comprehensive social protection should consist of an emergency safety net that has an extensive coverage utilizing a broader patchwork of solutions through expansion in social insurance systems, building on existing social assistance programs, involving local governments and non-state institutions (Gerard et al., 2020), building state capacity (Muralidharan et al., 2016), cash transfers and community participation in public affairs (Orkin & Walker, 2020; Rutkowski et al., 2020).

As Douglas (2015) articulated those small improvements in public health, including access to clean water, electricity, transportation, and sanitation, can significantly reduce morbidity and mortality. These improvements, in turn, stimulate economic and social development while ensuring political stability. This implies that the government must recognize that human development is continually dependent on improved health status as a matter of national security.

The humanitarian dimension of the prospects of the pandemic refers to provisions made for vulnerable groups in the society, such as older adults, people living in poverty, orphans, abandoned individuals, and children, people living with disabilities, and those with long-term health conditions like diabetes, cancer, and chronic lung disease, including those without nearby families. At global, national, and local levels, numerous organizations—such as Feeding America, No Kid Hungry, Meals on Wheels, the Seattle Foundation, the CDC Foundation, NYC Organizations, and Save the Children—worked to ensure that food, aid, and medical supplies were provided to those in need during the COVID-19 era (Singu et al., 2020). Notably, the nutritional requirements of individuals vary across different stages of life, including during pandemic periods (Illich & Brownbill, 2010). For example, adult nutrition focuses on a balanced diet and a conducive lifestyle to prevent disease and maintain good health. Humanitarian actions discussed in this paper include those from the state government, organizations such as Sikkens and Amadia Foundation, and individuals. In other words, during the pandemic, the prospects of humanitarianism in the Ghana context occurred at the state, (other) institutional, and individual levels.

Existing empirical evidence reveals that pandemic preparedness had not been central to humanitarian and/or development narratives before the emergence of COVID-19, despite the known risks of an impending global health emergency. As a result, it has been intimated that humanitarian organizations should ensure that epidemics and pandemics are included in preparedness plans as a standard (Kerkvliet et al., 2024).

CONCLUSION

The objective of this paper is to investigate the impacts of the COVID-19 pandemic on social institutions. A cross-sectional design was used, along with interviews to generate data from a sample of 30 purposively selected participants, and interpretive phenomenological analysis was conducted. There are three main dimensions to the results -impacts, challenges and prospects.

First, regarding national legislation, the impacts included low-key political party campaigns without the engagement of large masses of people, restrictions on religious activities, brief interruptions in work activities, employee layoffs, increases in the prices of goods and services, and the closure of schools, restaurants, and markets. From the perspective of marriage and family, an increased reliance on traditional birth attendants and births in bathtubs pretained. The pandemic also strengthened bonding between parents and their children. The closure of schools led to disruption in the academic calendar and related adaptations. The COVID-19 pandemic originated in the health sector, from which it affected other social institutions in myriad ways. Indeed, the pandemic significantly transformed Ghanaian social institutions such as national legislation, politics, religion, the economy, marriage and family, education, health, and science and technology in distinct and uncommon ways. In other words, the pandemic began in the health sector and had a ripple effect on all other institutions discussed in this paper.

Second, the challenges included financial insufficiency related to daily sustenance and school fee payments at the individual and institutional levels. Another challenge was the abandonment of corpses during the pandemic, which was a significant source of grief. Third, the prospects encompassed the use of digital devices for preaching, the use of mobile money to secure church offerings from members, local production of PPEs, a shift to online teaching and learning modes, and an increased emphasis on humanitarian efforts.

In conclusion, this paper is a multi-level study that contributes to mapping various socio-economic parameters impacted by the pandemic.

CONTRIBUTIONS AND LIMITATIONS OF THE STUDY

The study, and therefore this article, delves into various dimensions of the COVID-19 pandemic and its impacts from a social institutional perspective, observed across multiple areas of society, namely legal, political, religious, economic, research development, and innovation, marriage and family, educational, health, socio-cultural, humanitarian, science and technology, entertainment, creative arts, and sports, as well as social protection dimensions. In essence, the findings highlight the multiple impacts of the pandemic, including both prospects and challenges. The results enhance the knowledge related to the influence of the pandemic in a comparative manner from a phenomenological research perspective.

However, despite the numerous benefits of phenomenological research, it does have its downsides. This research tool does not solve all issues by gaining insights from study participants alone. First, the small sample size yielded limited data, making it difficult for the researchers to draw complete conclusions about the phenomenon studied. Second, researcher bias is difficult to avoid, as the researchers attempted to remove their own experiences and prejudices from the analysis. Such bias could have contaminated the entire outcome of the study. Third, it was challenging to summarize and present the findings due to the qualitative nature of the research. Finally, the study was time-consuming.

It is suggested that future research should focus on targeting women and children in all efforts to address the socio-economic impact of COVID-19, using a larger sample size to allow for the generalization of findings to the larger population.

REFERENCES

- Addo-Fening, R. (2008). The Basel mission and social change in the 19th century Akyem Abuakwa society. *Universitas: Inter-Faculty Journal*, 11, 83-92.
- Adedoyin, O.B., & Soykan, E. (2020). Covid-19 pandemic and online learning: The challenges and opportunities. *Interactive Learning Environments*. <https://doi.org/10.1080/10494820.2020.1813180>

- Ahorsu, D.K., Lin, C.Y., Imani, V., Saffari, M., Griffiths, M.D., & Pakpour, A.H. (2022). The fear of COVID-19 scale: Development and initial validation. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 20, 1537–1545
- Anaman, S., Douglas, M., Ngmenkpieo, F., Amenuvegbe, G.K., Adoma, P. O., & Manu, E. (2024). Challenges associated with coronavirus disease (COVID-19)-related self-quarantine in Ghana: Lessons for future self-quarantine interventions. *PAMJ*, 47(5). <https://doi.org/10.11604/pamj.2024.47.5.41064>
- Anderson, R.M., Heesterbeek, H., Klinkenberg, D., & Hollingsworth, T.D. (2020). How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *Lancet*. 395(10228):931–934. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30567-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30567-5)
- Andoh, N.K. (2020). COVID-19: Sikkens donate food items to Kwahu Obomeng aged, vulnerable group. <https://www.mcdn.ampproject.org>.
- Assimeng, M. (2014). Religious aspects of social change in modern Ghana. In D.B.S. Dzorgbo & S. Tonah (Eds.), *Sociology and Development Issues in Ghana: A Reader in Sociology*, eds University of Ghana: Social Science Series, 9, 89-103.
- Ayete-Nyampong, S. (2008). *Ageing in contemporary Ghana*. Accra
- Chabal, P. (2009). *The state of governance in Africa*. Governance and APRM Programme Occasional Paper No. 26. SAIIA. Johannesburg, South African Institute of International Affairs.
- Doh, D., Afranie, S., & Bortei-Doku Aryeetey, E. (2014). Expanding social protection opportunities for older people in Ghana: a case for strengthening traditional family systems and community institutions. *Ghana Soc. Sci. J.*, 11, 26-52.
- Douglass, E.L. (2015). Health care, health status and Ghana's future. In N.A. Apt (Ed.), *Positioning Ghana: Challenges and innovations*. Ibadan: IFRA, pp. 161-218.
- Dovie, D.A., Doh, D., Odom, M.O., Kodom, M. & Mensah, H.N. (2023). COVID-19 Pandemic Vaccine uptake Acceptance, Hesitancy and Myths: The Worldview of Older Ghanaian Adults. *African Journal of Ageing Studies*. 1, 67-89.
- Dovie, D.A. (2019). The status of older adult care in contemporary Ghana: A profile of some emerging issues. *Frontiers in Sociology*, 4:25. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2019.00025>

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

- Dovie, D.A., Dzorgbo, D.B.S., Mate-Kole, C.C., Mensah, H.N., Agbe, A.F., Attiogbe, A. & Dzokoto, G. (2019). Generational perspective of digital literacy among Ghanaians in the 21st century: Wither now? *Media Studies*, 11(20), <https://doi.org/10.20901/ms.10.20.7>
- Drewes M, Daumann F, Follert F. (2021). Exploring the sports economic impact of COVID-19 on professional soccer. *Soccer Soc* 2021; 22(1–2): 125–137.
- Eaton, H. (2020). Science in lockdown: The effects of COVID-19 on research and researchers. <https://royalsociety.org/blog/2020/05/science-in-lockdown-part-one/>
- Ferguson, N., Laydon, D., Nedjati-Gilani, G., Imai, N., Ainslie, K., Baguelin, M. (2020). Report 9: Impact of non-pharmaceutical interventions (NPIs) to reduce COVID-19 mortality and healthcare demand, vol. 10, 2020. p. 77482. Imperial College London.
- Ferrer, J., Iglesias, E., Blanco, I., & Estavillo, J. (2022). Analyzing the impact of COVID-19 on university education: From disruption to recovery. *INTED2022 Proceedings*, pp. 8989-8996.
- Gerard, F., Limbert, C., & Orkin, K. (2020). Social protection response to COVID-19 crisis: Options for developing countries. *Oxf Rev. Econ Policy*, graa 026. <https://doi.org/10.1093/oxrep/graa026>
- Ghana Health Service (2020). Situation update, covid-19 outbreak in Ghana - 18 April 2020. Retrieved April 24, 2020, from <https://www.ghanahealthservice.org/covid19/>
- Ghana Premier League (2020). Covid-19: Yusif Chibsah's foundation donates to aged and less privileged in Kumasi. <https://www.ghanasoccer.com>
- Goldspink, S., & Engward, H. (2018). Shedding light on transformational online learning using five practice-based tenets: Illuminating the significance of the self. *The Asia Pacific Journal of Contemporary Education and Communication Technology*, 5, 2.
- Gössling S, Scott D, Hall CM. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. *J Sustain Tourism* 2020, 29(1), 1–20.

- Graphic (2020). Report on COVID-19 pandemic. Retrieved April 28, 2020, from <https://www.graphic.com.gh/news/general-news/gsa-certifies-solar-automated-hand-washing-machine.html>
- Hadley, R.A. (2015). The case of the invisible older childless men. The Fure of Care: ILC-UK [Online]. Retrieved August 2, 2020, from <http://bit.ly/2WBNTuV>
- Ilich, J.Z. & Brownbill, R.A. (2010). Nutrition through the life span: Needs and health concerns in critical periods. In T. W. Miller (Ed.), *Handbook of Stressful Transitions across the Lifespan*. New York: Springer, pp. 625-641.
- Israfil Bhuiyan, A.K.M., Sakib, N., Pakpour, A.H., Griffiths, M.A., & Mamun, M.A. (2020). COVID-19-related suicides in Bangladesh due to lockdown and economic factors: case study evidence from media reports. *Int J Ment Health Adict*. <https://doi.org/10.1007/s11469-020-00307-y>
- Kapata, N., Ihekweazu, C., Ntoumi, F., Raji, T., Chanda-Kapata, P., Mwaba, P., ... , Mfinanga, S. (2020). Is Africa prepared for tackling the COVID-19 (SARS-CoV-2) epidemic? Lessons from past outbreaks, ongoing Pan-African public health efforts, and implications for the future. *International Journal of Infectious Diseases*, 93, 233-236.
- Kasapafm (2020). COVID-19: PWDs benefit from government support. Retrieved April, 25, 2020, from <https://kasapafmonline.com>
- Kerkvliet, E., Bobin, K., Hafiz, S., & Morrison-Metois, S. (2024). The humanitarian response to COVID-19: Key lessons from COVID-19 for the next pandemic. <https://reliefweb.int/report/world/humanitarian-response-covid-19-key-lessons-covid-19-next-pandemic>
- Kpessa-Whyte, M. (2018). Reciprocity, mutuality and shared expectations: The role of informal institutions in social protection in Africa. *Contemporary Journal of African Studies*, 5(2), 1-25.
- Maison D., Jaworska, D., Adamczyk, D., & Affeltowicz, D. (2021). The challenges arising from the COVID-19 pandemic and the way people deal with them. A qualitative longitudinal study. *PLOS ONE*, 16(10), e0258133. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0258133>

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

- Marston, H.R., Musselwhite, C., and Hadley, R. (2020). COVID-19 vs social isolation: The impact technology can have on communities, social connections and citizens. Retrieved August 30, 2020, from <https://www.robinhadley.co.uk/contact-me>
- Ministry of Finance (2022). Address by the president of the republic, Nana Addo Dankwa Akuff Addo on updates to Ghana's enhanced response to coronavirus pandemic on Sunday, 27 March 2022. <https://mofep.gov.gh>
- Ministry of Health (2016). Section 169 of the Public Health Act (ACT 851). <https://www.moh.gov.gh/wp-content/uploads/2016/02/Public-Health-Act-851.pdf>
- Mugisha, F. (2020). COVID-19: Socio-Economic Impact in Ghana. *Briefing Note No. 1*, 1-3. <https://www.scirp.org/reference/referencespapers?referenceid=2986769>
- Muhammad, S., Long, X., & Salman, M. (2020). COVID-19 pandemic and environmental pollution: a blessing in disguise? *Sci Total Environ*, 728: 138820.
- Mukhtar, S. (2020). Pakistanis' mental health during the COVID-19. *Asian J Psychiatry*, 51: 102127.
- Muralidharan, K., Niehaus, P., & Sukhtankar, S. (2016). Building state capacity: Evidence from biometric smartcards in India. *American Economic Review*, 106(10), 2895–929.
- Nejati-Zarnaqi, B., Sahebi, A., & Jahangiri, K. (2021). Factors affecting management of corpses of confirmed COVID-19 patients during the pandemic: A systematic review. *J. Forensic Leg. Med*, 84:102273. <https://doi.org/10.1016/j.jflm.2021.102273>
- NewsWatch in Ghana (2020). Amadia Foundation donates to aged people in Tema. Retrieved May 1, 2020, from <https://www.newswatchgh.com>
- Nukunya, G.K. (2016). *Tradition and change in Ghana: An introduction to sociology*. Ghana Universities Press.
- Omonisi, A.E. (2020). How COVID-19 pandemic is changing Africa's elaborate burial rites, mourning and grieving. *Pan Afr Med. J.*, 35(Suppl 2): 81. <https://doi.org/10.11604/pamj.supp.2020.35.23756>
- Onyeaka, H., Anumudu, C.K., Al-Sharif, Z.T., Egele-Godswill, E., & Mbaegbu, P. (2021). COVID-19 pandemic: A review of the global lockdown and its far-reaching effects. *Science Progress*. 104(2). <https://doi.org/10.1177/00368504211019854>

- Orkin, K., & Walker, M. (2020). Cash transfers and community participation in public affairs: A village-level randomized controlled trial in Kenya. Working Paper, University of California.
- Owusu, B., Kutor, S. K. & Ablo, A.D. (2023). COVID-19 pandemic: Ghana and the geographies of blame. *GeoJournal*, 88, 279-290.
- Palattiyil, G., Kisaakye, P., Mwenyango, H, Katongole, S., Mulekya, F, Sidhva, D., Nair, H., & Bukuluki, P. (2022). Access to HIV/AIDS or TB care among refugees in Kampala, Uganda: Exploring the enablers and barriers during the COVID-19 pandemic. *J Migration Health*. 2022, 5:100098.
- Pappa, S., Ntella, V., Giannakas, T., Giannakoulis, V.G., Papoutsis, E., Paraskevi Katsaounou, P. (2020). Prevalence of depression, anxiety, and insomnia among healthcare workers during the COVID-19 pandemic: A systematic review and meta-analysis. *Brain Behav Immunity*, 88, 901–907.
- Parsons, T. (1951). *The social system*. Free Press.
- Pokhrel, S., & Chhetri, R. (2023). A literature review on impact of COVID-19 pandemic on teaching and learning. *Higher Education for the Future*, 8(1), <https://doi.org/10.1177/2347631120983481>
- Power, K. (2020). The COVID-19 pandemic has increased the care burden of women and families. *Sustain Sci Pract Policy*, 16(1), 67–73.
- Prime News Ghana (2020). *Ghana risks being embarrassed if cases of lockdown abuses are not checked*. <https://www.primenewsghana.com/general-news/ghana-risks-being-embarrassed-if-cases-of-lockdown-abuses-are-not-checked-chraj.html>
- Republic of Ghana (2020a). Imposition of Restrictions (Coronavirus Disease (COVID-19) Pandemic) Instrument, 2020 (Executive Instrument 64 of 2020). https://natlex.ilo.org/dyn/natlex2/r/natlex/fe/details?p3_isn=110060
- Republic of Ghana (2020b). the Declaration of Public Health Emergency - Coronavirus Disease (COVID-19) Pandemic Instrument 2020 (Executive Instrument Number 1). <https://natlex.ilo.org/dyn/natlex2/natlex2/files/download/110057/GHA110057.pdf>
- Republic of Ghana (2020c). Electronic Communications System Instrument, 2020 (EI 63). <https://verfassungsblog.de/wp-content/uploads/2020/05/E.I.-63.pdf>

A Compilation of COVID-19 Pandemic Based Social Institutional Transformations: Challenges and Prospects

- Republic of Ghana (2020d). Novel Coronavirus COVID-19 National Trust Fund Act, 2020 (ACT 1013). <https://www.kimathilegal.com/downloads/Act%201013.pdf>
pdf
- Ribeiro, R. (2020, April 14). How university faculty embraced the remote learning shift. EdTech Magazine. <https://edtechmagazine.com/higher/article/2020/04/how-university-faculty-embraced-remote-learning-shift>
- Rodo, M., Singh, L., Russell, N., & Singh, N.S. (2022). A mixed methods study to assess the impact of COVID-19 on maternal, newborn, child health and nutrition in fragile and conflict-affected settings. *Conflict & Health*, 16(1):30.
- Rotnem, J. (2020). Personal Facebook profile – permission granted. Private discussion thread on a news thread about the name of a future cohort.
- Rutkowski, M., Mora, G., Bull, B., Guermazi, C., & Grown, C. (2020). Responding to crisis with digital payments for social protection: Short-term measures with long-term benefits. <https://blogs.worldbank.org/voices/responding-crisis-digital-payments-social-protection-short-term-measures-long-term-benefits>
- Shoichet, C.E. (2021). Meet gen C, the Covid generation. CNN. <https://edition.cnn.com/2021/03/11/us/covid-generation-gen-c/index.html>
- Singu, S., Acharya, A., Challagundla, K., & Byrareddy, S. N. (2020). Impact of social determinants of health on the emerging COVID-19 pandemic in the United States. *Frontiers in Public Health*, <https://doi.org/10.3389/fpubh.2020.00406>
- Smith, J. A., Flowers, P., & Larkin, M. (2009). *Interpretative phenomenological analysis: Theory, method and research*. London: Sage.
- Storopoli, J., da Dilva Neto, W.L.B., & Mesch, G.S. (2020). Confidence in social institutions, perceived vulnerability and the adoption of recommended protective behaviors in Brazil during the COVID-19 pandemic. *Social Science & Medicine*, 265, 113477.
- Takyikwaa, D., Tuoyire, D.A., & Doku, D.T. (2023). Culture and pandemic control at the crossroads: Navigating the burial guidelines for COVID-19 related deaths in a Ghanaian setting. *BMC Health Services Research*, 519(2023).

- The Economic Times. (2020). Covidivorces, quarantine and coronials: Why coronavirus puns and neologisms are going viral. <https://economictimes.indiatimes.com/magazines/panache/covidivorces-quaranteens-and-coronials-why-coronavirus-puns-and-neologisms-are-going-viral/articleshow/75057681.cms?from=mdr>
- Thompson, N., Kyaw, K.W.Y., Singh, L., Cikomola, J.C., Singh, N.S., & Roberts, B. (2024). The effect of COVID-19 on the non-COVID health outcomes of crisis-affected peoples: A systematic review. *Conflict and Health*, 18:37.
- UNFPA. Impact of the COVID-19 pandemic on family planning and ending gender-based violence, female genital mutilation and child marriage, <https://www.unfpa.org/resources/impact-covid-19-pandemic-family-planning-and-ending-gender-based-violence-female-genital>
- United Nations (2020). Policy brief: The impact of COVID-19 on women. <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/06/report/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en-1.pdf>
- Wang, A. (2023). The COVID-19 pandemic in 2023: Far from over. *The Lancet*, [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(23\)00050-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(23)00050-8)
- Wrigley-Asante, C. (2010). Rethinking gender: Socio-economic change and men in some selected communities in the Greater Accra region of Ghana. *Ghana Social Science Journal*, 7(1), 52-71.
- WHO (2020). Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. Retrieved December 1, 2020, from https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019?gclid=CjwKCAiAt9z-BRBCEiwA_bWv-JFvtlJOikx2AXqrzhPt3EHG-bQgHaNujaunFl0w3cjbv8SkPxpH9dRBoCqdMQAvD_BwE
- Yorke, E., Boima, V., & Mate-Kole, C.C. (2022). The vulnerable ageing population and COVID-19 Exploring biological and related factors. In C.C. Mate-Kole & A. Essuman (Eds.), *Contemporary issues in ageing in Ghana: A multidisciplinary approach*. Digibooks.
- Zambrano-Barragan, P., Hernández, S.R., Freier, L.F., Luzes, M., Sobczyk, R., Rodríguez, A., & Beach, C. (2021). The impact of COVID-19 on Venezuelan migrants' access to health: A qualitative study in Colombian and Peruvian cities. *J Migration Health*, 3:100029.

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

José Eduardo de Melo Barros

Universidade Federal da Paraíba Brasil - jeduardobarros@hotmail.com

Rita de Cássia de Faria Pereira

Universidade Federal da Paraíba Brasil - rita__faria@yahoo.com

Marcelo da Costa Borba

Universidade Federal Rural da Amazônia Brasil - marccelodacosta@gmail.com

Abstract

Food-related impulsivity is described in literature as a regulatory response to negative emotions. However, it is unclear whether emotional regulation can mediate the relationship between psychological traits and eating motivations and impulsivity in food purchasing. This article analyzes the influence of impulsive traits, anxiety, and eating motivations on impulsivity in food purchasing considering the mediating role of emotional regulation. A convenience sample was accessed during the COVID-19 pandemic, consisting of Brazilians, mostly female, with high income, average age of 35 years, and average BMI of 25.87. The hypotheses were tested using Structural Equation Modeling with the Partial Least Squares method (PLS-

SEM). The results show that individuals with a tendency to impulsive purchases and with greater difficulty in regulating emotions tend to be more impulsive in food purchasing. The tendency to impulsivity and trait anxiety seem to impair emotional self-control, while adopting functional goals can contribute to self-control. Furthermore, individuals with a higher tendency toward impulsivity appear to cope worse with their emotions when they do not have health goals. The segregation of trait and state anxiety and the inclusion of the emotion regulation construct offer theoretical contributions to the literature. This study also discusses managerial and well-being implications for consumers.

Keywords: Anxiety, Emotion regulation, Impulsivity in Food Purchase.

Caindo em Tentação: O Papel da Regulação Emocional na Relação Entre Ansiedade, Determinantes da Impulsividade e Compra de Alimentos

Resumo

Este artigo analisa a influência dos traços de impulsividade, ansiedade e motivações alimentares na impulsividade alimentar, considerando o papel mediador da regulação emocional. Foi desenvolvido e avaliado um modelo conceptual de hipóteses, utilizando a modelação de equações estruturais. Os resultados mostram que os indivíduos com tendência para compras impulsivas e com maior dificuldade em controlar impulsos emocionais tendem a ser mais impulsivos nas compras de alimentos. A tendência para a impulsividade e os traços de ansiedade pare-

cem comprometer o autocontrolo emocional, enquanto o estabelecimento de objetivos funcionais pode contribuir para o autocontrolo. Além disso, indivíduos com maior tendência para a impulsividade parecem lidar pior com as suas emoções, quando não mantêm objetivos dietéticos ativos relacionados com a saúde. A segregação de estados e traços de ansiedade, bem como a inclusão do construto de regulação emocional, oferecem contributos teóricos para a literatura sobre compras impulsivas. Este estudo também discute implicações de gestão e bem-estar para os consumidores.

Palavras-chave: Ansiedade, regulação emocional, impulsividade na compra de alimentos.

INTRODUCTION

Why do individuals “fall into temptation”? Despite awareness of negative consequences, people often make deleterious food consumption choices. This behavior aligns with the concept of impulsive buying, characterized by unique mechanisms influencing decision-making (Iyer et al., 2020; Rook, 1987; Rook & Fisher, 1995). Internal factors, such as personality traits and motivations, affect food-related decisions, but the ability to regulate emotions appears pivotal (Fenton-O’Creevy et al., 2018) there is disagreement about whether this is functional or dysfunctional and the extent to which it causes financial harm. This paper draws on data from a U.K. national survey sample (N = 109,472, particularly in eating behavior (Pivarunas & Conner, 2015). The Covid-19 pandemic has exacerbated emotionally driven eating, leading to loss of control and increased food intake, especially among those experiencing

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

heightened psychological distress (Ramalho et al., 2022; Yoldas Ilktac et al., 2022).

Food-related impulsivity is widely recognized as a regulatory response to negative emotions (Müller, 2024; Tice et al., 2001). Emotional instability factors, such as anxiety, and impulsivity are linked to deficits in emotion regulation (Gratz & Roemer, 2004). Research has connected negative emotional states at the time of purchase with increased impulsivity (Islam et al., 2021; Silvera et al., 2008; Sofi, 2020; Thompson & Prendergast, 2015). Impulsivity and difficulties in emotional regulation are strong predictors of unhealthy eating behaviors, particularly those involving highly palatable, calorie-dense foods (Müller, 2024; Pivarunas & Conner, 2015; Tice et al., 2001).

Impulsive purchases are shaped by physical and psychological traits, motivations (e.g., utilitarian or hedonic), and consumer resources (e.g., time and money constraints), mediated by mood states and self-control (Iyer et al., 2020). However, the literature reveals inconsistencies regarding the relationship between affects (emotions) and impulse buying due to a confusion between the potentially discreet influences of momentary emotional state and affection as a personality trait, respectively (Thompson & Prendergast, 2015). Considering that the impulsive buying literature has sought to understand psychological effects and specific emotions (Sofi, 2020), it seems relevant to segment anxiety as a psychological trait determinant of impulsivity and anxiety as an emotional state, whose role is transitory.

Self-control is another critical factor in understanding impulsivity (Vohs & Faber, 2007), but its interplay with emotions remains underexplored (Iyer et al., 2020). Specifically, whether emotional regulation (Gross, 2014; S.-Y. Lee et al., 2020) mediates the relationship between psychological traits, motivations, and impulsive food purchasing requires further investigation. Additionally, studies increasingly focus on the combined effects of determinants of impulsivity (Iyer et al., 2020).

This study examines how impulsivity and anxiety traits, alongside food motivations, influence impulsive food purchasing, with emotional regulation as a mediating factor. Conducted during the Covid-19 pandemic, this research addresses theoretical gaps by exploring how impulsivity and anxiety traits interact with emotional self-control and how pre-existing food motivations moderate this relationship. Furthermore, it evaluates how emotional self-control impacts transient anxiety states and impulsive food purchasing.

1. EMOTIONS

Emotions involve person-situation transactions that capture attention. These transactions hold meaning for the individual based on their active and relevant goals, eliciting coordinated yet flexible responses from multiple systems that critically alter the ongoing person-situation interaction (Gross, 2014). Generally, when individuals experience emotional distress, they tend to succumb to immediate impulses (such as consuming drugs, making expensive purchases, or eating high-calorie foods) to alleviate discomfort, prioritizing short-term emotional regulation over long-term benefits (Rook & Gardner, 1993; Tice et al., 2001). However, anxiety state plays a distinct role by prompting a more acute avoidance response and a focus on seeking safe outcomes, in contrast to other negative emotions such as sadness or anger (K. Lee et al., 2011).

1.1. Anxiety

Anxiety disorders encompass conditions characterized by excessive fear and anxiety. Fear is the emotional response to a real or perceived imminent threat, whereas anxiety relates to the anticipation of future threats (American Psychiatric Association, 2014). The literature distinguishes between State-Anxiety (SA), a momentary and transient condition, and Trait-Anxiety (TA), which is linked to personality and assumes a more stable and enduring nature (Caci et al., 2003; Spielberger et al., 1970). Given the reported positive relationship between trait anxiety and its momentary manifestation (Caci et al., 2003), where SA is a natural consequence of TA (American Psychiatric Association, 2014), including in marketing studies (Thompson & Prendergast, 2015), we propose the following hypothesis:

H₁: Trait Anxiety has a **positive relationship** with State-Anxiety.

1.2. Difficulty in emotion regulation

Emotion regulation refers to the processes by which individuals manage their emotions—how they feel, experience, and express them (Gross, 2014). Gratz and Roemer (2004) propose a multidimensional model of emotion regulation, which includes the ability to control impulsive behavior. This dimension reflects individuals' difficulty in regulating impulsive actions when experiencing negative emotions. Difficulty in

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

Emotion Regulation (DER), or emotional dysregulation, arises from deficiencies in one or more of these dimensions (Esperidião-Antonio et al., 2008). For example, individuals may exhibit impulses driven by learned behaviors, innate tendencies, or habits. Emotion regulation essentially involves overriding such natural tendencies and replacing them with an alternative response or inhibiting the impulse altogether (Tice & Bratslavsky, 2000).

Considering that trait anxiety is associated with a heightened susceptibility to negative emotions (American Psychiatric Association, 2014; Caci et al., 2003) and that this psychological trait correlates with greater difficulty in emotion regulation (Cisler & Koster, 2010; Paivio & Greenberg, 1998), we propose the following hypothesis:

H₂: Trait-Anxiety maintains a **positive** relationship with Difficulty in Emotion Regulation.

2. IMPULSIVITY

Impulsive purchasing refers to consumers' tendency to make spontaneous, unreflective, and immediate purchases, often driven by proximity to a desired product, emotional triggers, and the potential for immediate gratification (Rook & Fisher, 1995). According to Iyer et al. (2020), impulsive purchases are influenced by three factors: psychological traits (e.g., the tendency toward impulsive buying), motivations (e.g., utilitarian or hedonic), and consumer resources (e.g., time and money constraints). These determinants interact with individuals' levels of self-control and mood states, mediating their impact on impulsive buying behavior.

Tice and Bratslavsky (2000) describe emotional self-regulation, or emotion regulation, as a form of self-control involving three components: standards, monitoring, and strength. In contexts such as food consumption, difficulty in emotion regulation can disrupt other self-control mechanisms. For instance, individuals may prioritize affective regulation through food over regulatory goals, such as hunger-satiety states or long-term dietary objectives (Herman & Polivy, 2011; Rook & Gardner, 1993; Tice et al., 2001).

In addition to emotion regulation, assumed as a construct that represents the emotional self-control of individuals (Tice & Bratslavsky, 2000), emotional states (circumstantial condition) also mediate impulsive behavior determinants and impulsive buying behavior (Iyer et al., 2020), especially negative emotions (Badgaiyan &

Verma, 2014; Sun & Wu, 2011), including in food purchasing contexts (Verplanken et al., 2005). Iyer et al. (2020) highlighted that emotions and self-control exert joint effects, potentially as simultaneous or serial mediators, with self-control influencing emotional states. Assuming a serial mediation where self-control affects emotional states and recognizing that DER modulates the intensity of anxiety, we propose the following hypothesis:

H₃: Difficulty in Emotion Regulation maintains a **positive** relationship with State-Anxiety.

2.1. Determinants of Impulsivity

The types of food motivation, along with subjective norms—social pressures influencing individuals to adopt behaviors based on their social relationships—are key components of impulse purchasing (Iyer et al., 2020). In this context, the literature identifies three primary dietary goals for consumers: functional, hedonic and social (symbolic) goals. Functional goals focus on improving health or reducing health risks through food consumption. Hedonic goals prioritize the sensory enjoyment and pleasure derived from eating. Social (symbolic) goals emphasize social relationships and consumer identity expressed through food (Bublitz et al., 2013).

In hedonic terms, impulse buying is a complex phenomenon, often accompanied by emotional conflicts. Individuals engaging in impulse purchases tend to give less consideration to future consequences (Rook, 1987). Punj (2011) proposed that individuals strive to balance pleasure-seeking and self-regulation. As internal motivation increases, so does the likelihood of impulsive buying. However, while hedonic motivations often downplay future consequences, functional eating goals encourage long-term awareness, focusing on health-related outcomes. This dynamic can help individuals override immediate cravings for pleasurable foods (Tice & Bratslavsky, 2000).

Social goals, similarly, are shaped by situational factors and past experiences. For instance, consumers' prior impulse purchases often serve as internalized social norms for evaluating the desirability of future impulse purchases (Rook & Fisher, 1995). The search for personality expressiveness in consumption leads to impulsive purchases (Sofi, 2020) and, as food is also an expression of consumers' identity, social norms affect situational self-control (Roth et al., 2001). For example, individuals may adjust their food intake based on the presence of opposite-sex members (Bublitz et

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

al., 2013), while young people are more strongly influenced by peer behavior (Duarte et al., 2013). When alone, however, individuals are more likely to disregard social norms and behave impulsively (Roth et al., 2001; Sofi, 2020).

Consumers' motives—whether internal (hedonic or utilitarian) or external (social)—reflect their enthusiasm toward specific goals, shaping beliefs about food consumption, such as using food for emotional relief during negative states (Iyer et al., 2020). Since motivations differentially affect self-control, their relationships with DER also vary. Functional goals foster greater self-control, while hedonic and social goals focus on situational factors, reducing self-control. Based on this, we propose the following hypotheses:

H_{4a}: Functional Motivation maintains a **negative** relationship with Difficulty in Emotion Regulation.

H_{4b}: Hedonic Motivation has a **positive** relationship with Difficulty in Emotion Regulation.

H_{4c}: Social Motivation has a **positive** relationship with Difficulty in Emotion Regulation.

Another determinant of impulsive buying behavior is the Tendency to Purchase Impulsively (TPI), defined as the degree to which an individual exhibits unintentional, immediate, and thoughtless purchasing tendencies (Rook & Fisher, 1995). TPI is considered an antecedent of impulsive buying behavior, with its effects mediated by individuals' self-control mechanisms (Iyer et al., 2020; Rook & Gardner, 1993). Unlike impulsive buying behavior, TPI represents a relatively stable consumer trait that may or may not translate into observable actions (Sun & Wu, 2011).

While TPI often provokes intense emotional desires and sudden, irresistible urges to purchase immediately (Tice et al., 2001), individuals typically attempt self-control to resist such impulses (Muraven & Baumeister, 2000; Tice & Bratslavsky, 2000; Vohs & Faber, 2007). Given that Difficulty in Emotion Regulation (DER) reflects challenges in managing emotions, we propose the following hypothesis:

H₅: the Tendency to Purchase Impulsively maintains a **positive** relationship with Difficulty in Emotion Regulation.

2.2. Impulsivity in Food Purchase

In this study, Impulsivity in Food Purchase (IFP) refers to impulsive behaviors in food-related contexts triggered by external stimuli, such as marketing cues. Highly

palatable foods, particularly those high in fat and sugar, are readily available and commonly associated with impulsive purchases in supermarkets (Narasimhan et al., 1996). Impulsive consumers are especially vulnerable to these food categories (Verplanken et al., 2005). Another widely utilized strategy by retailers is price discounts, which have been identified as a significant driver of impulsive buying (Islam et al., 2021; Vohs & Faber, 2007). Marketing stimuli, including price discounts, product placement, and attractive displays, are recognized as effective external triggers for impulsive purchases (Iyer et al., 2020).

In this study, the IFP scenario involves a context combining financial rewards (price discounts) with the desire for a palatable, sweet, high-fat food (ice cream). Research indicates that individuals with high impulsivity traits are more likely to engage in impulsive buying behaviors, as buying represents the behavioral manifestation of these psychological traits (Islam et al., 2021; Rook & Fisher, 1995; Rook & Gardner, 1993; Sun & Wu, 2011). Based on this, we propose the following hypothesis:

H₆: the Tendency to Purchase Impulsively maintains a **positive** relationship with Impulsivity in Food Purchase.

The literature suggests that individuals with difficulties managing emotions are more likely to eat in response to emotional cues, as eating may serve as their primary means of effectively regulating emotions (Pidgeon et al., 2013; Tice & Bratslavsky, 2000). This tendency is particularly evident in the consumption of sweet or high-fat foods, which can reduce cortisol levels and alleviate perceived stress (Konttinen et al., 2010; Pivarunas & Conner, 2015).

Since food can act as a source of emotional relief (Tice et al., 2001) and impulsive consumption of palatable foods is often triggered by stress (Konttinen et al., 2010; Pivarunas & Conner, 2015; Verplanken et al., 2005), it is anticipated that, in a context of reward, individuals with greater Difficulty in Emotion Regulation (DER) will exhibit higher levels of impulsivity due to these external stimuli. Thus, we propose:

H₇: Difficulty in Emotion Regulation maintains a **positive** relationship with Impulsivity in Food Purchase.

The relationship between State-Anxiety (SA) and food impulsivity is more nuanced. On one hand, impulsive purchases often stem from sudden urges combined with intense emotional desires for immediate gratification (Tice et al., 2001). Negative emotions such as anxiety are often associated with emotional eating (Crockett et al., 2015) in part because individuals seek balance or “to feel better” through food (Herman & Polivy, 2011; Pidgeon et al., 2013).

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

On the other hand, SA, characterized by a diffuse sense of threat, induces feelings of suspense, tension, and apprehension (Arkin & Ruck, 2007). This state is associated with hypervigilance, cautious behavior, and self-preservation tendencies (American Psychiatric Association, 2014; Cisler & Koster, 2010). Empirical marketing studies indicate that anxious consumers often minimize risks and prefer safer options (K. Lee et al., 2011). Psychological aspects of SA, such as hypervigilance, defensive behavior, and avoidance, function as suppressors of impulsive or unpredictable actions (Cisler & Koster, 2010). Therefore, we hypothesize:

H₈: State-Anxiety maintains a **negative** relationship with Impulsivity in Food Purchase.

3. METHOD

3.1. Participants

The sample was composed by an online survey. The data collection was carried out in social network forums with the student population and food-themed forums. We chose to carry out the collection in a short period (72 hours, between April 24 and 27, 2020) to avoid very sudden changes in the scenario. Participants were asked to agree to an Informed Consent (IC), which explained the research interests, the condition of voluntary participation, and the possibility of abandoning the questionnaire at any time. Incomplete questionnaires that did not agree with the IC or individuals outside the requested age range (20 to 59 years due to BMI calculation) were invalidated.

We used the software *G*Power*, version 3.1.9.2, to define a minimum a priori sample. The collected sample (n=234) was 2.4 times greater than the software recommendation, according to the established parameters (significance: 5%, effect size=0.15, test power=0.80, and maximum number of predictors of a construct=6), as instructed by Ringle, Silva and Bido (2014). The participants who made up the sample were Brazilian, mostly female (70.9%), predominantly single (58%), with a mean age of 35 years (σ : 10.4 years), income household income of 6,583 Reais (σ : 4,932 reais), and an average BMI of 25.87 (σ : 4.63).

3.2. Design and instruments

Priming. Before starting the instruments, respondents accessed a priming text with the aim of eliciting the pandemic context. The priming effect can be understood as an unconscious stimulus to which an individual is exposed and that influences his or her response to a subsequent stimulus (Bargh, 2006). This priming was intended to highlight the respondents' state of anxiety due to the COVID-19 pandemic. Two groups of respondents were randomly assigned. Each group accessed a news story containing information about COVID-19, one with milder information and the other with more vehement information about the consequences of the pandemic. The priming texts did not imply significant differences in SA levels (mean difference = -0.11, 95% CI [-0.31, 0.09]), so we considered the participants as members of a single sample.

Tendency to purchase impulsively. Tendency to Purchase Impulsively was measured by the *Buying Impulsiveness Scale* (BIS) of Rook and Fisher (1995), translated in and validated to the Brazilian context (Aquino et al., 2020) with a mean age of 35.8 years (SD = 12.8). The instrument is composed of nine items, with affirmative propositions about habitual behaviors in the consumption environment. The participants self-reported their agreement on a five-point scale. The higher the scores, the greater the levels of tendency to impulsivity. We adapted the scale, taking it from a generic impulse buying trend to a specific context of shopping in a supermarket.

Anxiety. To measure state and trait anxiety, the *State-Trait Anxiety Inventory* (STAI) of Spielberger, Gorsuch and Lushene (1970) was used in its reduced version (STAI-6) validated for Brazilian subjects (Fioravanti-Bastos et al., 2011). The STAI-6 is composed of two distinct scales. The first identifies the state and the second the trait of anxiety. We used only the subscales of present state of anxiety (three items), which measures the intensity of emotions, and of present trait anxiety (three items), which measures the occurrence of the trait, both anchored on four-point scales.

Emotion regulation. The construct Difficulty in Emotion Regulation (DER) was measured using the *Difficulties in Emotion Regulation Scale* (DERS) of Gratz and Roemer (2004), in its translated in and validated version to the Portuguese context (Coutinho et al., 2010). We selected the subscale referring to the domain 'difficulties in controlling impulsive behavior' when experiencing negative emotions (six items), whose answers are self-reports of agreement, anchored on a five-point scale. The higher the score, the greater the difficulty in emotion regulation. Brief changes were necessary in the propositions to adapt the content to the Brazilian public, but without any semantic changes.

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

Motivations. To measure the types of food motivations, we developed three items (one for each type of motivation) based on the food goals defined by Bublitz (2013). Through self-reported responses of agreement on a five-point scale, individuals expressed their levels of functional motivation (“I maintain dietary goals consonant with my health objectives”), hedonic (“I maintain eating habits privileging the gustatory pleasure and the experience of consuming food”), and social (“I maintain eating habits taking into account people close to me and people who are references for me”).

Impulsivity in Food Purchase. The instrument Impulse Purchase in Context (Campos & Lins, 2021), which is an adapted approach based on the BIS scale (Rook & Fisher, 1995), aims to measure impulsive purchases in specific contexts. It was used for our IFP construct. The instrument has three items anchored on a five-point agreement scale. The higher the scores, the greater the levels of impulsivity in purchasing in rewarding contexts. An impulsivity-promoting scenario was created from external reward appeals (we used price and food type). We indicated to respondents a promotion of a regular pot of ice cream, that is, not diet/light (to show a deleterious food option), with an 80% discount.

Control Variables. Finally, control variables relevant to the phenomenon were collected to characterize the sample and measure the invariance of relationships in sociodemographic terms, according to the literature. We asked respondents for gender, age, marital status, family income, weight and height, the latter for the purpose of calculating BMI.

3.3. Analysis procedures

In order to evaluate the measurement and test the hypotheses of the proposed theoretical model, the analysis of the collected data was carried out using Structural Equation Modeling (SEM). Due to the exploratory nature of the proposed model, we adopted the method *Partial Least Squares Path Modeling* (PLS-PM) (Hair Jr. et al., 2010). T statistics was used, and the confidence intervals were estimated by bootstrapping from 5,000 re-samplings with *Bias-corrected and Accelerated* (BCa) correction. To assess the presence of outliers or items with little variability, the unimodal nature of histograms generated by bootstrapping was analyzed (Bido & Da Silva, 2019). The measurement model was evaluated based on the convergent and discriminant validity, in addition to the reliability and multicollinearity of constructs.

4. RESULTS

4.1. Adequacy of the measurement model

Table 1 shows that the internal consistency of the scales, assessed by composite reliability (CC), obtained good adequacy indexes ($CC > 0.8$). The convergent validity, verified through the average variance extracted (AVE), showed a good fit for the constructs ($AVE \geq 50\%$). Five items of the TPI construct were excluded from the model in order to improve the AVE (Bido & Da Silva, 2019). These items had loads were lower than 0.7, but their exclusions did not represent significant improvements in AVE. The motivation items (functional, hedonic, and social) are unique and do not make up a scale. Therefore, their factorial loads are not shown presented in Table 1.

Table 1

Item factor loadings, convergent validity, and internal consistency

Construct	Load	T statistics
State Anxiety - SA (AVE: 0.74; CC: 0.90)		
I'm tense.	0.895	48.821*
I feel nervous.	0.893	49.238*
I'm worried.	0.790	21.420*
Trait Anxiety - TA (AVE: 0.67; CC: 0.86)		
I worry too much about unimportant things.	0.767	17.436*
I get tense and upset when I think about my problems at the moment.	0.813	26.251*
I feel nervous and restless.	0.876	54.723*
Tendency to Purchase Impulsively - TPI (AVE: 0.51; CC: 0.81)		
I should buy things without thinking.	0.599	5.137*
"I see it. I buy it"; this statement could describe me in this situation.	0.862	24.853*
"Buy now and think about it later"; this statement could describe me.	0.676	6.510*
I would carefully plan most of my purchases (<i>reverse</i>).	0.702	9.150*
Difficulty in Emotion Regulation - DER (AVE: 0.58; CC: 0.89)		
I experience my emotions overwhelmingly and out of control.	0.662	11.744*
When I'm "down" I'm out of control.	0.815	29.822*
When I'm "down" I feel out of control.	0.779	19.472*
When I'm "down" I feel like I can stay in control of my behaviors (<i>reverse</i>).	0.688	14.395*
When I'm "down" I have difficulty controlling my behaviors.	0.811	32.881*
When I'm "down" I lose control of my behaviors.	0.796	23.988*
Impulsivity in Food Purchase - IFP (AVE: 0.78; CC: 0.91)		
I would feel like buying the ice cream on the spur of the moment.	0.889	32.816*
I would be willing to buy ice cream spontaneously.	0.841	24.450*
I would be willing to buy ice cream as soon as I saw the sale.	0.909	50.606*

Note: *Significance: $p < 0.001$. **Source:** Prepared by the authors.

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

Table 2 shows means and dispersions per construct, as well as correlations. According to the Fornell and Larcker criterion, it appears that there is discriminant validity in the developed model considering that the square roots of the extracted average variances (diagonally highlighted) are considerably higher than the correlations between latent variables.

Table 2

Discriminant validity and descriptive statistics of latent variables

Latent Variable	Mean	Standard deviation	AVE and Correlations								
			SA	TA	FM	HM	SM	TPI	DER	IFP	
SA	2.41	0.81	0.86								
TA	2.30	0.73	0.49	0.82							
FM	3.08	1.32	-0.14	-0.22	1.00						
HM	3.53	1.18	0.03	0.03	0.05	1.00					
SM	2.67	1.24	0.07	0.05	0.20	0.21	1.00				
TPI	1.60	0.69	0.01	0.08	-0.17	0.17	0.04	0.72			
DER	2.13	0.74	0.32	0.54	-0.24	0.04	0.08	0.18	0.76		
IFP	3.43	1.30	0.02	0.14	-0.18	0.07	0.02	0.21	0.18	0.88	

Note: Captions: SA (State Anxiety), TA (Trait Anxiety), FM (Functional Motivation), HM (Hedonic Motivation), SM (Social Motivation), TPI (Tendency to Purchase Impulsively), DER (Difficulty in Emotion Regulation), and IFP (Impulsivity in Food Purchase).

Source: Prepared by the authors.

Given the convergent and discriminant validities and the good internal consistency of the model, we performed the analysis of path coefficients of the theoretical structural model.

4.2. Analysis of path coefficients of hypothesized relationships

Table 3 shows the relationships of the theoretical structural model, with hypotheses and sub-hypotheses. The hypotheses H_1 , H_2 , H_4a , H_6 , and H_7 were true, considering the p-values associated with the coefficients (β) and the directions (signs) of the relationships. We consider H_5 partially true due to its marginally significant coefficient ($p \leq 0.07$). Although functional motivation is significant to explain emo-

tion regulation (H_{4a}), motivations related to hedonism (H_{4b}) and social norms (H_{4c}) were not confirmed. The state anxiety (SA) was not significant both as an antecedent of IFP (H₈) and as a mediator between DER and IFP (H₃).

Table 3

Analysis of hypothesized relationships in the theoretical model

Structural Path	Coef. β	T value	Hypothesis	Situation
TA \rightarrow SA (+)	0.441	6.581*	H ₁	True
TA \rightarrow DER (+)	0.494	8.100*	H ₂	True
DER \rightarrow SA (+)	0.085	1.295 (n.s.)	H ₃	False
FM \rightarrow DER (-)	-0.130	2.116**	H _{4a}	True
HM \rightarrow DER (+)	0.002	0.027 (n.s.)	H _{4b}	False
SM \rightarrow DER (+)	0.078	1.410 (n.s.)	H _{4c}	False
TPI \rightarrow DER (+)	0.115	1.804***	H ₅	Partially True
TPI \rightarrow IFP (+)	0.187	3.323*	H ₆	True
DER \rightarrow IFP (+)	0.153	2.236**	H ₇	True
SA \rightarrow IFP (-)	-0.034	0.477 (n.s.)	H ₈	False

Note: Significances: *p-value \leq 0.01; **p-value \leq 0.05; ***p-value \leq 0.07; and (ns) not significant.

Source: Prepared by the authors

To improve the theoretical understanding of the phenomenon and refine the understanding of the relationships between constructs, we propose a new structural model considering only significant relationships. We excluded the hedonic and social motivation variables. We chose to also exclude the SA construct considering that it does not maintain a significant relationship with IFP.

4.3. Final Structural Model Proposition

We estimated a final structural model (see Table 4) with all structural parameters significant or marginally significant ($p=0.067$). We included control variables looking for moderating effects in the model but found no significant relationships. However, we verified a significant interaction between the constructs FM and TPI, negatively affecting the DER.

Our model revealed that the TA, TPI and FM constructs have a high explanatory power of DER (33%) and that the TPI and DER have a low explanatory power

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

(0.06%) of IFP, according to the fitting criteria (R^2 adjusted) (Cohen, 1988). The relative importance of structural coefficients was estimated by the magnitude of the effect (f^2). Given Cohen's references (1988), only the relationship between TA and DER can be considered large ($f^2 > 0.35$), and the others had a small effect ($f^2 > 0.02$). As for the moderating effect, the interaction between TPI and FM on the DER can be classified as medium in size, according to the criterion $f^2 > 0.01$ (Hair Jr. et al., 2017).

Table 4

Final structural model

Structural Path	Coef. β	T value	VIF	f^2	Adjusted R^2
TPI \rightarrow DER	0.119	2.055 [*]	1.031	0.021	0.330
TA \rightarrow DER	0.501	8.710 [*]	1.054	0.362	
FM \rightarrow DER	-0.113	1.821 ^{**}	1.077	0.018	
TPI*FM \rightarrow DER	-0.159	2.228 [*]	1.000	0.034	
TPI \rightarrow IFP	0.189	0.544 [*]	1.033	0.037	0.058
DER \rightarrow IFP	0.144	3.387 [*]	1.033	0.021	

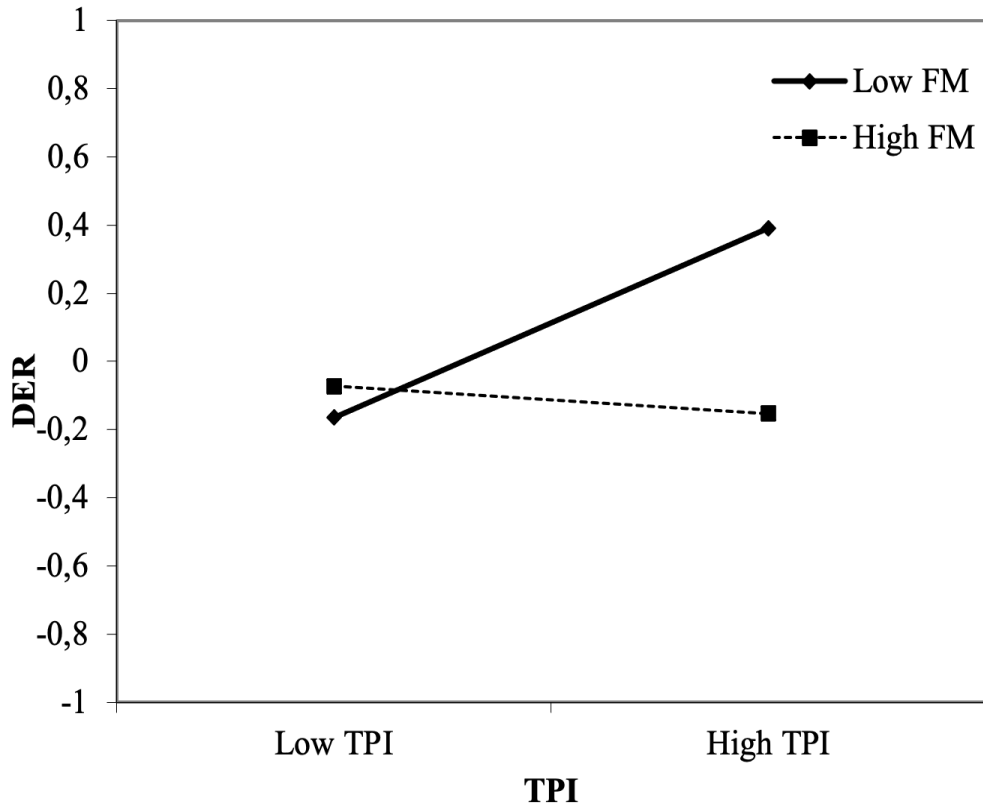
Note: Significances: *p-value ≤ 0.01 , and **p-value ≤ 0.07 .

Source: Prepared by the authors.

In addition to the direct relationships between TPI and FM with DER, we found that there is a significant interaction (moderation) between TPI and FM that affects the decrease in DER. As Figure 2 shows, whose variables were standardized via *z-score*, higher levels of FM (one standard deviation above the mean) do not change the DER level of individuals for any TPI level. The sharp slope of the line for lower FM levels (one standard deviation below the mean) denotes a greater effect of the interaction between FM and TPI, with a positive impact on the DER. This means that individuals who have a high tendency to impulsive purchases and to maintain low levels of functional goals must have a greater difficulty controlling impulses related to emotions.

Figure 1

Moderating effect of Functional Motivation (FM) on the relationship between Tendency to Purchase Impulsively (TPI) and Difficulty in Emotion Regulation (DER).



Source: Prepared by the authors based on the “two-way linear interaction effects” worksheet of Dawson (2014).

We discuss in the following section the relevance of the findings of this study and their theoretical and practical implications.

5. DISCUSSION

Our findings reveal that trait anxiety and the tendency to purchase impulsively (TPI) are significant determinants that positively influence the difficulty in emotion regulation (DER), while functional motivations exert a negative effect on DER. Both TPI and DER were identified as predictors of impulsivity in food purchases (IFP). Interestingly, hedonic and social motivations, as well as state anxiety (SA), showed no significant influence on DER or IFP.

As hypothesized, emotion regulation mediates the relationship between psychological traits and motivations with impulsive food buying. The determinants demonstrated a high explanatory power for DER, with trait anxiety exerting a particularly strong negative influence on emotional self-control. This aligns with prior studies highlighting the impact of this psychological trait (Cisler & Koster, 2010; Paivio & Greenberg, 1998). Similarly, TPI and functional motivations showed direct positive and negative effects, respectively, consistent with existing literature (Iyer et al., 2020). These results reinforce the relevance of DER as a construct in consumer behavior studies, particularly regarding the self-control dimension in impulsive buying behavior (S.-Y. Lee et al., 2020).

While personality traits such as anxiety are often linked to impulsive behaviors (Badgaiyan & Verma, 2014; Islam et al., 2021; Sun & Wu, 2011; Thompson & Prendergast, 2015), including food purchases (Verplanken et al. 2005), our results did not find DER to significantly predict SA, nor did SA significantly explain IFP. This inconclusiveness may stem from the ambiguous consequences of anxiety. While some studies suggest that individuals use food to alleviate perceived stress (Konttinen et al., 2010; Pivarunas & Conner, 2015), others highlight the anxiety-driven tendency toward cautious and avoidance behavior (Cisler & Koster, 2010).

TPI emerged as a stronger predictor of IFP than DER, highlighting its critical role in impulsive buying. This is consistent with prior research demonstrating the profound influence of impulsive tendencies on self-control and impulsive behaviors (Islam et al., 2021; Rook & Fisher, 1995; Tice & Bratslavsky, 2000; Vohs & Faber, 2007). Although the explanatory power of our latent variable for IFP was modest (adjusted R^2), this outcome aligns with our choice of a parsimonious model focusing primarily on anxiety and emotional self-control. As noted by Iyer et al. (2020), impulsive purchases are influenced by numerous internal and external factors, which were outside the scope of this study.

The attenuating effect of functional motivations on DER was confirmed. When individuals prioritize food quality and long-term health goals, they exhibit greater emotional self-control, thereby reducing impulsive tendencies. This finding aligns with research indicating that utilitarian objectives enhance self-control over snack consumption (Duarte et al., 2013; Tice et al., 2001), helping to suppress short-term desires in favor of long-term goals (Tice & Bratslavsky, 2000).

In contrast, hedonic and social motivations did not significantly influence DER. For hedonic motivations, this result may be explained by their stronger association with positive emotional states rather than negative ones, which are central to DER measurements (Gratz & Roemer, 2004; Iyer et al., 2020). Regarding social motivations, the research scenario may not have sufficiently activated participants' awareness of social beliefs, which are crucial for assessing their effects on emotion management (Roth et al., 2001).

Lastly, exploratory analyses revealed a significant interaction between TPI and functional motivations in predicting DER. While high functional motivations alone were insufficient to mitigate TPI's effect, individuals with low functional motivations appeared particularly vulnerable to the influence of TPI on emotional self-control. This suggests that, in the absence of strong long-term health goals, short-term impulses dominate, leading individuals to use food as an emotional regulator (Tice & Bratslavsky, 2000).

5.1. Theoretical and practical implications

In general, this article favored a better understanding of the relationships between anxiety, determinants of impulsivity, emotion regulation, and impulsivity in food purchase, contributing to discussions about food well-being. The marketing literature does not correctly discriminate affective states and traits. Therefore, this study contributes to the understanding of the effects of trait anxiety on the phenomenon of food impulsivity. The inclusion of emotion regulation as a construct capable of measuring individuals' self-control related to emotions may collaborate with future studies not only related to impulsivity but to all emotional outcomes in marketing decisions. Finally, the understanding that low levels of functional motivation can amplify the effects of the tendency to impulsive purchase contributes to the literature on impulsivity, especially to studies that have emotional self-control as their scope.

The practical implications underlying this work consider a managerial and a

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

social perspective focused on consumer well-being. Under a managerial lens, it is emphasized that price is an effective marketing stimulus, but impulsive purchase is determined by a set of psychological, social, and situational variables. Market research should, therefore, include in its objectives identifying customers with traits of tendency to impulsiveness and propensity to negative feelings. From a social point of view, professionals interested in the well-being of consumers may encourage the adoption of functional goals related to food and promote strategies that contribute to individuals' self-control. *Mindfulness*, for example, is a strategy that has shown good results on eating habits (Pidgeon et al., 2013).

5.2. Limitations and suggestions for future studies

This study faced several limitations related to the measurement of the Impulsive Buying Tendency (TPI) construct and the methodological design adopted. Measurement limitations were evident in the adaptation of the TPI scale, which exhibited issues with convergent validity and internal consistency. These shortcomings may have impacted the precision of the findings related to this construct. Methodological limitations stem from the sample composition and the data collection strategy. The sample was obtained through convenience sampling, which restricts the generalizability of the results. Furthermore, the sample was predominantly composed of higher-income women, limiting the ability to extrapolate findings to the broader population. Additionally, the observational cross-sectional design of the study precludes causal inferences, as it captures data at a single point in time without accounting for temporal relationships.

Given these limitations, future research should adopt more rigorous sampling procedures to ensure broader representativeness and generalizability. We recommend randomized controlled studies, preferably conducted in real-world settings, to test the causal relationships between the associations identified in this research. To enhance the accuracy of findings, future studies could incorporate objective measurements of state anxiety, such as monitoring salivary cortisol levels, which provide a more precise understanding of the impact of anxiety on impulsive purchasing behavior. Additionally, exploring other determinants could offer a more comprehensive explanation of impulsivity in food purchases, extending the scope of this research.

6. CONCLUSION

This article examined the influence of impulsivity traits, anxiety, and food motivations on food impulsivity, considering the mediating role of emotional self-control. The results indicate that individuals with a tendency toward impulsive purchases and greater difficulty controlling emotional impulses are more likely to make impulsive food purchases. Impulsivity and anxious personality traits appear to impair emotional self-control, while the establishment of functional goals may enhance self-control. Moreover, individuals with a higher tendency for impulsivity seem to struggle more with their emotions when they do not maintain health-related dietary goals. On the other hand, hedonic and social food motivations, as well as momentary states of anxiety, do not appear to affect impulsivity control in food purchases.

In summary, the figurative expression “falling into temptation,” which we associate with impulsive food purchasing, seems to stem from a natural tendency to yield to impulses combined with failures in emotional self-control. Our findings suggest that even effective self-control strategies, such as setting health goals, may be more harmful (when not adopted) than mitigating the effects of impulsivity. Therefore, even for individuals with a healthy lifestyle, it is expected that, during conflicting moments, emotion regulation (an immediate solution) will be prioritized over other forms of self-control (which address long-term goals). However, individuals with a high tendency toward impulsivity are more likely to seek emotional regulation through food if they do not maintain utilitarian goals.

REFERENCES

- American Psychiatric Association. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5* (5th ed.). Artmed.
- Aquino, S. D. de, Natividade, J. C., & Lins, S. L. B. (2020). Validity evidences of the Buying Impulsiveness Scale in the Brazilian Context. *Psico-USF*, 25(1), 15–25. <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250102>
- Arkin, R. M., & Ruck, L. (2007). Anxiety. In R. F. Baumeister & K. D. Vohs (Eds.), *Encyclopedia of social psychology* (pp. 42–43). SAGE Publications Inc.

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

- Badgaiyan, A. J., & Verma, A. (2014). Intrinsic factors affecting impulsive buying behaviour—Evidence from India. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 21(4), 537–549. <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2014.04.003>
- Bargh, J. A. (2006). What have we been priming all these years? On the development, mechanisms, and ecology of nonconscious social behavior. *European Journal of Social Psychology*, 36(2), 147–168. <https://doi.org/10.1002/ejsp.336>
- Bido, D. de S., & Da Silva, D. (2019). SmartPLS 3: especificação, estimação, avaliação e relato. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(2), 488–536. <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n2.1545>
- Bublitz, M. G., Peracchio, L. A., Andreasen, A. R., Kees, J., Kidwell, B., Miller, E. G., Motley, C. M., Peter, P. C., Rajagopal, P., Scott, M. L., & Vallen, B. (2013). Promoting positive change: Advancing the food well-being paradigm. *Journal of Business Research*, 66(8), 1211–1218. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2012.08.014>
- Caci, H., Baylé, F. J., Dossios, C., Robert, P., & Boyer, P. (2003). The Spielberger trait anxiety inventory measures more than anxiety. *European Psychiatry*, 18(8), 394–400. <https://doi.org/10.1016/j.eurpsy.2003.05.003>
- Campos, C., & Lins, S. (2021). “Wine, sweet wine”: significados e determinantes da compra por impulso de vinho do Porto. *Innovar*, 32(83). <https://doi.org/10.15446/innovar.v32n83.99415>
- Cisler, J. M., & Koster, E. H. W. (2010). Mechanisms of attentional biases towards threat in anxiety disorders: An integrative review. *Clinical Psychology Review*, 30(2), 203–216. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2009.11.003>
- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2nd ed.). Psychology Press.
- Coutinho, J., Ribeiro, E., Ferreirinha, R., & Dias, P. (2010). Versão portuguesa da escala de dificuldades de regulação emocional e sua relação com sintomas psicopatológicos. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 37(4), 145–151. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832010000400001>
- Crockett, A. C., Myhre, S. K., & Rokke, P. D. (2015). Boredom proneness and emotion regulation predict emotional eating. *Journal of Health Psychology*, 20(5), 670–680. <https://doi.org/10.1177/1359105315573439>

- Dawson, J. F. (2014). Moderation in Management Research: What, Why, When, and How. *Journal of Business and Psychology*, 29(1), 1–19. <https://doi.org/10.1007/s10869-013-9308-7>
- Duarte, P., Raposo, M., & Ferraz, M. (2013). Drivers of snack foods impulse buying behaviour among young consumers. *British Food Journal*, 115(9), 1233–1254. <https://doi.org/10.1108/BFJ-10-2011-0272>
- Esperidião-Antonio, V., Majeski-Colombo, M., Toledo-Monteverde, D., Moraes-Martins, G., Fernandes, J. J., Assis, M. B. de, & Siqueira-Batista, R. (2008). Neurobiologia das emoções. *Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)*, 35(2), 55–65. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832008000200003>
- Fenton-O’Creevy, M., Dibb, S., & Furnham, A. (2018). Antecedents and consequences of chronic impulsive buying: Can impulsive buying be understood as dysfunctional self-regulation? *Psychology & Marketing*, 35(3), 175–188. <https://doi.org/10.1002/mar.21078>
- Fioravanti-Bastos, A. C. M., Cheniaux, E., & Landeira-Fernandez, J. (2011). Development and validation of a short-form version of the Brazilian state-trait anxiety inventory. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(3), 485–494. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722011000300009>
- Gratz, K. L., & Roemer, L. (2004). Multidimensional Assessment of Emotion Regulation and Dysregulation: Development, Factor Structure, and Initial Validation of the Difficulties in Emotion Regulation Scale. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26(1), 41–54. <https://doi.org/10.1023/B:JOBA.0000007455.08539.94>
- Gross, J. J. (2014). Emotion Regulation: Conceptual Foundations. In J. J. Gross (Ed.), *Handbook of emotion regulation* (pp. 3–24). The Guilford Press.
- Hair Jr., J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate Data Analysis* (7th ed.). Prentice Hall.
- Hair Jr., J. F., Sarstedt, M., Ringle, C. M., & Gudergan, S. P. (2017). *Advanced issues in partial least squares structural equation modeling* (1st ed.). SAGE Publications Inc.

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

- Herman, C. P., & Polivy, J. (2011). The self-regulation of eating: Theoretical and practical problems. In K. D. Vohs & R. F. Baumeister (Eds.), *Handbook of self-regulation: research, theory, and applications* (2nd ed., pp. 522–536). Guilford.
- Islam, T., Pitafi, A. H., Arya, V., Wang, Y., Akhtar, N., Mubarik, S., & Xiaobei, L. (2021). Panic buying in the COVID-19 pandemic: A multi-country examination. *Journal of Retailing and Consumer Services*, 59, 102357. <https://doi.org/10.1016/j.jretconser.2020.102357>
- Iyer, G. R., Blut, M., Xiao, S. H., & Grewal, D. (2020). Impulse buying: a meta-analytic review. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 48(3), 384–404. <https://doi.org/10.1007/s11747-019-00670-w>
- Konttinen, H., Männistö, S., Sarlio-Lähteenkorva, S., Silventoinen, K., & Haukka, A. (2010). Emotional eating, depressive symptoms and self-reported food consumption. A population-based study. *Appetite*, 54(3), 473–479. <https://doi.org/10.1016/j.appet.2010.01.014>
- Lee, K., Kim, H., & Vohs, K. D. (2011). Stereotype Threat in the Marketplace: Consumer Anxiety and Purchase Intentions. *Journal of Consumer Research*, 38(2), 343–357. <https://doi.org/10.1086/659315>
- Lee, S.-Y., Sweeney, J. C., & Soutar, G. N. (2020). Emotion regulation in service encounters: are customer displays real? *Journal of Service Theory and Practice*, 30(2), 171–194. <https://doi.org/10.1108/JSTP-12-2018-0285>
- Müller, A. (2024). Impulsivity and Obesity. In *Handbook of Eating Disorders and Obesity* (pp. 497–500). Springer Berlin Heidelberg. https://doi.org/10.1007/978-3-662-67662-2_66
- Muraven, M., & Baumeister, R. F. (2000). Self-regulation and depletion of limited resources: Does self-control resemble a muscle? *Psychological Bulletin*, 126(2), 247–259. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.126.2.247>
- Narasimhan, C., Neslin, S. A., & Sen, S. K. (1996). Promotional Elasticities and Category Characteristics. *Journal of Marketing*, 60(2), 17–30. <https://doi.org/10.1177/002224299606000202>
- Paivio, S. C., & Greenberg, L. S. (1998). Experiential theory of emotion applied to anxiety and depression. In W. F. Flack Jr & J. D. Laird (Eds.), *Emotions in psychopathology: theory and research* (pp. 262–269). Oxford University Press.

- Pidgeon, A., Lacota, K., & Champion, J. (2013). The Moderating Effects of Mindfulness on Psychological Distress and Emotional Eating Behaviour. *Australian Psychologist*, 48(4), 262–269. <https://doi.org/10.1111/j.1742-9544.2012.00091.x>
- Pivarunas, B., & Conner, B. T. (2015). Impulsivity and emotion dysregulation as predictors of food addiction. *Eating Behaviors*, 19, 9–14. <https://doi.org/10.1016/j.eatbeh.2015.06.007>
- Punj, G. (2011). Impulse buying and variety seeking: Similarities and differences. *Journal of Business Research*, 64(7), 745–748. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2010.07.007>
- Ramalho, S. M., Trovisqueira, A., de Lourdes, M., Gonçalves, S., Ribeiro, I., Vaz, A. R., Machado, P. P. P., & Conceição, E. (2022). The impact of COVID-19 lockdown on disordered eating behaviors: the mediation role of psychological distress. *Eating and Weight Disorders - Studies on Anorexia, Bulimia and Obesity*, 27(1), 179–188. <https://doi.org/10.1007/s40519-021-01128-1>
- Ringle, C. M., Da Silva, D., & Bido, D. D. S. (2014). Modelagem de Equações Estruturais com Utilização do Smartpls. *Revista Brasileira de Marketing*, 13(2), 56–73. <https://doi.org/10.5585/remark.v13i2.2717>
- Rook, D. W. (1987). The Buying Impulse. *Journal of Consumer Research*, 14(2), 189. <https://doi.org/10.1086/209105>
- Rook, D. W., & Fisher, R. J. (1995). Normative Influences on Impulsive Buying Behavior. *Journal of Consumer Research*, 22(3), 305. <https://doi.org/10.1086/209452>
- Rook, D. W., & Gardner, M. P. (1993). In the mood: Impulsive Buyings' antecedents. In J. Arnold-Costa & R. W. Belk (Eds.), *Research in consumer behavior* (pp. 1–28). JAI Pres.
- Roth, D., Herman, C. ., Polivy, J., & Pliner, P. (2001). Self-presentational conflict in social eating situations: a normative perspective. *Appetite*, 36(2), 165–171. <https://doi.org/10.1006/appe.2000.0388>
- Silvera, D. H., Lavack, A. M., & Kropp, F. (2008). Impulse buying: the role of affect, social influence, and subjective wellbeing. *Journal of Consumer Marketing*, 25(1), 23–33. <https://doi.org/10.1108/07363760810845381>

Falling into Temptation: The Role of Emotional Regulation in the Relationship Between Anxiety, Impulsive Traits, Food Motivation and Impulsivity in Food Purchasing

- Sofi, S. A. (2020). Personality as an Antecedent of Impulsive Buying Behaviour: Evidence from Young Indian Consumers. *Global Business Review*, 21(3), 850–868. <https://doi.org/10.1177/0972150918778924>
- Spielberger, C. D., Gorsuch, R. L., & Lushene, R. E. (1970). *Manual for the state-trait anxiety inventory*. Consulting Psychologist Press.
- Sun, T., & Wu, G. (2011). Trait Predictors of Online Impulsive Buying Tendency: A Hierarchical Approach. *Journal of Marketing Theory and Practice*, 19(3), 337–346. <https://doi.org/10.2753/MTP1069-6679190307>
- Thompson, E. R., & Prendergast, G. P. (2015). The influence of trait affect and the five-factor personality model on impulse buying. *Personality and Individual Differences*, 76, 216–221. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.12.025>
- Tice, D. M., & Bratslavsky, E. (2000). Giving in to Feel Good: The Place of Emotion Regulation in the Context of General Self-Control. *Psychological Inquiry*, 11(3), 149–159. https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1103_03
- Tice, D. M., Bratslavsky, E., & Baumeister, R. F. (2001). Emotional distress regulation takes precedence over impulse control: If you feel bad, do it! *Journal of Personality and Social Psychology*, 80(1), 53–67. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.80.1.53>
- Verplanken, B., Herabadi, A. G., Perry, J. A., & Silvera, D. H. (2005). Consumer style and health: The role of impulsive buying in unhealthy eating. *Psychology & Health*, 20(4), 429–441. <https://doi.org/10.1080/08870440412331337084>
- Vohs, K. D., & Faber, R. J. (2007). Spent Resources: Self-Regulatory Resource Availability Affects Impulse Buying. *Journal of Consumer Research*, 33(4), 537–547. <https://doi.org/10.1086/510228>
- Yoldas Ilktac, H., Savci, C., & Cil Akinci, A. (2022). Nutritional behavior during the COVID-19 pandemic: the association of fear and sleep quality with emotional eating. *Eating and Weight Disorders - Studies on Anorexia, Bulimia and Obesity*, 27(7), 2673–2683. <https://doi.org/10.1007/s40519-022-01409-3>

FICHA TÉCNICA

Diretor: **Vasco Almeida**

Conselho de Redação/Associated Editors: **Fernanda Daniel, Henrique Vicente, Inês Amaral, Maria João Barata**

Conselho Editorial/Editorial Board:

Ana Albuquerque Queiroz, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Ana Maria Botelho Teixeira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Ana Maria Loffredo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Arley Andriolo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Carlos Flores Jacques, School of Humanities and Social Sciences, Al Ahkawayn University Ifrane, Marrocos

Fernanda Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais, Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa, Braga

Francisco Esteves, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE-IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN

Isabel Soares, Departamento de Psicologia Aplicada, Universidade do Minho, Braga

José A. Bragança de Miranda, Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Carlos Zanelli, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC

José Esteves Pereira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Marques Guimarães, CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto

José Paulo Netto, Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro

José Pedro Leitão Ferreira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

José Pinheiro Neves, Departamento de Sociologia ICS, Universidade do Minho

José Pinto Gouveia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Jorge Trindade, Instituto de Psicologia, Porto Alegre

Lúcia Barroco, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Leny Sato, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo

Manuel Morgado Rezende, Programa de Graduação em Psicologia da Saúde, Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Maria Carmelita Yasbek, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Maria José Aguilar Idáñez, Departamento de Derecho de Trabajo y Trabajo Social, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca

Maria Nunes Dinis, Division of Social Work, California State University, Sacramento, USA

Mathilde Neder, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Paula Cristina Tavares, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo Coelho de Araújo, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo César Sandler, Sociedade Brasileira de Psicanálise

Pedro Nobre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Yara Frizzera Santos, Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica Belo Horizonte MG

Editor e Proprietário:
Instituto Superior Miguel Torga
NIPC 900201835
Sede de Redação:
Largo da Cruz de Celas n.º 1
3000-132 Coimbra

Design, Paginação e Web:
Paulo Pratas

ISSN: 2184-3929
ERC: 127497